UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO: O GYMNASIO DE UBERABINHA E A *SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA* (1919 – 1929)

Título Secundário:
A HISTORIA DO COLÉGIO ESTADUAL DE UBERLÂNDIA (MUSEU): O GYMNASIO (MINEIRO) DE UBERABINHA E A SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA (1919 a 1929)

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME

A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO: O GYMNASIO DE UBERABINHA E A *SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA* (1919 – 1929)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

Uberlândia, Junho de 2010.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G956e Guilherme, Willian Douglas, 1981-
A educação e o progresso [manuscrito] : o Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919 - 1929) / Willian Douglas Guilherme. - 2010.
313 f. : il.

Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Uberlândia (MG) - História - Teses. 2. Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha - Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(815.12)(091)

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME

A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO: O GYMNASIO DE UBERABINHA E A *SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA* (1919 – 1929)

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora em 10 de Junho de 2010.

_____

Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

_____

Dr. Carlos Henrique de Carvalho (UFU)

_____

Dr^{a}. Arlete Maria Feijó Salcides (UNIPAMPA)

SUPLENTES

Dr. Geraldo Inácio Filho (UFU)

Dr. Eloy Alves Filho (UFV)

Uberlândia, Junho de 2010.

DEDICATÓRIA:

Dedico em primeiro lugar, **aos meus pais e irmão**, Darci Tomásia, Luiz Guilherme e Luiz Alexandre, por terem contribuído, de uma forma ou de outra, para este momento.

Ao Tio Mário, a Vovó Landa e a todos os Tios e Primos, pois podemos sempre contar com eles.

À Adenise Cristina de Paula pelo carinho e dedicação.

Aos amigos e amigas que fiz durante as *emoções* vividas neste período.

À turma do NEPHE.

Aos meus amigos e amigas de infância e a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me acompanharam, acreditando no sucesso por vir.

A marca **CalangoManco.com.br** ®.

AGRADECIMENTOS:
Ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, sobretudo, por sua confiança em mim; e ao Professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho por sua dedicação, não exclusivamente a mim, mas a todo o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
Ao NEPHE – Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação e a todos os Professores envolvidos.
Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFU.
À Faculdade de Educação (FACED) e todos os seus colaboradores.
À Universidade Federal de Uberlândia.
A CAPES, que me possibilitou, como bolsista, a permanência e dedicação exclusiva ao ambiente acadêmico, fator determinante em nossa na trajetória acadêmico-científica.
A todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU.
À Diretora Yolanda Bernardes, à Bibliotecária Maria Antônia e a toda equipe da Escola Estadual de Uberlândia.
Às equipes do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) e da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.
A todos os Pós-Graduandos da UFU, que de alguma forma acreditaram na Associação dos Pós-Graduandos (APG-UFU), assim como a todos os Coordenadores pelo aprendizado e amizades que fiz durante todo este período.

PARADIGMAS:

Um grupo de cientistas colocou cinco macacos numa jaula, em cujo centro puseram uma escada e, sobre ela, um cacho de bananas. Quando um macaco subia a escada para apanhar as bananas, os cientistas lançavam um jato de água fria nos que estavam no chão. Depois de certo tempo, quando um macaco ia subir a escada, os outros enchiam-no de pancadas. Passado mais algum tempo, nenhum macaco subia mais a escada, apesar da tentação das bananas. Então, os cientistas substituíram um dos cinco macacos. A primeira coisa que ele fez foi subir a escada, dela sendo rapidamente retirado pelos outros, que o surraram. Depois de algumas surras, o novo integrante do grupo não mais subia a escada. Um segundo foi substituído, e o mesmo ocorreu, tendo o primeiro substituto participado, com entusiasmo, da surra ao novato. Um terceiro foi trocado, e repetiu-se o fato. Um quarto e, finalmente, o último dos veteranos foi substituído. Os cientistas ficaram, então, com um grupo de cinco macacos que, mesmo nunca tendo tomado um banho frio, continuavam batendo naquele que tentasse chegar às bananas. Se fosse possível perguntar a algum deles porque batiam em quem tentasse subir a escada, com certeza a resposta seria: *"Não sei, as coisas sempre foram assim por aqui...".*

Autor desconhecido

GUILHERME, Willian Douglas. **A Educação e o Progresso: O Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919 – 1929)**. 2010. Dissertação (Mestrado). 313f. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010.

RESUMO

(Introdução) *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (Sociedade). Este foi o nome da associação criada em 1919 para dotar a cidade de Uberabinha (hoje Uberlândia-MG) com um novo conceito em Educação. Um prédio totalmente novo, moderno, capaz de representar toda ansiedade e vontades desta população. Uberabinha vivia uma áurea progressista, um sentimento que definia, movia e sustentava todas e quaisquer ações nesta cidade. Sejam ações do poder público, sejam ações de particulares. **(Metodologia)** O texto surge em meio a fontes inéditas, fontes conhecidas e fontes revisitadas. Atas, jornais, manuscritos, fotografias, diários, cartas, bibliografias, enfim, todo material encontrado, relacionado com a Sociedade, foi transformado em fonte de pesquisa. Um legando documental intrigante e próspero que, cruzando-os, possibilitou ir além das nossas expectativas. O dobro de trabalho e perspectivas de bons resultados. **(Resultado)** A Sociedade foi fundada por Carmo Giffoni, nascido na Itália, mudou-se com sua família para o Brasil aos três anos de idade. Por ventura do destino, estabeleceu-se Uberabinha, a qual dedicou gloriosos anos de sua vida. Casou-se e foi dono de uma grande casa comercial. Fundou a Sociedade e tornou-se foi Vereador, por fim acabou mudando para a capital mineira Belo Horizonte. Não foi fácil o momento de constituição da Sociedade. Vender a ideia, organizar e fechar um grupo de pessoas coesas sob um mesmo ideal e fazer-se concretizar. O prédio ficou pronto, o mais belo de todo o Triangulo Mineiro. Luiz Antônio da Silveira foi seu primeiro diretor, transferindo o seu *Gymnasio de Uberabinha*, para o novo Prédio. Sucedeu-lhe José Avelino, bravo, mão de ferro. Conseguiu a equiparação da Escola Normal anexa ao Gymnasio. Veio José Ignacio de Souza, o último *director* desta primeira era. A era da Sociedade. **(Conclusões)** O Primeiro Capítulo, *Teoria: Cumprindo as Formalidades* concebeu-se para estimular o debate em torno da História da Educação. O conceito de História Local e a temática História da Educação caminharam juntos na compreensão metodológica e sistemática desta pesquisa, testando conceitos e paradigmas, num percurso que dificilmente não sairei ferido. Mas foi preciso e não poderia ter sido diferente, não poderia negar-me. Nos Capítulos seguintes, mergulhamos na história da Sociedade, do momento de sua concepção ao início de uma nova era. Enfim, a intenção foi trazer uma pequena contribuição ao contexto da pesquisa em História da Educação.

Palavras-chave: Gymnasio/Ginásio (Mineiro) de Uberabinha; Colégio Estadual de Uberlândia (MUSEU); História Local; História da Educação; Progresso.

RESUMEN

(Introducción) Sociedad Anonyma Uberabinha Progreso (Sociedad). Este era el nombre de la asociación creada en 1919 para dotar a la ciudad de Uberabinha (hoy Uberlândia-MG) de un nuevo concepto en educación. Un edificio completamente nuevo, moderno, capaz de representar toda la ansiedad y estado de ánimo de esta población. Uberabinha vivia una aura progresista, un sentimiento que definia, movia y apoyaba cualquier acción en esta ciudad. Sean acciones del gobierno, sean acciones de los individuos. **(Metodología)** El texto surge en medio de fuentes inéditas, fuentes conocidas y fuentes revisitadas. Los registros, periódicos, manuscritos, fotografías, diarios, cartas, bibliografías, todo el material encontrado en relación con la Sociedad fue transformado en fuente de investigación. Un documental intrigante y próspero, que, interrelacionado nos permito ir más allá de nuestras expectativas. El doble de trabajo y de perspectivas de buenos resultados. **(Resultado)** La sociedad fue fundada por Carmo Giffoni, nacido en Italia y que se trasladó con su familia a Brasil a la edad de tres. Por casualidad del destino, se estableció en Uberabinha, a la que ha dedicado años de su vida gloriosa. Se casó y fue propietario de una gran casa comercial. Fundó la Sociedad y se convirtió en concejal, finalmente se fue a vivir a la capital del estado, Belo Horizonte. No fue fácil constituir la Sociedad. Vender la idea de organizar un grupo muy cohesionado de personas bajo el mismo ideal y, sobre todo, efectivar su realización. El edificio fue terminado, el más bello del Triangulo Mineiro. Luiz Antonio da Silveira fue su primer director, y trasladó su Gymnasio de Uberabinha para el nuevo edificio. José Avelino le sucedió, valiente, mano de fierro. Levantó la asimilación de la Escuela Normal adjunta al Gimnasio. Vino José Ignacio de Souza, el último director de esta primera época. La era de la Sociedad. **(Conclusiones)** El Primer Capítulo, Teoría: El cumplimiento de las formalidades destinadas a estimular el debate sobre la Historia de la Educación. El concepto de Historia Local y la tematica de la Historia de la Educación caminaron juntos en la comprensión metodológica y sistemática de esta investigación, provando conceptos y paradigmas en un percurso del cual dificilmente no saldré herido. Pero fue necesario y no podría ser diferente, no podía negarme. En los siguientes capítulos ahondamos en la historia de la sociedad, desde el momento de su concepción hasta el comienzo de una nueva era. Por último, la intención era dar una pequeña contribución a la investigación sobre la Historia de la Educación.

Palabras claves: Gymnasio/Gimnasio (Miner) de Uberabinha; Colegio del Estado de Uberlândia (Museo), Historia Local, Historia de la Educación; Progreso.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1: Vista parcial da cidade de Uberabinha: prédio do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão à esquerda, ao meio, a praça hoje chamada Tubal Vilela. (1922). 58

Figura 2: Ginásio de Uberabinha (1919). 65

Figura 3: Fachada do Grupo Escola Júlio Bueno Brandão (1914)..... 98

Figura 4: Certidão de Exame das Materias do Curso Gymnasial (1919). 99

Figura 5: Modelo de Nota Promissória (1926). 170

Figura 6: Edifício do Gymnasio de Uberabinha (1921). 180

Figura 7: Grande Hotel Central, Gymnasio de Uberabinha e Praça Pedro II – Praça ainda não construída. (1919). 182

Figura 8: Grande Hotel Central, Gymnasio de Uberabinha e Praça Pedro II – Praça já construída. (1950). 182

Figura 9: Imagem aérea do prédio do Gymnasio de Uberabinha 185

Figura 10: Carmo Giffoni (1926)..... 187

Figura 11: Fillhas de Carmo Giffoni (1921). 188

Figura 12: Carmo Giffoni: Ford, o automóvel ideal (1919). 188

Figura 13: *Escola de Commercio* – Propaganda 1922. 216

Figura 14: Gymnasio de Uberabinha – Propaganda 1923. 216

Figura 15: Gymnasio de Uberabinha – Propaganda 1924. 217

Figura 16: Gymnasio Diocesano Sagrado Coração de Jesus (Uberaba-MG, 1922). 218

Figura 17: Gymnasio de Uberabinha – Com a propaganda Escola Normal (1925). . 219

Figura 18: José Avelino (1926). 221

Figura 19: Collegio Bandeira (1890/1910). 222

Figura 20: José Avelino – Anúncio do Gymnasio sem Equiparação (1926). 226

Figura 21: José Avelino – Anúncio do Gymnasio com Equiparação (1926). 229

Figura 22: José Ignácio de Souza – Anuncio Gymnasio (1928). 238

Figura 23: Anúncios de várias instituições de ensino (1927). 239

Figura 24: Lyceu Brasileiro - Ribeirão Preto-SP (1928)..... 240

Figura 25: Professor Mario de Magalhães Porto (s/d). 255

Figura 26: O Gymnasio de Uberabinha (1921)..... 269

Figura 27: Hoje, Escola Estadual de Uberlândia (2010). 269

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Linha Temporal: Uberabinha (1888 a 1922)..... 35

Ilustração 2: Localizando Uberlândia..... 57

Ilustração 3: Estrutura hierárquica administrativa da Sociedade. 137

Ilustração 4: Estrutura de funcionamento da Diretoria da Sociedade. 138

Ilustração 5: Estrutura de funcionamento do Conselho de Administração da Sociedade. 139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de Matrículas anuais do *Gymnasio de Uberabinha*. 103

Quadro 2: Primeira Chamada de Capital: Sócios, Datas e Valores (1919). .. 122

Quadro 3: Primeiros Sócios e seus respectivos Capitais. 130

Quadro 4: Terrenos adquiridos (1919-1920). 144

Quadro 5: Cartas de Aforamento apresentadas para Registro (1921). 145

Quadro 6: Cartas de Aforamento transcritas em Livro Registral (1921). 146

Quadro 7: Cartas de Aforamento: Singularidades (1921). 148

Quadro 8: Demonstrativo aproximado da quantidade de material gasto na construção do Prédio. 162

Quadro 9: Construção do Prédio: Principais Fornecedores (1919 a 1921). .. 165

Quadro 10: Empréstimo Bancário: Avalistas da Sociedade (1925). 177

Quadro 11: Descrição das cinco salas de aula do novo Prédio (1934). 185

Quadro 12: Resultado Geral da Eleições Municipais: Uberabinha (1922). ... 190

Quadro 13: Vereadores: Situação, Oposição e Centro (1923). 191

Quadro 14: Câmara Municipal de Uberabinha: Comissões Eleitas (1923). .. 192

Quadro 15: Presença do Vereador Carmo Giffoni nas Sessões da Câmara Municipal de Uberabinha (1923 a 1926). 204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Arrecadação Anual do Município de Uberabinha-MG. (1891 a 1921). 33

Gráfico 2: Número de vezes em que cada material é citado no Diário da Sociedade durante o período de construção do Prédio (1919 a 1921). 159

Gráfico 3: Discriminação do capital desprendido na construção do prédio da Sociedade (1919 a 1921). 161

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIUB	Associação Comercial de Uberlândia
A.S.U.	*Associação Sportiva de Uberabinha*
C.E.U.	Colégio Estadual de Uberlândia
CDHIS	Centro de Documentação em História
CONSELHO	Conselho de Administração
CONTRATO	*Contracto Social* da Sociedade
DIÁRIO	Diário da Sociedade
FACED	Faculdade de Educação
GINÁSIO	*Gymnasio de Uberabinha*
GYMNASIO	*Gymnasio de Uberabinha*
MG	Minas Gerais
MUSEU	Colégio Estadual de Uberlândia
S.M.U.	Sociedade Musical de Uberabinha
SOCIEDADE	*Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*
UBERABINHA	São Pedro de Uberabinha / Uberlândia após 1929
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 33

1. TEORIA: CUMPRINDO AS FORMALIDADES 39
1.1 Proposta Teórica 39
1.2 Amostragem de Teses e Dissertações 42
1.2.1 Conclusão da Amostragem 48
1.3 História Local 50
1.4 Breve Introdução à Uberabinha-MG 57
1.4.1 Uberabinha e o Progresso 59
1.5 Educação na História Local: O caso de Uberabinha 63
1.6 Especificidades do Local 67
1.6.1 O Movimento das Associações e Sociedades em Uberabinha 68
1.6.1.1 Associação Sportiva de Uberabinha 68
1.6.1.2 Sociedade “São Vicente de Paula” 70
1.6.1.3 Sociedade Musical de Uberabinha 71
1.6.1.4 Sociedade de Concertos Symphonicos 73
1.6.1.5 Liga da Bondade 74
1.6.1.6 Grêmio Recreativo Feminino 75
1.6.1.7 Associação das Mães de Família 75
1.6.1.8 Sociedade de Cultura Física e Naturismo “Esparta Brazileira” 76
1.6.1.9 Sociedade Anonyma Grupo Espírita Fé, Esperança e Caridade 77
1.6.1.10 Liga Operária 77
1.6.1.11 Associação União dos Chauffeurs 78
1.6.1.12 Associação “*Dansante”* 79
1.6.1.13 Associação Grêmio Dramático de Uberabinha 80
1.6.1.14 Associação Grêmio Literário “Alberto de Oliveira” e Grêmio Literário Recreativo de Uberabinha 80
1.6.1.15 Sociedade Mutuo Soccorso Italiani Uniti 81
1.6.1.16 Associação Comercial de Uberabinha 81
1.6.1.17 Uberabinha Club 82
1.6.1.18 Club de Regatas 82

1.6.1.19 Sociedade Anonyma Tecelagem Triângulo Mineiro 83
1.6.1.20 Sociedade de Geographia e História do Brasil Central - Araxá 83
1.6.1.21 Associação 3 Águias 84
1.6.1.22 Sociedade Sul Americana 84
1.6.1.23 Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha 85
1.6.2 Conclusão Parcial 86
1.7 O *Gymnasio* e o Progresso 87
1.8 Padronizando 89
1.8.1 Situação Brasileira: Minas Gerais 90
1.8.2 Em Uberabinha 94

2. SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA: IDEALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO 97
2.1 A Idealização da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha. 101
2.2 O *Contracto Social*: os Sócios, o Capital, a Meta. 126
2.2.1 O Contracto Social 128

3. A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO 143
3.1 A Escolha do Local 144
3.2 A Planta do Prédio 148
3.3 A Obra 150
3.4 Algumas Curiosidades Sobre a Construção 158
3.5 O Manuscrito do Sr. Roberto Carneiro 175

4. O PRÉDIO ESTÁ PRONTO! 183
4.1 Carmo Giffoni 187
4.1.2 Carmo Giffoni: Segunda Parte 203
4.2 Retornando ao Prédio 208
4.2.1 Antônio Luiz da Silveira (1921 a 1926) 215
4.2.2 José Avelino (1926 a 1927) 221
4.2.3 José Ignácio de Souza (1927 – 1928) 237

5. O FIM DA SOCIEDADE (1928 A 1929) 247
5.1 O Fim da Sociedade e o Destino do Prédio 248

6. CONSIDERAÇOES FINAIS 271

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 275

8. ANEXOS 285
I - Esboço da Divisão Municipal Vigentes em 1º de Setembro de 1920 e Cartogramma da Respectiva Densidade Demographica. 287
II – Linha Temporal da Sociedade Anonyma Progresso 288
de Uberabinha (1919 a 1929). 288
III – Decreto do Executivo Federal n.º 12.124 de 30 de março de 1943. 289
IV - Mapa Parcial de Uberabinha em 1915 290
V – Decreto Legislativo Federal n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 – Regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada. 291
VI – Carta de Aforamento Original (n.º 0182). 293
VII – Divisão aproximada dos Terrenos adquiridos pela Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha. 294
VIII – Planta do 1º e 2º Pavimento do *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* (1930). 295
IX - Planta Geral das Linhas da Companhia Mogyana. 296
X - Balancete Geral da Sociedade Progresso de Uberabinha encerrado em 31 de Agosto de 1921. 297
XI - Lei Municipal n.º 278 de 07 de Março de 1923 – Regulamento Municipal da Educação. 300
XII – Lei n.º 317 de 28 de julho de 1924. 308
XIII – Certidão do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia – Imóvel que pertencia à Sociedade. 310

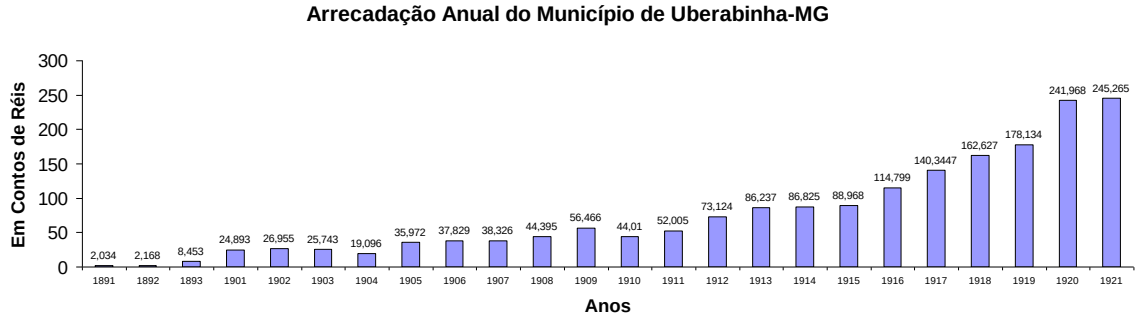
9. APÊNDICE 311
I – Sugestões bibliográficas a respeito da História do Município de Uberlândia-MG. 313

INTRODUÇÃO

Embora citada em diversos trabalhos, não se teve, até hoje, um estudo específico sobre a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (Sociedade), fundadora do atual Colégio Estadual de Uberlândia, que, originalmente, foi o *Gymnasio de Uberabinha* (Ginásio) e posteriormente, *Ginásio Mineiro de Uberlândia*, grande marco do progresso local. Toda a estrutura, a arquitetura, a localização e tudo que constava no empreendimento, teve a inspiração de ser grandioso e pioneiro. Na ocasião da idealização e consolidação da Sociedade, Uberabinha passava por um momento de grande entusiasmo com o progresso local.

Ilustramos no gráfico a baixo, como o conceito de *ideal de progresso* faz referência ao progresso econômico do município de Uberabinha, sobretudo no período de 1912 a 1922, de maneira não ser possível distanciar o conceito da realidade a qual ela está inserida e/ou representa, ou seja, o conceito de *ideal de progresso* é retirado das próprias fontes que utilizamos e não fora delas.

Gráfico 1: Arrecadação Anual do Município de Uberabinha-MG. (1891 a 1921).



Fonte: GUILHERME, 2007, p. 95

Propositalmente, afastamos outras possibilidades do conceito de progresso, como por exemplo, o progresso *moral* ou *social* que, ainda que coincidente, não foi objetivo desta pesquisa. Portanto, progresso, para nós, foi considerado proporcional ao crescimento econômico, assim, *para aquilatar quantitativamente o crescimento de Uberabinha, tomaremos como base as informações contidas nas atas da Câmara Municipal uberabinhense relativas às arrecadações anuais, ou seja, quanto maior a arrecadação maior será*

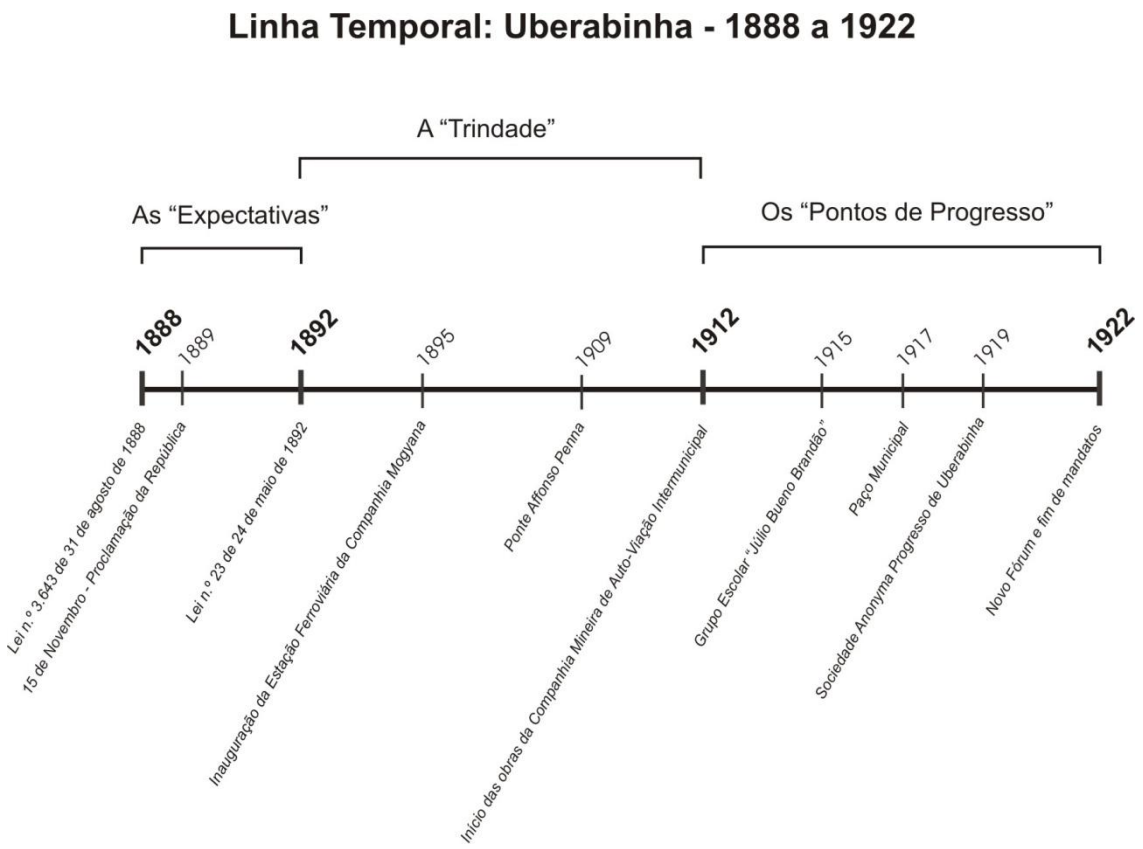
[considerado] *o progresso, uma vez que encontramos nesta relação, um maior grau de investimentos públicos quanto maior foi o capital público municipal*[1]*.*

Destacamos então, que é dentro de um processo amplo e contínuo, que se situa a abordagem sobre o nosso tema e sua relação com os demais acontecimentos na cidade. É interessante notar que a História da Educação não acontece separadamente das "outras histórias", "tudo" faz parte do "todo", ou seja, todas as Histórias fazem parte da mesma História. O que acontece aqui é literalmente um recorte dentro de um conjunto de acontecimentos, onde escolhemos propositalmente apreciar determinado tema frente a outros. Não faço indiferença nem subestimo qualquer outro recorte ou tema, mas considerando as limitações do objeto pesquisado e do pesquisador, optamos por um recorte que privilegiará um acontecimento ao invés de outro, dando-lhe um relevo ou destaque especial na historiografia da cidade de Uberabinha, confundindo-o na ressonância do tempo presente.

A escolha deste tema justifica-se dentro de uma proposta científica e didática oportuna ao pesquisador. Abaixo, vamos demonstrar a linha temporal relativa ao ideal de progresso em Uberabinha, onde será possível situar visivelmente o nosso objeto em relação aos demais fatos contemporâneos à Sociedade, tema deste trabalho. Podemos ainda fazer o cruzamento desta linha temporal com o gráfico apresentado acima, fortalecendo o conceito que vamos utilizar para a palavra "progresso".

[1] GUILHERME, 2007, p. 15.

Ilustração 1: Linha Temporal: Uberabinha (1888 a 1922).



Fonte: GUILHERME, Willian Douglas. **O Progresso e a cidade de Uberabinha-MG: Evidências Oficiais - 1888 a 1922.** Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia. 2007 (Monografia) p. 96.

No período de 1912 a 1922, podemos destacar vários *Pontos de Progresso*[2] que favorecem a utilização do conceito da forma que propomos. Dentre eles temos: abastecimento de água potável; Banco do Crédito Real de Minas Gerais S/A; Banda União Operária; cinemas e teatros; clubes literários e esportivos; Fórum; Grupo Espírita "Luz e Amor"; iluminação pública (energia elétrica); Liga Operária; Matadouro Público; Mercado Municipal; novo Cemitério; o Grupo Escolar; o Paço Municipal; obras gerais[3]; rede de esgoto; Santa Casa de Misericórdia; *Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha"*;

[2] *Pontos de Progresso* são ações concretizadas realizadas pela Câmara Municipal de Uberabinha que demonstraram *alguns apontamentos de como o progresso foi sendo apresentado e como ele foi sendo concretizado* na cidade de Uberabinha durante o primeiro lapso de progresso econômico desta cidade, ocorrido entre os anos 1912 a 1922. (GUILHERME, 2007, p. 46)

[3] *São serviços como, abaulamento e sargetamento das ruas e avenidas, meios fios, encascalhameto, jardinagem, manutenção geral das vias públicas, arborização, consertos de pequenas pontes e ou construção de novas, consideradas pertencentes ao município. Implica-se inclusive algumas leis no sentido de também cobrar dos particulares a boa conservação de seus prédios dentro do padrão exigido pela municipalidade*. (GUILHERME, 2007, p. 54.)

telégrafo e telefonia; e o *Tiro 52*[4]. Cada um desses *Pontos de Progresso*, teve sua própria história e sua própria linha temporal, porém, todas transcendem de uma mesma raiz, de um mesmo contexto local.

Uberabinha experimentava seu primeiro momento de crescimento econômico, intensificando a sensação de progresso entre sua população. Existia um sentimento de que, por aqui, tudo seria possível. Apesar de ser ainda uma cidade pequena e com parca infraestrutura[5], caminhava em rumo certo.

Neste período, diversos grupos de pessoas[6], fundaram ou fundariam outras Associações ou similares[7]. Contudo, escolhemos a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* a fim de suprir a falta de bibliografia referente a esta instituição somada à sua constante citação em diversos trabalhos produzidos em plano local, assim como, sua importante contribuição para a fixação e disseminação do simbolismo do ideário de progresso em Uberlândia-MG

[4] *Tiro Brazileiro de Uberabinha* ou Tiro 52 (Tiro de Guerra) foi uma associação de pessoas que reuniram sobre iniciativa do Professor Honório Guimarães, para fundar um "clube de tiro". Este clube era regulado por Leis Federais e tinha um estatuto próprio, podendo ser Confederado, ou seja, vinculado ao Ministério da Guerra. (**O Progresso, 11 fevereiro 1911**. Ano IV. n.º 174.). Alguns Decretos relacionados: **Decreto Executivo Federal n.º 3.224** de 10 de março de 1899 que *aprova o Regulamento do Tiro Nacional*; **Decreto Executivo Federal n.º 7.350** de 04 de março de 1909 que *aprova o Regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os Estatutos para as Sociedades Incorporadas a mesma Confederação*; **Decreto Executivo Federal n.º 6.464** de 29 de abril de 1907 que *aprova, provisoriamente, o Regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro;* **Decreto Legislativo Federal n.º 2.067** de 07 de janeiro de 1909 que *mantém a Confederação do Tiro Brasileiro*.

[5] DANTAS, 2001, p. 31.

[6] Esses outros grupos de pessoas, muitas vezes, eram formados pelas mesmas pessoas, ou seja, um único indivíduo participava de mais de uma iniciativa, sendo frequente a doação de dinheiro para causas que julgassem vir à contribuir com o progresso local como era por exemplo as doações realizadas em prol da Santa Casa (*Casa de Misericórdia*) *Auxiliada por innumeras pessoas de espírito elevado, que lhe não recusam favores* jornal **(A Notícia, 15 de junho de 1919. Ano I. n.º 47)**. Nesta ocasião houve 63 doadores que somaram um total de 1:764$600 (um conto setecentos e sessenta e quatro mil e seiscentos réis) onde publicou-se uma lista, na ordem nominal de maior valor para o menor doado e muitos dos nomes no topo da lista, coincidem com os nomes que compuseram a Sociedade, como por exemplo o próprio Sr. Carmo Giffoni.

[7] Algumas Associações criadas no mesmo período que a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*: *Associação Sportiva de Uberabinha*; *Sociedade "São Vicente de Paula"*; *Sociedade Musical de Uberabinha*; *Sociedade de Concertos Symphonicos*; *Liga da Bondade*; *Grêmio Recreativo Feminino; Associação das Mães de Família; Sociedade de Cultura Física e Naturismo "Esparta Brazileira"; Sociedade Anonyma Grupo Espírita Fé, Esperança e Caridade; Liga Operária; Associação União dos Chauffeurs; Associação "Dansante"; Associação Grêmio Dramático de Uberabinha; Associação Grêmio Literário "Alberto de Oliveira"; Grêmio Literário Recreativo de Uberabinha; Sociedade Mutuo Soccorso Italiani Uniti; Associação Comercial de Uberabinha; Uberabinha Club; Club de Regatas; Sociedade Anonyma Tecelagem Triângulo Mineiro; Sociedade de Geographia e História do Brasil Central - Araxá; Associação 3 águia e; Sociedade Sul Americana.* Todas estas Associações serão relacionadas mais adiante.

(Uberabinha). Consideramos ainda, a ligação do tema à História da Educação[8], sendo a Sociedade, a idealizadora e fundadora do prédio do *Gymnasio de Uberabinha*, hoje, Escola Estadual de Uberlândia.

[8] Linha de Pesquisa da Pós-Graduação (Mestrado) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ao qual encontra-se vinculado, por processo de seleção, o autor deste trabalho.

1. TEORIA: CUMPRINDO AS FORMALIDADES

O objeto de pesquisa desta Dissertação é a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (Sociedade). Esta sociedade foi fundada em 1919 no intuito de dotar a cidade de Uberabinha/MG[9] (Uberlândia após 1929) com um prédio exclusivamente construído para funcionar um *Collegio*, a princípio, de ensino secundário. O projeto e construção deveriam observar todos os quesitos que um prédio destinado para este fim deveria conter:

> Arejado continuamente por uma posição alta, ventilada e exposta à acção continea e directa dos raios solares; isolada, longe de barulho e incommodos do movimento das ruas; espaçosa ou expansível a quanto se desejar, lá será o logar ideal para o levantamento de um prédio destinado à instrucção. (**A Notícia, 9 de março de 1919**. Ano I. n.º 33)

A escolha da Sociedade como objeto de estudos nos remeteu a duas principais categorias historiográficas: História da Educação e História Local. Mesclando estas duas categorias, amparamos a proposta teórica que escolhemos para este trabalho.

1.1 Proposta Teórica

Uma convergência comum, na prática historiográfica, é a tentativa de demonstrarmos o quanto nosso objeto de pesquisa é relevante em relação a algum contexto e isso ocorre também com a História da Educação, que tende a hierarquizar-se dentre as demais áreas Historiográficas.

Corremos desta forma, o risco de produzir uma história frágil, onde Buffa compreende que:

[9] Uberabinha (Uberlândia desde 1929) situa-se *ao norte da região do Triangulo Mineiro, no estatuto de Minas Gerais e como privilégio natural é o centro de convergência de toda a região. Sua área total é de 4.040 quilômetros quadrados [...]. Geograficamente está localizada à 18 graus, 55 minutos e 23 segundos de latitude sul. De longitude W.Gr 48 graus, 17 minutos e 19 segundos.* (NASCIMENTO, 1985, p. 20.)

> É possível observar que, com frequência, a produção intelectual dos educadores brasileiros oscila entre trabalhos de grande densidade teórica, porém distintos do cotidiano escolar, de um lado, e, de outro, trabalhos impregnados de realidade empírica que, por não fornecerem explicações mais universais, não conseguem, por sua vez, satisfazer plenamente a inteligência dos leitores. (BUFFA, 2002, p. 26)

Compreendemos que os fatos históricos devem ser isolados do seu contexto, para que possamos incorporar a eles uma importância singular, um relevo e em seguida, retornamo-nos ao seu contexto original, de forma a facilitar a compreensão desses fatos.

> para o estudo de um fato histórico, é preciso isolá-lo do seu contexto, onde nós vamos dar uma singularidade a ele, e em seguida, recolocamos o objeto de volta ao seu contexto onde agora adquire (ou lhe atribuímos) significado histórico [10]

O detalhe está quando o historiador tenta fazer esse movimento, isolando seu objeto de estudo, pois é neste momento que damos ao objeto toda sua singularidade, gerando um relevo que o diferencia dos demais fatos ocorridos, dando ao leitor a impressão de que o objeto estudado foi mais importante ou mais debatido em sua época do que outros[11]. Imagine o objeto de estudo como sendo a “História da Educação”.

Este ato, de isolar o objeto, tem que ser cuidadoso, pois na prática, nos aparenta a liberdade e a sensação de que é oportuno enquadrá-lo em qualquer lugar, mesmo que fora do seu contexto original, acabando por forjar-lhe um novo contexto que em muitas vezes é bem diferente daquele em que o objeto estava inserido inicialmente. Um exemplo é a prática comum de retirá-lo do espaço do local e forçá-lo num “contexto geral”. É onde sucede o erro. Não é

[10] MAGALHÃES, Justino. **Modernidade, Políticas e Saberes Escolares: Ciclos de Modernização do Brasil**. Universidade Federal de Uberlândia, Seminário apresentado. 16 a 19 de Setembro de 2009. Uberlândia. Minas Gerais. Brasil. 2009. In: Magalhães, Justino. **Duvida teórica**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <justinomagalhaes@ie.ul.pt> em 01 de Novembro de 2009.

[11] Um exemplo deste movimento é quando recortamos de várias edições de um mesmo periódico, somente reportagens relacionadas a um tema específico e quando jogamos estes recortes para o corpo do nosso texto, temos a sensação de que o tema que estamos propondo foi o mais debatido e importante do determinado período e acabamos desconsiderando o fato que um periódico é composto por inúmeras outras páginas e reportagens que, as vezes, ganharam destaques maiores e/ou foram muito mais relevantes do que o próprio recorte que escolhemos. Nos acostumamos a esconder estes fatos. Desta forma, deixamos claro que nem tudo o que estamos apresentando teve realmente uma importância desproporcional no período e local que estamos debatendo. Este cuidado deve ser considerado quando elegemos o tema de pesquisa em História da Educação.

coerente desprezar o contexto local em favor de um “contexto geral” para formatar ou forçar um objeto de pesquisa a teorias ou pressupostos gerais, neste sentido, Gonçalves Neto entende que:

> [...] não se pode trabalhar com segurança a História da Educação nacional sem o domínio do processo nas diversas regiões, o que permite aquilatar a extensão das propostas teóricas e promover as necessárias correções, quando for o caso. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 133)

A História da Educação tem sua relevância em seu tempo e espaço, contudo, temos que considerar o cuidado de não reproduzirmos a idéia de que o tema de pesquisa *educação* é mais importante para a História do que qualquer outro tema. O tema *educação* é importante, porém, não mais e não menos do que outros temas que também se fazem presentes contemporâneos ao objeto-histórico-local-educacional que escolhemos pesquisar.

Buffa ainda complementa que:

> Na história das instituições escolares aninha-se, de fato, a filosofia educacional da sociedade que as cria e as mantém. A questão, porém, é bastante complexa, uma vez que, ao mesmo tempo, fragmentos de várias filosofias, às vezes até opostas, encontram-se na motivação para a criação da escola [...] (BUFFA, 2002, p. 26.)

Quando tratamos de Uberabinha e seu contexto histórico, propomos citar diversos trabalhos, teses e dissertações que variam olhares sobre as mesmas fontes documentais (atas, jornais, leis, etc.) e cada um destes trabalhos apresentaram uma proposta diferente para a mesma questão: a origem e manutenção do progresso em Uberabinha.

Assim, vamos perceber:

> Como um discurso carregado de intenções, constitui *verdades*, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga *saberes* que homogeneízam, modelam e disciplinam seu público-leitor. (BASTOS, 2002, p. 152)

1.2 Amostragem de Teses e Dissertações

Façamos então, a amostragem dos estudos levantados sobre a história de Uberabinha, laboratório da História Local. Os trabalhos apresentados, em sua maioria, pesquisam sobre as mesmas bases documentais. Vamos notar que cada trabalho, mesmo enfocando períodos e fontes similares, constitui temas ou situações diferentes, que cada área do conhecimento ou pesquisador julgou relevante para compreensão de seu trabalho. Como por exemplo, temas como a educação, economia, arquitetura, cultura, etc. Assim, observando estes trabalhos, vamos notar que, apesar dos caminhos dessemelhantes, os pontos de chegada são coincidentes, ou seja, cada trabalho tenta justificar a seu modo, a origem do mito progressista em Uberabinha através de diferentes objetos e, novamente reforçamos, sob as mesmas fontes documentais (jornais, atas, leis, etc.):

No campo da análise histórica propriamente dita, REDUCINO defende que a praça, hoje intitulada Tubal Vilela foi a grande coadjuvante no processo de modernização e progresso da cidade de Uberlândia (Uberabinha antes de 1929) ao se colocar no sentido oposto ao antigo centro, estrategicamente posicionada entre as principais vias de circulação da cidade, efetivando-se como importante influência político-social do século XX desta cidade.

> Localizada na região central de Uberlândia, a Praça Tubal Vilela pode ser considerada singular uma vez que colaborou com o crescimento da cidade em sentido oposto ao seu antigo centro, por ter sido estrategicamente concebida em meio às principais vias de circulação, efetivando sua importância político-social ao longo do século XX. [...] esta praça, pode-se dizer, foi *personagem coadjuvante* no impulso da cidade em direção ao progresso e à sua modernidade urbano-arquitetônica. (REDUCINO, 2008, p. 181)

Já DANTAS generaliza. Coloca que as praticas sociais, políticas e culturais tiveram influência na modernização da cidade, demonstrado pelas construções imponentes, ações de saúde pública, de controle social entre outras que representaram os anseios da comunidade em questão.

> O discurso grandiloqüente incentivou uma série de práticas sociais, políticas, culturais para a construção da cidade moderna. A imagem urbana o atesta. A paisagem da cidade foi continuamente reformulada seja através de construções imponentes, de arborização, da higiene pública e do controle da mendicância, de modo que o espaço urbano se tornasse aprazível e manifestasse os ideais de sua comunidade. (DANTAS, 2001, p. 5.)

RIBEIRO JÚNIOR após analisar fontes discursivas jornalísticas, médicas, políticas, religiosas, historiográficas, memorialísticas entre outras, percebe que o discurso em torno do trabalho e do trabalhador na cidade de Uberabinha tornou-se condição indispensável para a constituição de uma sociedade progressista e civilizada.

> Com efeito, por meio da pesquisa empreendida interrogamos em múltiplos discursos - jornalísticos, médicos, políticos, religiosos, historiográficos, memorialistas, entre outros, o investimento feito na construção e projeção de sentidos positivos às imagens do trabalho e do trabalhador. Percebemos nesse projeto discursivo uma das condições indispensáveis para a instituição de uma sociedade ordeira, progressista e civilizada. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 07.)

CARDIN e BOSI demonstram, através dos conflitos gerados pela reforma urbana no município, no exame de fontes específicas, o contraste entre o discurso e a prática na relação no modo de viver da cidade.

> A presente pesquisa visa discutir a história da cidade de Uberabinha (atual Uberlândia/MG) no período de 1888-1922, identificando e analisando os conflitos gerados pela reforma urbana do município. No exame das fontes foi possível perceber diferentes modos de viver na cidade que contrastavam com a cidade idealizada pelas classes dominantes instaladas no poder municipal. (CARDIN; BOSI, 2002.)

Voltado para o fator econômico, BOSI justifica o progresso da cidade de Uberabinha pelo esforço empreendedor de uma fração da classe dominante em um determinado período e que teria favorecido a consolidação dos mercados regionais, fator este, de fundamental importância para a escalada propulsora do progresso nesta cidade. Bosi ainda faz uma comparação entre a cidade de Uberaba, voltada para a atividade pecuária; Araguari, resumida ao comércio via Ferrovia Mogyana e Uberabinha que assumiu, não por sorte, o papel de entreposto comercial.

> [...] e por um lado é verdadeiro que houve por parte daquela fração de classe um esforço empreendedor que se aproveitou de uma conjuntura econômica favorável para a consolidação de mercados regionais e de um intercâmbio entre estes, por outro lado também é bastante verdadeiro que tal esforço não se tratou - como quis fazer acreditar Pezzuti e boa parte da historiografia sobre Uberlândia - de uma ação clarividente e precursora da transformação econômica vivenciada por Uberabinha, pois não podia agir à margem ou prescindindo de todos os fatores que compuseram o contexto que procurei reconstituir. [...] Portanto, enquanto Uberaba especializava-se na atividade pecuária e Araguari ficava restrita ao comércio via ferrovia Mogiana, Uberabinha assumia de modo intensificado nessa divisão inter-regional do trabalho o papel de entreposto comercial. Porém, é difícil acreditar que tais condições infra-estruturais agiram por si mesmas. (BOSI, 2005, p. 26 e 29.)

LOPES, ao fazer o estudo das fontes *comuns* aos historiadores da História Local em Uberabinha, destaca o progresso através da construção do tecido urbano, ou seja, faz um estudo das ruas da cidade, suas disposições, orientações, enfim, como o discurso de progresso foi interferindo na estrutura urbana da cidade e como esta estrutura influenciava os moradores desta localidade. Lopes ainda vai além, colocando que o planejamento das ruas, assim como seus dados técnicos, como largura, simetria, cumprimento etc., são dados que refletem uma mensagem muda dos poderes políticos e econômicos da cidade.

> [...] levou-nos ao estudo exaustivo da documentação oficial, impressa e transcrita, literatura local, biografias, como também, monografias e teses que se dedicaram a este tema ou o abordaram de forma sucinta. [...] Desta forma, constituiu-se uma tarefa árdua e instigante abrir as frestas no interior desse discurso dominante como forma de compreender, através da construção do tecido urbano, a história dessa "cidade jardim". (p. 118)
>
> Assim, essas novas vias públicas, agora planas, retas e simétricas, foram o suporte para a materialização do discurso do progresso e modernização, transformando-se em lugar preferencial também para a construção das ricas residências das elites e seus salões para bailes e festas. (p.125)
>
> As alterações no traçado da cidade determinam uma nova geografia espacial, econômica e social, provocando transformações nos comportamentos e na maneira como as pessoas se apropriam ou "consomem" esses territórios. [...] Em se tratando da construção do espaço urbano, dados técnicos como largura, comprimento, simetria, altura, não são somente convenções matemáticas. Estas proporções são portadoras de uma mensagem muda, na medida em que convertem o poder político e/ou econômico local em imagens figurativas que são representadas no espaço urbano. (p. 130)
>
> (LOPES, 2008, p. 118, 125 e 130.)

GUILHERME propõe a desconstrução do mito de que Uberabinha propagou-se progressista devido unicamente aos fatores naturais como localização, solo, hidrografia, clima, etc., uma vez que todas as cidades vizinhas a Uberabinha também detinham as mesmas qualidades, assim, algo particular teria acontecido em Uberabinha para que tal progresso sobrevivesse como principal objetivo da cidade até os dias atuais.

> Partindo do consenso contido nas bibliografias que tratam da cidade de Uberlândia (Uberabinha antes de 1929), que, em sua maioria, identificam o progresso da cidade como sendo um fator natural ou *divino*, devido a sua localização, solo, clima, hidrografia etc.; debruçamos sobre fontes primárias como atas da Câmara Municipal de Uberabinha e periódicos locais, encontrando os mesmo fatores naturais e divinos, também presentes em outras cidades vizinhas a Uberabinha, nos levando a considerar que algo diferente deveria ter ocorrido na cidade para que ela passasse a incorporar os ditames republicanos com mais intensidade do que as demais vizinhas [...] (GUILHERME, 2007 p. 06.)

SANTOS, ao analisar as fontes impressas, sobretudo, periódicos locais, coloca a política, a educação e por fim o jornalismo, como principal responsável pela influência na formação dos pilares básicos dos indivíduos desta cidade.

> Essas informações preliminares da reportagem sugerem que política, educação e jornalismo estavam entre os pilares básicos da formação intelectual da cidade e da atuação de grupos políticos. (SANTOS, 2009, p. 217)

Ainda SANTOS, mais uma vez coloca a importância da imprensa na manutenção do poder político local e seu papel de formar e informar cidadãos.

> Como se vê, é inequívoca a relação direta entre a tipografia e o poder público na cidade. [...]
> Pretendemos neste artigo expor algumas informações e reflexões sobre pesquisa em andamento que objetiva localizar, mapear e compreender a criação de tipografias e jornais impressos na cidade de Uberabinha, posteriormente Uberlândia, no período de 1897 a 1950. Interessa-nos particularmente saber se a imprensa escrita, desde seus primórdios em final do século passado, conseguiu**,** apesar das exigências conjunturais de ordem política, econômica, social e cultural, redefinir seu papel e cumprir a função de formar e informar cidadãos. (SANTOS, 2009, p. 207 e 212.)

Na área da *Economia*, temos GUIMARÃES; SILVA, que comprova o progresso local através da integração comercial de Uberabinha com o estado de São Paulo, responsável por uma grande acumulação de capital na região do Triangulo Mineiro, por um crescimento do mercado de trabalho e consequentemente uma diversificação da exploração Capitalista.

> A base deste movimento foi, portanto, a integração comercial e produtiva com São Paulo, possibilitada pela modernização da infra-estrutura de acesso aos mercados de produção e consumo, cujo processo foi responsável por uma representativa acumulação de capitais regionais, crescimento do mercado de trabalho e diversificação produtiva. (GUIMARÃES; SILVA, 2001)

No campo das pesquisas sobre *educação*, VIEIRA demonstra o processo de transformação na profissionalização do professor como aspecto de inserção de Uberabinha no contexto da modernidade.

> Esta dissertação se propõe a apresentar as transformações na profissionalização do professor com base na legislação educacional em Uberabinha no período de 1892 a 1930, como um dos aspectos de inserção da sociedade uberabinhense na atmosfera da modernidade. (VIEIRA, 2004, p. indeterminada)

Adiante, temos CARVALHO, que destaca o Professor Honório Guimarães na iniciativa de instalar na cidade uma escola pública aos moldes republicanos que viesse instrumentalizar a sociedade uberabinhense em sua caminhada rumo ao progresso.

> Por intermédio do exame dessa documentação, tivemos condições de compreender e aquilatar a intenção do projeto educacional pensado pelo referido professor, tendo ele o intuito de instalar na cidade uma escola pública que viesse materializar os ideais republicanos, os quais, segundo ele, iriam instrumentalizar a sociedade na sua caminhada rumo à ordem e ao progresso. (CARVALHO, 1999, p. 14.)

MARTINS evidencia, por meio de fontes *em comum* para os pesquisadores da história local (de Uberabinha), a idéia de progresso, vinculada a educação no município em questão.

> Desse modo, partiu-se da problematização de evidenciar a idéia de progresso vinculada à concepção de ilustração na municipalidade em apreço no período da Primeira República [...] utilizando-se do estudo da documentação oficial (atas da Câmara Municipal), das reportagens da imprensa local [...] (MARTINS, 2006, p. 07.)

CARVALHO pesquisou sobre como o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão teria contribuído para a consolidação do regime republicano em Uberabinha baseando-se para isso, nos princípios de ordem e progresso propagados por esta instituição.

> Trata-se de uma pesquisa na área temática da História da Educação, com o objetivo de apreender o processo de constituição do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, no período de 1911 a 1929, em Uberabinha. [...] Neste sentido, realizamos um estudo sobre a situação educacional de Uberabinha-MG, objetivando encontrar elementos que subsidiassem a nossa discussão em torno da preocupação de se criar, na cidade, o consenso republicano. [...] [e] atender, pela educação, ao interesse maior da nação: a consolidação do regime republicano calcado nos princípios de ordem e progresso (CARVALHO, 2002, p. 38.)

E GONÇALVES NETO explicita que as quatro primeiras Leis de Uberabinha foram Leis que regulamentavam a educação e que este fato demonstraria como a cidade esteve envolvida pelo ideal republicano na busca do progresso pela educação.

> Portanto, as quatro primeiras leis aprovadas no município de São Pedro de Uberabinha, no ano de 1892, foram referentes à educação, o que pode demonstrar como a cidade estaria realmente muito envolvida pelos ideais republicanos de redenção e de busca do progresso pela educação. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 137.)

RIBEIRO comprova em seu trabalho a preocupação da Elite uberabinhense em adequar a forma urbana da cidade para as possibilidades de acumulação de capital, que, através das atividades comerciais, simbolizavam o progresso local. Assim, Ribeiro defende que uma das principais preocupações dos administradores da cidade foi a construção e manutenção de jardins e praças públicas, destacando que ao final da década de 40 (século passado), essas realizações somavam um total de 13 no perímetro urbano da cidade. Estaria na imagem construída da cidade, uma tentativa de representação do progresso e modernidade, calcados em parâmetros de ordem, progresso, estética e higiene, viabilizando o desenvolvimento da cidade pela sua expansão econômica, o que possibilitava o controle e dominação dos governantes no espaço em questão. Por fim, Ribeiro diz que a construção da imagem de cidade moderna, por meio da ordem de estética e urbana, foi uma

obsessão para os governantes locais, assim, a construção da imagem de cidade progressista era o principal objetivo desta gente.

> As mudanças visavam, sobretudo, a adequar a forma urbana às possibilidades de acumulação do capital, de modo que a cidade simbolizasse o progresso, indicativo das novas condições econômicas implementadas pela atividade comercial. Para atingir esse objetivo, era necessário criar uma nova concepção de cidade e de sociedade pela qual seriam impostos os seus personagens novos valores, atitudes e comportamentos, que, sem dúvida, criariam uma nova urbanidade. (p. 143). Nesse sentido, uma das principais preocupações dos administradores eram os jardins, as praças públicas, que somavam 13 no final da década de 1940 [...] (p. 150). Contudo, a elite uberlandense, mesmo com essa prática, teve a constante preocupação de construir uma imagem urbana que representasse o progresso, a modernidade. Essa elite, historicamente, manteve um discurso calcado nos parâmetros de ordem e progresso e de estética e higiene, com intuito de viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica e, fundamentalmente, manter o seu controle e sua dominação. (p. 156). A obsessão da elite pelo progresso, mediado pela ordem e estética urbana, vem desde o início da ocupação do município [...] a construção da imagem de cidade moderna e progressista era seu principal objetivo. (p. 157). (SOARES, 2008, p. 143, 150, 156 e 157)

1.2.1 Conclusão da Amostragem

Visto que cada trabalho, desta pequena amostragem, em maioria, teses e dissertações, apresentaram, justificaram e defenderam determinadas situações estimuladas na cidade de Uberabinha, unanimemente motivadas pelo ideal progressista. Obviamente, cada um destes trabalhos, revela sua própria teoria que, por sua vez, são embasadas nas mesmas fontes oficiais, dentre elas: imprensa local[12], atas e leis do poder público municipal e seus derivados[13].

[12] Sobre a utlização da imprensa, jornal, periódicos e seus derivados como fonte de pesquisa, consultar dentre outras, as seguintes sugestões bibliográficas:
CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil.** Campinas, SP: [s.n] 1971.
CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. Coleção Repensando a História.
BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 1980.
DINES, Alberto. **O Papel do Jornal - Uma Releitura**. 6ª ed. Atual. São Paulo: Summus, 1986.
GONÇALVES NETO, Wenceslau. ARAÚJO, José Carlos Souza. INÁCIO FILHO, Geraldo. GATTI JÚNIOR, Décio. **Educação e Imprensa: Análise de jornais de Uberlândia, MG, nas**

Na abordagem dessas fontes, os autores definem que:

> O primeiro passo nesse tipo de investigação é desvelar a natureza e procedência das fontes consultadas, sabendo que dela se extraem pontos de vista circunscritos às questões de pesquisa definidas pelo pesquisador e que os registros se constituem em bens histórico-culturais porque encerram modos de compreender e expressar normas, valores e portanto cultura, de determinada entidade ou grupo social em determinado espaço e tempo. (SCHMIDT; LUPORINI; LIMA; RIBAS, 2005.)

Sobre a imprensa, GONÇALVES NETO (2002) destaca que o jornal tem sua importância justamente por conter uma diversidade de histórias, uma riqueza de possibilidades.

> [...] o jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos para diferentes interesses, necessita garantir os olhares do público, por mais diversificado que este seja. Apesar do direcionamento ideológico presente nos jornais, não encontramos em suas folhas apenas "uma" história, mas diversas. Daí sua riqueza. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 207-208.)

Considerando então, que todos esses trabalhos utilizam "as mesmas fontes" *em comum*, mas retiram destas "mesmas fontes", cada um, algo diferente, então como justificar/classificar qual delas está "mais" correta? Como posso estabelecer um caminho e desconsiderar todas as outras possibilidades? Por que a minha escolha é mais relevante do que as outras? Como posso defender meu tema desprezando todos os outros apontamentos? Uma vez que temos conhecimento da existência de outras situações (temas), negligenciá-las, não seria "antiético" na prática do historiador? Estes são cuidados que vamos tomar, para não perpetuemos uma produção paradigmática na eleição de temas hierárquicos, sobretudo, no contexto da História da Educação e da História Local.

---

primeiras décadas do século XX. Revista de Educação Pública, CUIABÁ, MT, Vol. 06, n. 10, p. 123-162, 1999.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **Os primórdios da imprensa no Brasil** (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLAND, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador - a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

[13] São *em comum* as fontes guardadas no Arquivo Público de Uberlândia, sobretudo, os únicos exemplares de jornais do início do Século XX, assim como as Atas da Câmara Municipal deste mesmo período e seus derivados (relatórios, etc.), assim como as fontes guardadas no Centro de Documentação em História – CDHIS/UFU.

1.3 História Local

Para entendermos melhor a concepção de História Local que propomos, faremos a seguinte comparação: imaginamos um mapa geográfico mostrando a imagem de um país, nele veríamos os rios, o relevo e outros detalhes importantes. Esta é a História “Geral”.

Escolhendo uma região onde passaria, por exemplo, um determinado rio e ampliando a imagem (*zoom*), esta, se tornaria cada vez mais detalhada. Escolheríamos agora um ponto seguindo a passagem deste rio (uma cidade, por exemplo), notaríamos inúmeros detalhes que não eram vistos no mapa geral, detalhes que não conhecíamos. Esse pontinho que ampliamos, que, quanto mais perto, mais detalhado, chamamos de História Local.

Neste exemplo, notamos que a História Local diferencia-se da história “Geral” justamente na riqueza dos detalhes e no raio de abarcamento, ou seja, quanto mais próximos estivermos do nosso objeto, quão maior será o patrimônio de detalhes e quão menor o raio espacial, consequentemente, será exigido um esforço diferenciado na compreensão e estruturação da proposta. No mesmo exemplo, ao retirarmos o *zoom* e retornamos a visão para o mapa geral, vamos ver novamente o mesmo rio, onde ele nasce e onde ele deságua. Porém, ao aproximarmos de outro ponto deste mesmo rio, vamos notar que, apesar de ser o mesmo rio, os sujeitos inseridos neste outro ponto apropriaram-se deste mesmo rio de uma maneira completamente diferente do primeiro. Assim concluímos que os fatos e/ou teorias gerais são como os rios deste mapa, que, mesmo observados num plano *geral*, não são da mesma forma absorvidos em todos os lugares e as vezes, nem mesmo são absorvidos.

Nesta direção, Barbosa distingue a noção de tempo vivido por uma totalidade (história geral) do tempo vivido em cada localidade (história local), de forma que, o ambiente do local, incorpora vivências totalmente distintas das vivenciadas do contexto de totalidade:

> A história “generalizante” trabalha com a noção de um tempo uniforme, comum a todos os espaços, o chamado “tempo do mundo” na definição de Fernand Braudel; uma espécie de “superestrutura da história global”, que o grande mestre francês apressou-se em dizer que “não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens” . [...] À História Local e Regional importa a apreensão do “tempo dos lugares”, o tempo realmente vivido por cada localidade, composto por um amálgama de experiências distintas dos pólos hegemônicos num mesmo momento histórico. (BARBOSA, 1999.)

Desta forma, não seria correto desprezar os acontecimentos locais que são contemporâneos aos fatos estudados enquanto história local. Assim sendo, também não seria correto isolar contextualmente o tema estudado, num contexto local, direcionando-o ao enquadramento direto ao contexto geral, ou seja, não é equitativo compreender uma História Local fora do seu “contexto local”.

Assim:

> Nesta perspectiva metodológica, estudamos a educação [História Local] considerando-a em relação ao contexto social no qual se insere, observando que ela só tem significado explicativo dentro de um determinado processo, no qual estão presentes fatores sociais, políticos, e econômicos que se influenciam mutuamente. **(Gonçalves Neto, Carvalho, Araújo. 2002. p. 71)**

Não colocamos essa questão para criar qualquer tipo de constrangimento entre nós pesquisadores ou muito menos fazer a defesa da História Local ou Geral, pelo contrário, a intenção é posicionar que, existindo diversos caminhos para chegar em uma mesma direção, não seria conveniente (ou ético) desconsiderá-los na construção deste trabalho onde, sobretudo, rege-se pela História Local.

Entender, por exemplo, o movimento dos Grupos Escolares em Minas Gerais na primeira fase da República no Brasil é diferente de entender a criação de um Grupo Escolar específico. Num contexto Geral, o Grupo Escolar de Uberabinha é uma estatística enquanto, no contexto Local, o Grupo Escolar de Uberabinha passa a ser algo particular, com suas especificidades e conflitos contextuais, políticos, culturais, oportunos, etc., que somados, possibilitaram a composição dentro de um determinado espaço-tempo deste Grupo Escolar em especial.

A História Local é um ambiente onde “todas” as histórias se entrelaçam. É fato que, para facilitar uma análise, separamos o nosso objeto do contexto em que ele está realmente inserido e, mecanicamente e/ou instintivamente e/ou paradigmaticamente e/ou compulsoriamente o submetemos a uma realidade forçada ou irreal. É ai que cometemos o pecado. A História Local é feita por fatos locais, por movimentos locais, que acontecem no seu dia a dia e para que possamos analisar os fatos locais com um mínimo de precisão, não podemos desconsiderar esses “fatos locais”. Assim, a História Local *não necessariamente se configura em uma história marginal ou ligada em discussões exclusivamente teóricas*[14].

Se existem diversos caminhos para um mesmo ponto de chegada, também temos que considerar que não existe apenas um contexto educacional, mas sim vários.

> podemos afirmar sem grandes riscos, que a História da Educação Brasileira, salvo honrosas exceções, foi escrita sem consulta às evidências, partindo, quase sempre, do enquadramento um tanto forçado dos processos educacionais em grandes teorias determinadas aprioristicamente. (GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO, 1996, p. 03.)

Desta forma, é plausível que o contexto educacional brasileiro, partindo da História Local, não seja idêntico em todas as partes do Brasil. Assim, seria pouco prudente julgar que todo e qualquer movimento relacionado à Educação em Uberabinha, Minas ou Brasil, no contexto de uma História Local, esteja integrada a um único e imutável contexto (educacional) Geral brasileiro.

Mesmo porque, na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891, contemporânea ao tema desta pesquisa, não apresentou uma generalização de qualquer meta para a educação primária ou secundária, sendo esta missão repassada então, para a responsabilidade de cada Estado, o que por si só já distinguiria um projeto educacional Brasileiro, diferente para cada Estado.

Em Minas, temos, na sua Constituição de 15 de junho de 1891, apenas uma pequena referência de como deveria se dar a regulamentação da Educação no perímetro do Estado:

[14] CARVALHO, 2007, p.63.

> **Art. 117 -** A lei de organização de instrução pública estabelecerá: **1º -** a obrigatoriedade do aprendizado, em condições convenientes; **2º -** preferência dos diplomados pelas escolas normais, para a investidura no magistério; **3º -** instituição do fundo escolar; **4º -** fiscalização do Estado, quanto a estabelecimentos particulares de ensino, somente no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística[15].

Baseando-se nesta passagem, GONÇALVES NETO (2002, p. 134) apresenta as primeiras leis que deliberaram sobre a educação em Minas Gerais, sendo elas, a *Lei n.º 41 de 03 de agosto de 1892*, chamada reforma Afonso Pena, regulamentada pelo *Decreto n. º 655 de 17 de outubro de 1893*; a *Lei n. º 221 de 14 de setembro de 1897*; e a *Lei n. º 439 de 28 de setembro de 1906*, reformada pelo *Decreto n.º 1960 de 16 de dezembro de 1906*, mais conhecida como reforma João Pinheiro.

No mesmo trabalho, GONÇALVES NETO (2002, p. 135) chama a atenção para as quatro primeiras Leis de Uberabinha, de 1892, que são Leis voltadas para a regulamentação da educação, ficando então demonstrado que cada cidade mineira teve autonomia na manutenção das suas próprias Leis educacionais e mesmo que "guiadas' por uma Lei maior, seja Estadual ou Federal, seria difícil anexa-las em uma única direção referente a um único movimento educacional, seja brasileiro, seja mineiro.

BARROS defende ainda que, atrelar o espaço historiográfico a uma região administrativa, geográfica, ou de outra natureza pode comprometer de forma substancial o trabalho do historiador.

> Atrelar o espaço ou o território historiográfico que o historiador constitui a uma pré-estabelecida região administrativa, geográfica [...], ou de qualquer outro tipo, implicava em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites. [...] (BARROS, 2006, p. 472.)

Completamos que na história local, prender o tema de pesquisa e amarrá-lo a contextos e/ou teorias gerais pré-estabelecidas, apesar de confortável, é ignorar a realidade em que está inserido o fato local. Mais uma vez, BARROS diz que:

---

[15] MINAS GERAIS. Constituição (1891). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: promulgada em 15 de junho de 1891.

> Uma determinada prática cultural [...] pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo [educacional por exemplo] não coincide necessariamente com a região geográfica no sentido tradicional. (BARROS, 2006, p. 472.)

Caminhando nesta mesma direção CAPRINI, demonstra como a relação regional x nacional (ou Geral) pode acarretar em rompimentos de *estereótipos historiográficos*, ou seja, rompimentos de antigos conceitos ou teorias até então intocáveis.

> O estudo regional nos permite estabelecer comparações, uma vez que, ao estabelecermos uma relação do regional com o nacional, nossa visão e compreensão de determinado fato se amplia, possibilitando romper com estereótipos historiográficos. (CAPRINI, 2007 p. 04.)

Esse rompimento mostra que a História Local tem suas especificidades e que estas especificidades devem ser respeitadas pelo historiador. O *local* tem uma autonomia historiográfica e, segundo AMADO, é no *local* que as teorias (Gerais) são testadas e, muitas dessas teorias (Gerais), ao serem confrontadas com a realidade do local, não raras vezes, se mostram *inadequadas ou incompletas*:

> (...) a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas. (AMADO, 1990, p. 12-13.)

Desta maneira, concluímos que na História Local, o deslocamento do objeto de estudo, do ambiente local, para um enquadramento num contexto nacional (Geral), exclusivamente de forma paradigmática, pode causar considerável distorção na construção da história pretendida, artificializando contextos históricos ou mesmo construindo ficções.

Enfim:

> não nos fixamos apenas em uma única linha teórica; adotamos uma postura mais plural e, ao mesmo tempo, buscamos não cair no ecletismo, mal que por vezes assola alguns setores da historiografia brasileira. Com isso, compactuamos com Chiara, que afirma: "O cientista social deve não se deixar levar e confinar por um único fluxo teórico metodológico" (CHIARA, 1982, p. 16). De fato, essa postura plural se fez necessária dada a especificidade de fontes como as pesquisas. Neste aspecto, considera-se pertinente a observação de BOAKARI (1992), afirmando que o marco referencial teórico não é uma camisa de força, nem para o pesquisador nem para o problema que está sendo pesquisado. (GONÇALVES NETO; CARVALHO; ARAÚJO. 2002. p. 71)

Apresentamos em tempo, outra questão que nos intriga e que também aflinge este trabalho. Para que serve, se não para o próprio currículo do autor, a História da Educação?

Esta questão nos permeia sempre que lemos algum trabalho desta linha de pesquisa. Uma possível resposta, confortável, para esta questão, é a tentativa de dar uma importância prática ao estudo que se deseja realizar, ou seja, tentar trazer questões que possam contribuir de alguma maneira para a contemporaneidade do autor. A pesquisa em História da Educação não pode e não deve se reduzir ao simples papel de constituição do currículo do autor que propõe a pesquisa, mas deve produzir algum tipo de conhecimento útil e aplicável aos dias contemporâneos à publicação, ou seja, deve conter um caráter útil para além da promoção do próprio autor. Esta utilidade não é necessariamente algo concreto, mas pode e deve variar dentre diversas maneiras, como por exemplo: resgate da memória histórica de determinado recorte sócio-temporal como o caso da "construção" de uma memória para sustentação do ato da Proclamação da República.[16] Outra alternativa é a preservação pelos apontamentos de fontes e/ou documentos, assim como também pela própria proposta histórica apresentada pelo autor, ou seja, o trabalho publicado passa a ser um índice documental dos fatos pesquisados, mesmo assim, se compreender questões como: Por que preservar estes fatos? Qual a importância destes fatos? Etc.

[16] Em seu livro *A Formação das Almas*, (p. 55-73), José Murilo de Carvalho demonstra a importância da História na construção dos sujeitos históricos, no caso, Carvalho coloca como se deu a construção do *mito de Tiradentes* e a importância da sua manutenção como herói da República brasileira.

Destarte, temos a responsabilidade de lembrar que a opção pela História Local, irá reduzir o campo de interesse deste trabalho ao próprio “Local”, ou seja, o levantamento histórico de um fato Local, raramente interessará a alguém que esteja fora da realidade do contexto deste próprio “Local”. Considerando ainda os casos onde são utilizadas as pesquisas do “Local” para compor dados, estatísticas ou mesmo comparações com outras ”localidades” ou “mapas gerais”.

Portanto, quando fazemos a opção pela pesquisa em História Local, é preciso também pensar em como imaginamos a sua relevância para os dias atuais no “limitado” contexto em que ela se insere.

Não estamos condenando, de nenhuma maneira, as Histórias produzidas com o único e exclusivo fim curricular, mas apenas pretendemos chamar a atenção para uma discussão sobre a ética na prática em História da Educação a qual estamos inseridos. O historiador tem uma importância social que deve ir além da sua “eu-centrista” atuação profissional-educacional. É preciso repensar a prática em História, neste caso, em História da Educação. É preciso pensar a prática da pesquisa histórica num raio de ação que consiga perpassar os limites da *Academia* e atingir/contribuir no mínimo, com a coletividade a qual pertence. A ética na produção da pesquisa histórica deve ser revista.

1.4 Breve Introdução à Uberabinha-MG

Uberlândia, até 1929, era chamada de São Pedro de Uberabinha (Uberabinha). Está localizada na região do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais, Brasil, conforme a ilustração abaixo:

Ilustração 2: Localizando Uberlândia.

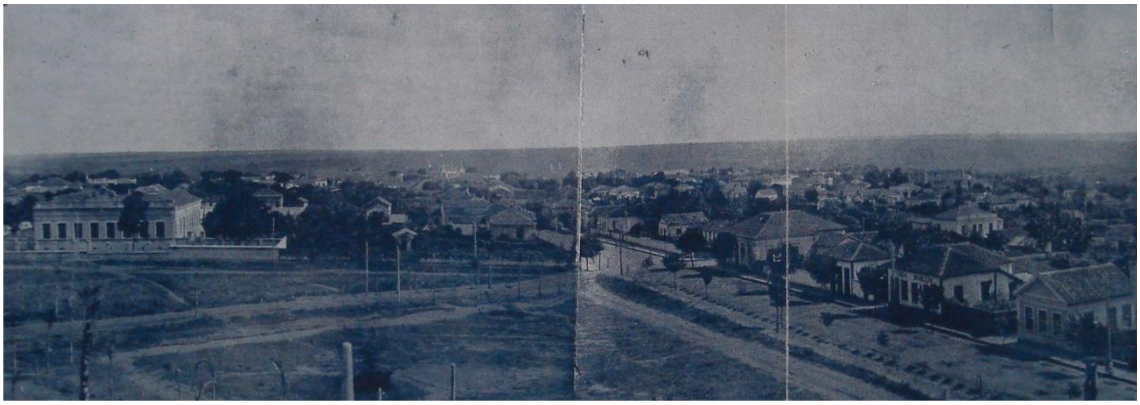


Fonte: Mapa vetorizado e criado pelo autor.

Uberabinha foi distrito da cidade de Uberaba-MG[17] até 1888. Sobre a história desta cidade, consultar dentre outras, as bibliografias sugeridas no APÊNDICE I.

[17] Consultar no ANEXO I, o mapa político de Minas Gerais em 1920.

Figura 1: Vista parcial da cidade de Uberabinha: prédio do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão à esquerda, ao meio, a praça hoje chamada Tubal Vilela. (1922).



Fonte: PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, 1922. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

Em dados do recenseamento realizado no Brasil em 1920, com relação a Uberabinha, encontramos, a cidade com 22.956 habitantes. Destes, 840 não eram brasileiros; 14.073 eram oficialmente analfabetos; 4.390 eram crianças em idade escolar[18]; e 9.354 eram mulheres. A quantidade de residências na zona urbana da cidade era de 3.377 construções e a média de impostos federais, estaduais e municipais para cada cidadão uberabinhense gerava em torno de 28$744 (vinte e oito mil e setecentos e quarenta e quatro réis).

Dados interessantes (em 1920)

Uberabinha tem 22.956 habitantes.

Esses habitantes pagam durante o anno:

Impostos federais	120:521$219
Impostos municipaes	245:000$000
Impostos Estadoaes	294:366$767

Cabe a cada um habitante pagar portanto,

Municipal	10.672
Estadoal	12.822
Federal	5.250

Uma media de 28.744 de impostos, annualmente.
[vinte e oito mil e setecentos e quarenta e quatro réis]

[18] Relatório do Agente Especial do Recenseamento em Uberabinha publicado parcialmente no jornal ***A Tribuna*** (21 maio 1922. Ano III. n.º rasurado.).

Esses habitantes possuem,
1.792 zebús puros,
54.440 cabeças de gado commum e
13.380 bezerros.
840 desses habitantes são extrangeiros
194 doentes
14.073 analphabetos
750 maior de 50 annos
34 surdos e cegos
4.390 de 7 a 14 annos
9.354 mulheres
Occupam esses habitantes 3.377 prédios.

Do Relatório do Agente Especial do Recenseamento em Uberabinha (**A Tribuna, 21 maio 1922**. Ano III. n.º rasurado.)

1.4.1 Uberabinha e o Progresso

Temos que em Uberabinha, o ideal de progresso apresentou-se de tal maneira que se fez necessária a construção de um novo prédio para o *Gymnasio*, não para mudar o seu currículo, mas porque o antigo prédio não condizia mais com a expressão de modernidade que a cidade permeava.

Uma cidade quão prodigiosa seria digna de um prédio que representasse o progresso e não o atraso. Um novo prédio para o Ginásio foi uma necessidade vital para os “olhos” da *população* de uberabinhense.

> O processo de construção histórica da República, enquanto memória é mostrado num percurso de criações simbólicas do fato, do mito, da coisa em si e dos símbolos oficiais. (RIBEIRO, 2006, p. 04.)

Outros prédios, que não se enquadravam mais num determinado padrão de estética, foram criticados e demolidos e muitas vezes nem mesmo reconstruídos. É o caso do Prédio da Igreja do Rosário destacada num recorte do jornal *A Tribuna* de 07 de Setembro de 1919, contemporânea a constituição da Sociedade. Notaremos um discurso bem semelhante ao conduzido ao novo prédio do Ginásio quando o jornal diz que, apesar da Praça Ruy Barbosa estar recebendo melhoramentos, o *exdruxulo casebre* (Igreja do Rosário) deveria ser demolido a título de *saneamento*, e caso fosse novamente erguido, que fosse em outro local, com recurso da própria *Santa* e seguindo todos os parâmetros moderno da *archictetura*.:

> Com estes melhoramentos aqueles logradouros ficarão muito valorisados, pois, segundo nos consta, a Camara quer também arborisar e Grammar o centro da Praça Ruy Barbosa. Ficará, entretanto, no centro desta, como um attentado ao nosso bom gosto o exdruxulo casebre que acode pelo rótulo da Egreja do Rosário, o qual, como obra de saneamento, deverá ser demolido, erguendo-se em outro local, com os recursos da Santa, um templo pequeno, mas moderno e de accordo com a nova archictetura. (**A Tribuna, 07 setembro 1919**. Ano I. n.º 01.)

O ideal progressista, ao atingir até mesmo os templos religiosos, demonstrando que não era monopólio da educação. Outro recorte, de janeiro de 1920, o mesmo *Semanário Independente e Noticioso* ataca desta vez o prédio de outra Igreja, o da Matriz e mais uma vez classificando-o como antigo e inadequado para a progressista cidade de Uberabinha. Note a agressividade do discurso:

> É tempo de se pensar na construção de uma boa egreja, em nossa cidade. A Matriz, velha, pequena e antiquada, não está mais convindo ao nosso desenvolvimento e ao progresso que, ininterruptamente, nos anima. Da pequena egreja do rosário nem devemos falar. Está fora de todo e qualquer commentario. Parece uma humílima egrejinha de aldeira transportada para a praça Ruy Barbosa. (**A Tribuna, 18 janeiro 1920**. Ano I. n.º 19.)

Não só a Igreja do Rosário, mas a própria Igreja Matriz foi alvo de críticas com relação a sua antiga construção e a consequência deste ato levou posteriormente, a construção de uma nova Igreja Matriz, maior e *mais moderna* do que a anterior, situada hoje, na Praça Tubal Vilela.

Outros fatos neste mesmo contexto são constantes em Uberabinha. Abaixo, desta vez, *A Tribuna* não faz referência a um prédio antigo, mas um elogio ao novo edifício onde será instalada a nova sede da Cia Força e Luz na cidade:

> Entre as construcções mais importantes desta cidade para o anno próximo, vamos ter a do predio da Companhia Força e Luz à Praça da Liberdade. É um lindo predio assoalhado e que ficará em mais de cem contos. Será uma das primeiras construcções de Uberabinha, quer em tamanho, quer em esthetica. Mas, o que esse edifício vem preencher, como se sabe, é também, a última data vaga do *largo do cemitério velho*. (**A Tribuna, 14 dezembro 1925.** Ano 8. n.º 314.)

Em seguida, extraímos das Atas da Câmara Municipal, um discurso referenciando o padrão progressista da cidade ao registrar a construção do Paço Municipal como sendo o primeiro grande marco republicano em Uberabinha.

> Paço Municipal - Locado no centro da Praça da Liberdade, com 4 fachadas , o Paço Municipal levanta-se distinctamente , destacando-se de todas as construcções da cidade , de todos os outros edifícios do mesmo gênero que adiantado [...], acabado, será um dos melhores da cidade e o primeiro do Triangulo (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 3 março 1917**. pg 26/verso.)

Nota-se que o mesmo ideal que motiva a construção de um prédio adequado para o Ginásio de Uberabinha, é também, o mesmo ideal que denigre a Igreja do Rosário e a Igreja Matriz; que elogia grandes prédios referenciando-se no Paço Municipal e que dita diversas outras ações nesta mesma direção. É importante salientar que templos religiosos carregam simbolismos muito bem definidos[19]. O simbolismo que um templo religioso representa é algo realmente considerável[20]. Mesmo assim, o movimento que paira sobre a cidade de Uberabinha condiz com a ideia de que é possível alcançar o "progresso" de alguma maneira. E o progresso se faz em todas as partes e lugares, mesmo que para isso, *tenhamos* que derrubar a Igreja Matriz.

Foi dentro deste contexto que se inseriu a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, ou seja, no contexto local de Uberabinha e não fora dele.

Igual motivação também recebeu a construção do novo prédio do Fórum, do campo de futebol da Associação Esportiva de Uberabinha, do novo prédio do Banco de Crédito Real[21], etc. O que se passa dentro dos novos edifícios são consequências e não motivações. Assim, a preocupação com a construção do novo prédio do Colégio ou da nova Igreja Matriz, está mais relacionada, por exemplo, a uma estética arquitetônica municipal (contexto

---

[19] *Em diferentes contextos sócio-espaciais o fato religioso imprime marcas no espaço. São formas simbólicas, imagens, símbolos e outras portadoras de significados religiosos*. (ROSENDAHL, 2009, p. 01)

[20] Assim *a compreensão plena dos símbolos é impossível fora do contexto litúrgico, pois mesmo que as outras ciências tentem estudá-los só é possível ter uma experiência simbólica concreta dentro do contexto de fé a que ela pertence.* (MATOS, 2009, p. 05)

[21] **A Tribuna, 28 maio 1922**. Ano III. n.º 141.

local) do que propriamente a um movimento educacional ou religioso brasileiro, a exemplo do recorte abaixo apresentado, onde o periódico *A Tribuna*, de novembro de 1919, condena as edificações construídas em desacordo com o planejamento urbano da cidade. E apesar de ainda não existirem ali, um fluxo contínuo de veículos, o jornal explicita que futuramente haverá e assim, é preciso tomar providências o mais rápido possível. O jornal fala do bairro Patrimônio:

> Vamos ter, por deliberação da Câmara, a reforma do bairro – o Patrimônio d'Abbadia.
> Não se fará mais edificações naquelle parte da cidade em que se procedam o alinhamento e a organisação geral que se vae dar ás ruas, ali. Há tempo de se por em execução essa medida. Apezar de não ser muito preferido para habitação, o bairro d'Abbadia precisa desde já obedecer certas regras em suas construções para, futuramente, não constituir embaraços ao arranjo das vias públicas. (**A Tribuna, 23 novembro 1919**. Ano 01. n.º 11.)

Nesta mesma direção, GUIMARÃES coloca que não é possível analisar qualquer ação dentro do território do Triangulo Mineiro sem considerar as especificidades históricas em sua diversidade. O que nos remete a compreender que não há somente um ponto de análise, mas diversos pontos que vão constituindo o universo histórico-local em torno dos contextos uberabinhenses.

> [...] qualquer plano ou ação sobre o território triangulino deve levar em consideração suas especificidades históricas, sua amplitude geográfica e sua diversidade [...] (GUIMARÃES, 2004, p. 18.)

1.5 Educação na História Local: O caso de Uberabinha

Na História, sobretudo, na História da Educação, temos a ideia ou sensação de que o motivo educacional é a grande roda da História, principalmente da primeira república no Brasil, não consideramos bem assim. A Educação é um dente desta roda, é um, dentre os mais variados temas, que nós historiadores escolhemos para trabalhar. A educação não é o centro, e sim, parte deste mecanismo. Se assim não fosse, teríamos indicações de avanços culturalmente substanciais em todo campo educacional, e não é isso que aconteceu e não é isso que acontece, porquanto, nos dias atuais. Temos sim avanços, mas avanços relativamente lentos, que caminham a pequenos passos, de tempo em tempo, ainda se comparados a outras temáticas históricas, gráficos de investimentos, etc. Assim como a temática *educação* temos, por exemplo, em Uberabinha, temáticas ligadas a economia, a arquitetura, a política, a cultura, as tecnologias, ao social, ao religioso, etc. Cada uma dessas temáticas, são prontamente referenciadas, em Uberabinha, nas leis, na imprensa, no oral, nas atas e seus derivados e nos mais variados documentos, que por fim, são comuns a todas as temáticas. Ocorre que, citações muito mais destacadas ou inflamadas são desconsideradas em favor da temática *Educação*. Nesta linha, compreendo a História da Educação como uma engrenagem de um processo maior, ela não é o motor. Essa análise nos permite trabalhar em consonância com os fatos locais e nos dá maior liberdade para relacionarmos com as mais variadas temáticas.

Em nosso caso, temos a reunião de um grupo de pessoas que fundaram a Sociedade para juntos construírem um prédio exclusivamente levantado para fins educacionais. Esse grupo de pessoas foi composto por indivíduos de posse e com poderes políticos na cidade de Uberabinha que também tinham envolvimento em outras iniciativas de cunho particular na cidade, formando uma espécie de elite local[22]. Esse grupo de pessoas, coincidentemente, construiu um prédio exclusivamente para abrigar uma escola, no caso, o *Gymnasio de Uberabinha*.

[22] O conceito *Elite*, de forma geral, exclui do processo social os sujeitos que não pertencem a ela, desconsiderando o fato de que os sujeitos sociais estão em constantes interlocuções. Contudo, o conceito foi utilizado para delinear um grupo de pessoas dirigentes da cidade em um momento específico.

No momento da construção deste prédio, Uberabinha passava por uma euforia progressista. A arrecadação municipal crescia a cada ano, os investimentos do poder municipal em infraestrutura eram evidentes e mais e mais pessoas vinham para Uberabinha atraídas pelas oportunidades locais[23].

> **PROGREDINDO**
>
> Quem lançar um olhar retrospectivo sobre o passado de Uberabinha, não terá necessidade de afastar muito a vista para espantar diante do grande salto que demos. Auxiliada por forças possantes e favoráveis á sua rápida evolução, a nossa cidade ganhou animação, cresceu, expandiu, tomou vida.
>
> Era de se suppor que um tal avanço, tido por muitos como ephemero, seria de facto, de pouca duração. E, como nos organismos as causas naturaes, tal mutação causaria o cansaço, a debilitação, a ruína do paciente.
>
> Tal, porem, não se verificou. A marcha continua rápida, firme.
>
> Múltiplos factores concorreram e concorrem para esse progresso.
>
> Por circunstancias várias novos campos foram abertos á atividade do nosso povo, novos horizontes se descortinaram, deixando ver ao homem experiente e activo outros agentes de riqueza e de properidade. (**A Notícia, 19 janeiro 1919**. Ano I. n.º 26.)

Apesar do *Gymnasio de Uberabinha* estar em funcionamento na cidade desde 1915 (e não 1912)[24], o que incomodava os cidadãos[25] uberabinhenses

---

[23] GUILHERME, 2007, p. 44.

[24] Diferentemente do que é paradigmaticamente e/ou automaticamente e/ou compulsoriamente e/ou inconscientemente ou propositalmente reproduzido nas bibliografias com referência ao *Gymnasio de Uberabinha*, sob direção do *Professor Cel. Antônio Luiz da Silveira,* onde publicam a data de 1912 como a data de sua instalação, vimos que este fato ocorreu, na realidade, em 1915, e não em 1912 conforme é evidenciado por trabalhos ainda hoje, publicados. Em uma rápida pesquisa de curiosidade sobre esta informação encontramos os seguintes indicativos:

a) Primeira referência ao Ginásio do Professor Antônio Luiz da Silveira é encontrado nas Atas da Câmara Municipal de Uberabinha de 29 de janeiro de 1915 (p. 27 frente) em um pedido do próprio Professor, onde ele pede auxílio para **despesas para a instalação** do Ginásio: *Coronel Antonio Luis da Silveira Director do "Gynasio de Uberabinha", pedindo um auxilio para cobrir as despezas de installação do referido estabelecimento. A commissão de instrucção".*

b) Pela lei Municipal n.º 173 de 19 de Abril de 1915, o cidadão Antônio Luiz da Silveira, *Director do Gymnasio de Uberabinha* e futuro arrendador do prédio da Sociedade, recebeu um auxilio da Câmara Municipal no valor de 2:000$000 (dois contos de réis) **a título de auxílio para as despesas referentes a instalação deste estabelecimento na cidade**, obrigando-se a matricular, por indicação do Agente Executivo e sem ônus para a municipalidade, dez meninos considerados pobres.

c) No livro de Cônego PEZZUTI (1922, p. 39) foi dirigida a seguinte frase com relação ao Ginásio: ***Durante os sete annos de sua existência*** *o Gymnasio de Uberabinha há affirmado, como um instituto sério e proficientemente apparelhado para a instrução do segundo grao*. Ou seja, 1922 menos 07 (sete) anos é igual a 1915.

d) O próprio Antônio Luiz da Silveira diz com suas próprias palavras em um ofício direcionado à Câmara Municipal de Uberabinha e lido em sessão extraordinária do dia 21 de novembro de

não era o fato da existência deste Ginásio, mas sim a existência de um Ginásio de pequeno porte, que funcionava em um ambiente improvisado e incompatível com os ideais modernistas deste município, conforme ilustração abaixo:[26]

Figura 2: Ginásio de Uberabinha (1919).



Fonte: INVENTÁRIO da Coleção "João Quituba". Série: Fotografias. *Ginásio de Uberabinha, Praça de República, hoje Tubal Vilela. Reitor Antônio Silveira.* Uberabinha, 1919. Uberlândia, 1989. Referência JQ-0807, p. 41. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

1924 (p. 5 verso): ***Desde 1915, data da fundação do Gynasio de Uberabinha**, este estabelecimento de ensino gosa da subvenção de 2:000$000 annuaes [...].*
Podemos ainda continuar...
e) A presença do Ginásio de Uberabinha somente é notada a partir da Lei Orçamentária aprovada em 1915 em diante, graças a lei n.º 173 aprovada em 19 de abril de 1915.
f) Pelo vereador Julio Alvarenga foi mandado para apreciação da Comissão de Redação e Instrução da Câmara Municipal em 05 de julho de **1915** (Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, p. 42 verso). *A Câmara Municipal por seus vereadores decreta: Artigo 1º - Fica o sr. Agente Executivo autorisado a conceder gratuitamente ao Gymnasio de Uberabinha e suas dependências a água necessária ao seu consumo **desde a sua installação**. Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões, em 5 de julho de 1915. Julio Alvarenga*. Este projeto não foi aprovado.
g) ARANTES (2003, p. 70) ainda afirma com relação a criação dos Cursos Médios / Segundo Grau em Uberabinha: *"**1915 – Ginásio de Uberabinha**, dos professores Antônio Luiz da Silveira e João Martins;"*
h) Ainda em Cônego PEZZUTI (1922, p. 39), nenhuma referência a data de 1912: *Os primeiros ensaios de instrucção secundária em Uberabinha datam de 1904, anno em que o prof. João Basílio de Carvalho aqui fundou um externato. Seguiram-lhe o Collegio Bandeira (1908), o "Collegio Mineiro" (1909 a 1914), o Collegio S. José (1910), com internato e externato.*O Colégio Mineiro, de propriedade do Professor José Avelino, não pode ser confundido com o Ginásio de Uberabinha de propriedade de Antônio Luiz da Silveira, mesmo porque, teríamos então que considerar a data de 1909 como sua fundação, e ainda, considerar a compra do Colégio Mineiro pelo Silveira (não temos evidências), mudando a sua denominação e razão social, sua direção e seus princípios. Mesmo assim a data de 1912 continuaria incompatível.
i) Na busca da origem primária do mito sobre a data de 1912, em conversa pessoal com o Historiador e Jornalista Antônio Pereira da Silva, durante inúmeras pesquisas sobre a história da cidade de Uberlândia, ele demonstrou que este mito pode ter tido origem no livro de Tito TEIXEIRA entitulado *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central* (vol. 1. p. 96) o que passo também a concordar.
[25] O conceito de Cidadãos que utilizamos considera os sujeitos politicamente ativos na cidade, sujeitos sem representação política não nos interessa neste momento.
[26] Idênticas preocupações também acarretaram a substituição dos prédios: da antiga Câmara Municipal pelo novo prédio do Paço Municipal; do antigo Fórum pela construção do novo prédio do Fórum, da antiga Igreja Matriz pelo novo prédio da Igreja Matriz; diversas tentativas de demolição da Igreja do Rosário; então, nada mais natural do que substituir o prédio "improvisado" do atual Ginásio de Uberabinha por um prédio novo e moderno para o próprio Ginásio de Uberabinha.

Vejamos no recorte abaixo, retirado do jornal *A Notícia*, de 02 de fevereiro de 1919, onde foi destacada a necessidade de substituir as acomodações do atual Ginásio que, apesar de merecer todas as admirações pelas suas atividades, carecia de um espaço adequado para a realização de suas atividades, ficando a promessa de que esse *problema* poderia ser resolvido:

> Pelo que temos ouvido em rodas bem informadas, um bom patriota que tem seu nome ligado a obras meritórias de nossa terra, pretende enfrentar agora o problema da construcção, por meio de acções, de um predio de adatapção propria para o "Gymnasio de Uberabinha", aspiração justíssima, de há muito acalentada por todos os habitantes desta cidade. Estamos certos de que esse importante problema terá agora a sua definitiva solução, vindo, assim, concorrer para novos surtos de progresso do já acreditado estabelecimento. (**A Notícia, 02 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 28)

Uberlândia, desde o tempo de Uberabinha, sempre propôs obras monumentais[27], que alavancassem algum status progressista. O prédio da Sociedade estava, sobretudo, submerso neste contexto sendo o que se almejou foi um prédio bonito, grande o suficiente para ser imponente e digno da cidade onde se encontrava, capaz de, assim como os outros prédios, tornar-se um ícone, coincidentemente, educacional.

Após a construção do prédio, o antigo Ginásio, de propriedade do *digno educador Antônio Luiz da Silveira,* transferiu-se para o novo prédio num processo de arrendamento (aluguel), ou seja, transferiu-se a sede para o novo prédio e ali ficou. Assim, o que o ideal educacional (geral) brasileiro interferiu nesse processo? Do ponto de vista deste trabalho, nada. Porém, é plausível que, considerando o prédio da Sociedade, deixando o momento da construção e apanhando o momento do funcionamento do "novo" Ginásio em diante, ai sim podemos interferir a favor de um contexto "educacional geral brasileiro", onde teremos as leis que o orientam, o regimento interno, etc. Porém, o que discutimos aqui, é que, no momento da construção deste prédio, a motivação para construí-lo está, neste sentido, muito mais ligada aos contextos locais de progresso do que propriamente aos contexto gerais-educacionais. Lembrando que o prédio foi uma iniciativa particular e não pública.

[27] Como por exemplo, o Paço Municipal, o Novo Fórum e o Grupo Escolar.

1.6 Especificidades do Local

No contexto local temos que Uberabinha, em 1919, passava por sua primeira sensação de modernidade e progresso graças às crescentes arrecadações anuais e consequentes investimentos da Câmara uberabinhense nos processos de modernização da cidade. A cidade crescia economicamente, fisicamente e em número de habitantes. O ideal de progresso tomava conta de vez da população, que passava a viver e reproduzir este espírito progressista[28]. Melhor exemplificado está nas linhas do jornal *A Notícia* de Março de 1919, onde é feito um breve relato do movimento progressista em Uberabinha:

> De uma pequena agremiação de casas, em 92, a este vasto scenario de ruas e avenidas ladeadas por avultado número de construções modernas, que estimuladas por um justo espírito de competições, evidencia-se o passo gigantesco dado em lapso de tempo relativamente curto. A edificação urbana já ultrapassa a 1.200 prédios; a população vae para 7000 almas e o progresso continua em todas as suas manifestações, rápido, franco, sem estacar de encontro as barreiras que por ventura as eventualidades lançam em sua marcha [...] (**A Notícia, 30 Março 1919**. Ano I. nº. 36)

Temos na cidade obras e leis que fomentam a ideia de modernidade. Apresenta-se em Uberabinha obras de higienização, como encanamento de água e constantes ampliações do sistema. Ampliação da distribuição elétrica, leis que regulam a matança de animais vide matadouro público, transferência do antigo cemitério para um local mais afastado do centro, leis que regulamentam as fachadas das casas, muros e passeios, abertura de ruas em alinhamento com um plano diretor ou similar, adequando e/ou demolição as casas em desacordo, construção do Paço Municipal e do Novo Fórum[29], Cinemas, rede de esgotos[30], telefonia, praças, etc.

Dentro de tudo isso, destacamos ainda, mais um elemento do cotexto-local-uberabinhense que deve ser considerado: o movimento das Associações e Sociedades.

---

[28] GUILHERME, 2007, p. 30.
[29] Novo Fórum (**A Tribuna, 30 julho 1922**. Ano III. n.º 150.)
[30] Esgotos (**A Tribuna, 21 maio 1922**. Ano III. n.º 140.)

1.6.1 O Movimento das Associações e Sociedades em Uberabinha

No contexto-local-uberabinhense, somamos outro fator histórico que reforça a influência do local em nosso objeto de estudo, o movimento das Associações em Uberabinha.

Por algum tempo, foi comum em Uberabinha a formação de Associações ou Sociedades para fins diversos. Contudo, convergiam em um único sentido: “contribuir para o progresso local”, ou seja, mantinham a qualidade comum de prover a cidade de Uberabinha com algum favor que tivesse referencias no progresso local.

Essa noção de progresso é bem clara para os Uberabinhenses, e conforme veremos, ela apresentou-se em toda e qualquer direção. O progresso para esta localidade não significava necessariamente inclinamento para uma ou outra área específica, mas significava um conjunto de ações que eram somadas aos interesses locais. A soma destes interesses é que será por nós, compreendida como progresso. E é assim que a cidade acontece, somando esforços e somando expectativas, cada “um” contribuindo com sua fração para que a localidade alcançasse o tão sonhado progresso.

Faremos então, a exposição de algumas dessas Associações e Sociedades para que possamos seguir e concluir o pensamento.

1.6.1.1 Associação Sportiva de Uberabinha

A *Associação Sportiva de Uberabinha* (A.S.U.) foi criada principalmente como iniciativa de centralizar as atividades esportivas da cidade e com especial destaque ao *foot-ball*. A principal meta, a curto prazo, foi a construção de um local adequado para as atividades futebolísticas, ou seja, a construção de um Estádio. Veremos que esta Associação, assim como as demais que serão apresentadas, foi contemporânea a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (Sociedade), contudo, o entusiasmo do jornal com essa Associação é igual ou maior do que para com a Sociedade. O recorte apresentado destaca a boa vontade dos uberabinhenses em contribuir com

essa entidade. Ainda temos somado aqui, o fato de que o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro são integrantes do Conselho de Administração da Sociedade Progresso de Uberabinha e que o presidente desta Associação foi nada menos que o próprio Agente Executivo, nos proporcionando uma questão: Por que o Agente Executivo assume uma responsabilidade "paralela" de algo que na "teoria", já não seria da própria Câmara Municipal? A resposta é talvez bem mais simples do que imagina: é que "talvez" não fosse uma obrigação ou prioridade, neste momento, para a Câmara Municipal, em investir neste objetivo. Assim completamos: Será que a responsabilidade da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* perante a Câmara Municipal teria sido tão diferente desta Associação esportiva? Consideramos ainda que nesta, o próprio Agente Executivo é o seu presidente, o que revela certa preferência ou importância nesta modalidade de "progresso" pela municipalidade e na sua Diretoria e Conselhos estão pessoas tão ou mais importantes quanto da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* e as citações nos periódicos locais também se estendem por diversos números.

Seguindo a dinâmica, o Sr. Agente Executivo, presidente da Associação esportiva, João Severiano Rodrigues da Cunha, fez a leitura de um manifesto. Este manifesto, disse que, considerando que Uberabinha é um grande centro comercial, intelectual e artístico; considerando que um local específico para a prática de alguma atividade poderia contribuir para a redução da marginalidade; considerando que o *foot-ball* é a modalidade esportiva mais generalizada até então e; destacando por fim que a falta de uma *praça de sports* deixava a cidade de Uberabinha em *situação de inferioridade ás suas irmãs do Triângulo*, assume a *Associação Sportiva de Uberabinha*, a construção deste inadiável melhoramento: um Estádio de *Foorball*.

> Prosegue, com bastante enthusiasmo, a tomada de títulos do empréstimo levantado nesta cidade para a construcção da sua praça de esportes. Felizmente a "Associação" encontra boa vontade de todos e por isso é de se presumir que dentro de muito pouco tempo o seu campo e as archibancadas estejam concluídos. [...] Acceita a proposta, foram acclamados: Presidente honorário – Cel. Villela Marquez; Presidente effectivo – J. S. Rodrigues da Cunha; Vice-Presidente - Custódio da Costa Pereira; 1º Secretário – José da Fonseca e Silva; 2º Secretário – Carmo Martins Prudente; Thezoureiro – Cel. Agenor Bino; Orador – José Pepe; Director sportivo – Dr. Alberto Alves Moreira. [...] Notava, entretanto, que sendo Uberabinha um cidade grande, de vida activa e população cosmopolita, não possuía ainda uma organisação sportiva definida. Por isso convidava os presentes a cooperarem os seus esforços em torno da "Associação", emprestando-lhe força, dando-lhe vida. Ponderou que a falta de uma praça de sports era um entrave ao desenvolvimento das aspirações dos seus associados e por isso, contando com a boa vontade da população local, ia expor um plano viável para a construção de um campo de foot-ball, passando então a ler o seguinte MANIFESTO:
> Considerando a importância da cidade de Uberabinha como praça commercial, centro intellectual e artístico, de incontestável valor nestes últimos tempos;
> Considerando que a falta de diversão é uma das causas que determinam a tristeza em que vive immersa a população local, levando parte della ao isolamento e outra ao vício;
> Considerando que o Sport é uma das mais radiantes manifestações de actividade em todos os centros de progresso e attendendo a que o *foot-ball* é dos gêneros sportivos, o mais generalisado, e, por isso mesmo, o que mais seduz pelos seus lances emotivos e pelos elementos de sympathia que atrahe, creando a *torcedura*;
> Considerando que a falta de uma praça de sports collocava esta cidade em uma situação de inferioridade ás suas irmãs do Triângulo, causando este facto uma desagradável impressão.
> A Associação Sportiva de Uberabinha, creada nesta cidade para preencher os nobres intuitos contidos no seu programa, contando hoje e sempre. (**A Tribuna, 21 maio 1922**. Ano 3. n. º 140.)

1.6.1.2 Sociedade "São Vicente de Paula"

Aqui mais uma vez vamos encontrar a "associação" de um grupo de pessoas interessadas em suprir algum *déficit* que julgam encontrar na cidade. A intenção agora é envolver o máximo de pessoas possíveis para a responsabilidade que a cidade tem para com os pobres e velhos locais. Promoveu-se a construção de um *Asylo*, ora destacam a *velhice desamparada*[31], ora a pobreza, conforme recorte abaixo. Porém esta

[31] A tribuna, 4 de abril de 1920 / ano 1 n.º 30.

Sociedade (São Vicente de Paula) dá um passo além das demais Associações ao promover não somente pedidos de caridades para com os munícipes, mas intervindo com barraquinhas, quermesses, leilões e outras formas de interatividade, estimulando diferentes formas de doação/arrecadação:

> A benemérita "Sociedade S. Vicente de Paula", desta cidade, tem promovido kermesses em benefício da construção de um asylo [Santa Casa da Misericórdia] para a pobresa desamparada. Essa iniciativa tem encontrado todo o apoio da parte da nossa sociedade, sendo já bastante animador o resultado alcançado nos leilões realisados. (**A Tribuna, 28 março 1920**. Ano I. n.º 29.)

1.6.1.3 Sociedade Musical de Uberabinha

A Sociedade Musical de Uberabinha (S.M.U.) foi fundada sob o status de modernidade para aquela comunidade, ou melhor, segundo os uberabinhenses, a cidade chegava a um patamar de progresso que permitia existência deste luxo. Na ocasião apresentada no recorte abaixo, é dada posse a *Directoria* que não por surpresa, encontramos novamente alguns nomes que, aqui empossados, são também integrantes do Conselho e/ou sócios da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*: Custódio da Costa Pereira, José Theophilo Carneiro, José Villela Marquez, J. S. Rodrigues da Cunha (Agente Executivo) e Daniel Fonseca e Silva.

A Sociedade Musical de Uberabinha apareceu logo de início com mais de 200 sócios e ainda, segundo o periódico local *A Tribuna*, eram integrantes da classe "elite" da cidade:

> A festa da "Sociedade Musical de Uberabinha", em sua sede á Praça Ruy Barbosa, demonstrou cabalmente que caminhamos para um grão de progressiva actividade, onde o bom gosto repercute.
> Os que amam verdadeiramente Uberabinha e querem fazer della um centro civilizado, de organização inteiramente moldada no cadinho onde se confraternizam as almas, onde não foram esquecidas as liberdades sociaes, não faltaram com o seu concurso a florescente corporação artística, onde nem faltou a alma vibrante do bello sexo a emprestar-lhe o doce encanto de sua faceta mágica e imperadora.
> Depois de empossada a directoria, constante dos illustres elementos desta cidade, como sejam, coronel Arlindo Teixeira, presidente; Daniel Fonseca e Silva, thezoureiro; Olívio Silva, 1.º secretário; Armando Rosa, 2.º secretário; dr. Costa Cruz, orador; e do conselho fiscal composto dos srs.capitão Custódio da Costa Pereira, drs. Olavo Ribeiro, Antônio

> Lopoes de Oliveira e Rodrigues da Cunha, tendo faltado com causa participada o sr. Antônio Costa, vice-presidente, coronel José Theóphilo Carneiro, José Villela Marquez e dr. Rodrigues da Cunha, deu o sr. presidente a palavra ao orador que produziu uma vibrante oração, agradecendo a honra que lhe davam de pertencer a uma corporação genuinamente uberabinhense.
> Festejando a posse de sua directoria, a "S.M.U." offereceu aos seus futuros associados um animado baile que se prolongou até ás 2 horas da manhã, em o qual se via o que ha de mais representativo em nossa sociedade.
> Sabemos que o número de sócios da "S.M.U." eleva-se a 200, sendo a mesma composta dos cidadãos mais prestimosos da nossa cidade.
> Os seus estatutos já se acham devidamente revistos e impressos.
> (**A Tribuna, 04 dezembro 1921**. Ano III. n.º 116.)

O Estatuto desta sociedade artística foi publicado no periódico local *A Tribuna* em 21 de novembro de 1920[32].

Só para constar, a Câmara Municipal de Uberabinha aprovou, em 1919, para o ano de 1920 (repetido em 1921 e 1922), uma subvenção de 1:500$000 (um conto e quinhentos mil réis), quase o dobro pagos até agora à *Banda Musical "União Operária"* [que] *passou quase uma década recebendo um subsídio fixo anual de 800$000 (oitocentos mil réis)* [33], desativada em 1919[34], apesar dos constantes pedidos de aumento. Aprovado em 1922 para o orçamento do ano de 1923 e reforçado com a lei municipal nº. 291 de 13 de julho de 1923, segue em 1924 e 1925, a subvenção de 3:000$000 (três contos de réis) à *Banda de Musica para tocar no jardim aos domingos e feriados,* já sabido que somente a *Banda 7 de Setembro* (S.M.U.) é que tinha autorização para essa função, confirmando este apontamento quando da reorganização da Banda "União Operária" em 1924 pedindo que fosse incluída na verba destinada as Bandas Musicais, porém teve pedido negado pela Câmera que disse somente poder haver subsídio através de concorrência pública. A verba deixou de ser ofertada nos anos seguintes.

---

[32] **A Tribuna, 21 novembro 1920**. Ano II. n.º 63.
[33] GUILHERME, 2007, p. 78
[34] Com a saída do músico e regente *Lindolpho França*, a Banda "União Operária" foi temporariamente desativada ou "extinta" segundo o periódico local (**A Notícia, 16 março 1919**. Ano I. nº. 34.) abrindo espaço para a constituição desta nova Sociedade Musical de Uberabinha, também denominada Banda Sete de Setembro. (**A Tribuna, 20 março 1921**. Ano 2. nº. 80.)

> [...] deve ser indeferido o requerimento da Banda Musical [União Operária] que deverá esperar concurrencia publica para entrar com sua proposta visto como serviços municipaes de valor superior a 500.000 e que não tenham justificação de urgência só podem ser contractados precedendo concurrencia publica. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 04 janeiro 1924.** p. 34/verso.)

1.6.1.4 Sociedade de Concertos Symphonicos

O que se sabe desta Sociedade é muito pouco. Imaginamos que ela não tenha se efetivado pelos seguintes motivos: a falta de registro nos documentos utilizados nesta pesquisa sejam jornais, atas ou outros, diferentemente do que acontece com as demais Sociedades; além de constatarmos que, após a tentativa da "União Operária" de dividir com a *Sociedade Musical de Uberabinha*, o altíssimo subsídio propiciado pela Câmara Municipal, essa modalidade de *auxílio e subvenções* foi definitivamente cortada do orçamento Municipal, ou seja, 1925 foi o último ano de pagamento desta subvenção, sendo que nos anos que se seguiram, ao menos 1926, 1927 e 1928, não foram encontrados nem comentários nem referências, nas atas da Câmara Municipal para com esta subvenção.

A referência abaixo demonstra a exaltação do periódico a mais uma iniciativa, desta vez, ressaltando a participação do futuro Senador *Camillo Chaves*, que promete fazer uma doação de peças musicais ao acervo desta entidade:

> O enthusiasmo que neste momento se apodera de todo o uberabinhense pelas boas iniciativas que aqui vão sendo coroadas dos melhores êxitos deve tocar, neste momento ao ponto mais elevado.
> Não é bastante dizermos do nosso Gremio Feminino, único em Minas, da nossa modelar Santa Casa, do nosso Instituto Commercial, da nossa Escola Normal, de uma dezena de outras iniciativas úteis em vias de realização. Temos agora a Sociedade de Concertos Symphonicos, essa corporação que vem occupar o segundo logar em Minas e amparada por um conjuncto de virtuoses composto de elementos como Vieria Maldonado, um dos mais esforçados de seus fundadores, Alyrio França, dr. José Rodrigues Valle e outros muitos elementos do conjuncto artístico desta cidade.

> O nosso preclaro e talentoso amigo dr. Camillo Chaves, que é um excelente amador musical, promptificou-se a offerecer de parceria com o director desta folha, as primeiras peças musicaes que devem figurar no archivo da sociedade.
> Esse gesto do nobre representante de Minas sensibilisou sobremaneira os fundadores da insigne corporação que levará bem longe o nome da nossa querida Uberabinha. (**A Tribuna, 22 fevereiro 1925**. Ano VII. n.º 280)

1.6.1.5 Liga da Bondade

Com base em seu Estatuto, publicado em 07 de outubro de 1923 no jornal *A Tribuna*[35], essa interessante Associação foi constituída por alunos do Grupo Escolar de Uberabinha e nos transparece dupla finalidade. A primeira, seria a de repassar aos alunos, a responsabilidade da auto-vigilância, com valores referenciais de caridade, fraternidade e de gratidão. A Liga poderia para isso, conferir prêmios aos alunos que se destacassem, dentro ou fora do ambiente escolar, nos valores já citados. Cabia também à Liga o auxílio material a algum aluno enfermo que de alguma forma fosse considerado "carente" e por fim, competia também punir os alunos considerados maus exemplos *da boa educação social e cívica*.

Uma segunda função que caberia à Liga da Bondade seria a de preparar os alunos para uma experiência Associativa, administrativa ou burocrática, além de implantar aos demais alunos, a noção republicana de representação (voto). A Liga foi mesmo uma forma de estágio para os alunos e uma mantenedora para a difusão do ideário progressista da cidade, neste caso, a propagação da noção de funcionamento de uma instituição associativa, tão comum na cidade naquele momento.

Deste modo, ao ser a Liga da Bondade, apoiada pela Diretoria do Grupo Escolar, uma vez que *cada secção da Liga terá uma professora encarregada da fiscalização, a quem cumpre assistir as sessões e assessorar a directoria*, e, ao ser a *Directoria* formada por *um presidente e um thesoureiro eleitos entre os alunos do quarto anno, um vice-presidente e um secretário entre os do terceiro; e os fiscais entre os alumnos de qualquer classe, escepto do primeiro*, teríamos nesta Associação, um estágio, um incentivo, de prática, em pequena escala, do

[35] Estatuto da Liga da Bondade (**A Tribuna, 07 outubro 1923**. Ano V. n.º 212.)

movimento das Associações em Uberabinha, preparando o aluno para o seu futuro.

1.6.1.6 Grêmio Recreativo Feminino

Talvez seja o *Grêmio Recreativo Feminino*[36] a primeira associação, com sede organizada e diretoria constituída, totalmente feminina de Uberabinha. Numa rápida procura, não encontramos muitos detalhes desta associação:

> **INAUGURAÇÃO DO GREMIO FEMENINO.**
>
> Realiza-se domingo, ás 14 horas, a installação da séde do Gremio Recreativo Feminino, á praça da Liberdade. [...] É um vasto salão, collocado em magnífico ponto, dispondo de luz e ar em abundancia. [...] a instalação official, conforme dissemos, realizar-se-á domingo, para o que tivemos um gentil convite da senhorinha Aurora Chaves, directora da associação. (**A Tribuna, 18 janeiro 1920**. Ano I. n.º 19.)

1.6.1.7 Associação das Mães de Família

Esta associação explica-se na sua denominação. Foi uma Associação de Mulheres que tinham por finalidade o auxílio às pessoas desprovidas e também a promoção de festividades beneficentes. As suas atividades não tinham caráter comercial ou industrial, foi uma Associação de cooperação, de ajuda, uma forma de ocupação para as mulheres, esposas dos ricos *cidadãos* uberabinhenses. Um exemplo de auxílio desta Associação foi a festa promovida em auxílio às *creanças pobres do Grupo Escolar local*[37]. Muitas das associadas tinham o mesmo sobrenome dos homens que integravam a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, como: D. Anna Carneiro, Julieta C. Guimarães, Izaura Carvalho Teixeira, Iveta Borges Villela, Cândida Carneiro, Vindinha Vieira da Cunha, Teixeira Chaves, Brazilica Pacheco, Judith Avelino Giffoni, Oneyde Borges Fonseca.

---

[36] **GRÊMIO Literario Recreativo Feminino**. *Revista Ilustração Mineira: Literatura,Critica Commercio e Lavoura*. Uberabinha, 1926, p. 20. (Arquivo Públio Municipal de Uberlândia)
[37] **A Tribuna, 13 janeiro 1926**. Ano IX. n.º 316.

Sob a presidência de D. Amanda Teixeria, a Associação Mães de Família reuniu-se no Paço municipal no dia 24 de novembro, para decidirem sobre uma festividade denominada *reveillon* que aconteceria na cidade em 13 de dezembro de 1925:

> Sob a presidência da exma. sra. d. Amanda Texeira, a 24 deste esteve reunida no Paço municipal a directoria social dessa utilíssima e respeitável corporção. Entre outros assumptos discutidos ficou deliberado um *reveillon* para 13 de dezembro e no qual tomarão par as nossas principaes famílias [...] A' d. Amanda Teixeira e as distin associadas dessa benemérita sociedade apresentamos os nossos parabéns por mais essa opportuna iniciativa. (**A Tribuna, 27 novembro 1925**. Ano VIII. n.º 311.)

1.6.1.8 Sociedade de Cultura Física e Naturismo "Esparta Brazileira"

Fundada em meados de 1922, esta sociedade esportiva foi especializada em esportes de variadas modalidades, sobretudo, o atletismo. Tinha como principal objetivo, promover em Uberabinha, a prática de esportes que necessitassem de força física com base do progresso cívico e moral.

> Estatuto – Capítulo I – Art. 1 – A sociedade "Esparta Brazileira" tem por fim, organizando-se, desenvolver em Minas, especialmente em Uberabinha o cultivo metódico da saúde e da força física como base de selecção para o progresso das virtudes cívicas e moraes, da intelligencia e do trabalho. (**A Tribuna, 5 novembro 1922**. Ano IV. n.º 164.)

No ano seguinte a sua fundação, 1923, esta sociedade fez uma grande chamada convidando, para o dia 25 de março, ao 12h, a quem quisesse comparecer em sua sede, um *apezivel campo athlectico, ás margens do rio Uberabinha na ponte do Porangahy, da estrada da companhia Auto-viação.* Nesta oportunidade, foram exibidos espetáculos de *jogos olympicos* de exibição de força, agilidade, resistência e saúde; campeonato de pesos, corridas, saltos de barreira, *trabalhos de barra fixa e parallelas*, natação e luta Greco-romana; além de *música, cantos, etc*.[38]

[38] (**A Tribuna, 11 março 1923**. Ano IV. n.º 182.)

1.6.1.9 Sociedade Anonyma Grupo Espírita Fé, Esperança e Caridade

Esta Associação é constituída com bases na doutrina espírita. Passou a constituir-se legalmente em 18 de Maio de 1919. Interessante notar no recorte abaixo, duas passagens interessantes. A primeira, diz respeito à possibilidade da criação de *hospitaes*, *escolas* e de uma *bibliotheca* por esta entidade. O segundo fato, que também merece relevância, é que esta sociedade passa a ser, segundo os registros que tivemos acesso, a primeira sociedade mista de Uberabinha, ou seja, a primeira sociedade que aceitou e manteve em sua Diretoria ao mesmo tempo, homens e mulheres, conforme assinado ao final do Estatuto transcrito abaixo:

> Aos 18 dias do mez de Maio de 1919, na Cidade de Uberabinha, Estado de Minas Gerais, em casa de residência de Gustavo José da Silva, reuniram-se em assembléa geral os assignados, membros do "Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade" com o fim especial de se organizarem juridicamente em Sociedade civii com a forma anonyma. [...] Art. 4º - os fins da Sociedade são: a) Organisação de estudos e trabalhos práticos de espírita para que tratará a Sociedade de organizar casa, bibliotheca e que para tal fim se requeira. b) Organisação de um serviço de soccorro e beneficência a necessitados, podendo para isso fundar escolar e hospitaes, como quanto para assistência espiritual ou material se requeira. Uberabinha, 18 de Maio de 1919. Ignácio Pinheiro Paes-Leme, Gustavo José da Silva, Alfredo José da Silva, Zulmira Gonzaga, Fructuoso Netto, Bounerges Marques da Silva, Enéas Gonzaga, Francisco Beljak, Julieta Gonzaga, Marcelino de Oliveira, José Júlio da Silva, Cyrillo Nunes Moreira, Joaquim José da Silva, Emilianna Gonzaga, Odilon José Ferreira, João Pereira dos Santos, Maria Angelina Carneiro, Plácido Maia Santos, Emygdio Marques da Silva, Nelson Gomide, João José da Silva, José Joaquim da Silva, Francisco Franco da Rocha, Maria Gonzaga. (**A Tribuna, 07 dezembro 1919**. Ano I. n.º 13.)

1.6.1.10 Liga Operária

De alguma forma, a criação e tolerância a uma associação de operários - que matinha organizados indivíduos ex-escravos, brancos e estrangeiros trabalhadores que representavam, sobretudo, mão de obra - significou para Uberabinha um grande passo em direção ao progresso. Assim, a presença desta instituição representava também uma espécie marco progressista, uma

etapa a atingir, um *elemento do progresso*[39]. Segundo BOSI (2002, p. 02.), houveram duas tentativas de elaboração da Liga Operária, uma em 1911 e outra em 1914 e que *a criação dessa Liga deve ser lida como uma tentativa efetiva de organização da classe trabalhadora de Uberabinha*, desde que não desconsideremos a ideia de que Uberabinha era uma cidade empossada pelos "Coronéis" e que tal Liga Operária não seria possível caso não houvesse uma tolerância, um desejo ou um consenso dos "dirigentes" da cidade. Cypriano Del Fávero, futuro construtor do Paço Municipal (1917)[40] foi também um dos idealizadores da Liga Operária em 1911.[41]

Abaixo, uma citação do jornal *A Reacção*[42] citando nomes da nova Diretoria:

> Realiou-se domingo a assembléa da Liga Operária para eleger sua directoria, que ficou assim organizda: Presidente, sr. Malachias Leite Peixoto; vice-presidente, Gustavo José da Silva; 1º secretário, Zacharias do Valle Monteiro; 2º secretário, Nelson Grama; 1º thesoureiro, dr. Benjamin Monteiro; 2º thesoureiro, Francisco Bernardes de Assis; conselho deliberativo, Cícero Alvim, João José [...] (**A Reacção, 28 maio 1925**. Ano II. n.º 62.)

1.6.1.11 Associação União dos Chauffeurs

Esta associação, segundo RIBEIRO JÚNIOR, foi bem parecida com a organização de um sindicato, pois a intenção foi fortalecer e direcionar um determinado grupo de trabalhadores:

> Além das greves e dos movimentos públicos de protestos, os trabalhadores também procuraram organizar suas lutas através das associações que tinham como objetivos, não apenas a defesa de seus interesses junto aos empregadores, como também construir elementos formais de solidariedade. (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 79.)

---

[39] GUILHERME, 2007, p. 67.

[40] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 3 março 1917**. p. 26/verso.

[41] **O Progresso, 22 abril 1911**. Ano 4. nº. 184.

[42] *Órgão do partido oposicionista — denominado "coió" —, o jornal A Reação foi criado em 1924 e teve* [como proprietário, o coronel Antônio Alves Pereira e] *como redator-chefe o jornalista Lycídio Paes, que fundaria O Reflexo, em 1923, e o Voz Central, em 1940. Destacam-se na atuação do A Reação questões referentes ao abastecimento de água e a força e luz. A filha de Paes, Yolanda Paes, e Maria Stefani criaram, em 1925, A Mariposa, jornal feminino que contou com diversos colaboradores e publicou poemas, crônicas e frases pitorescas. Ainda em 1925, Artur Barros e J. Faria fundaram o jornal O Repórter; em 1947, quando foi publicada a reportagem na Revista Ilustrada, seu diretor e proprietário era João de Oliveira e seu redator-chefe, Lycídio Paes*. (SANTOS, 2009, p. 221.)

Em 1924, especulou-se a fundação da *União dos Chauffeurs* em Uberabinha onde ressaltamos dois pontos importantes. A primeira foi fato de notar que a publicação não saiu no jornal *A Tribuna*, onde a maioria das associações relatadas neste trabalho foram publicadas, mas em um periódico também local chamado *A Reacção*. Segundo, que a *directoria* provisória desta iniciativa foi composta por dois elementos da "elite" uberabinhense, ou seja, uma instituição de classe dirigida por patrões: Fernando Alexandre Villela, fundador da *Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal*, e Lycidio Paes, fundador deste mesmo periódico *A Reacção*.

> Reuniram-se domingo ultimo, ás 15 horas, no Cinema Central, diversos chauffeurs desta cidade, previamente convidados para o fim de se fundar uma sociedade protectora da classe. O sr. Evaristo de Castro, promotor da reunião, expoz os motivos que o levaram a fazer aquella convocação, e, depois de ouvir os seus collegas, indicou para constituir a directoria provisória o dr. Fernando Alexandre Villela, como presidente, e o nosso companheiro Lycidio Paes, como secretario. [...] Tratando-se de uma classe já numerosa no nosso meio, é de esperar a Victoria dessa louvável iniciativa. (**A Reacção, 17 julho 1924**. Ano I. n.º 17.)

Nas atas da Câmara Municipal entre 1924 a 1926 encontramos algumas referências aos *chaufferes* uberabinhenses, sobretudo na tentativa de aprovação de uma Lei que regulamentasse a categoria[43]. Cabe aqui um estudo mais detalhado.

1.6.1.12 Associação "*Dansante"*

O movimento das Associações em Uberabinha parece realmente interferir no contexto da cidade em todas as direções. Para quase toda atividade, tem-se a criação de uma sociedade ou associação. Talvez fosse uma questão de *status* social pertencer a alguma sociedade ou associação, sendo ainda mais saliente a composição em alguma diretoria ou conselho.

[43] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 03 de abril de 1924.** p. 50/frente.

Agora, apresentamos a composição da *Associação Dansante*:

> Domingo passado, por iniciativa do sr. Silvério do Val, reuniram-se diversos rapazes da nossa *elite*, no salão do Cinema Central, afim de se discutirem as bases de uma associação dansante [conforme original]. (**A Tribuna, 07 março 1920**. Ano I. n.º 26.)

1.6.1.13 Associação Grêmio Dramático de Uberabinha

A Associação Grêmio Dramático de Uberabinha foi uma entidade artística semelhante à *Sociedade Musical de Uberabinha*. Esta Associação esteve voltada para apresentações cênicas, com espetáculos dirigidos pelo *Sr. Adalberto Pajuaba*:

> Está marcado para depois de amanhã o primeiro espectaculo do Gremio Dramatico de Uberabinha, o utlissimo club de diversões recentemente creado nesta cidade e cuja direcção artística se acha entregue á vocação dicidida e á competência technica do sr. Adalberto Pajuaba. (**A Tribuna, 18 junho 1922**. Ano III. n.º 144.)

1.6.1.14 Associação Grêmio Literário "Alberto de Oliveira" e Grêmio Literário Recreativo de Uberabinha

Segundo GONÇALVES NETO (2007, p. 127.) estes Grêmios fazem parte dos "pulsões culturais" do interior do Brasil, denotando *tanto a presença de vida cultural como a falta de continuidade e a dificuldade de consolidação destas iniciativas*.

O primeiro, Grêmio Literário "Alberto de Oliveira" foi fundado por alunos do Ginásio de Uberabinha em 1916, tendo como *objecto o desenvolvimento moral e intellectual dos seus sócios*. O recorte sugere atenção a primeira reunião para eleição da nova Diretoria:

> Sabemos de boa fonte que se reorganisou no Gymnasio de Uberabinha o Grêmio Literário "Alberto de Oliveria" sociedade fundada em 1916 pelos alumnos d'esse estabelecimento de instrucção e que tem por objecto o desenvolvimento moral e intellectual dos seus sócios. Hoje terá logar a primeira reunião da associação da qual se procederá á eleição da Directoria que derevá dirigir os seus destinos durante o anno de 1919. (**A Notícia, 23 março 1919**. Ano I. n.º 35.)

Já o segundo Grêmio, apesar de ser bem parecido com o primeiro, não foi fechado a um grupo específico de sócios. Teve a intenção de dotar Uberabinha com uma Biblioteca, mantendo por finalidade, propiciar aos sócios, diversão literária, musical, dançante entre outras atividades. Qualquer cidadão, acima de 18 anos poderia se tornar sócio do Grêmio, desde que aparentasse bons costumes e tivesse uma profissão honesta[44].

> Já com um anno de vida, é de se crer que o grêmio não mais deixará de existir. De todas as associações que Uberabinha tem tido, essa é a única que conseguiu durar tanto**.** (**A Tribuna, 05 outubro 1919**. Ano I. n.º 05.)

1.6.1.15 Sociedade Mutuo Soccorso Italiani Uniti

Pelo que se apresentou, esta sociedade foi fundada com intuito de auxiliar os descendentes italianos residentes em Uberabinha. Sua diretoria constituiu-se de nomes até hoje reconhecidos, a exemplo da família *Calábria*.

Os 56 sócios que compareceram *à Assemblea* destacada neste recorte, demonstra a quantidade elevada de estrangeiros italianos nestas *bandas*:

> Movimento Associativo – Sociedade Mutuo soccorso italiani uniti-sua fundação – Compareceram 56 sócios à Assembléa.
> Com a presença de 56 sócios em assembléa fundou-se, hontem, nesta cidade n.º louvável movimento associativo a Sociedade Mutuo Soccorso Fratelli Italiani Uniti que depois das formalidades de-praxe elegeu a sua directoria que ficou assim constituída: Presidente, Eduardo Felice; 1º. Secretario Clemente dell' Isola; 2º. Secretário, Henrique Perri Filho; Thezoureiro Antônio Calábria. Conselheiros: Antônio Magrini, Henrique Petri, Theodoro Mazzini, Francisco Zupano, Antônio Martinelli, Alfredo Pighnit, e para vice-conselheiro, Francisco Ramella e Francisco Zupano. (**A Tribuna, 05 novembro 1923**. Ano V. n.º 216.)

1.6.1.16 Associação Comercial de Uberabinha

Apesar de ter sido fundada somente em 1933[45], a Associação Comercial de Uberlândia (ACIUB) começou a ser proposta desde a década de 20, do

[44] "Estatutos do Grêmio Litterario Alberto de Oliveira". (**A Notícia, 06 abril 1919**. Ano I. n.º 37.)
[45] ACIUB. Associação Comercial e Industrial de Uberlândia. **História da ACIUB**. Disponível em: < http://www.aciub.com.br/?arq=historia>. Acesso em: 03 fevereiro 2010.

século passado. Como se sabe, hoje ela é uma das instituições de maior influência na política do município de Uberlândia.

> Há tempos noticiamos que vários elementos do nosso comércio pretendiam fundar aqui a nossa Associação Comercial. [...] Esperamos que em breve, com a simplissima e feliz engrenagem da nossa organização quer commercial quer industrial, tenhamos mais este melhoramento nesta cidade que será sem dúvida alguma um dos mais auspiciosos. (**A Tribuna, 18 março 1923**. Ano IV. n.º 183.)

1.6.1.17 Uberabinha Club

Clube criando para abrigar e reunir festas, bailes entre outras festividades particulares. Foi considerado de certa contribuição ao progresso local e foi um ponto de diversão para os uberabinhenses:

> Acha-se há dias funccionando á Avenida Affonso Penna o Uberabinha Club, dirigido pelo sr. José Lino de Faria. Há muito nesta cidade fazia-se sentir a falta de uma casa onde á noite se pudessem reunir alguns amigos. O Uberabinha Club veio prehencher esta lacuna tendo espalhado pela cidade e município, a varias pessoas gradas, amistosos convites. Fazemos votos para que esse ponto de diversão uberabinhense torne-se de dia para dia mais prospero [...] (**A Tribuna, 9 maio 1926**. Ano VIII. n.º 330.)

1.6.1.18 Club de Regatas

Neste recorte, um grupo de rapazes entrou em contato com o jornal *A Tribuna* pedindo uma opinião sobre a possível formação de um *Club de Regatas e Natação* em Uberabinha, apesar da crítica apresentada em toda a reportagem, o semanário acaba por aprovar a ideia.

> Um grupo de rapazes [...] e fortes quer fundar aqui um Club de Regatas e appella para a nossa opinião. [...] a idéia é magnífica e os seus portadores merecem calorosos applausos. (**A Tribuna, 08 outubro 1925**. Ano VIII. n.º 307.)

1.6.1.19 Sociedade Anonyma Tecelagem Triângulo Mineiro

Temos ainda a Sociedade Anonyma Tecelagem Triângulo Mineiro, fundada para exploração da fabricação de tecidos:

> A nossa fábrica de tecido é um facto.
> Que a nossa fábrica é um facto, ninguém deve por em dúvida. Até março será installada nesta cidade, a empreza "Sociedade Anonyma Tecelagem Triângulo Mineiro". Virá installal-a o sr. senador Francisco Salles [...] (**A Tribuna, 29 janeiro 1923**. Ano IV. n.º 17.)

1.6.1.20 Sociedade de Geographia e História do Brasil Central - Araxá

Em Araxá, mas publicado no periódico local de Uberabinha, *A Tribuna*. Por iniciativa do Sr. Hildebrando Pontes, tem-se a ideia de criar uma sociedade para fins de investigação geográfica, histórica, arqueológica e etnográfica do Brasil. Para seu funcionamento, o juízo seria a conservação de livros e documentos em geral, constituindo para isso, um acervo, biblioteca ou museu:

> A novel associação será uma instituição indeterminada, tendo por fim proceder a estudos e investigações concernentes á geographia, historia, archeologia e ethnographia do Brasil, principalmente do Brasil Central, a philologia portugueza e lingüística sul americana. Para realisação dos seus fins, a Sociedade colligirá, classificará e conservará livros, documentos, cartas geographicas e outros objectos que lhe possam fornecer elementos de informações e devam constituir um archivo, uma bibliotheca e um museu [...] Como se vê a novel associação objectiva fins bastante elevados, tornando-se, por isso, digna do amparo de todos os intellectuaes e autoridades constituidas, desta vasta região que é o Brasil Central. (**A Tribuna, 16 novembro 1925**. Ano VIII. n.º 310.)

1.6.1.21 Associação 3 Águias

Esta foi a associação responsável pela edição do periódico *A Chispa*, que circulou em Uberabinha, não exatamente, mas num recorte temporal entre os anos de 1919 e 1928[46]. Em primeira vista, aparentou ser um jornal fundado para expor opiniões, sobretudo políticas, visivelmente contrárias ao grupo dominante, publicadas no jornal de mais antiga circulação *A Tribuna*. Em seu primeiro número, o jornal promete publicar indagações sobre quaisquer fatos que viesse ocorrer na cidade, sendo um veículo de informação de oposição aos "adversários". Ainda, reforçou a atenção ao tornar cada eleitor, repórteres do periódico:

> É este o nome da pequena e destemida associação fundada recentemente, nesta cidade, com o fim de entrar na indagação de todos os factos occorridos aqui, e de falar da vida alheia. A alludida associação assegura aos distinctos leitores que nada lhe passará desapercebido, uma vez que em cada um delles, Ella encontre um repórter, que lhe dispense o seu valioso prestítio, fazendo bons apanhados e remettendo-os á sua redacção. (**A Chispa, 17 outubro 1920**. Trimestre Primeiro. n.º 01.)

1.6.1.22 Sociedade Sul Americana

Cita-se uma sociedade projetada para criar e manter uma publicação mensal. Teria tal publicação, inspiração no Centenário da Independência do Brasil. A ideia seria setorizar a publicação nos territórios do Triangulo Mineiro e *Goyaz*.

> Está em projecto a fundação desta sociedade, que pretende editar de dezembro em deante, mensalmente, vários números de uma revista de aspectos desta parte de Minas e Goyaz, afim de figurarem na Exposição do Centenário. [adiante, fala sobre as revistas concorrentes] Não são as revistas que são más. O nosso espírito é que não comporta outros aspectos de publicidade, as quaes, concorridas pelas páginas de babozeiras e *cavações*, têm de forçosamente, desapparecer deante da concurrencia. Só mesmo a lembrança de uma revista mantida por uma sociedade patriótica e disposta a toda a sorte de sacrifícios, mesmo nesta época de altas cavações pro-centenário, nos poderia dar um trabalho digno de revelar a esses mil olhares o nosso Triangulo e Goyaz. (**A Tribuna, 30 outubro 1921**. Ano 3. n.º 111.)

[46] Segundo SANTOS (2009, p. 221.), *A Chispa* circulou em Uberabinha em algum momento entre os anos 1919 e 1928, ou seja, não circulou em todo este período, mas dentro deste período, por exemplo, 1921 a 1923, ou 1922 a 1926 etc. Não se sabe ao certo qual teria sido o período exato da sua circulação.

1.6.1.23 Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha

Essas associações são aqui apresentadas na intenção de demonstrar que a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, tema desta dissertação, não foi um fato isolado na cidade e que, o tema *educação*, ocasionalmente adotado por este grupo específico de pessoas, não representou o motor da roda histórica de Uberabinha, mas como já foi dito, não mais que uma das engrenagens responsáveis pela manutenção do ideal de progresso nesta cidade.

Reforçados por GONÇALVES NETO:

> Aspectos muitas vezes epidérmicos da sociedade, como bandas de música, teatro amador, jardins, prédios públicos, etc, eram considerados bons indicadores de beleza urbana e civilidade dos habitantes. (GONÇALVES NETO, 2007, p. 113.)

Percebemos o quanto foi importante não fecharmos no fato de que, somente o que se passou no interior do prédio da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* é que pode ser entendido como mantenedor do progresso, mais do que isso, temos que considerar o exemplo de pessoas que ali passavam e olhavam a fachada deste prédio, analfabetos ou não, perpetuavam também, na imagem grandiosa que este prédio representava no interior desta comunidade, a ideia de progresso. Esta era, se não, a principal função deste monumento, dado este primeiro momento, dentro do contexto-local-uberabinhense.

1.6.2 Conclusão Parcial

Se na história não existe verdade ou muito menos uma fórmula pronta para analisar o mesmo fato, é então também razoável imaginar que, na História da Educação nem tudo está relacionado, ou seja, não é qualquer movimento educacional que tem ligação com um contexto geral. O fato de se construir um prédio para uma escola não é exatamente motivado por uma consciência educacional orientada pelas Cidades Capitais ou teorias gerais, talvez seja simplesmente a necessidade de se ter um prédio bonito. Não é possível ligar qualquer fato a um núcleo comum. Em Uberabinha foi isso que aconteceu com o prédio da Sociedade. Ligar o movimento da Sociedade a uma consciência educacional que envolvia todo o país é desconsiderar os fatos históricos locais. A motivação de se construir um prédio para a Escola pode ser a mesma motivação de se construir um prédio para o Fórum ou mesmo um campo de futebol. Melhor dizendo, para fazer a história da Associação que construiu o campo de futebol no centro da cidade de Uberabinha, teríamos que falar sobre qual contexto? Da educação? Se fossemos falar sobre a construção do prédio do novo Fórum ou do cluble *Dansante* ou da Associação dos *Chauffeurs* falaríamos do contexto da educação? Não. Agora, não quer dizer que estejamos falando de um grupo de pessoas que constituíram uma Associação para construir um prédio destinado coincidentemente a um Colégio, que estajamos falando de uma motivação ligada a um contexto-nacional-educacional. Dadas as circunstâncias em Uberabinha, as motivações que corresponderam ao Fórum, ao campo de futebol, ao prédio do colégio entre outras, tiveram as mesmas bases, a mesma origem, ou seja, um contexto local. No caso de Uberabinha, o ideal de progresso norteava as ações que conduziam a cidade, resultando em iniciativas de diversas áreas e seguimentos. Não só do poder público, mas também dos cidadãos uberabinhenses, que emergiam em aventuras na busca de realizações que julgavam progredir a cidade.

1.7 O *Gymnasio* e o Progresso

Em 1919, podemos dizer que existiam duas principais escolas em Uberabinha[47], o Grupo Escolar e o Ginásio de Uberabinha; o prédio do Grupo Escolar foi concluído em 1914[48] e era um prédio novo acompanhado de um conjunto de novas expectativas. Já o Ginásio funcionava de forma provisória em uma casa alugada. Os alunos submetidos ao *Gymnasio de Uberabinha* eram obrigados a prestarem exames em algum outro colégio equiparado ao Colégio D. Pedro II, referencia Nacional.

Ocorreu que, a Sociedade foi fundada com o objetivo inicial de dar a este Ginásio um novo prédio, na teoria, seria um prédio que deveria ser referência educacional em Uberabinha, e consequentemente da região. Há sim um imaginário por traz da expectativa da construção deste prédio, um ideário local diferente do imaginário Geral.

Esse prédio foi constituído por iniciativas particulares, independente do poder público, apesar de recorrerem ao seu auxílio e a primeira vista, dado os preceitos e paradigmas da História da Educação, temos a ideia de que esse grupo de pessoas teve todo um conhecimento do movimento educacional que ocorria no Brasil naquele momento, e que tinham interiorizado todos os ditames desse movimento e incorporam a iniciativa de dar a Uberabinha um Colégio que representasse toda essa aspiração educacional brasileira. Porém, respeitando o contexto local em que está inserido nosso objeto de análise, dada a origem de seus sócios e pelas práticas da Câmara Municipal, não é complacente ligar o fato da construção do prédio a um puro e universal ideal educacional brasileiro[49].

---

[47] Colocamos como *principais* por serem elas as que mais aparecem nos periódicos, porém, sabemos por meio das Atas da Câmara uberabinhense, que foram subsidiadas escolas que também foram importantes. Assim, a proposta de como fazemos a exposição destas Escolas faz referência exclusivamente a esta Dissertação. Não estamos desconsiderando as demais escolas, apenas nos reservando ao direito de falar apenas do nosso objeto.

[48] O Grupo Escolar *foi concluído no final de 1914 [...] Deste modo, o grupo foi instalado e começou a funcionar no dia 01 de fevereiro de 1915, recebendo o nome de Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão [...]*. (CARVALHO, 2002, p. 62.)

[49] No sentido de que existe apenas uma teoria geral a qual todo e qualquer fato relacionado ao tema *educação* estaria ligado.

> Considero assinalar que os fundadores, em grande parte, só tinham o curso primário. Eram fazendeiros, homens de negócios industriais na sua maioria. Havia uns poucos graduados em cursos superiores de engenharia, medicina, odontologia, farmácia e direito. Homens experientes, vividos e sobretudo, idealistas, não mediram esforços e recursos para a consecução da meta de dar, à família uberabinhense, possibilidades concretas de educar e instruir seus filhos.[50]

O prédio significou, antes de tudo, um *status* de modernidade para Uberabinha, antes de significar uma eficiência educativa para a cidade. O prédio foi uma questão urgente não só porque se acreditavam no poder da educação, mas porque uma cidade moderna precisaria antes de tudo, de uma escola que representasse todo o grau de progresso que esta cidade está vivenciando. Assim, a grande eficiência de todo o projeto da Sociedade, esteve mais ligado a aparência e grandiosidade do prédio do que no currículo que seria lecionado no novo prédio. A grande preocupação foi mesmo de se dotar Uberabinha de algo grandioso, o currículo estava em segundo plano, se tiver segundo plano. Esse movimento foi notado visto que o Ginásio antigo foi transferido para o prédio novo, dando uma nova roupagem ao antigo Ginásio, porém, aparentemente o currículo praticamente não mudou, ampliou-se a capacidade de atendimento em relação ao número de alunos, mas o currículo não, pois as provas continuaram sendo realizadas fora de Uberabinha, como por exemplo, em Ribeirão Preto[51]. Até mesmo as ações da Sociedade após a construção do prédio resumem-se em administrar as dívidas contraídas durante a construção, tendo como única fonte, o aluguel do prédio construído.

Como o compromisso da Sociedade esteve em construir o prédio, ela não teve obrigação com o que ali se ensinava. O prédio era muito mais um marco de progresso local do que um marco exclusivamente educacional. A escola, quando propriedade da Sociedade, não foi equiparada ao Colégio de referência nacional *D. Pedro II*. [52]

---

[50] CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. S/D. (CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia)

[51] *Gymnasio de Uberabinha – Resultados dos Exames a que se submetteram os seus alumnos no Gymnasio do Estado em Ribeirão Preto*. (**A Tribuna, 02 fevereiro 1925**. Ano V. n.º 277.)

[52] A equiparação só ocorreu pelo *Decreto Federal n.º 12.124 de 30 de março de 1943*, quando a instituição estava sob o comando do Estado de Minas Gerais e denominando-se *Gymnasio Mineiro de Uberabinha*. (Cópia do Decreto em ANEXO III)

Assim, considerando este trabalho, Barbosa defende que a História Local pode oferecer elementos de análises de diversas variedades, tornando possível avaliar as grandes generalizações históricas de um modo geral.

> O objetivo dessa modalidade de escrita da História é fornecer elementos imprescindíveis para a compreensão das diversas variáveis que constituem o sistema global de relações dentro do Estado nacional e, também, elementos que tornem possível submetermos a um exame crítico as grandes generalizações da nossa história, não apenas nacional, mas, de certo modo, do próprio "Ocidente". (BARBOSA, 1999, p. 08.)

Foi preciso então, separar a história do prédio da Sociedade em dois momentos distintos. O primeiro momento foi o da construção do prédio, ou seja, quais as motivações que levaram a construção deste prédio por particulares e o segundo, foi entender a pós-construção, quais relações aconteceram entre a Sociedade e espaço compreendido do novo Prédio.

1.8 Padronizando

Supera-se a Monarquia. Surge a República brasileira com novos horizontes e "diferentes" desafios do antigo regime. Somam-se os vários caminhos possíveis de se construir outro Brasil, progressista e, sobretudo moderno. Para que este objetivo se consolidasse, foi preciso romper com o velho e atrasado[53] e com qualquer experiência que impedisse este outro Brasil de progredir. Foram diversas as lideranças que chamaram para si, a responsabilidade de se construir um Brasil republicano tal como "planejamos".

Assim, para conceituação acadêmica, partiremos uma análise, partindo deste período, do ponto de vista da Educação e não do ponto de vista do direito, da economia, dos ex-proprietários de escravos, dos idealistas, da cultura, do capital estrangeiro, etc.

[53] Velho e atrasado faz referência ao regime monárquico, porém as pessoas que atuavam no primeiro momento da republica, eram os mesmos que em outros momentos, apoiaram a Monarquia. Então o rompimento desejado, considerando os indivíduos/sujeitos envolvidos talvez, na prática, não tenha realmente ou desejavelmente ocorrido, pelo menos não nesta primeira fase.

1.8.1 Situação Brasileira: Minas Gerais

Com a proclamação da República, encontravam-se em Minas, do ponto de vista educacional, em sua grande parte, escolas isoladas e/ou rurais. Nestas escolas *ler, escrever e contar eram as preocupações centrais do ensino* onde em grande parte delas *o conhecimento escolar era o conhecimento do professor, que em muito confundia-se com a própria cultura da população, da qual ele(a) era oriundo(a) e participante*. (VAGO; FARIA FILHO, 2000)

Por outro lado, os governantes republicanos de Minas Gerais, assim como os dirigentes do governo central da republica, *acreditavam* na expectativa de que a Educação seria um dos fatores concretos para a construção de uma nação consolidada e consistente. Porém ao se depararem com a realidade dos novos desafios que foram se apresentando, percebiam que entre a identificação de um problema e a implantação de uma proposta existia uma grande diferença[54]. A situação pós-proclamação não favorecia grandes investimentos em uma ou duas áreas específicas apenas. O governo mineiro teve que atender a todas as demandas[55], inclusive as demandas da educação, e ainda, com o mesmo caixa (dinheiro), ou seja, a educação não teve preferência dos gastos públicos, teve sim investimentos ajustados a sua manutenção, pois se fizéssemos uma comparação com outras áreas como *indústrias*, veríamos que os gastos foram elevadamente desproporcionais em favor deste último.

Na própria Constituição Brasileira de 1891, em vigor nesse momento, teve o tema *educação* citado bem timidamente, em concorrência a outras inúmeras propostas que também propunham garantir o progresso para o país[56]: *Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*.[57] Dá-se então a impressão de que a educação passa à responsabilidade legislativa de cada Estado e no caso de Minas Gerais, a sua Constituição não regula o conteúdo a ser ministrado nas escolas:

---

[54] Agravado ainda pela falta de meios de comunicação, transporte, falta de recursos, mão de obra especializada, etc.
[55] Como por exemplo, segurança, transporte, economia, justiça, infraestrutura, etc.
[56] Propostas econômicas, industriais, de infraestrutura, segurança, judiciais, planejamento urbano, etc.
[57] BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 24 fevereiro 1891. SEÇÃO II - Declaração de Direitos - Art 72 - § 6.

> Art. 117 – A lei de organização de instrução pública estabelecerá: 1º - a obrigatoriedade do aprendizado, em condições convenientes; 2º - preferência dos diplomados pelas escolas normais, para a investidura no magistério; 3º - instituição do fundo escolar; 4º - fiscalização do Estado, quanto a estabelecimentos particulares de ensino, somente no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística.[58]

A responsabilidade então foi transferido para o próximo da vez, ou seja, para a municipalidade, que por sua vez, não tendo a quem repassar, acaba por assumir o encargo da Educação[59]. Alias, repassaram sim, para as iniciativas particulares. Neste sentido, também observamos em outras análises, que a Educação, se consolidaria em momentos distintos em cada cidade mineira, não foi um movimento uniforme, ocorrendo de maneira individual pela motivação ou sorte de cada Município. No caso de Uberabinha, veremos mais adiante como se deu o processo de implantação da assistência Estadual para Educação.

Delfim [Moreira] *eleva a escola à condição de estratégia contra o analfabetismo*[60], fortalecendo a crença de que o investimento na educação seria um grande trunfo para o futuro da nação. Assim sendo, a escola isolada não favoreceu a implantação de novas técnicas educacionais onde a *instituição educativa* comprometia-se *com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira*[61], considerando, sobretudo a dificuldade de centralidade de coordenação das atividades educacionais pelos governantes..

> A reforma teve de ser completa e total quanto aos métodos de ensino, à disciplina escolar e à fiscalização severa do serviço, estando o governo cuidando da questão e casas escolares apropriadas e do respectivo mobiliário, dentro de restritos recursos orçamentários. (ARAÚJO, 2006, p. 250.)

Mesmo sem ter condições de investir maciçamente na Educação o Estado Mineiro teve no mínimo, um papel incentivador, e neste propósito passou a oferecer soluções para um melhor controle ou uma melhor aplicação

---

[58] MINAS GERAIS. Constituição (1891). **Constituição do Estado de Minas Gerais:** promulgada em 15 de junho de 1891 - Titulo IV - Disposições Gerais.

[59] Segundo GONÇALVES NETO (2007, p. 203-220), entre 1892 e 1899, Uberabinha experimentou três tentativas de regulamentar a educação no território municipal, foram elas: As Leis 01 a 04 de 1892, o *Regulamento Escolar de 09 de março de 1896* e a reforma deste Regulamento em 08 de junho de 1899.

[60] VAGO; FARIA FILHO, 2000, p. 36.

[61] VAGO; FARIA FILHO, 2000, p.37.

da educação para os fins propostos pela República. Surge em São Paulo, também inspirada em modelos internacionais, a proposta que sugeriu ser uma grande solução para a questão educacional, os Grupos Escolares ou, Escolas agrupadas. Estes Grupos representavam uma nova proposta para a educação brasileira. O Estado mineiro adotou este modelo de Grupos Escolares e também um novo currículo: *leitura, língua pátria, aritmética, geografia, história do Brasil, instrução moral e cívica, geometria e desenho, historia natural, física e higiene, trabalhos manuais e exercícios físicos*[62]. As escolas isoladas não foram extintas.

Com a República, a educação passou a ser aliada do progresso, devendo conter nela os ideais pretendidos. O modelo capitalista tomava espaço, expressando até mesmo na organização estrutural dos Grupos Escolares, lembrando também a organização de uma fábrica:

> Essa cultura escolar que ia sendo instituída em Minas Gerais tinha na nova forma de Grupos Escolares sua grande expressão, com uma organização que pressupunha uma divisão inédita do trabalho, uma fiscalização permanente, a execução uniforme de um programa de ensino baixado legalmente, buscando-se, ao mesmo tempo, atrair as crianças para a escola e fazê-las obrigatoriamente assíduas. (VAGO; FARIA FILHO, 2000, p. 40.)

E na opinião do Diretor da Diretoria dos Grupos Escolares de Juiz de Fora-MG, José Rangel em 1907:

> Uma verdadeira revolução se operará nos costumes, sob o ponto de vista moral atingindo os benefícios dela a própria vida econômica [...] Teremos em vez de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão (FARIA FILHO e VAGO, 2000, p.41)

O ensino primário, fator educacional mais preocupante neste momento, é tido, dentro dos ideais republicanos, como o salvador da nação, capaz de dar a república cidadãos e não mais súditos. Entendemos como cidadãos aqueles que passam a te ter direitos e deveres dentro de um determinado grupo ou sociedade. Numa herança monárquica onde mais de 80% da população era rural e que a *Escola* não implicaria de forma direta na melhoraria da sua sobrevivência. Somando outros fatores como, por exemplo, a abolição da

[62] VAGO; FARIA FILHO, 2000, p. 38.

escravidão, novas relações sociais foram se tecendo. Com as mudanças, a falta de “o que fazer no campo” levou muitas pessoas a procurarem novas oportunidades, no caso, o local mais chamativo e perto, eram os centros urbanos, que começam ganhar proporção. Esta mão-de-obra oriunda do campo não estava preparada para as novas possibilidades que estavam surgindo e que também estavam por vir neste novo ambiente urbano.

A preocupação dos Governos em focar a Escola Primária estaria no sentido de preparar para as novas relações sociais este “novo” sujeito.

> Com a proximidade da abolição, a elite dominante da época começava a se preocupar não só com a garantia do suprimento de mão-de-obra mas, principalmente em aliar essa transição do trabalho escravo para o livre à continuidade da dominação social que exercia tão satisfatoriamente sobre os escravos. (NUNES, 2004, p. 01.)

Nesta direção, a instituição do Grupos Escolares propôs ser uma solução, pois neles, compreenderia em um só local, o ensino seriado, visando uma determinada especialização, tanto do professor, que não precisaria saber de tudo, mas o suficiente para cada série, quanto para o aluno que passaria a ter uma educação de “melhor qualidade”, focando nas disciplinas que passariam a ser direcionadas pelo Estado. Este novo modelo ainda simpatizaria pela centralidade do poder sobre todas as classes agrupadas na figura do Diretor, que, indicado pelo Presidente (Governador) do Estado, representaria ali, seus interesses, supervisionados pelo *Inspector*.

Na fala de Honório Guimarães, futuro diretor do Grupo Bueno Brandão da cidade de Uberabinha, encontramos a defesa dos Grupos Escolares:

> Basta só imaginar-se que na escola um professro lecciona em quatro horas aos quatro annos do curso, por um mesmo programma que é o do curso primário; e que nos grupos este mesmo serviço é feito por quatro docentes, dispondo cada um das quatro horas do dia, leccionando cada professor uma classe. (CARVALHO, 2007, p. 64.)

Assumindo a responsabilidade de “produzir” cidadãos para a sociedade que se formava, os Grupos Escolares deveriam conter todos os grandes aspectos da modernidade que se propunham. Como não existiam locais apropriados ou em números representativos, os Grupos Escolares nasceram em prédios novos, construídos especificamente para este fim. Com arquitetura

grandiosa, com salas que em sua maioria, respeitavam quesitos propostos de higiene, postura, ventilação, recreação, etc. Eram prédios que não representaram apenas uma instituição de ensino, mas apresentaram a presença da República nesta localidade.

João Pinheiro demonstrou elevada fé na educação, propondo uma ousada reforma, pois como ele mesmo descreveu, *das 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700 mil não se dá ainda o devido ensino*.[63]

Nesta fala, João Pinheiro deixa claro o quanto faltou para alcançar o sucesso da educação na República. Esta observação não deveria recair sobre o insucesso da reforma implantada por ele, mas pelo contrário, a acusação das falhas deveria apreender novos caminhos para seus sucessores, de forma a não perder de vista o ideal comum, na História da Educação, do progresso da pela educação.

1.8.2 Em Uberabinha

Acontece que, em 05 de maio 1911, o então presidente do Estado mineiro, Dr. Júlio Bueno Brandão visitou a cidade de Uberabinha, MG, ficando *a promessa da construção do Grupo Escolar pelos cofres Estaduais*[64], tão esperado pela população local.

Segundo ARAUJO (2006), a *Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906* e o *Regulamento de 16 de dezembro de 1906* estabeleceram-se como contra partida entre Estado e Município para implantação do Grupo Escolar, somas em dinheiro ou terrenos que deveriam ser adequados para a construção do mesmo.

Intensificam-se as discussões na Câmara Municipal de Uberabinha para doar ao Estado o terreno do *cemitério velho*[65], mas por fim acabou por ser escolhida uma área mais nobre, e nela foi construída o Prédio do Grupo Escolar.

---

[63] ARAÚJO, 2006, p. 252.
[64] GUILHERME, 2007, p. 56.
[65] GUILHERME, 2006, p. 14-15.

> Esse primeiro grupo escolar instalado em Uberlândia obedeceu a muitos dos critérios estipulados pela reforma Bueno Brandão: foi construído em prédio próprio, em uma vasta área localizada no centro da cidade, em frente a uma de suas praças centrais. Além das salas de aulas, possuía um salão nobre para realização de eventos e festividades escolares; contava com um diretor e com sete professoras; funcionava em dois turnos, a saber, no período da manhã, o horário das aulas era das 7h às 11h e, no turno da tarde, das 12h às 16h. No ano seguinte ao de sua inauguração, registrou um total de 787 crianças matriculadas (LIMA; ALMEIDA, 2006, p. 06.)

O recorte abaixo nos transmite uma boa impressão ao revelar o perfil da escolarização em Uberabinha em meados dos anos vinte:

> A população uberabinhense possuía uma parte alfabetizada em torno de 10.347 habitantes, e outra de analfabetos, em cerca de 14.073, que perfaz 57,9% de analfabetos. Comparado esse percentual local, com os do Estado de Minas Gerais, 79,3% e do país 75,0%, dados obtidos a partir do recenseamento de 1920, constata-se que há um menor índice de analfabetos em Uberabinha. [...] Assim, há uma necessidade de expansão do número de instituições escolares na busca atender a necessidade crescente da população uberabinhense. Entretanto, a pergunta que se faz, a qual população e em que região. (VIEIRA; GONÇALVES NETO, 2004, p. 05.)

E levando em consideração a recente inauguração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão[66], que *representaria, ao mesmo tempo, a consolidação do ideário republicano na cidade e sua inserção nos caminhos do desenvolvimento*[67], ou ainda, com relação ao Grupo Escolar:

> [...] implantar no município uma escola pública, a qual deveria se constituir no principal foco de propagação daquele ideário [republicano] (CARVALHO, 2002, p. 70)

Porém, se de um lado o Grupo Escolar representou para a sociedade uberabinhense uma consolidação dos ideais republicanos na cidade, então qual explicação se daria para que em 1919 se desse início, pela *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, a obra do *Gymnasio de Uberabinha*?

---

[66] Desde meados de 1911 era especulado, pela imprensa uberabinhense, a promessa da construção do Grupo Escolar em Uberabinha, porém, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, só se consolidou em 1914, de forma que, em meados de 1919, começam as especulações para a nova necessidade de dotar o Ginásio em Uberabinha com prédio adequado, nos levando a considerar que a *consolidação*, através da educação, não se deu unicamente com a implantação do Grupo Escolar em Uberabinha, o que segundo GUILHERME (2007, p. 36.), estaria relacionado com a ideia de que *o* ideal de progresso mantém-se *em constante movimento*.

[67] CARVALHO, 2002, p. 62.

2. SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA: IDEALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Tudo o que sabemos até agora sobre a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (Sociedade) se deu por anuência[68] de publicações produzidas em torno da História Local em Uberabinha, que demonstraram que teria sido a Sociedade a responsável pela construção do prédio onde funcionou o *Gymnasio de Uberabinha* (Ginásio) que, em 1929, teria sido "doado" ao Estado de Minas Gerais passando à denominar-se *Gymnasio Mineiro de Uberabinha* e mais tarde *Colégio Estadual de Uberlândia* (apelidado de Museu ou C.E.U.), *uma das mais antigas instituições do município de Uberlândia, assumiu papel importante na conduçao da educação pública na cidade*[69].

Ao procurarmos alguma bibliografia sobre esta Sociedade, pouco ou nada encontramos. Poucas referências e nenhuma história segura[70] sobre esta instituição. Abordamos para uma maior de diversidade de fontes, na expectativa de encontrarmos documentos primários que possibilitassem preencher as lacunas da história desta Sociedade – como: qual(is) a(s) influência(s) política(s) desta Sociedade na cidade de Uberabinha e região; qual foi o seu destino; quais outras ações ela realizou; as expectativas geradas por esta Sociedade correspondiam às propostas iniciais expostas em seus ideais; quais origens tinham seus recursos financeiros e quem eram seus sócios; o que representou o Ginásio para Uberabinha; quais foram seus primeiros diretores e projetos; qual a sua influência para o contexto educacional na cidade e região; entre outras mais – que teve em determinado momento um papel de grande importância para esta população, resistindo até os dias de atuais[71].

---

[68] *Ação ou efeito de anuir; aprovação, consentimento: isso foi feito com a anuência de todos*. (in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.)

[69] GHANTOUS, 2006, p. 25.

[70] Confiável no sentido de conter citações legivelmente apresentadas e que suportassem ao menos uma simples confrontação documental. Não iremos nomeá-las aqui.

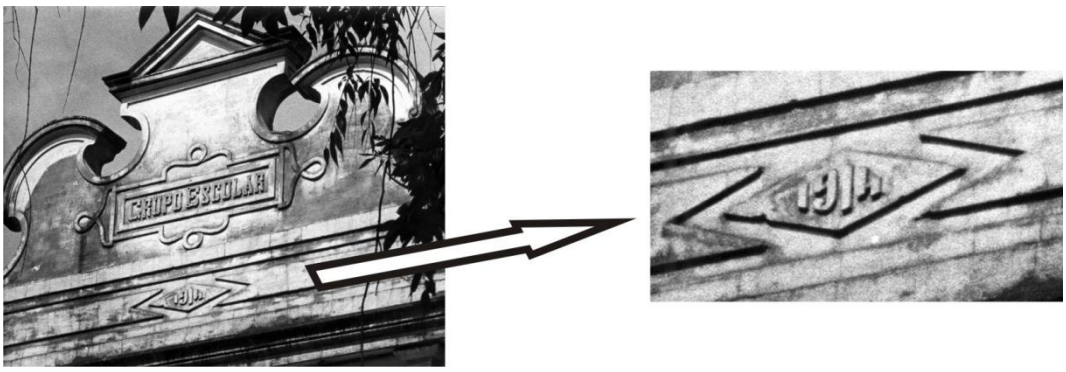
[71] O prédio do *Gymnasio de Uberabinha* foi uma sobrevivente exceção na realidade da cidade de Uberlândia, pois observada na História de Uberlândia, nunca houve preocupação em preservar qualquer conotação com o velho, o antigo ou o atrasado, assim foi com a Igreja Matriz em 1920 (**A Tribuna, 18 janeiro 1920**. Ano I. n.º 19.) e com outras construções tradicionais da cidade. Nas Leis Municipais de Uberabinha, a organização do espaço urbano

Os principais documentos originais foram encontrados no Arquivo Público Municipal e no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), onde foram encontrados, nos primeiros meses do ano 1919, no jornal *A Notícia*, os primeiros relatos com referência a Sociedade.

> Pelo que temos ouvido em rodas bem informadas, um bom patriota que tem seu nome ligado a obras meritórias de nossa terra, pretende enfrentar agora o problema da construcção, por meio de acções, de um predio de adatapção propria para o "Gymnasio de Uberabinha", aspiração justíssima, de há muito acalentada por todos os habitantes desta cidade. Estamos certos de que esse importante problema terá agora a sua definitiva solução, vindo, assim, concorrer para novos surtos de progresso do já acreditado estabelecimento. (**A Notícia, 02 fevereiro 1919.** Ano I. n.º 28.)

O prédio do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão foi inaugurado em 1914, e o prédio do Paço Municipal (Câmara Municipal), em 1917. A cidade passava por um surto de progresso vertiginoso. Seu crescimento econômico e físico era visível (GUILHERME, 2007, p. 31.).

Figura 3: Fachada do Grupo Escola Júlio Bueno Brandão (1914).



Fonte: Detalhe da fachada do antigo Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, hoje escola estadual Bueno Brandão, 1914. Coleção Jerônimo Arantes. Referência <AE JA00999-95>. Uberabinha, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

sempre tentou uma padronização moderna para a cidade. Nos dias de hoje, especula-se que o atual Estádio de Futebol "Juca Ribeiro", pertencente ao Uberlândia Esporte Clube, instituição fundada em 1º de novembro de 1922, estaria, segundo matéira publicada no jornal Correio de Uberlândia (BARBOSA, Lucas. **Arrendamento de estádio para Bretas está em fase final**. Correio de Uberlândia. Uberlândia, 06 julho 2009. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/pdf/jornal.php?data=06/07/2009>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2010), sendo negociado para ceder espaço a um Hipermercado instalado na cidade desde 1998, ou seja, Uberlândia se apega mais a valores cotidianos do que a valores históricos.

Uberabinha passava por em surto progressista evidente e a formação destes cidadãos era por vezes questionada, em como “educarmos nós mesmos os nossos filhos”, uma vez que os alunos do *Gymnasio de Uberabinha* eram submetidos a exames em outros Colégios equiparados à referencia nacional *Colégio D. Pedro II*, como exemplo, o *Gymnasio de Ribeirão Preto*, constantemente citado nos jornais uberabinhenses.[72]

Figura 4: Certidão de Exame das Materias do Curso Gymnasial (1919).


19 DEZ 1919

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ESTADO DE SÃO PAULO

Gymnasio de Ribeirão Preto

Equiparado ao Collegio Pedro II, por acto de 1º. de Março de 1916 do Ministerio dos Negocios Interiores da União

Certidão de Exame das Materias do Curso Gymnasial Indispensavel á Inscripção para Exame Vestibular

N. 277

Certifico que o livro de actas dos exames de alumnos não matriculados neste Gymnasio consta que o Snr. Nelson Cupertino, natural de Araguary Estado Minas de 17 annos de edade, foi examinado em Historia Natural nos exames verificados em Dezembro de 1919, e obteve a nota de approvação plenamente grau livre, diga distincção, grau nove e outenta e oito centesimos.

Secretaria do Gymnasio de Ribeirão Preto, em 19 de Dezembro de 1919

O DIRECTOR, O SECRETARIO,

Visto O INSPECTOR FEDERAL,

Fonte: Certidão de Exame das Materias do Curso Gymnasial Indispensável à Inscrição para Exame Vestibular. Coleção: Nelson Cupertino. Série: Diplomas. Uberabinha. 1919. (CDHIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Como a construção e manutenção de um prédio escolar de educação primária tinha sido recentemente “dado” a Uberabinha pelo Estado mineiro por meio do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão (CARVALHO, 2002.), seria previsível aceitar que Uberabinha não teria outro caminho, a curto prazo, para se constituir de uma *condigna* educação secundária se não pelas suas próprias mãos. Esperar dos cofres municipais esta iniciativa – compromissado e em negociação com o Estado mineiro para a construção de um novo prédio para o Fórum – seria esperar demais, e o progresso não pode esperar/parar. A forma encontrada pelos cidadãos uberabinhenses foi a consolidação deste *melhoramento* por suas próprias iniciativas.

[72] Como exemplo temos o jornal A Tribuna de 02 de fevereiro de 1925 (Ano V. n.º 277.).

Considerando este contexto, constituiu-se um grupo de pessoas para a materialização de um prédio de educação secundária no município, podendo abrigar todos os pressupostos para *um edifício adequado ao fim a que se destina, construído sob todas as regras da hygiene e, ainda mais, condigno do meio em que será elevado.*[73]

Os primeiros relatos encontrados, sobre a empreitada da Sociedade, foram registrados pela imprensa local, de modo que:

> entendemos que a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um "**corpus** documental" de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito dos discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social. (GONÇALVES NETO; CARVALHO; ARAÚJO, 2002, p. 72.)

Assim sendo, acompanhamos, por meio da imprensa local, os primeiros movimentos da Sociedade e notamos que as ações públicas pela instrução na cidade de Uberabinha quase sempre foram acompanhadas por iniciativas particulares, ou seja, a Câmara Municipal auxiliava estas iniciativas, defendidas e proporcionadas por cidadãos particulares, como é o caso mais conhecido (ou mais estudado) do Professor Honório Guimarães[74]. Porém, poucas ou nenhuma foram as iniciativas educacionais reais promovidas espontaneamente pela Câmara Municipal uberabinhense, no período estudado, nos parecendo ser, a questão educacional, não mais do que uma mera formalidade dentre as demais obrigações da municipalidade. Salvo por algum surto individual dentre os personagens ressuscitados neste trabalho.

Temos então, neste primeiro momento, a idealização seguida pela consolidação da Sociedade. A idealização compreendeu os primeiros relatos de fevereiro de 1919 até o momento da consolidação formal da Sociedade, com a assinatura do Contrato Civil em 1º setembro de 1919, registrado em cartório em 29 de outubro de 1920.

---

[73] **A Notícia, 16 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 30.

[74] Honório Guimarães teve *o intuito de instalar na cidade uma escola pública que viesse materializar os ideais republicanos, os quais, segundo ele, iriam instrumentalizar a sociedade na sua caminhada rumo à ordem e ao progresso*. (CARVALHO, 2007). Honório Guimarães foi o primeiro diretor do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, inaugurado em Uberabinha em 1914.

No ANEXO II, apresentamos a *Linha Temporal da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, interessante ilustração que auxiliará no entendimento do trajeto percorrido por este trabalho.

2.1 A Idealização da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha.

Como dito, o primeiro relato publicado com referência a Sociedade[75], foi encontrado em 02 de fevereiro de 1919 no jornal *A Notícia - Orgam de Publicação Semanal* (Ano I. n.º 28), que circulou em Uberabinha nos anos de 1918 e 1919. Nesta data constou uma chamada indireta para a necessidade de se ter na cidade um prédio que comportasse a crescente demanda pelo ensino secundário na cidade, que, conforme o senso de 1920, publicado posteriormente no jornal *A Tribuna*, mais de 3.500 crianças em idade escolar, em Uberabinha, estavam fora da escola.

> **Dados Curiosos**
> O município de Uberabinha tem 5.368 creanças de 7 a 14 annos, das quaes 1.473 estudam e 3.603 não estudam.
> (**A Tribuna, 30 outubro 1921**. Ano III. n.º 111.)

Para isso, tem-se um elogio ao *Gymnasio* já existente em Uberabinha, que tinha em seu comando o *digno educador Antônio Luiz da Silveira*. A excelência do *Gymnasio de Uberabinha* aparece no alto índice de aprovação dos seus alunos no *Gymnasio de Ribeirão Preto*, equiparado ao Colégio Dom Pedro II, que era em termo educacionais, a referência nacional brasileira (CUNHA JÚNIOR, 2008). Destacou ainda a presença de 144 alunos no último ano, destes, 98 homens e 46 mulheres. Um fato interessante e que ofereceria, caso fosse este nosso interesse, um prolongamento a este trabalho, foi demonstrado na aprovação automática de 23 alunos que, no andamento normal, estariam reprovados. Estes alunos foram beneficiados pelo *Decreto do*

[75] Denominamos assim, por ser este, dentro das fontes disponíveis nos principais Arquivos Documentais de Uberlândia, o primeiro relato que encontramos sobre a Sociedade, contudo, não excluímos a possibilidade de sermos confrontados com a descoberta de novos Documentos, porém, de acordo com o conteúdo deste artigo, imaginamos esta probabilidade improvável.

Legislativo Federal n.º 3.603 de 11 de Dezembro de 1918[76] (conhecido como o Decreto da Gripe[77]) baixado por motivação à epidemia causada pela "gripe espanhola"[78] de 1918.

Este decreto *declarou promovidos, independentemente de exames, ao ano ou à série imediatamente superior àquele em que estivessem matriculados, todos os alunos das escolas superiores ou Faculdades oficiais, Colégio Pedro II e militares, bem assim dos estabelecimentos de ensino equiparados ou sujeitos à fiscalização*[79].

Constou na citação, a primeira referência ao nosso protagonista Carmo Giffoni, que assumiria para si o compromisso de dotar a cidade de Uberabinha com um edifício a ser construído exclusivamente para abrigar um *Gymnasio*, uma *aspiração justíssima, de há muito acalentada por todos os habitantes desta cidade*[80], uma vez que o prédio até então utilizado pelo *Gymnasio* foi considerado nas entrelinhas, improvisado e insuficiente e que o constante crescimento do número de matrículas, explicitados na Tabela abaixo, mostra que o atual prédio estava ficando cada vez mais desconfortável para o cumprimento de suas funções, sendo a substituição do prédio algo inadiável e urgente ao progresso da cidade.

---

[76] BRASIL. Decreto do Poder Legislativo n.º 3.603 de 11 dezembro 1918. In: **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1918.** Vol. I, Actos do Poder Legislativo (Janeiro a Dezembro), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

[77] DOSWORTRH, 1968, p. 125.

[78] Segundo KOLATA (2002) uma das epidemias mundiais mais graves de todos os tempos, que atingiu o Brasil no final de setembro de 1918 onde *marinheiros que prestaram serviço militar em Dakar, na costa atlântica da África, desembarcaram doentes no porto de Recife. Em pouco mais de duas semanas, surgiram casos de gripe em outras cidades do Nordeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que era então a capital do país.[...] Estima-se que entre outubro e dezembro de 1918, período oficialmente reconhecido como pandêmico, 65% da população adoeceu. Só no Rio de Janeiro, foram registradas 14.348 mortes. Em São Paulo, outras 2.000 pessoas morreram*. (ROCHA, Juliana. **Pandemia de gripe de 1918**. INVIVO. História. s/d. Disponível em: http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7. Acessado em: 25 junho 2009.)

[79] Ainda, *não se limitou a isso: considerou aprovados em quatro matérias quaisquer do programa de ensino secundário todos quantos, mediante um selo de dez mil reais, requeressem certidão de habilitação nesses preparatórios.* (MACHADO, 2009). Disponível em: <http://www.iamg.org.br/site/revista10/18.htm>. Acessado em: 27 junho 2009.

[80] **A Notícia, 02 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 28.

Quadro 1: Quadro de Matrículas anuais do *Gymnasio de Uberabinha*.

Ano	Matrículas
1916	83
1917	90
1918	144

Fonte: A Notícia, 02 fevereiro 1919. Ano I. n.º 28.

Com espírito progressista, o jornal citou um "patriotismo municipal" declarando que o *Gymnasio*, ou melhor, Uberabinha, era a responsável pela formação dos seus novos cidadãos[81], não cabendo esta responsabilidade a outros que não ao próprio povo uberabinhense. Terminou com um chamado a novos alunos, evocando os cidadãos para a importância de concretizar esta a aspiração.

> **Gymnasio de Uberabinha**
>
> Terça feira próxima, ida 4 de fevereiro, conforme noticiamos em o numero procedente, reabrir-se-ão as aulas do "Gymnasio de Uberabinha", de propriedade e direcção do experimentado e digno educador Antônio Luiz da Silveira, ex-subdirector da Escola de Pharmácia de Ouro Fino. O "Gymnasio de Uberabinha", estabelecimento onde se leccionam todas as matérias que constituem os cursos primário e secundário, exigidas para matrícula nas academias e escolas superiores da República, há demonstrado nos exames que se realisaram, em 1917, ao "Gymnasio de Ribeirão Preto", equiparado ao Collegio Pedro II, a sua absoluta eficiência, sendo concedidas, naqulle conhecido estabelecimento, as mais honrosas notas de approvação aos alunos, do "Gymnasio de Uberabinha".
>
> Este estabelecimento, que tanto honra o nosso meio, se destina a instrucção de ambos os sexos, possuindo selecto corpo docente cuja competencia está sobejamente comprovada pelos bons resultados até agora obtidos. Em o anno próximo findo, frequentaram as aulas do "Gymnasio de Uberabinha" 144 alunnos, sendo 98 do sexo masculino e 46 do sexo feminino, dos quaes foram 23 promovidos pelo recente decreto do governo federal, expedido, com os mais justos intuitos, para remediar o mal que iria fatalmente soffrer a mocidade escolar com a recente e súbita invasão da terrível epidemia de gripe hespanhola, exactamene nas vésperas dos exames do anno findo.
>
> Pelo que temos ouvido em rodas bem informadas, um bom patriota que tem seu nome ligado a obras meritórias de nossa terra, pretende enfrentar agora o problema da construcção, por meio de acções, de um predio de adatapção propria para o "Gymnasio de

[81] O sentido da palavra *cidadão* teve, por nós, uma conotação elitista, de maneira que a formação deste cidadão foi, neste contexto, a formação da classe governante da cidade.

> Uberabinha", aspiração justíssima, de há muito acalentada por todos os habitantes desta cidade. Estamos certos de que esse importante problema terá agora a sua definitiva solução, vindo, assim, concorrer para novos surtos de progresso do já acreditado estabelecimento. Comprovando o acerto destas ligeiras linhas, citaremos que a matricula do "Gymnasio de Uberabinha", em 1915 era apenas de 34 alunnos de ambos os sexos, de 83 em 1916, de 90 em 1917 e de 144 em 1918, sendo já bastante lisongeiro o número de novos pedidos de matrícula para o corrente anno. Só esse crescendo numero de matriculandos, que se há constatado de anno para anno, attesta, com a mais absoluta segurança, o progresso que tem tido o estabelecimento a que vimos de nos referir, firmando de modo inequivoco o conceito e a confiança n'elle depositados. Chamando a attenção dos interesses no assumpto, quer deste município, quer de fóra, não alimentamos outros intuitos senão o ser uteis à nova geração, cujo seio terão de sahir os nossos futuros concidadãos, aos quaes serão confiados os destinos desta grande Patria.
>
> À matricula, pois mocidade escolar!
>
> Ao lançamento da pedra fundamental do Gymnasio, povo progressista de Uberabinha!
>
> (**A Notícia, 02 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 28.)

Seguiu-se na edição seguinte, deste mesmo jornal, a primeira citação ao nome do personagem fundador e idealizador do projeto de constituição desta Sociedade e nosso protagonista, o Sr. Carmo Giffoni, a *chama viva do entusiasmo estava no espírito forte de Carmo Giffoni, o incentivador incansável*[82]. Este personagem foi um empresário que gozava de grande respeito em Uberabinha. Foi vereador e seu filho, Vasco Giffoni foi aluno do novo Ginásio e Prefeito da cidade em tempos mais adiantados ao momento estudado[83].

Carmo Giffoni fez uma primeira tentativa para reunir interessados e levantar um possível capital. Contudo, encontrou dificuldades no levantamento de capital, sendo considerada, esta dificuldade, comum para este tipo de empreendimento. O jornal motivou o empreendedor dizendo que, apesar das dificuldades e mesmo que, aparentemente poucas pessoas se motivassem pela proposta, o valor arrecadado foi relevante e a iniciativa não deve parar nas dificuldades iniciais. Como forma também de ressaltar a importância do momento, o jornal publicou o nome das pessoas que contribuíram com um primeiro capital e os encheu de elogios na intenção de exaltar o

[82] SILVA, 1954, p. 02.
[83] Falaremos de Carmo Giffoni mais adiante.

empreendimento e chamar a atenção de mais pessoas para a *nobre iniciativa*, que na verdade, foi também, uma iniciativa do próprio jornal.

Carmo Giffoni quis logo reunir com os primeiros sócios e definir suas bases e obrigações, mas mal sabia que seria um processo longo e conflituoso.

> **Predio para Collegio**
>
> Por varias vezes temos falado sobre a necessidade da construção de um edificio para funccionamento de um collegio.
>
> Chegámos, mesmo, a adiantar que alguem tencionava tomar a peito esta relevante questão, esforçando para leval-a a cabo.
>
> Em dias desta semana, o sr. Carmo Giffoni, poz-se a trabalhar no sentido de levantar o capital necessario a tal empresa. Empresa árdua, como se pode prever, dado as difficuldades que terá de vencer até a realização do capital suficiente.
>
> Estas difficuldades redobram-se em se chocando contra a aversão que a maioria de nosso povo tem pelas empresas deste genero.
>
> Emfim, sentem-se bastante esperançosos, quem saber, que em poucas pessoas conseguiu-se levantar quarenta contos [erro do jornal, são 30 contos], assim repartidos:
>
> José Camin 5:000$
> Constantino R. [Rodrigues da] Cunha 5:000$
> Joaquim Marques Povoa 5:000$
> Família Carneiro 5:000$
> Azarias Ignácio de Souza 5:000$
> Agenor S. Pereira Bino 5:000$
>
> Nada mais louvável que o procedimento dos signatários da "lista". Ve-se bem que Uberabinha já possue espiritos elevados, que pelejam pela prosperidade de nossa terra, de nossa gente.
>
> Em reunião opportunamente convocada, serão descutidas as bases e obrigações da incipiente empresa. (**A Notícia, 11 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 29.)

A Sociedade ainda não parecia com uma Associação de indivíduos, mas uma *Empresa*, que teria a difícil missão de reunir um grupo de cidadãos suficientes para levantar o capital necessário a tal iniciativa. Vejamos que o jornal publicou o nome de seis pessoas num total de 30 contos de réis em contribuições. Dentre os seis nomes, não constou a contribuição de capital despendida pelo protagonista Carmo Giffoni, porém, nota-se a primeira vista, acompanhando os periódicos da época, a presença dos sobrenomes Rodrigues da Cunha, Marques Povoa e Carneiro, que foram famílias de grande prestígio na cidade, servindo estes nomes como uma espécie de avalista ou

garantia da seriedade do projeto. Notaremos na próxima citação, a presença de mais interessados e seus respectivos capitais.

Estamos acompanhando a história de constituição da Sociedade, como ela se deu e como foi formada. A cada citação, vamos desvendando uma parte dessa história, descobrindo quais foram os passos que antecederam a consolidação deste grupo de pessoas responsáveis por uma parte da História de Uberlândia. São pessoas que tiveram seus nomes incluídos em várias iniciativas em Uberabinha, não só na Sociedade, mas na participação em diversas outras *Empresas*, sejam elas, na administração da cidade, sejam elas em grandes empreendimentos como indústrias, comércio ou agropecuárias. Uberabinha contava, neste primeiro momento, com pessoas que realmente acreditavam ser possível alterar suas realidades e o reflexo deste momento, é a cidade de Uberlândia de hoje. São sim os pioneiros da Uberlândia dos dias atuais, não apenas por realizarem, mas por acreditarem que seria possível.

Voltando à Sociedade, este ainda era o momento da criação, da idealização, assim, foram sendo incorporados novos indivíduos que foram simpatizando com a ideia.

Temos agora a adesão de mais seis nomes, incluído o de Carmo Giffoni, totalizando 12 colaboradores. O capital foi ampliado de 30 para 46 contos de réis em menos de uma semana, porém, não querem apenas construir uma casa simples para o novo Ginásio, mas um prédio que seja modelo, referência para a cidade e região, dentro de *todas as regras de hygiene* e *condigno do meio em que será elevado*.

Notamos que os artigos publicados são sempre terminados de forma confiante e exaltadora ao projeto.

Nobre Iniciativa

Continuando a publicação das contribuições destinadas a construção de um edificio para collegio, accrescentamos hoje mais alugmas importancias subscriptas.

José Villela Marquez	5:000$
Olympio de Freitas	5:000$
Carmo Giffoni	2:000$
Orestes Rodrigues da Cunha	2:000$
Daniel Fonseca [e Silva]	2:000$

Se adcionarmos a parte publicada em nosso numero anterior, o total eleva-se a quarenta e seis contos.

À primeira vista parece ter conseguido muito.

Entretanto, muito ainda falta para se chegar ao fim collimado. É preciso construir não só uma casa para collegio, mas um edifio adequado ao fim a que se destina, construído sob todas as regras da hygiene e, ainda mais, condigno do meio em que será elevado. (**A Notícia, 16 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 30.)

Conforme a proposta foi se espalhando pela cidade, mais e mais indivíduos vão aderindo a iniciativa de Carmo Giffoni, somando um capital superior a 90 contos de réis. Com tanta euforia, marcou-se a primeira reunião da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*[84] que, segundo o *Orgam de Publicação Semanal*, ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1919 no salão do Cinema São Pedro, de propriedade do Sr. Custódio da Costa Pereira[85]. Neste primeiro contato entre os sócios, tem-se a intenção de discutirem assuntos referentes ao empreendimento.

Nobre Iniciativa

Ainda sobre a construcção do predio destinado a installação de um Colletio, para ambos os sexos, temos a acrescentar que alista de subscriptores já se eleva a quantia superior a noventa contos de reis.

Para discutirem sobre diversos assumptos referentes a tão alevantada idéa, são convidados todos os subscriptores para uma reunião, que se realisará hoje, ao meio dia, no salão do cinema São Pedro.

No próximo número publicaremos os nomes de todos os senhores que tão patrioticamente se prestaram a dispensar o seu auxillio para que logo se traduza em realidade tão necessário melhoramento para nossa cidade. (**A Noticia, 23 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 31.)

[84] O nome “Progresso de Uberabinha” ainda não tinha sido escolhido pelos *subscriptores*.

[85] Custódio da Costa Pereira, nasceu em Lavras-MG em 22 de maio de 1874, filhos de Francisco Custódio Pereira e D. Laudemilla do Nascimento Costa. Veio para Uberabinha em 1896, passando a ocupar o cargo de gerente do estabelecimento comercial de propriedade de Ângelo Zocoli. Em 1909 abriu a primeira casa de diversões de Uberabinha, o Teatro São Pedro. Eleito vereador de Uberabinha em 1912 e 1915. (TEIXEIRA, 1970, Vol. 2. p. 139.)

Como descrito, foi realizada a reunião, presidida pelo Cônego Pedro Pezzutti[86] e secretariada pelo Sr. Urias de Andrada. A reunião, segundo a publicação, foi bem *concorrida* e diversos assuntos foram tratados e dúvidas esclarecidas, ficando marcada a designação de duas comissões, cito: a primeira, composta pelos senhores Antônio L. da Silveira, dr. Leopoldo de Castro, dr. Manoel Lacerda, José Camim, Carlos Marquez e Agenor Bino, incumbida de elaborar o texto do estatuto e a segunda, composta pelos senhores Joaquim Marques Povoa, Antônio de Rezende, Marciano de Ávila, Clarimundo Carneiro e Constantino Rodrigues, de realizar o levantamento dos possíveis locais onde se poderia erguir o grandioso prédio.

Nobre Iniciativa

> Conforme dissemos em o nosso ultimo numero, realisou-se domingo passado no vasto salão do Cinema São Pedro a reunião dos distinctos cavalheiros que tomaram a si o nobilíssimo encargo de dotar Uberabinha com um prédio destinado ao funccionamento de um estabelecimento de instrucção primária e secundária, digno do nosso meio, do nosso progresso.
>
> Essa reunião, que foi presidida pelo Revmo. Conego Pedro Pezzutti e secretariado pelo nosso companheiro Urias de Andrada, esteve bastante concorrida, e entre as diversas medidas aventadas, foram preliminarmente adotadas as de serem creadas commissões especiaes para elaboração dos estatutos e escolha do local onde tenha de ser fazeer dita construcção.
>
> Para a primeira das commissões foram aclamados os seguintes senhores:
>
> Antônio L. da Silveira, dr. Leopoldo de Castro, dr. Manoel Lacerda, José Camim, Carlos Marquez e Agenor Bino. E para a segunda os senhores: Joaquim Marques Povoa, Antônio de Rezende, Marciano de Ávila, Clarimundo Carneiro e Constantino Rodrigues.
>
> No proximo domingo, 9 do corrente, de novo se reunirão os associados afim de em assembléia ser tomado conhecimento dos trabalhos das commissões e, então, possivelmente, será feita a installação definitiva da sociedade. (**A Notícia, 02 março 1919**. Ano I. n.º 32.)

[86] Cônego Pedro Pezzutti, Nascido em 20 de novembro de 1863, em Valle Dell'Âgelo, Salermo, Itália (TEIXEIRA, 1970, Vol. 2. p. 418.), imortalizou-se na história da cidade de Uberlândia ao escrever o trabalho encomendado pela Câmera Municipal de Uberabinha em 1922 intitulado ***Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia***. Neste trabalho, foi revelada a história do município até 1922, retratando e descrevendo os diversos progressos da cidade. É uma obra fundamental para qualquer historiador com essa temática

É correto notar que a iniciativa saiu do anonimato e ganhou a popularidade em pouco mais de 20 dias após a primeira citação. Também ocorreu que, a cada citação do jornal *A Notícia*, o prédio foi ganhando e somando novas qualidades, nota-se que começou como *um edificio para funccionamento de um collegio*[87]; passando para *um edifio adequado [...] construído sob todas as regras da hygiene [...] condigno do meio em que será elevado*[88]; aumentado para um *predio destinado a installação de um Colletio, para ambos os sexos*[89]; e até o momento, somando as suas atribuições o *funccionamento de um estabelecimento de instrucção primária e secundária*[90]*.* Não sabemos se por iniciativa própria do jornal ou dos associados, mas o que tivemos foi a simulação de uma idéia de *prédio para Collegio* que foi sendo formatada dentro das expectativas dos ideais de progresso uberabinhenses, que foi ganhando entusiasmo a cada dia.

Durante a semana, os *distinctos cavalheiros,* sobretudo os membros da segunda comissão, foram alvos de pressões e críticas com relação ao melhor local para erguer a imponente obra. Havendo divergências entre os próprios membros. A missão começa a ficar mais difícil do que se imaginava. No mapa demonstrado no ANEXO IV, é visível como a cidade crescia mais em uma única direção longitudinal, contudo, alguns contemporâneos defendiam que a cidade deveria crescer também em outras direções.

Nas principais praças da cidade, encontravam-se outros prédios de relevante imponência, havendo um cuidado para que fossem distribuídos de maneira a não valorizar mais uma região da cidade do que outra. Cada local, que apresentava potencial para construção do prédio da Sociedade, foi discutido, demonstrando vantagens e desvantagens, defendidas e/ou atacadas por seus proponentes. O próprio jornal também deixou transparecer sua opinião na intenção de interferir na decisão da dita comissão.

---

87 **A Notícia, 11 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 29.
88 **A Notícia, 16 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 30.
89 **A Notícia, 23 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 31.
90 **A Notícia, 02 março 1919**. Ano I. n.º 32.

Nobre iniciativa

A commissão encarregada de escolher o local para a edificação do prédio destinado ao collegio, deverá apresentar, hoje, o resultado de seus trabalhos. Nada sabemos a respeito. Muitas opinioes, razoaveis ou não, correm, fazendo-nos supor que a escolha será difficil.

De facto, a commissão tem encontrado embaraços.

Divergem os modos de ver entre seus membros; encontra obstaculo em conciliar devergencias entre os subscriptores do capital levantado.

De todos os logares, até agora aventados, para a construcção do importante prédio, o que parece ser visto com melhores olhos, é para alem Cajubá, lá no alto.

Realmente, o ponto apresenta algumas vantagens, no lado de certas inconveniencias.

Arejado continuamente por uma posição alta, ventilada e exposta à acção continea e directa dos raios solares; isolada, longe de barulho e incommodos do movimento das ruas; espaçosa ou expansivel a quanto se desejar, lá será o logar ideal para o levantamento de um predio destinado à instrucção.

As condições hygienicas favorabillissimas à saude das creanças, ao lado dos methodicos exercícios de gymnastica, que poderão ser feitos na grande área de que se pode dispor; o silencio do afastamento, constituem tudo que há de melhor para a realização de uma boa instrucção e educação.

Ainda mais, a locação do predio alli, crea a necessidade da abertura de ruas, prolongamentos das que terminam no córrego. E assim a nossa cidade irá se expandindo, alargando, perdendo a forma alongada que tem. Ganhará melhor aspecto, terá melhor vista.

As inconveniencias apontadas na adopção deste local, são várias. A distância grande, que muitas creancinhas terão que atravessar até chegar ao collegio, por uma rua deserta, despovoada, batida pelo sol em cheio...

Isso evita-se, accrescentam muitos.

Porém, não será tão cedo, dizem outros.

O retalhamento dos terrenos marginaes e a consequente construcção de casas, não será obra de uma noite para o dia, nem de um anno para outro.

A arborisação da rua, ou das ruas, exige também bastante tempo, até que as árvores projetem sombras.

E, se isto se der, com mais ou menor rapidez, o centro da cidade, a sua parte mais antiga, soffrerá. Dar se-á a desvalorisação de seus terrenos. As construcções diminuirão, arrasdadas [arrasadas] pela concurrencia da nova cidade em incipiencia. As grandes extensões de muros que ainda separam as casas, na parte velha da cidade, permanecerão, com grandes inconveniencias para a sua esthetica.

Um outro local indicado, é em terrenos vagos, na parte final da rua 15.

Apresenta outras conviniencias que o anterior não tem, ou só terá depois de alguns annos, mas traz a grande desvantem de ser um ponto collocado na extremidade longitudinal da cidade.

Este mesmo defeito terá o predio, se o levarem para os derredores da Estação Mogyana.

Emfim, vamos ver o que a digna commissão resolve.

Estas e outras ponderações, com certeza, já constituiram elementos do seu estudo, que deve ser meticuloso, destituido de interesses mesquinhos, visando sempre o bem geral. (**A Notícia, 09 março 1919**. Ano I. n.º 33.)

Segundo o periódico, a apresentação do local escolhido deveria acontecer no domingo do dia 09 de março de 1919 pela Comissão responsável, havendo uma dificuldade de escolha do local devido à divergência de opiniões, tanto dos sócios quanto dos não sócios. O próprio jornal

pressionou a Comissão, citando locais para a instalação do prédio e ressaltando que a escolha deveria ser feita sem nenhum título pessoal, mas sim *visando sempre o bem geral.*

As expectativas e especulações por causa do local que seria escolhido para construção do prédio continuaram, apesar que não existia até o momento, nenhuma certeza sobre os pareceres da Comissão responsável, que acabou por adiar a apresentação.

> Espera-se, com grande anciedade, o resultado dos trabalhos da Commissão encarregada da escolha do local onde deve ser edificado o predio para collegio. (**A Notícia, 16 março 1919**. Ano I. n.º 34.)

As comissões levaram as discussões para uma próxima reunião, esta, mais uma vez conduzida pelo *Revmo. Cônego Pedro Pezzutti*, porém, com mudança no local da reunião, saindo do Salão do Cinema São Pedro, de propriedade particular, para o Paço Municipal, ou seja, para o prédio da Câmara Municipal, de domínio público e sobre os olhares da *Municipalidade*, ganhava mais notoriedade. Foi fato então, que a ideia, assumida por Carmo Giffoni, da construção do *prédio para Collegio,* estava sendo levada adiante e ganhando rapidamente a simpatia e a atenção da comunidade uberabinhense. O jornal que registrou este movimento e responsável pela memória deste momento, *A Notícia – Orgam de Publicação Semanal,* destacou estas reuniões de forma exaltada e descreveu a grande participação da comunidade local de maneira sempre entusiasmada, sobretudo, na preocupação da população local[91] em contribuir com toda ação que representasse algum tipo de progresso para a cidade de Uberabinha. Este foi o ideal que movimentou a cidade. A descrição exaltada pelo jornal, não significa que o ato tenha acontecido nestas proporções, porém demonstra a intenção do periódico, que neste momento, tenta atrair mais e mais pessoas para a oportunidade[92].

---

[91] Quem é a "população local"? A "população local" que retratamos foi constituída por indivíduos que participaram da vida "social" do município, neste momento, não estamos falando dos pobres, mas de um grupo de pessoas que controlou a cidade, foi esta a população que se apresentou nos jornais. "População local" é para nós o que foi para o jornal, pessoas importantes da cidade.

[92] É importante destacar que, quando o historiador faz um recorte no documento, no meu caso, dos jornais, temos a impressão de que o assunto que estamos destacando é o de maior relevância dentro do documento, porém, é importante deixar claro que não é assim que acontece, a maioria dos recortes não ocupam grande extensão no periódico, outras matérias têm destaques de localização e extensão, dentro do periódico, maiores do que as notícias que

Nesta mesma reunião, realizada no dia 23 de março de 1919, num domingo, foi discutido e aprovado o primeiro Estatuto, fruto de uma Comissão designada. Este Estatuto, sabemos, não foi o que oficialmente regeu a entidade, porém foi a primeira tentativa de organização da Sociedade. Não conseguimos localizar esta primeira versão, que, devida a sua não publicação nos periódicos locais, ato comum visto a outros empreendimentos, imaginamos que este primeiro documento não foi levado adiante ou alterado até compor o texto original.

Com relação à Comissão designada pela escolha do local onde se ergueria o prédio, não tivemos mais notícias. Nesta próxima reunião, foi eleita a primeira *Directoria*, que teve em seu corpo, parte dos membros que integrariam mais tarde, a Diretoria definitiva. Assim, nesta primeira etapa foram eleitos os seguintes senhores com seus respectivos cargos: Presidente, Carmo Giffoni; Vice-presidente, Marciano Saturnino de Ávila; Secretario, Carlos de Oliveira Márquez; e Tesoureiro, José Camim.

> **Sociedade Anonyma "Propagadora da Instrucção"**
>
> Estava annunciada e realisou-se no último domingo a sessão preparatória para a Constituição da sociedade anonyma que vai tomar a si o grandioso encargo da construção do predio destinado ao estabelecimento de uma casa de instrucção primaria e secundaria – condigna de nosso meio.
>
> A reunião que se realisou as 13h na sala nobre do Edificio Municipal, esteve bastante concorrida, quer por parte de subscriptores, quer por muitas pessoas amigas da instrucção – que se fazendo presentes – levaram a ella o apoio de toda uma população grandemente enthusiasta em tudo quanto se traduza em levantamento moral.
>
> Presidindo essa reunião o Revmo. Conego P. [Pedro] Pezzutti, lhe foram presentes o estudo sobre o plano de locação e projecto dos estatutos.
>
> Lidos estes, com ligeira modificação foram aprovados, ficando dependendo aquelle de uma cosulta à nossa municipalidade.
>
> Por occasião da leitura dos estatutos foi proposta a eleição da primeira Directoria que ficou assim composta:
>
> Presidente: Carmo Giffoni;
>
> Vice-presidente: Marciano Saturnino de Ávila;
>
> Secretario: Carlos de Oliveira Marquez, e Thezoureiro: José Camim, empossando-se os tres ultimos que se achavam presentes à reunião.
>
> A seguir damos a lista nominativa de todos os srs. subscriptores, assim como a quantidade numerica de acções e respectivas quantias:

---

retratamos. Somos nós pesquisadores que damos a importância ao fato ao isolá-lo da "coletividade" singularizando-o e novamente devolvendo ao "coletivo".

Subscriptores	Acções	Capital
Família Carneiro	12	6:000$000
José Camin	10	5:000$000
Constantino Roiz [Rodrigues] da Cunha	10	5:000$000
Joaquim Marques Povoa	10	5:000$000
Azarias Ignácio de Souza	10	5:000$000
Agenor da Silva Pereira Bino	10	5:000$000
José Villela Marquez	10	5:000$000
Oympio de Freitas Costa [Olimpio]	10	5:000$000
Eduardo Marquez & Comp.	10	5:000$000
Antônio de Rezende	6	3:000$000
Carmo Giffoni	4	2:000$000
Oreste Rodrigues da Cunha	4	2:000$000
Daniel Fonseca e Silva	4	2:000$000
Benjamin Ribeiro Guimarães	4	2:000$000
Marciano S. de Ávila	4	2:000$000
Carlos de Oliveira Marquez	4	2:000$000
Freitas & Cunha	4	2:000$000
Dr. Mário Guimarães Faria	4	2:000$000
Benjamin Alves dos Santos	4	2:000$000
Oscar Machado	4	2:000$000
José Pacifico de Salles	2	1:000$000
Luiz Ribeiro	2	1:000$000
João Bernardes de Souza	2	1:000$000
Nestor Rezende	2	1:000$000
Alexandre Guimarães	2	1:000$000
Dr. Leopoldo de Castro	2	1:000$000
José Nonato Ribeiro	2	1:000$000
Custódio da Costa Pereira	2	1:000$000
J. S. Rodrigues da Cunha [João Severiano]	2	1:000$000
Severiano Rodrigues Borges	2	1:000$000
Alexandre Marquez	2	1:000$000
Antônio Alves Vieira	2	1:000$000
José Grama	2	1:000$000
Gil Alves dos Santos	2	1:000$000
Severiano Roiz da Cunha [Rodrigues]	2	1:000$000
Ayres Ribeiro Guimarães	2	1:000$000
José dos Santos	2	1:000$000
José da Costa Carvalho	2	1:000$000
José de Ávila	2	1:000$000
Gabriel Alves Gonzaga	2	1:000$000
Américo Zardo	2	1:000$000
João Bernardes da Silva	2	1:000$000
Urias Rodrigues da Cunha	2	1:000$000
Vergílio R. Cunha [Rodrigues da]	2	1:000$000
Fernandino R. da Cunha [Rodrigues]	2	1:000$000
Marciano de Ávila Júnior	2	1:000$000
Joaquim Jorge & Comp.	1	500$000
Manoel da Silva Oliveir [Oliveira]	1	500$000
Octávio R. Cunha [Rodrigues da]	1	500$000
João Cotta Pacheco	1	500$000
Eduardo Felice	1	500$000

Ozires Rodrigues da Cunha	1	500$000
Benjamin Monteiro	1	500$000
Salvino José de Araújo	1	500$000
Zacharias Jorge Gomes	1	500$000
Antônio Costa	1	500$000
Manoel Lacerda	1	500$000
Antônio Custódio Pereira	1	500$000

(**A Notícia, 23 março 1919**. Ano I. n.º 35.)

Até então, a Sociedade não tinha uma "Razão Social", ou seja, um nome. Era apresentada pelo periódico como uma *Nobre Iniciativa*, sendo que na citação acima, o jornal tenta dar um nome para a Sociedade, propondo a seguinte denominação: *Sociedade Anonyma "Propagadora da Instrucção".* Esta denominação tentou resumir a proposta regida por esta entidade.

Seguiu-se ainda, uma importante lista de chamada, com o respectivo capital de cada *subscripto* onde, a grande maioria dos nomes citados, foi de pessoas de grande prestígio e posses na cidade, a exemplo temos: J. S. Rodrigues da Cunha, Vereador e Agente Executivo; José Nonato Ribeiro, Antônio de Rezende, Dr. Leopoldo de Castro e Carlos de Oliveira Márquez, todos Vereadores; Alexandre Marquez, ex-Vereador e Agente Executivo; Custódio da Costa Pereira, empreendedor e proprietário do Cinema São Pedro; Carmo Giffoni, nosso protagonista, empresário e proprietário; membros das respeitadas famílias Márquez, Rodrigues da Cunha e Carneiro; entre outros, transparecendo cada vez mais, a grandeza do empreendimento.

Temos ainda a forma de aquisição por cotas de capital por meio de ações, onde cada subscrito compraria uma cota de ações referentes ao capital despendido em prol da Sociedade. Esta forma de recolhimento garantiria aos sócios uma participação na empresa proporcional a sua cota de valor fixo adquirido, organizando o capital da Sociedade. Por fim, temos na publicação, uma forma hierárquica com relação ao capital correspondido de cada um, ou seja, quem desprendeu maior capital esteve no topo da lista, praticando referência a um determinado status, no caso, a Família Carneiro apareceu no topo da lista, em primeiro lugar, adquirindo 12 ações no valor de 6:000$000 (seis contos de réis) e no final da lista, em último, Antônio Custódio Pereira, com 500$000 (quinhentos mil réis), juntamente com mais 11 subscritores que também corresponderam a 500$000 (quinhentos mil réis).

Temos nesta primeira chamada, um total de 202 ações distribuídas entre 58 sócios e um capital acumulado de 101:000$000 (cento e um contos de reis), o que era muito dinheiro, uma vez que, segundo Guilherme (2007), o Paço Municipal foi orçado em 43:455$933 (quarenta e três contos, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e trinta e três reis), iniciado em 1916 e inaugurando em 15 de Novembro de 1917, ainda temos:

> Paço Municipal - iniciadas em Maio por contracto firmado com o empreiteiro Cypriano Del Fávero , prosseguem com atividade as obras de reconstrucção deste edifício que , desde já , impressiona agradavelmente a quantos , de fora , visitam esta cidade . Locado no centro da Praça da Liberdade, com 4 fachadas , o Paço Municipal levanta-se distinctamente , destacando-se de todas as construcções da cidade , de todos os outros edifícios do mesmo gênero que adiantado [...], acabado, será um dos melhores da cidade e o primeiro do Triangulo (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 03 março 1917**. p. 26/verso.)

Com sócios e capital levantados, a primeira ação da Diretoria, eleita na última reunião, foi convocar os associados para uma Assembleia Geral. Tal fato ocorreu por meio da distribuição de circulares, registrado no periódico local ainda com o título referente à Sociedade como *Propagadora da Instrucção*. A Assembleia foi marcada mais uma vez no Paço Municipal.

> **“Propagadora da Instrucção”**
>
> Pela directoria dessa utilissima associação foram distribuidas circulares aos srs. associados convidando-os a comparecer à Assembléa Geral que terá logar no edifício da Camara à uma hora da tarde do próximo dia 5 de abril. (**A Notícia, 30 março 1919**. Ano I. n.º 36.)

Ocorreu que por motivos da chamada pela Municipalidade da eleição e a eleição para preencher uma cadeira ociosa no cargo de Vereador da Câmara Municipal e de Juiz de Paz ambas de Uberabinha, a Assembléia da Sociedade acabou sendo adiada para o próximo final de semana.

> Por motivos das eleições de hoje foi transferida para o proximo domingo a reunião dos socios que vão tratar da construcção do novo predio – para collegio. (**A Notícia, 13 abril 1919**. Ano I. n.º 38.)

O Sr. Revmo. Cônego Pedro Pezzutti, que até então presidia as reuniões da Sociedade, foi embora para sua terra natal, Itália, por motivos de saúde. Porém, a esta altura, a Sociedade encontrava-se com uma Diretoria eleita e um Presidente que teria a missão de conduzir, oficialmente, os movimentos da Sociedade dali em diante.

> Para Itália, sua terra natal, embarcará em Santos, no proximo dia 10 de Maio o revmo. Sr Conego Pedro Pezzutti, digno vigario de Uberabinha, e nosso illustrado Collaborador.
> A viagem do virtuoso sacerdote ao velho mundo – é feita por motivo de tratamento de sua saude. (**A Notícia, 21 abril 1919**. Ano I. n.º 39)

Por fim a reunião acaba ocorrendo numa segunda-feira, dia 21 de abril, conforme citação abaixo:

> No salão nobre do Predio Municipal realisa-se hoje a reunião dos socios da empreza que vae construir um predio destinado a Collegio.
> Sobre o que nessa reunião ocorrer noticiaremos no proximo numero.
> (**A Notícia, 21 abril 1919**. Ano I. n.º 39.)

É menos provável que uma reunião de pessoas tão *ilustres* e com suas ocupações normais, em uma situação de não emergência (normal), possa mesmo ter ocorrido numa segunda-feira 13h, o que também não é, de tudo, possível confirmar. Achamos mais provável que esta diferença temporal tenha ocorrido por equívocos do próprio periódico, como por exemplo, um atraso no fechamento ou impressão do mesmo, deslocando algumas colunas (matérias). Esta ocorrência não mudaria o fato em si, porém, aumentou nosso cuidado em relação as abordagens às fontes, neste caso, aos periódicos. Este é o trabalho do historiador, decifrar e construir uma história, cada qual com suas peculiaridades e particularidades. Cabe ao leitor, confronta-la.

Contudo, a reunião aconteceu mesmo numa segunda-feira e segundo o próprio periódico, esta reunião serviu apenas para que os *encorporadores* fizessem um levantamento do total do número de interessados reais e consequentemente, o capital com que poderiam contar para execução da *nobre iniciativa*.

Sendo anunciada uma segunda Assembleia (reunião), foi visível a dificuldade em encontrar número suficiente de pessoas comprometidas, fazendo perceber pelo trecho abaixo, no último parágrafo, uma primeira citação da Sociedade de forma não mais confiante. Mesmo o título da coluna, foi neste momento, *Instrucção*, na possível tentativa de angariar um número maior de sócios.

> **Instrucção**
>
> Conforme noticiamos, realisou-se segunda feira última a reunião dos encorporadores da associação que vai tomar o honroso encargo de construir o predio destinado a servir para a installação de um estabelecimento de ensino compatível com o nosso meio.
>
> Essa reunião apenas servio para os encorporadores verem com que numero de pessoas e com que capital poderão contar para darem execução a tão nobre iniciativa.
>
> Promissor que foi esse conhecimento, uma nova assembléa se realisará hoje ao meio dia no salão nobre do Paço municipal, em a qual serão lançadas e discutidas as bases da novel associação, tão carecedoura do apoio de todos aqueles que vivem em Uberabinha. (**A Notícia, 27 abril 1919**. Ano I. n.º 40.)

A nossa proposta em colocar todas as citações na integra, foi de prestar ao leitor, maior facilidade para acompanhar o desenrolar desta história em tempo real, despertando maior interlocução com o leitor[93].

Foi realizada esta reunião, também no prédio do Paço Municipal e refeitas as duas Comissões[94] com a intenção mais uma vez, de constituir um Estatuto e de escolher o melhor local para construção do Prédio. Estas duas novas Comissões foi uma reestruturação das duas primeiras Comissões que também tinham as mesmas funções, assim, para a Comissão responsável pela elaboração do Estatuto, teve a saída dos senhores Dr. Leopoldo de Castro, José Camim e Agenor Bino para entrada dos senhores Antônio Vieira Gonçalves e João Bernardes de Souza, diminuindo de seis para cinco nomes e na Comissão designada pela escolha do local, onde deveria ser construído o *prédio para Collegio*, temos a substituição do senhor Constantino Rodrigues

[93] A intenção foi poupar o tempo do leitor em consultar as fontes na íntegra.
[94] A primeira Comissão formada para debater sobre o melhor local para a construção do prédio da Sociedade, foi definida na reunião realizada no Salão do Cinema São Pedro no dia 23 de fevereiro de 1919, presidida na ocasião pelo *Sr. Revmo Cônego Pedro Pezzutti*, que acabou viajando para a Itália por motivos de saúde.

pelo senhor Benjamim Guimarães, mantendo o mesmo número de membros da antiga comissão, cinco.

Como Presidente eleito da Sociedade, Carmo Giffoni assume o compromisso de levar tal empreendimento adiante, tendo em vista a última reunião, resolveu abranger a proposta para um número maior de uberabinhenses, reativando os ânimos e não abrindo mão do potencial da Sociedade. Dirigiram-se mais uma circular de convocação, desta vez, com intenção de serem discutidos os pareceres das ditas Comissões e também, a tentativa de se fazer a organização social da Sociedade, ou seja, seu registro legal e início das atividades.

Predio para Collegio

O sr. Carmo Giffoni, no intuito de fazer tornar em realidade à justa aspiração do povo de Uberabinha – que é construir o predio destinado a servir para instalação de um estabelecimento de ensino, dirigio a circular abaixo a todos aqueles que teem se interessado para a realisação dessa nobre iniciativa.

"Tendo a última reunião da sociedade que vae construir o predio destinado ao Collegio, designado aos srs. Joaquim Marques Póvoa, Clarimundo Carneiro, Benjamim Guimarães, Marciano de Ávila e Antônio de Rezende, para a commissão encarregada da escolha do terreno, e os srs. Manoel Lacerda, Antônio Vieira Gonçalves, João Bernardes de Souza, Carlos Marquez e Antônio Silveira, para a commissão encarregada de elaborar os estatutos, tomo a liberdade de em nome desses senhores, convidal-o para estar presente á assembléa que deverá ter logar no meio dia do próximo domingo, 4 do corrente, no salão nobre do Paço Municipal, em cuja assembléa serão descutidos os pareceres das alludidas commissões e definitiva organisação social.

Certo de que V.S. que tão interessado tem mostrado para que se torne em facto tão necessaria quão útil associação, honrará a assembléa com a sua presença, tenho o prazer de me subscrever, etc. etc. (**A Notícia, 04 maio 1919**. Ano I. n.º 41.)

Esta última reunião, realizada no domingo do dia 04 de maio de 1919, foi um grande passo para concretização da Sociedade. Nela, foram definidas várias medidas, como o nome definitivo da Sociedade, apresentada pela primeira vez como *Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha"*. Ainda nesta reunião, foi eleita uma segunda *Directoria* onde foram agregados novos nomes e distribuídas novas funções. Destacamos que a primeira Diretoria eleita da Sociedade, até então sem nome, foi definida no domingo do dia 16 de março de 1919, em reunião presidida pelo Sr. Revmo. Cônego Pedro Pezzutti no Paço Municipal. Pela instabilidade do processo, houve necessidade de

eleger uma segunda Diretoria, o que ocorreu no dia 04 de maio de 1919, desta vez com um mandato de quatro anos. Os integrantes foram misturados entre nomes contidos na primeira Diretoria com novos nomes, ficando assim definida: Presidente, continuou Carmo Giffoni, idealizador e protagonista da Sociedade; Vice-Presidente, saiu Marciano Saturnino de Ávila para entrada de Antônio de Rezende; Secretários, continuou Carlos de Oliveira Marquez e incluindo um segundo nome na secretária, o Sr. Antônio Vieira Gonçalves; Tesoureiro, saiu o Sr. José Camim em substituição ao Sr. Clarimundo Carneiro; por fim, temos a eleição do Conselho Fiscal com três nomes efetivos e três nomes na suplência sendo, Srs. Joaquim M. Póvoa, Marciano de Ávila e Custódio da C. Pereira. [Costa]; e Dr. Manoel Lacerda, Azarias Ignácio de Souza e José Villela Marquez respectivamente.

Organizada, a Sociedade apresentou seu principal objetivo, que seria dotar a cidade de Uberabinha com um prédio moderno, com todos os *preceitos de hygiene* e exclusivamente levantado com o objetivo de abrigar um Colégio. Mas não um Colégio comum, mas digno da cidade onde seria erguido, incorporando todos os princípios que um elemento deste fim deveria ter e “mais um pouco”. Foi destacada também, a procura dos alunos da cidade por outras instituições fora de Uberabinha, e que, a presença deste novo Colégio, iria absorver esses alunos assim como atrair novos estudantes das cidades da região. De certa forma, investir na Sociedade seria também investir no futuro de Uberabinha, e também significaria economizar gastos dos particulares com futuros deslocamentos dos filhos-estudantes.

A ideia de se construir um Ginásio, para os alunos, filhos de Uberabinha, terminarem na própria cidade seus estudos, passava pelo ideal progressista desta cidade, uma vez que diminuiria a influência de outras localidades na formação direta do cidadão uberabinhense, ou seja, não seria mais tolerado o fato de que Uberabinha pudesse vir a ter no poder, dirigentes formados por outros ideais se não os que aqui se motivavam, por isso, era preciso e urgente que Uberabinha fosse capaz de formar seus próprios cidadãos[95] e assim foi feito. O progresso se faz aqui e agora!

[95] Melhor dizendo, formar seus próprios governantes.

Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha"

Realisou-se, conforme annunciamos, no último domingo, a reunião dos associados da útil associação, cujo nome emcima estas linhas.

Entre diversas medidas adoptadas como preliminares da constituição social, foi proposta e acceita para dirigir o primeiro quatrienio da sociedade a seguinte Directoria:

Presidente: Carmo Giffoni.

Vice-Presidente: Antônio de Rezende.

Secretarios: Antônio Vieira Gonçalves e Carlos O. Marquez.

Thesoureiro: Clarimundo Carneiro.

Para membros effectivos do Conselho Fiscal, foram eleitos os srs. Joaquim M. Póvoa, Marciano de Ávila e Custódio da C. Pereira [Costa].

Para suplentes:

Dr. Manoel Lacerda, Azarias Ignácio de Souza e José Villela Marquez.

Organisando-se essa sociedade para o fim de doptar Uberabinha com um predio onde seja installado um estabelecimento de ensino que obedeça aos programmas officiaes, e os mais rigorosos preceitos de hygiene, não tem a sua directoria, como não teem os subscriptores de acções, outro viso que não seja o de engrandecer com os sobejos dos seus recursos materiaes a grande obra do levantamento moral do nosso povo.

Essa obra que não fica circumscripta, ao nosso meio – irá concorrer para o engrandecimento de Uberabinha paralysando o exhodo daquelles que vão procurar longe a educação dos seus filhos. (**A Notícia, 11 maio 1919**. Ano I. n.º 42.)

No último domingo, dia 11 de maio, foi realizada a eleição complementar para preenchimento de dois cargos ociosos, o de Vereador municipal e o de terceiro Juiz de Paz, sendo eleitos os cidadãos Carlos Oliveira Marquez e Honório Marra da Silva, respectivamente. O importante aqui é ressaltar o nome do eleito, Carlos Oliveira Marquez, secretário da Sociedade. Este foi a arranjo dos nomes que compuseram a Sociedade que, em sua maioria, foram nomes ligados a alguma posição social de *status* e poder na cidade. Assim foi se constituindo essa grande aspiração uberabinhense.

ELEIÇOES MUNICIPAES

[...] Pelo acerto da escolha desses distinctos cidadãos para representantes do povo, só merece encomios [elogio, aplausos] o partido que os apresentou. (**A Notícia, 18 maio 1919**. Ano I. n.º 43.)

Passados quase dois meses, em 25 de julho de 1919, ainda não tinham tomado posse dos cargos para os quais se elegeram:

> [...] verificando minuciosamente a acta da eleição realisada em 11 de maio do corrente anno, para o prehenchimento da vaga de um vereador geral e o terceiro Juiz de Paz do districto da cidade, notamos que tudo correu regularmente, tendo sido eleito, para o vereador geral, o cidadão Carlos de Oliveira Márquez e para terceiro Juiz de Paz o cidadão Honório Marra da Silva; [...] convidando-os a tomarem posse dentro do prazo estipulado pelo código municipal. Sala das sessões da Câmara, 25 de julho de 1919. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realisada no dia 25 julho 1919**. p 80/verso.)

Importante ressaltar aqui, que alguns documentos da Sociedade apresentam dados retroativos, a exemplo do *Diário da Sociedade*, onde parte dos registros foram realizados algum tempo depois da ocorrência do fato. Respeitando essa observação, vamos seguir a cronologia dos lançamentos e não a do fato retroativo. A intenção foi facilitar a explanação e análise do acontecido. Exemplificando, o *Diário da Sociedade* foi aberto com o *Termo de Abertura* em 22 de dezembro de 1919, porém só recebeu o primeiro lançamento quase um ano depois, no dia 29 de outubro de 1920. Desta forma, o fato ocorrido em 20 de maio de 1919 só foi registrado no dia 29 de outubro de 1920. Imaginamos que fosse possível a existência de algum rascunho antes deste Diário oficial da Sociedade. A quantidade de pessoas envolvidas com a Sociedade nos remete certa garantia sobre a veracidade das informações contidas neste documento.

A próxima publicação do periódico corresponde à primeira chamada para que cada sócio ingresse com o capital sugerido, devendo ser disponibilizado em cinco parcelas iguais, correspondente a 20% do valor total proposto por cada sócio. Foi realizada essa primeira chamada na data de 25 de maio de 1919.

> Está fazendo a primeira chamada, 20 por cento sobre a importância subscripta, a sociedade anonyma, que se constituiu para levantar um predio para collegio. (**A Notíca, 25 maio 1919**. Ano I. n.º 44.)

Participaram desta primeira chamada 53 dos 61 sócios que comporiam o *Contracto Social* da Sociedade. O valor somado nesta primeira etapa foi de exatos 16:000$000 (dezesseis contos de réis). Conforme expresso, os primeiros lançamentos no *Diário da Sociedade* (Diário) são retroativos, assim no momento do registro das prestações, foram misturadas algumas parcelas atrasadas de mais 04 sócios, totalizando 57 dos 61 sócios, aumentando o capital para 17:800$000 (dezessete contos e oitocentos mil réis). Faltaram com este primeiro compromisso por motivos desconhecidos os seguintes sócios: Alexandre de Oliveira Márquez, Amador Guimarães, Antônio Peixoto e Tancredo Rodrigues da Cunha, completando os 61 nomes. Estes 04 sócios somados a mais 27 outros, até dezembro de 1920 ainda deviam algum valor à Sociedade.

Na tabela abaixo, a “Chamada” corresponde ao número do lançamento no Diário assim, cada vez que determinado lançamento surgia no movimento do caixa, constataria a sua frente o seu número de chamada, foi este número que identificou a fonte da despesa ou receita lançada neste documento.

Apresentamos os nomes em ordem alfabética para facilitar a visualização, contudo no documento original, a ordem prevalece pela data de pagamento aleatoriamente ao seu lançamento.

Quadro 2: Primeira Chamada de Capital: Sócios, Datas e Valores (1919).

Nº de Chamada	Nome do Sócio	Data do Pagamento	Valor em Réis
5	Affonso Carneiro	20/5/1919	200$000
50	Agenor da Silva Pereira Bino	22/5/1919	400$000
25	Alexandre Marquez	20/5/1919	200$000
7	Alexandre Ribeiro Guimarães	21/5/1919	200$000
35	Américo Zardo	29/5/1919	200$000
61	Anísio Theodoro de Oliveira	24/5/1919	80$000
11	Antônio Custódio Pereira	22/5/1919	80$000
16	Antônio de Rezende	20/5/1919	600$000
31	Antônio Vieira Gonçalves	26/5/1919	200$000
59	Arthur Rodrigues	23/5/1919	400$000
56	Ayres Ribeiro Guimarães	29/5/1919	200$000
62	Azarias Ignácio de Souza	20/5/1919	1:000$000
52	Benjamim Alves dos Santos	20/5/1919	400$000
36	Benjamim Monteiro	21/5/1919	400$000
42	Benjamim Ribeiro Guimarães	23/5/1919	400$000
18	Carlos Oliveira Marquez	21/5/1919	400$000
17	Carmo Giffoni	27/5/1919	400$000

4	Clarimundo Carneiro	20/5/1919	400$000
9	Constantino Rodrigues da Cunha	29/5/1919	1:000$000
23	Custódio da Costa Pereira	20/5/1919	200$000
27	Daniel da Fonseca e Silva	20/5/1919	200$000
49	Dr. Mário Guimarães Faria	21/5/1919	200$000
22	Eduardo Felice	20/5/1919	120$000
29	Eduardo Marquez e Cia.	21/5/1919	200$000
55	Emerenciano Cândido da Silva	30/5/1919	400$000
53	Fernandinho Rodrigues da Cunha	22/5/1919	200$000
39	Francisco Ramella	23/5/1919	80$000
54	Gil Alves dos Santos	26/5/1919	200$000
20	J. S. Rodrigues da Cunha	21/5/1919	200$000
51	João Bernardes da Silva	29/5/1919	200$000
21	João Bernardes de Souza	22/5/1919	120$000
57	João Naves de Ávila	6/6/1919	120$000
6	Joaquim Marques Povoa	20/5/1919	1:000$000
3	José Carneiro	1/9/1919	400$000
34	José da Costa Carvalho	20/5/1919	80$000
40	José dos Santos	20/5/1919	160$000
24	José Grama	26/5/1919	200$000
19	José Nonato Ribeiro	20/5/1919	200$000
2	José Theóphilo Carneiro	20/5/1919	600$000
15	José Villela Marquez	21/5/1919	1:000$000
32	Manuel da Silva Oliveira	22/5/1919	80$000
33	Marciano de Ávila Júnior	22/5/1919	200$000
46	Marciano Saturnino de Ávila*	29/5/1919	400$000
37	Nestor Rezende	21/5/1919	200$000
14	Octávio Rodrigues da Cunha	22/5/1919	200$000
41	Olympio de Freitas Costa	29/5/1919	1:000$000
26	Oscar Machado	20/5/1919	400$000
12	Osires Rodrigues da Cunha	22/5/1919	200$000
60	Salvino José de Araújo	29/5/1919	80$000
38	Severiano Rodrigues Borges	26/5/1919	200$000
13	Severiano Rodrigues da Cunha	22/5/1919	200$000
28	Urias Rodrigues da Cunha	22/5/1919	200$000
10	Virgílio Rodrigues da Cunha	22/5/1919	400$000
TOTAL DE 53 SÓCIOS com pagamento 1ª Parcela da em dia		**Total de 16:000$000 (dezesseis contos de réis)**	
30	Eduardo Martins Marquez**	5/5/1920	600$000
44	João Ribeiro Guimarães**	5/5/1920	240$000
47	João Rodrigues de Castro**	6/5/1920	600$000
48	Mizael Rodrigues de Castro**	5/5/1920	360$000
TOTAL DE 57 SÓCIOS com pagamento 1ª Parcela da em dia		**Total de 17:800$000 (dezessete contos e oitocentos mil réis)**	

* Valor equivalente as parcelas 1ª e 2ª, pago adiantado.
** Valores equivalentes as parcelas 1ª, 2ª e 3ª, pagos atrasados.
Fonte: Diário da Sociedade, 1919.

A maioria dos sócios correspondeu a chamada e fizeram o pagamento da primeira das cinco parcelas. Em menos de cinco meses a Sociedade saiu do papel para a realidade. Agora, com a Diretoria eleita, ela se encontra-se organizada e apta a receber os primeiros capitais. As atividades da Sociedade foram focadas unicamente na construção do novo prédio, fazendo-se valer para isso, de todos os esforços.

O ânimo do jornal *A Notícia* foi revigorado no gesto aparentemente natural ao colocar o educador Antônio Luiz da Silveira[96], como possível primeiro diretor para este novo *Collegio*. Antônio Luiz da Silveira era o atual diretor do *Gymnasio de Uberabinha*, que funcionava em uma casa alugada, conforme já foi verificado na FIGURA 01 (p. 38).

Como se vê, existia na cidade um Ginásio, porém, segundo a motivação dos associados, o mesmo não se mostrava suficiente para o padrão almejado para Uberabinha, que tinha *tudo para ser a princesa do triangulo*, pois, o novo prédio, deveria ser dotado de todos os padrões modernos para o qual se propõe seu arremate, incluindo parâmetros de higiene e conforto. O jornal foi exaustivo nas chamadas de novos sócios.

> **Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha"**
>
> Já muito temos dito sobre a organisação da sociedade anonyma que pretende installar nesta cidade um collegio que ministre o ensino secundário a ambos os sexos.
>
> Agora com muito mais satisfação vimos tratar do mesmo assumpto, porque felizmente já se acha difinitivamente organisada a sociedade, figurando na sua directoria nomes dignos de todo o respeito e acatamento e que, por isso mesmo, são a mais solida garantia para o perfeito exito do seu grandioso tentamen.
>
> O erguimento de uma casa de ensino dotada de todos os requisitos exigidos pela pedagogia moderna, e confortavel, e hygienica, de há muito era exigido pela nossa população, e essa justa aspiração se realisará com a construcção do predio que a Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha" vai iniciar dentro em breve e que vai ter como director o competente e ellustrado educador Cel. Antônio Luiz da Silveira.
>
> Em se tratando de uma construcção que só pode ennobrecer os filhos desta terra, acreditamos que para sua prompta realisação concorram todos aquelles que por qualquer motivo a ella se achem ligados. (**A Notícia, 08 junho 1919**. Ano I. n.º 46.)

[96] Apesar de Antônio Luiz da Silveira ser o primeiro a arrendar o prédio da Sociedade, ele não teve em nenhum outro momento, qualquer participação direta, a primeira vista, na constituição da Sociedade, nem mesmo era sócio.

Até aqui, apresentamos a primeira etapa, a idealização da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha, onde em menos de 5 meses, ela sai da idealização para sua consolidação, coincidindo com a extinção do jornal *A Notícia*[97], substituído pelo jornal *A Tribuna*[98]. Durante os meses da transição dos periódicos, junho a agosto de 1919, não encontramos publicações[99], nos deixando um vazio com relação a história da Sociedade e da própria cidade vide imprensa local. Nas atas da Câmara Municipal, as primeiras citações à Sociedade são de meados de novembro de 1919 e não preenchem esse vazio. No período da idealização da Sociedade, ocorria um debate pela necessidade inicial de se dotar a cidade de Uberabinha com um prédio para um *Gymnasio*, mesmo havendo sido inaugurado, em 1914, a menos de 4 anos, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão[100], instituição de ensino primário. A necessidade se prestou, além disso, na intenção de manter em Uberabinha, as crianças que buscavam fora do espaço da cidade, completar sua educação. Este processo tramitou pelo imaginário do ideal progressista uberabinhense no momento em que se quiseram monopolizar no indivíduo, um conjunto de valores locais, na intenção de originar os futuros governantes da cidade e do Brasil. Funcionou.

Contudo, depois de quase seis meses de procura, conseguimos encontrar um documento que observou enorme importância para a construção da história da Sociedade, sendo decisivo para entendermos como de fato - respeitando os limites historiográficos - foram consolidando esta iniciativa. Portanto, temos agora, a resposta de algumas das nossas indagações iniciais, inspiradoras desta pesquisa com a apresentação do *Contracto Social da*

---

[97] O jornal *A Notícia* circulou em Uberabinha entre o período de junho de 1918 a junho de 1919 totalizando 47 edições. O exemplar de número 47, datado de 15 de junho de 1919, está danificado, por isso foi arquivado erroneamente, no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, junto com o mesmo jornal de data 16 de junho de 1918.

[98] *A Tribuna foi um periódico que circulou semanalmente nas primeiras décadas do século passado, especificamente entre os anos de 1919 a 1942 na cidade de Uberabinha, MG. O dia 07 de setembro de 1919 é data da primeira edição do jornal que circularia semanalmente por vinte e quatro anos ininterruptos nesta localidade. A princípio, o título do jornal era A Tribuna, Semanário Independente e Noticioso, sob a razão social de Rodrigues, Andrade & Cia, que compunham uma Sociedade Comercial, dentre os quais participavam João Severino Rodrigues da Cunha, Octavio Rodrigues da Cunha, Umberto Giffoni, João Andrade Souza e Tito Lívio Teixeira, sendo todos os colaboradores homens de negócios na cidade e advindos de famílias tradicionalmente distintas na sociedade uberlandense.* (ARAUJO; RODRIGUES, 2003, p. 331.).

[99] Não foram encontradas nas fontes disponíveis, quaisquer citação com relação a Sociedade durante este período.

[100] *O imponente edifício que se levantou à Praça da República, é digno de figurar nas mais adiantadas cidades e representa um benefício que o Estado nos concedeu, abrindo uma excepção à regra geral* [...] (**Paranahyba, 27 setembro 1914**. Ano I. nº. 03.)

Sociedade Anonyma *Progresso de Uberabinha*. Nesse documento, vamos revelar quem foram seus sócios, os diretores, suas funções e a estrutura hierárquica administrativa vigorante, qual prazo de duração da sociedade, data oficial de assinatura dos sócios, valor que cada sócio contribuiu, forma de captação do capital desprendido por cada sócio enfim, muitos detalhes que vão preenchendo as lacunas que, até hoje, não sabíamos sobre a instituição que consolidou um desejo e concretizou o Colégio que figura ainda nos dias atuais, dentre os mais respeitados Colégios públicos de Uberlândia.

2.2 O *Contracto Social*: os Sócios, o Capital, a Meta.

Antes de aprofundarmos nas informações contidas no *Contracto Social*, cabe ressaltar alguns pontos importantes sobre o mesmo. A única cópia encontrada do *Contracto Social* da Sociedade (Contrato) está localizado no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, porém não está visível a primeira vista, encontra-se no Arquivo Jerônimo Arantes, na “Pasta Temática” número 033 (trinta e três)[101]. O conhecimento deste documento incidiu ao folhearmos pasta por pasta deste arquivo até coincidir com o dito documento, assim, estivemos por várias vezes no local sem que ninguém soubesse algo sobre sua existência, talvez por nunca tê-lo consultado antes. A tenacidade em achar algo de maior relevância e a dedicação dos profissionais do Arquivo Público Municipal, nos fez persistir por várias vezes, até que fomos premiados com esta descoberta.

Contudo, este único documento não se trata do original, mas uma cópia feito à mão pertencente a *Napolião Carneiro*, filho de Clarimundo F. Carneiro, conforme demonstrado abaixo:

[101] Outra cópia do *Contracto da Sociedade* foi publicado no trabalho de Viviane Santana MENDES (*2000, p. Anexo II*.).

À Margem

Cópia do original pertencente ao jovem Napolião Carneiro, filho do Sr. Clarimundo F. Carneiro, cedido para o arquivo de documentos históricos do prof. Jerônimo Arantes, historiador do Município de Uberlândia.[102]

Assim, por alguma sorte, Jerônimo Arantes teve acesso ao documento e resolveu guardá-lo e posteriormente foi doado ao Arquivo Público Municipal de Uberlândia, onde estaria até então. Conforme dito, esta foi a única referência ao documento original que tivemos acesso. Trata-se de manuscrito copiado do original, e vamos considerar os cuidados necessários para análise desta fonte de maneira que, o cruzamento com outras fontes com referencia à Sociedade, nos garantem a autenticidade do seu conteúdo, somando ainda, os três registros em Cartório detalhadamente copiados no documento:

Reconheço verdadeiras todas firmas
constantes deste contracto e dou fé.
Uberabinha, 28 de Outubro de 1920.
Teste de Verdade (Rubrica)
Olidon José Ferreira
2º Tabelião

Certifico que o presente contracto
foi apresentado à registro, no registro
especial [de títulos] e dou fé.
Uberabinha, 29 de Outubro de 1920.
Official Araújo.

Certifico que o contracto retro foi registrado
à folhas 43 do 20/Lº - pras. do
Registro Especial, sob número 650, nesta data.
O referido é verdade e dou fé.
Uberabinha, 29 de Outubro de 1920.
O Official do Registro especial:
Francisco Emílio de Araújo[103]

Fato curioso é que fomos aos Cartórios referidos no documento em busca destes registros, porém os mesmos não demonstraram grande interesse em fazer uma busca detalhada em seus acervos, somadas às mudanças de

[102] **CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919**. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia

[103] **CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919**. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

titulares entre o período proposto até o atual e ainda à transferência de documentos para outros prédios, destarte, não foi viabilizado encontrar nos Cartórios tais registros, apesar de afirmarem sua existência. Contudo, não afeta a autenticidade do documento, pois o mesmo será confrontado a todo instante com outras fontes e documentos originais da sociedade, como o valioso *Diário da Sociedade*.

2.2.1 O Contracto Social

Aprofundaremos agora nos dados contidos no Contrato. Este documento foi redigido em 32 parágrafos e assinado por 61 nomes, dentre os quais, muitos, foram renomados cidadãos de Uberabinha. Datado de 1º de Setembro de 1919 e registrado em [Cartório] *Registro Especial de Títulos* no dia 29 de Outubro de 1920 sob um custo de 27$240 (vinte e sete mil duzentos e quarenta réis), totalizando uma despesa geral de 100$400 (cem mil e quatrocentos réis)[104] para a Sociedade. A data de 1º de Setembro de 1919 será considerada por nós, para todos os efeitos, a data de constituição da Sociedade, pois, foi a partir desta data que ela estava efetivamente organizada, com sócios, capital e hierarquias administrativas em funcionamento. Em contraposição temos a data de 11 de fevereiro de 1919 onde aparece no jornal *A Notícia* a primeira citação com referência a Sociedade e a data de 5 de maio de 1919, onde foram realizados primeiros depósitos em caixa a favor da Sociedade. Até meados de julho, a mesma não achava-se legalmente constituída, apesar de estarem sendo feitas as chamadas para captura do capital desprendido por cada sócio via parcelas consecutivas, assim, escolhemos a data de 1º de Setembro de 1919, data de assinatura do *Contracto*, como aniversário da Sociedade, será esta data que vamos seguir. Antes desta data, consideraremos a idealização, ou seja, os passos necessários para sua consolidação.

A duração da Sociedade, segundo o contrato, seria de no máximo 25 anos a partir da data da sua assinatura, podendo este prazo, ser dilatado, fazendo-se para isso, uma alteração no Contrato. Caso contrário, também seria

[104] Conforme lançado no **Diário da Sociedade, 28 outubro 1920**, p. 17.

possível dissolver a Sociedade, desde que, antes do prazo estipulado para seu fim e ainda, havendo consenso unânime dos sócios, sendo aqui, a única referência no Contrato a uma possível Assembleia Geral.

No Contrato ficou definido o nome da sociedade, “Progresso de Uberabinha”, não aparecendo a designação *Anonyma*, empregada pelo jornal *A Notícia* e que foi escolhida também por nós[105]. Estabeleceu que a Sociedade teria como fim, a construção de um ou mais edifícios para funcionamento de um Colégio para abrigar os cursos primário e secundário de acordo com as normas oficiais para os referidos citados. O texto do Contrato deixa em aberto se serão construídos um ou mais edifícios, ou seja, a Sociedade teria como fim construir um prédio, porém, poderia constituir outros se assim julgasse conveniente.

O Contrato também cita a destinação do prédio, porém, há dois parágrafos que tratam do mesmo assunto, o 2º e o 32º. No 2º parágrafo, apresentam-se duas alternativas. Primeira, arrenda-lo para um *educador idônio* ou associação não podendo esta locação ultrapassar o prazo máximo de duração da Sociedade estabelecida de 25 anos contados da data de assinatura do Contrato. Segunda opção, instalaria a própria Sociedade um corpo Docente para funcionamento do Colégio, cabendo ao Conselho de Administração (Conselho), a nomeação dos professores, do Diretor e organização do Regimento Interno.

Já o parágrafo 32º do Contrato, diferenciado do 2º, garante que o prédio construído seria arrendado na condição de quem melhor vantagens oferecer, cabendo a Diretoria, o juízo por esta decisão. Esta ocorrência talvez estivesse mais ligada ao sentido de que nenhum ou a maioria dos sócios não manifestaram disposição para assumir a administração de uma instituição escolar, considerando ainda o sentido lucrativo do empreendimento. Nenhum dos sócios tinha experiência com este tipo de empreendimento. A participação no capital foi solidária a iniciativa e não apresentou indícios de especulação meramente lucrativa, conforme veremos mais adiante.

[105] Resolvemos deixar a designação *Anonyma* por ser assim o tratamento dado pelas publicações com referência a esta instituição.

O *anno social* da Sociedade foi de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro, com exceção do primeiro ano, que ocorreu da data do Contrato, 1º de setembro até 31 de dezembro do ano corrente, citamos 1919. O capital declarado na abertura da Sociedade foi de 90 contos de réis rateado pelos primeiros sócios, em número de 61 onde cada sócio entrou com o capital que achou oportuno, variando os valores entre 200$000 (duzentos mil reis) e 8:600$000 (oito contos e seiscentos mil reis). Segundo o Contrato, este primeiro capital poderia ser ampliado até 150 contos de réis, sendo para isso, inclusos novos sócios ou ampliado o capital dos atuais sócios, permitindo simultaneamente ambas as situações. A admissão de novos sócios caberia decisão ao Conselho, que, analisaria as condições do novo capital frente ao Contrato, na intenção de não prejudicar os sócios veteranos, vinculando os novos sócios às condições vigorantes no Contrato Social da Sociedade.

Foram em número de 61 os citados como sócios entendidos como fundadores no Contrato, totalizando um capital declarado de 90 contos de réis. A lista está disponível no documento e fizemos os destaques abaixo, onde os sócio-fundadores são apresentados na ordem original composta no documento:

Quadro 3: Primeiros Sócios e seus respectivos Capitais.

Nome do Sócio	**Capital Desprendido**
José Theophilo Carneiro	3:000$000 (três contos de réis)
José Carneiro	2:000$000 (dois contos de réis)
Clarimundo Carneiro	2:000$000 (dois contos de reis)
Affonso Carneiro	1:000$000 (um conto de réis)
Joaquim Marques Povoa	5:000$000 (cinco contos de reis)
Alexandre Ribeiro Guimarães	1:000$000 (um conto de reis)
Tancredo Rodrigues da Cunha	400$000 (quatrocentos mil réis)
Constantino Rodrigues da Cunha	5:000$000 (cinco contos de réis)
Virgilio Rodrigues da Cunha	2:000$000 (dois contos de réis)
Antônio Custódio Pereira	400$000 (quatrocentos mil réis)
Osires Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
Severiano Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
Octavio Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
José Vilella Marquez	5:000$000 (cinco contos de reis)
Antônio de Rezende	3:000$000 (tres contos de reis)
Carmo Giffoni	2:000$000 (dois contos de reis)
Carlos de Oliveira Marquez	2:000$000 (dois contos de reis)
José Nonato Ribeiro	1:000$000 (um conto de reis)
J. S. Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
Joao Bernardes de Souza	600$000 (seiscentos mil reis)
Eduardo Felice	600$000 (seiscentos mil reis)
Custódio da Costa Pereira	1:000$000 (um conto de reis)
José Gramma	1:000$000 (um conto de reis)
Alexandre Marquez	1:000$000 um conto de reis)
Oscar Machado	2:000$000 (dois contos de reis)

Daniel da Fonseca	1:000$000 (um conto de reis)
Urias Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
Eduardo Marquez e Cia	1:000$000 (um conto de reis)
Eduardo Martins Marquez	1:000$000 (um conto de reis)
Antônio Vieira Gonçalves	1:000$000 (um conto de réis)
Manuel da Silva Oliveira	400$000 (quatrocentos mil réis)
Marciano de Ávila Júnior	1:000$000 (um conto de reis)
José da Costa Carvalho	400$000 (quatrocentos mil reis)
Américo Zardo	1:000$000 (um conto de reis)
Benjamim Monteiro	400$000 (quatrocentos mil reis)
Nestor Rezende	1:000$000 (um conto de reis)
Severiano Rodrigues Borges	1:000$000 (um conto de reis)
Francisco Ramella	400$000 (quatrocentos mil réis)
José dos Santos	800$000 (oitocentos mil reis)
Olympio de Freitas	5:000$000 (cinco contos de reis)
Benjamim Guimarães	2:000$000 (dois contos de reis)
Amador Guimarães	200$000 (duzentos mil reis)
João Ribeiro Guimarães	400$000 (quatrocentos mil reis)
Antônio Peixoto	200$000 (duzentos mil reis)
Marciano Saturnino de Ávila	1:000$000 (um conto de reis)
João Rodrigues de Castro	1:000$000 (um conto de reis)
Mizael Rodrigues de Castro	600$000 (seiscentos mil reis)
Dr. Mário Guimarães Faria	1:000$000 (um conto de reis)
Agenor da Silva Pereira Bino	2:000$000 (dois contos de reis)
João Bernardes da Silva	1:000$000 (um conto de reis)
Benjamim Alves dos Santos	2:000$000 (dois contos de reis)
Fernandino Rodrigues da Cunha	1:000$000 (um conto de reis)
Gil Alves dos Santos	1:000$000 (um conto de reis)
Emerenciano Candido da Silva	2:000$000 (dois contos de reis)
Ayres Ribeiro Guimarães	1:000$000 (um conto de reis)
João Naves de Ávila	600$000 (seiscentos mil reis)
Alexandre de Oliveira Marquez	400$000 (quatrocentos mil reis)
Arthur Rodrigues	2:000$000 (dois contos de reis)
Salvino José de Araújo	400$000 (quatrocentos mil reis)
Anísio Theodoro de Oliveira	200$000 (duzentos mil reis)
Azarias Ignácio de Souza	8:600$000 (oito contos seiscentos mil reis)

Totalizando: 61 sócios e 90:000$000 (noventa contos de réis)[106]

Segundo o Contrato, todos os sócios citados, deveriam entrar com 20% do capital sugerido no ato da assinatura[107], sendo as demais parcelas, também de 20% sobre o valor bruto desprendido individualmente, devendo serem disponibilizadas ao prazo pré-determinado de 60 em 60 dias, até completar o

[106] **CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919**. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

[107] A retroatividade e algumas informações de fontes utilizadas neste trabalho, isoladas, podem as vezes confundir o leitor, porém, todo o cuidado está sendo tomado para não truncar nenhuma informação. Assim a primeira parcela, adiantada em maio de 1919, pelos *subscriptores* é absorvida e alinhada ao momento de *assignatura* do Contrato. Desta forma, passa-se a contar os 60 dias a partir da data de sua assinatura sendo que, a segunda parcela deveria e foi cobrada no inicio de novembro desse mesmo ano, conforme a mesma fonte, *Diário da Sociedade*.

valor total de cada sócio. Desta maneira, o valor da parcela variou de sócio para sócio, contudo, na quitação, a Sociedade contaria com os 90 contos de réis, pelo menos era essa a expectativa caso todos os sócios mantivessem-se em dia. As chamadas para cada parcela eram de responsabilidade única do Tesoureiro da Sociedade, este, contava com duas opções: ou via imprensa local, onde o prazo da chamada teria que respeitar a antecedência de 30 dias; ou via carta registrada, endereçada a cada sócio, nesta condição, o prazo seria de apenas 10 dias.

O sócio que não correspondesse as chamadas, deixando de pagar alguma das parcelas, seja ela qual for, indiferente do valor investido, correria o risco de perder todos os valores pagos em favor da Sociedade. Caso isto acontecesse, estava previsto no Contrato que o sócio não teria direito algum sobre as parcelas pagas, não podendo exigi-las sobre nenhum pretexto[108].

Quando um sócio não tinha mais interesse em continuar participando da Sociedade, era possível negociar sua cota com outro indivíduo, sócio ou não, que no caso, passaria a responder pela cota adquirida. Desta forma, não se perdia o valor investido, ou pelo menos amenizava o prejuízo. Para quem comprava, ficaria a expectativa de retorno lucrativo das cotas adquiridas, uma vez que cada sócio tinha a participação - percentualmente proporcional ao valor desprendido - em toda movimentação do capital da Sociedade, seja lucro ou prejuízo.

Achamos um caso assim na *Escriptura Pública de Cessão de Direito Hypothecario* registrada no *Cartório do 2º Officio e do Registro Geral de Hypothecas da Cidade de Uberabinha. Minas sob Livro n. 62 – fls 56*, celebrado entre os Srs. Américo de Mendonça Ribeiro[109] e Clarimundo F. Carneiro. Neste, o fazendeiro Sr. Ribeiro, vende a sua parte no valor de 3:000$000 (três contos de réis) ao industrial Clarimundo F. Carneiro por 1:500$000 (Um conto e quinhentos mil réis) em 23 de Março de 1926, passando para o segundo, todos os direitos sobre a sua cota. O motivo não é

[108] Consultando o Diário da Sociedade, livro caixa da Sociedade, vemos que nem todos os sócios pagaram em dia suas parcelas e outros muito menos deram continuidade ao seu compromisso.

[109] Américo de Mendonça Ribeiro aparece pela primeira vez no Diário da Sociedade em 30 de novembro de 1921, porém, sua entrada como sócio se deu em 30 de abril de 1925, quando na ocasião, foram chamados alguns interessados para avalizarem um empréstimo de aproximadamente 100:000$000 (cem contos de réis), contraídos pela Sociedade junto ao Banco do Crédito Real instalado em Uberabinha. (**Diário da Sociedade, 30 abril 1919**. p. 109.)

destacado no documento, porém consta a informação que o Sr. Ribeiro foi domiciliado no distrito de *Urutahy*, estado de Goiás, evidenciando um possível motivo que o tenha desinteressado em manter-se na Sociedade. Abaixo temos a íntegra do documento:

> **ESCRIPTURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITO HYPOTHECARIO** que entre si fazem AMÉRICO DE MENDONÇA RIBEIRO à CLARIMUNDO F. CARNEIRO, como abaixo se declara.
> SAIBAM quantos estes público instrumento de escriptura pública de Cessão de Direito Hypothecario virem, que no anno de Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos vinte e seis, aos vinte e três (23) dias dias do mez de Março, nesta cidade de Uberabinha, Estado de Minas Geraes, no Fórum, em meu cartório compareceram partes justas e contractadas a saber: - como outorgante cedente AMÉRICO DE MENDONÇA RIBEIRO, viúvo, brasileiro, faxendeiro [fazendeiro], residente no districto de URUTAHY, ESTADO DE GOYAZ, e, como outorgado cessionário CLARIMUNDO F. CARNEIRO, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade, todos reconhecidos de mim tabellião e das testemunhas abaixo assignadas de que dou fé. Pelo outorgante cedente, perante as mesmas testemunhas foi dito que sendo credor hypothecario da "SOCIEDADE PROGRESSO DE UBERABINHA", pela importância de três contos de réis Rs, 3:000$000, e respectivos juros vencidos e por vencer, credito este resultante da escriptura de hypotheca passada pelo primeiro Tabellião desta Comarca em sete (7) de Março de mil novecentos vinte e um, e registrada sob número dusentos e dezesseis, em vinte e oito de Abril de mil novecentos vinte e cinco, no REGISTRO GERAL DE HYPOTHECAS desta Comarca, pelo presente instrumento cede ao outorgado cessionário CLARIMUNDO F. CARNEIRO, todo esse direito com os respectivos juros e garantias, pela importância de um conto e quinhentos mil réis Rs. 1:500$000 que declara haver recebido e da qual da plena e geral quitação, ficando o dito cessioário com todos os direitos que tinha o outorgante na qualidade de credor hypothecário. E sendo acceita a presente escriptura tal como se acha lavrada pelo cessionário me foi apresentada a nota de destribuição de hoje e o conhecimento seguinte: - nº 28. Exercício de 1926. Renda do Estado de Minas Geraes. N. V. D. 12$000 – 10% add. 1.200 meio por cento 7$500 T.V. 300. Sello 400. Total 21$400. Fica debitada ao collector a importância de 21$400 recebida de Clarimundo F. Carneiro, compra de direito hypothecário da Sociedade Progresso de Uberabinha, sobre 1:500$ de Américo de Mendonça Ribeiro. Collectoria Estadoal de Uberabinha, 23 de 2 de 1926. O collector, Pio A. Barbosa. – O escrivão José F. Silva. Terminada esta e lida as partes que acharam conforme, outorgaram, acceitaram e assignam com as testemunhas presentes: - Vergilino José de Souza e Joventino Martinhs de Souza. Eu, Plácido Maia Santos, escrevente, escrevi. Eu Avenir Gomes dos Santos, escrivão a subscrevi e assigno. Uberabinha, (sobre 4$000 de sellos federaes devidamente inutilizados) 23 de Março de 1926. Avenir Gomes dos Santos, (aa) AMÉRICO DE MENDONÇA RIBEIRO. CLARIMUNDO F. CARNEIRO. –TTA. VERGILINO JOSÉ DE SOUZA. TTA. JOVENTINO MARTINS DE SOUZA.

> Nada mais. Fielmente extrahi este translado do próprio original na mesma data do que dou fé. Uberabinha 23 de Março de 1926. Eu Avenir Gomes dos Santos, escrivão que subscrevo e assigno.
>
> Protocollo 1A; Nº 7.309; Página 144 / Apresentado hoje para registro, com o imposto devidamente pago conforme talão xxxxx de xxx e xxxx [ilegível] / Uberabinha 25 de Março de 1926. / O Official Avenir Gomes dos Santos / Transcripto no Livro nº 3J pág. 133 / Sob nº 6936. Uberabinha 25 de Março de 1926 / O Official Avenir Gomes dos Santos / Certifico que aderi os sellos fiscaeas, devidos por esta transcripção. O Official Avenir Gomes dos Santos
>
> ***CARTÓRIO DO 2º OFFICIO E DO REGISTRO GERAL DE HYPOTHECAS DA CIDADE DE UBERABINHA. MINAS*.**
> **Livro n. 62 – fls 56 e v. 1º traslado.**[110]

Também foi possível transferir a titularidade das cotas em caso de morte do titular, que, segundo constou no Contrato, a *sociedade* passaria ou continuaria com o herdeiro do falecido.

A estrutura hierárquica da Sociedade foi bem interessante, sendo administrada por uma Diretoria, que gozou de grande autonomia, fiscalizada unicamente pelo Conselho de Administração (Conselho), que teve, sobretudo, o dever de aprovar ou não as contas da Sociedade. A prestação teria que seguir o seguinte desenho: a Diretoria divulgaria as contas relativas a todo movimento financeiro da Sociedade uma vez ao ano, ou seja, anualmente dentro da última quinzena do mês de Dezembro e o Conselho deveria deliberar sobre a aprovação ou não das contas apresentadas até a primeira quinzena de Janeiro de cada ano.

A Diretoria foi comandada por um Gerente, que gozou de grande autonomia administrativa, concentrando em suas mãos, *gerenciar todos os negócios da Sociedade*, executando as deliberações da Diretoria, coordenada por ele mesmo. O Subgerente integrava a Diretoria, mas não tinha função aparente senão pela substituição do Gerente em suas ausências.

Dentro da Diretoria tivemos ainda a figura do Tesoureiro, também de grande responsabilidade dentro da Administração e o terceiro na linha hierárquica administrativa, substituindo o Subgerente em suas ausências, podendo assim, acumular as funções de Gerente e Tesoureiro. Teve sobre seu

[110] **Cessão de direito hypothecario, 1926**. Coleção Roberto Carneiro I. Série: Escrituras diversas. Assunto: Cessão de direito hipotecário. Uberabinha, 1926. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

poder e guarda, todos os valores e capitais com referencia à Sociedade. Cabendo ainda a esta patente, sobre o *"visto"* do Gerente, que manteve total controle sobre a Administração: pagar as contas da Sociedade; assinar recibos e prestar contas à Diretoria, de todas as informações que lhe forem solicitadas com relação ao capital social; efetuar as compras gerais da Sociedade; enfim, administrar o capital da Sociedade como um todo.

Ainda na Diretoria, temos os Secretários, Primeiro e Segundo, que tiveram como principal competência, a lavratura das atas da Diretoria e do Conselho e também procederem todas as correspondências com referência a Sociedade. Ao Segundo Secretário, competiu substituir o Primeiro em suas ausências.

O Conselho fazia o papel da Assembleia, sendo a última instância da hierarquia administrativa da Sociedade, composto por um Presidente e um Secretário e demais membros. Por fim, os sócios "restantes" não apresentavam representatividade na administração da Sociedade, tendo apenas o consenso de apreciarem as ações que foram se desenvolvendo. Nem mesmo a prestação de contas ou qualquer outra função era reservada para os Sócios em geral. Não foi mencionada em nenhum parágrafo do Contrato qualquer referência a uma possível realização de Assembleia ou similar a não ser quando da dissolução da Sociedade onde para isso, deve-se haver consenso entre os sócios.

Assim a última instância dentro da hierarquia administrativa da Sociedade foi mesmo o Conselho, porém, este foi também limitado a fiscalizar a Diretoria, não gozando de poder nem mesmo para opinar sobre a escolha do local onde deveria ser construído o prédio ou mesmo na contração de novas dívidas, sendo esta decisão, cabível única e exclusivamente à Diretoria, conforme parágrafo 30º do Contrato, esta por fim, conduzida pelo Gerente. A única ressalva ficou no momento da escolha da planta e dos orçamentos iniciais para início das obras onde o Conselho deveria que aprovar a planta escolhida para o projeto e também os orçamentos iniciais referentes ao custo total da obra ou empreitada, ou seja, o custo por etapa concluída. No caso de empreitada, obrigou-se a Diretoria a chamar *concurrentes*, cabendo ainda a própria Diretoria, estipular as condições que a mesma deveria ser feita.

Através do Contrato, foi possível discriminar a estrutura hierárquica administrativa da Sociedade. Temos no topo da administração, o Gerente que presidiu[111] a Diretoria, formada por cinco sócios. As decisões da Diretoria deliberavam sobre as ações do Gerente, que gozava de autonomia em meio a Diretoria e o Conselho de Administração. O Gerente não recebia nenhuma deliberação do Conselho, pois este, deliberava sobre si mesmo, ou seja, definia as próprias ações e não as da Diretoria, conforme estabelecia o Contrato. O Gerente poderia requisitar ao Conselho, a seu livre arbítrio, a qualquer momento, algum auxílio que julga-se necessário, cabendo ao mesmo Conselho orientá-lo nestas deliberações, eximindo assim a responsabilidade do Gerente em alguma ação de maior responsabilidade. Competiu ainda ao Conselho fiscalizar a Diretoria, sobretudo no julgamento de suas contas, possibilitando a sua aprovação ou não. Constatando alguma irresponsabilidade e permanecendo a mesma irreparável, poderia o Conselho, sob deliberação, demitir qualquer cargo da Diretoria, inclusive o Gerente, competindo para cumprimento deste procedimento, ao Presidente do Conselho e cabendo ao mesmo Conselho nomear um novo nome entre os sócios para substituir o cargo exonerado.

O Subgerente integrava a Diretoria e tinha direito a voto, porém não tinha nenhuma outra função especifica que não a de substituir o Gerente em suas faltas. Por fim, temos os sócios comuns, que eram os últimos na escala hierárquica e que não tinham nenhuma participação na administração da Sociedade, apenas competia aos sócios apreciarem os andamentos, sejam eles quais forem. Cabia aos sócios, apenas cumprirem as atribuições da Diretoria, que no caso refletia no pagamento em dia das parcelas sobre o capital proposto por cada um. Desta forma, um sócio insatisfeito poderia se opor ao pagamento das parcelas conseguintes ou vender suas ações para outro sócio mais interessado. No caso de não dar continuidade aos pagamentos das parcelas, o sócio poderia perder todo o capital investido, ou seja, o valor pago até então, seria convertido em favor da Sociedade. Contudo, em caso de lucro ou prejuízo, este seria proporcionalmente dividido entre os sócios, de acordo com o capital proposto por cada um.

[111] Gerente gerencia e Presidente preside, porém conforme consta no Contrato da Sociedade, o Gerente preside.

Abaixo, com base no Contrato, temos uma ilustração detalhada da estrutura hierárquica administrativa da Sociedade onde se observa as atribuições de cada instância desta administração.

Ilustração 3: Estrutura hierárquica administrativa da Sociedade.

Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha"

Estrutura hierárquica administrativa



Fonte: CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

Na estrutura hierárquica administrativa demonstrada acima temos a Diretoria e o Conselho de Administração. O corpo da Diretoria foi formado por um Gerente; um *Sub-Gerente*; um Tesoureiro; 1º e 2º Secretários; e o Conselho Administrativo por um Presidente, um secretário e sete sócios de igual poder num total de nove membros ao todo.

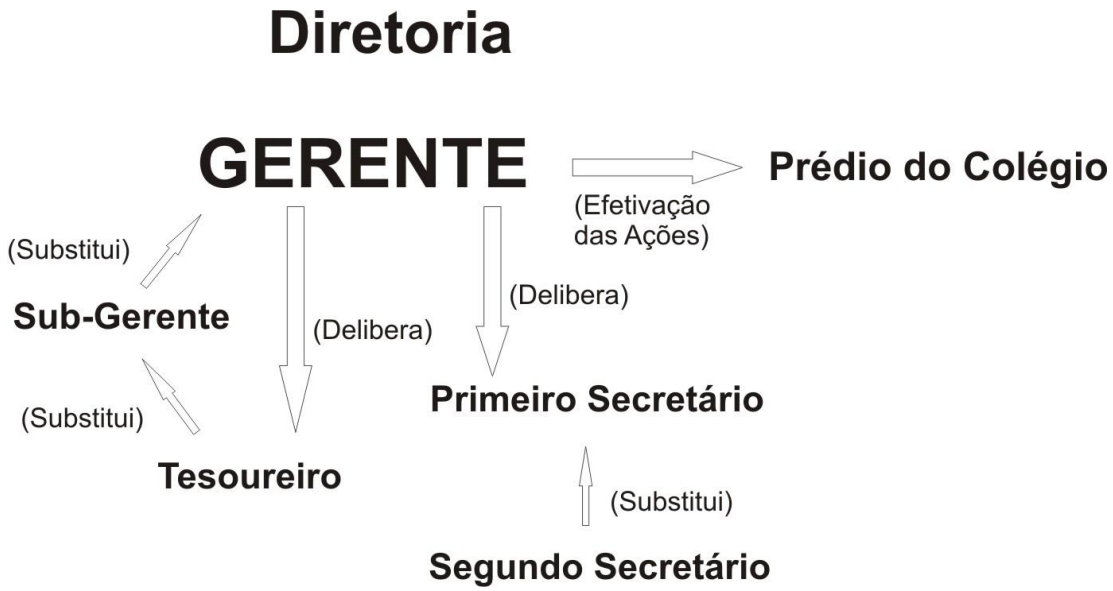
A Diretoria era convocada pelo Gerente, sempre que o mesmo achasse necessário, presidindo ele mesmo as reuniões. Ao Gerente exclusivamente, coube exercer, a seu livre arbítrio, qualquer ato *simples* da administração, não cabendo esta autonomia a mais nenhum outro titular isolado, nem da Diretoria nem do Conselho. A única ressalva nos atos do Gerente estaria na contratação de dívidas para a Sociedade, estes por meio de assinaturas de contratos onerosos e/ou por atos considerados extraordinários, onde neste caso, o Gerente deveria fazê-lo por deliberação da Diretoria, que no caso, era presidida por ele mesmo. Assim, era considerada autorizada a transação por maioria de

votos dentro da Diretoria, contando com o próprio voto, excluindo da decisão, o Conselho de Administração.

Distribuídas as patentes dentro de cada instância administrativa da Sociedade, seu funcionamento foi previsto da seguinte forma, resumimos:

a) **Diretoria:** O Gerente foi o Coordenador da Diretoria, foi ele quem presidia as reuniões e definia o que seria ou não seria realizado. O *Sub-Gerente*, não teve função específica dentro da Diretoria se não a de substituir o Gerente quando da sua falta e votar nas deliberações comuns a todos os membros da Diretoria. O Tesoureiro era o terceiro nome dentro da Diretoria e substituía o Subgerente, assim, na falta do Gerente e do Subgerente, o Tesoureiro assumia a Gerência acumulando as duas funções. O Primeiro Secretário teve a principal função de redigir as atas das reuniões da Diretoria e encaminhar correspondências diversas aos sócios. O Segundo Secretário substituía o Primeiro nas suas ausências. Desta forma, o Gerente era quem deliberava sobre as atribuições do Tesoureiro e dos Secretários que não interferiam entre si. O Subgerente, nesta condição, não deliberava nada. Abaixo temos a ilustração do funcionamento previsto para a Diretoria.

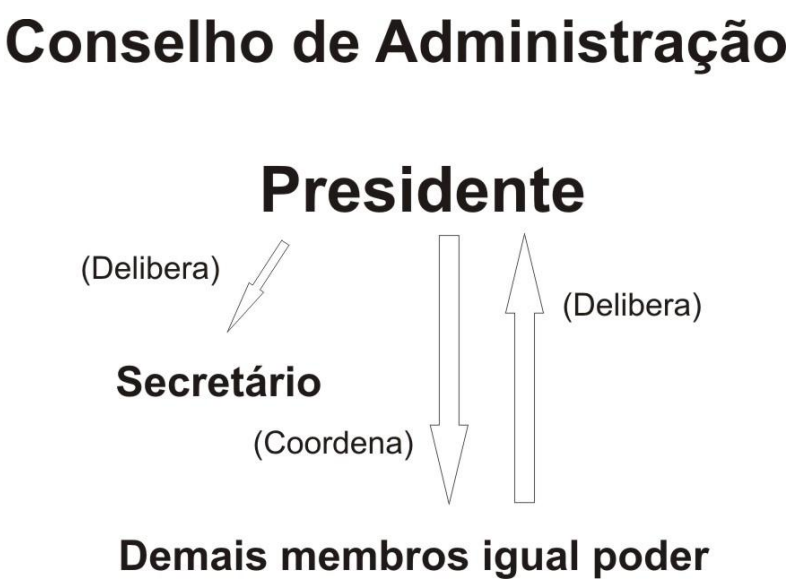
Ilustração 4: Estrutura de funcionamento da Diretoria da Sociedade.



Fonte: CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

b) Conselho de Administração: O Presidente coordenava os demais membros do Conselho e cumpria as deliberações do mesmo. O secretário tinha a principal função de lavrar as atas das reuniões do Conselho. Abaixo temos a ilustração do funcionamento previsto para o Conselho.

Ilustração 5: Estrutura de funcionamento do Conselho de Administração da Sociedade.



Fonte: CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

Interessante notar que o Contrato Social da Sociedade não fez nenhuma citação a eleição para ocupar a Diretoria e nem para o Conselho, conforme vimos anteriormente nas linhas do jornal *A Notícia*, quando foram relatadas duas “eleições” para os cargos. O Contrato referiu-se apenas a nomeação dos cidadãos. Também não fez referência à renovação de nomes nos cargos de Diretores ou do Conselho, ou seja, os cargos foram vitalícios. Apenas constava que, cabia ao Conselho a nomeação de qualquer sócio para ocupar qualquer vaga ociosa, seja na Diretoria, seja no Conselho, assim, a única chance de algum sócio participar de alguma instância administrativa da Sociedade era a desistência, demissão ou morte de algum titular. Também competia ao Conselho, não só avaliar as contas da Sociedade, mas também quando solicitada pelo Gerente, sugerir ações, desde que dentro da proposta central da Sociedade, *dotar Uberabinha de um prédio para Collegio*.

Ao Conselho também competia verificar possíveis *erros, fraudes ou faltas* da Diretoria, tendo poder para, no entanto, demiti-los e processá-los cível e/ou criminalmente por meio de deliberação do seu Presidente. No caso de demissão de algum membro da Diretoria, deveria ser chamada uma reunião com presença de no mínimo 2/3 dos membros do Conselho, sendo a proposta aprovada com no mínimo 2/3 dos presentes. Ou seja, dos 09 membros do Conselho, exigia-se a presença de 06 conselheiros sendo que, destes, 04 votos favoráveis à demissão.

Em seus demais deveres, o Conselho poderia funcionar com no mínimo metade dos seus integrantes mais um, ou seja, era autorizada deliberação com a presença de cinco conselheiros, destes, um mínimo de três votos favoráveis.

Determinava o Contrato também, que o Conselho deveria escolher seu Presidente por maioria dos votos logo na primeira reunião, escolhendo também um Secretário. O Secretário ficaria incumbido de lançar em *livro especial* as atas das reuniões do Conselho[112], contendo nestas, as suas deliberações.

Esta concentração de poderes nas mãos da Diretoria, sobretudo do Gerente, que presidia e coordenava a Diretoria explicava-se pela dificuldade de reunir a totalidade ou parte desta totalidade de sócios para tomadas de decisões simples ou consequentes do empreendimento[113]. Esse esforço foi notado no período de idealização, onde foram propostos alguns encaminhamentos através da formação de Comissões e em seguida, paralisados. Esta concentração de poder agilizava o processo, facilitando o andamento das deliberações. Pois tudo que se precisavam dos sócios, era que o capital desprendido por cada um fosse disponibilizado em dia, agora, cabia

[112] Apesar da insistência, não conseguimos localizar as atas deste Conselho. Apenas encontramos alguns vestígios citados em um manuscrito, de autoria do Sr. Roberto Carneiro, localizado no Centro de Documentação em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS), Coleção Roberto Carneiro II. Mesmo em outros *arquivos* não foram encontrado vestígios destes documentos, restando ainda, o contato direto com os familiares do Sr. Roberto Carneiro, uma última esperança. O confronto com as atas do Conselho fecharia o círculo de documentos "primários" originais da Sociedade, possibilitando um traçado ainda mais detalhado da história desta Sociedade. A única ata que encontramos deste Conselho foi a ata da última Assembleia, onde ficou deliberado o fim da Sociedade. Este documento será tratado mais adiante.

[113] Esta concentração de poder estava previsto no Contrato da Sociedade e no *Decreto do Legislativo Federal 3.708 de 10 de Janeiro de 1919* que *Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada* em seu *Art. 14*. (MARQUES, 2006) [Decreto Completo no ANEXO V]

ao seu idealizador e Gerente, cumprir a promessa de dotar Uberabinha com um *prédio para Colégio* a altura do progresso da cidade.

Assim, resumiu-se a Assembleia em um Conselho Fiscal, substituído pelo Conselho de Administração que teve em sua essência o mesmo papel de uma Assembleia, mas que, com um número reduzido de membros, tornava suas reuniões mais fáceis de serem organizadas, possibilitando uma rápida convocação. Assim, o Gerente tornou-se o sócio mais poderoso dentro da Sociedade, consequentemente, o mais responsável, pois tudo aconteceria em torno das suas decisões. E ao concentrar tudo em si, tirava de todos os outros sócios a autonomia sob qualquer decisão. Desta forma, a Sociedade caminharia se o Gerente caminhasse, ou seja, tudo dependia agora da habilidade e disponibilidade do Gerente. O sucesso pertenceria a todos, mas o fracasso, a uma só pessoa.

Então temos no Contrato, a terceira e definitiva Diretoria da Sociedade, ficando nomeados os seguintes nomes em contraposição à última Diretoria[114], com mudança apenas no nome do cargo de Presidente para Gerente, mas com as mesmas atribuições temos: Sr. Carmo Giffoni, Gerente; *Sub-Gerente*, continua o Sr. Antônio de Rezende; *Thesoureiro* continua o Sr. Clarimundo Carneiro; há mudança no nome do 1º Secretário, Sr. João de Andrade Souza em substituição ao Sr. Antônio Vieira Gonçalves; 2º Secretário continua o Sr. Carlos de Oliveira Marquez.

No Conselho, houve a mudança também do nome, de Fiscal para Administrativo, ampliando suas atribuições, conforme foram descritas acima. Teve-se a junção dos nomes de suplentes com os efetivos, aumentando de 06 para 09 os nomes dentro do Conselho. Sai Joaquim M. Póvoa, Dr. Manoel Lacerda, Azarias Ignácio de Souza mantendo os Srs. José Vilella Márquez, Marciano Saturnino de Ávilla e Custódio da Costa Pereira acrescidos dos Srs. José Theophilo Carneiro, Agenor Bino, Joaquim Bernardes de Souza, Oscar

[114] Conforme expresso no jornal *A Notícia*, dá-se a impressão que a última Diretoria antes da redação do Contrato, foi realmente eleita na Assembleia do dia 04 de maio de 1919. Contudo, até o dia 1º de Setembro de 1919, quando foi redigido o Contrato, foram substituídos alguns nomes, estes nomes não parecem terem sido eleitos, mas recrutados, desta forma aparece no Contrato Social da Sociedade com o termo *nomeados* e ao invés do termo *eleitos*. Pela troca dos termos, temos a desobrigação da substituição periódica dos nomeados.

Machado da Silveira, Benjamim Monteiro e João Severiano Rodrigues da Cunha, este último, vereador e Agente Executivo[115] de Uberabinha.

Assinaram o Contrato Social da Sociedade todos os 61 nomes citados acima, interessando notar que não houve neste momento ou em outro, nenhuma sócia, ou seja, nenhuma mulher ganhou espaço dentro deste grupo de indivíduos, o que demonstrava uma característica da comunidade onde a Sociedade estava constituída, podendo esta característica socializar fonte para outras pesquisas com temas nesta perspectiva.

Até aqui, falamos de como a Sociedade foi fundada, daqui pra frente, vamos adentrar nas ações da Sociedade, o que ela fez e como ela fez. Vamos conhecer o comportamento dos sócios e suas preocupações durante a construção do prédio e seguiremos como se deu o arrendamento do prédio até chegar o momento de sua "doação" ao Estado de Minas Gerais, uma vez que, sendo um prédio de iniciativa particular local, por que não "doar" para o município ao invés de "doar" para o Estado? Enfim, daqui para frente vamos adentrar nas ações da Sociedade e, a primeira delas, será: A *Construção do Prédio*.

[115] Agente Executivo equivale ao cargo de Prefeito Municipal nos dias atuais.

3. A CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO

Segundo ROCHA e SILVA:

> A construção do prédio pela Sociedade [...] foi o 1º Movimento Cívico da cidade, foi a semente dos grandes empreendimentos da coletividade como seriam: Praia Clube, Uberlândia Clube, Uberlândia Esporte Clube, Associação Comercial, Associação Rural, Cidade Industrial, Estádio Municipal, Universidade, Estradas, Cia. Telefônica, Moinho de Trigo, Catedral e de obras sociais: Patronato de Menores, Asilo São Vicente, ICASU, entre outros mais. Serviu também de norma para que todos os empreendimentos da cidade fossem feitos independentes das correntes políticas. (ROCHA e SILVA, 1999, p. 10.)

Apesar de a Sociedade ter sido constituída legalmente em 1º de Setembro de 1919, data da assinatura do *Contracto Social*, a Direção da Sociedade (Diretoria) estava atuando desde o início do ano. De acordo com o *Diário da Sociedade*, o primeiro lançamento constou de 20 de Maio de 1919, data em que se receberam diversas cotas dos associados.

Com as cotas recebidas e dinheiro em caixa, a Diretoria começou a movimentar. O primeiro passo foi adquirir os terrenos, não sabemos muito sobre o que determinou a escolha específica dos locais, pois esta seria uma escolha a cargo de uma comissão especial criada em 23 de março de 1919, levando em consideração o máximo de especificidades sobre o melhor local para se construir o prédio, considerando da valorização imobiliária (após a construção) até um ambiente adequado para a instrução (deslocamento, silêncio, expansão física, etc.). Porém, a discussão não foi mais fomentada e não conseguimos levantar com eficiência os motivos findos para a escolha do local. Sabemos que, dentre as expectativas, a localização foi estratégica e bem definida, em frente a praça D. Pedro II, onde também localizava-se o Edifício do Grande Hotel, de propriedade de Joaquim Marques Povoa, construído em 1918[116].

[116] **A Tribuna, 12 setembro 1925**. Ano VII. n.º 303.

3.1 A Escolha do Local

Segundo os documentos encontrados, tivemos as seguintes movimentações para aquisição dos terrenos:

Após decisão da escolha dos locais, a Sociedade faz a primeira aquisição da *Fabrica da Matriz*, proprietária dos terrenos. Contudo, segundo a estrutura da época, a Fábrica da Matriz correspondia as posses pertencentes a Igreja Católica, ou seja, os terrenos em questão pertenciam a Igreja Católica que cedia por meio de Aforamento, os terrenos para as pessoas interessadas, assim a Sociedade teve que proceder dois tipos de ações para completar a aquisição dos Terrenos, uma, com a própria Igreja Católica, proprietária dos terrenos, e outra, com os “inquilinos”, ou seja, os atuais foreiros destes terrenos. Desta maneira, encontramos dois tipos de documentos que comprovam estas movimentações: seis Cartas de Aforamento e seis citações no Diário da Sociedade (Diário). Temos também o registro atualizado do Cartório de Imóveis de Uberlândia, que também cita as seis Cartas de Aforamento.

Assim, começaremos com a aquisição dos “inquilinos” e em seguida partiremos para os documentos oficiais de aforamento.

O custo total com a compra dos terrenos, segundo consta no Diário foi de 13:550$000 (Treze contos, quinhentos e cinquenta mil reis) adquiridos da seguinte forma:

Quadro 4: Terrenos adquiridos (1919-1920).

Nome	Data da aquisição	Valor
José Thomaz de Rezende	18/06/1919	3:000$000
Joaquim Marques Povoa	18/06/1919	4:000$000
Hyppolito Naves	13/09/1919	2:000$000
Francisco Jorge	23/09/1919	4:000$000
Antônio Culutoria	13/01/1920	300$000
Dª Rita Machado	26/04/1920	250$000

Fonte: Diário da Sociedade, 1919. p. 19-20.

Com relação as Cartas de Aforamento, são também num total de 06 (seis), coincidindo em número com as aquisições descritas acima. As cartas são numeradas de 0181 a 0186[117], consecutivamente. Porém, as datas não são coincidentes com as aquisições dos "inquilinos". As cartas de aforamento são assinadas entre Fabriqueiro (dono das terras, no caso a Igreja Católica de Uberabinha, que foi representada pelo Padre Antônio Pereira Callaço Dias) e Foreiro (inquilino, no caso Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha, representada pelo seu Diretor Carmo Giffoni) da seguinte forma: 0181 em 23 de junho de 1919 e as demais, 0182 a 0186, em 24 de junho de 1919, todas acompanhadas com selo do *Thesouro Nacional* no valor de $400 (quatrocentos réis) e assinadas por duas testemunhas. As Cartas de Aforamento geravam juntas uma despesa anual de 18$000 (dezoito mil réis) para a Sociedade, sendo que, cada uma equivalia a uma cota de 3$000 (três mil réis) pagos ao Fabriqueiro a título de *fôro-annual*, uma espécie de aluguel dos terrenos.

Outra informação importante foi a data do registro destes documentos no Cartório, todas em 07 de março de 1921, recebidas pelo 2º Tabelião Odilon José Ferreira conforme tabelas abaixo:

Apresentadas para registro:

Quadro 5: Cartas de Aforamento apresentadas para Registro (1921).

Carta Aforamento	Protocolo	Página	Número
0181	1A	88	5524
0182	1A	88	5525
0183	1A	88	5526
0184	1A	88	5527
0185	1A	88	5528
0186	1A	88	5529

Fonte: CARTAS de Aforamento, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

[117] Na Certidão do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia-MG em 12 de maio de 2009, com referência ao Prédio da Escola Estadual de Uberlândia (antigo Ginásio de Uberabinha), cita uma numeração das Cartas de Aforamento equivocada, 1881 a 1886, que na verdade são 0881 a 0886, conforme as Cartas de Aforamento originais arquivadas no Arquivo Roberto Carneiro I no CDHIS/UFU.

Transcritos no Livro:

Quadro 6: Cartas de Aforamento transcritas em Livro Registral (1921).

Carta Aforamento	Livro n.º	Página	Número
0181	04	90 v91	406
0182	04	90 v91	407
0183	04	90 v91	408
0184	04	90 v91	409
0185	04	90 v91	410
0186	04	90 v91	411

Fonte: CARTAS de Aforamento, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Considerando as diferentes datas contidas no Diário da Sociedade e nas Cartas de Aforamento com relação a data exata de aquisição dos terrenos, temos que ressaltar aqui alguns detalhes. O lançamento das receitas e despesas no *Diário da Sociedade* foram inicialmente lançadas com datas posteriores aos acontecimentos em média, quase 01 (um) ano após os fatos. Essa não coincidência nas datas nos leva a crer na possibilidade que, a efetivação da transferência dos terrenos tenha sido mesmo ocorrida em 07 de março de 1921, data do registro no Cartório, assim os documentos relativos as Cartas de Aforamento, imaginamos foram assinadas com datas propositalmente retroativas, de forma a facilitar o manejo legal dos documentos, fato que foi reforçado na transcrição dos dados cartográficos desses documentos, porém esse detalhe não influência diretamente no teor da discussão neste momento.

Abaixo, apresentamos o modelo da *Carta de Aforamento* utilizada pela Sociedade na aquisição dos lotes.

AFORAMENTO[118]
Carta de Rectificação e Ratificação

A Fábrica da Matriz de Uberabinha, Estado de Minas Gerais, pelo seu representante legal abaixo assignado, faz saber que, a requerimento de **SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA** rectifica e ratifica, pela presente carta, o aforamento do terreno de que o mesmo está de posse, pertencente ao patrimônio da dita Matriz, situado à _____ com _____ metros de frente, confrontando por um lado com _____ por outro lado com _____ e pelo fundo com _____ de accordo com as condições seguintes:

1ª. – O foreiro **SOCIEDADE ANONYMA PROGRESSO DE UBERABINHA** fica obrigado ao pagamento da quantia de Rs. **3$000 (três mil réis)** annual e adeantadamente, a título de foro, pagamento este que terá logar até o dia 28 de Fevereiro de cada anno, sob pena de se poder proceder á cobrança executivamente e mais 10$000 de jois.

2ª. – O aforamento cairá em commisso, deixando o foreiro de pagar os foros devidos por três annos consecutivos.

3ª. – Caso o terreno aforado se destine a edificação (perímetro urbano), esta deverá ter logar dentro de dois annos, a contar da presente data, sob pena de ficar sem effeito este aforamento, salvo prorrogação concedida pelo fabriqueiro.

4ª. – O terreno constante da presente carta não poderá ser dividido em glebas sem consentimento por escripto do fabriqueiro. Em caso de ser permittida a divisão, cada gleba constituirá objecto de nova carta, sendo devolvida á Fabrica e archivada a carta primitiva.

5ª. - O foreiro não pode alienar este aforamento, no todo ou em parte, sem prévio aviso ao fabriqueiro, por escripto, para que este exerça o direito de opção, se lhe conver, caso em que, por escripto, datado e assignado, declarará que quer a preferência na alienação, ficará o foreiro alienante obrigado ao pagamento da quantia equivalente a **2%** sobre o preço da alienação, incluindo-se para este effeito o valor de todas as bemfeitorias transmitidas com o terreno.

7ª. – Em caso de cobrança judicial dos foros e laudêmios, correrão as despesas por conta exclusiva do foreiro, para o que, fica estabelecida desde já a multa de Rs. 300$000, a título de indemnisação por despesas e honorários de advogados.

Para firmesa e como prova do que fica dito, faz-se a presente carta e outra de egual theor, ambas assignadas pelo foreiro, **REPRESENTADA PELO SEU DIRECTOR PRESIDENTE CARMO GIFFONI,** pelo fabriqueiro **PADRE ANTÔNIO PEREIRA CALLAÇO DIAS** e pelas testemunhas ___xxxxxxxxxxx_____ depois de pagos os impostos devidos, sendo os conhecimentos respectivos annexados ao instrumento em primeiro via, pertencente ao foreiro.

Uberabinha ___ de _____ 1919.

O fabriqueiro **PADRE ANTÔNIO PEREIRA CALLAÇO DIAS**
O foreiro **CARMO GIFFONI**
Testemunha [ilegível]

[118] **CARTAS de Aforamento, 1919**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia). [cópia de um original em ANEXO VI]

As Cartas de Aforamento apresentaram as seguintes singularidades:

Quadro 7: Cartas de Aforamento: Singularidades (1921).

Carta Aforamento	Frente (Rua e metros)	Lado A	Lado B	Fundo
0181	Rua Carijós 11 metros	Antônio Henriques	a própria representante	Carlos Miranda
0182	Praça D. Pedro II, esquina da Rua Carijós 10 metros	a dita rua Carijós	a própria representante	Carlos Miranda e com a representante
0183	Praça D. Pedro II 10 metros	ninguém	a própria representante	Carlos Miranda
0184	Praça D. Pedro II 10 metros	ninguém	a própria representante	Carlos Miranda
0185	Praça D. Pedro II 10 metros	ninguém	apropria representante	Carlos Miranda
0186	Praça D. Pedro II 12 metros	Hypolito p Nunes, Laudelino e Canuto F. Guerra e Antônio Calábria	a própria representante	Izídio Pereira e Carlos Miranda

Fonte: CARTAS de Aforamento, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

E assim definiram a escolha do local onde seria construído o prédio da Sociedade. Segue mapa em ANEXO VII:

3.2 A Planta do Prédio

Segundo registros do Diário da Sociedade (p. 18) foram encomendadas duas plantas. A primeira pagou-se o valor de 300$000 (trezentos mil réis) ao Sr. José Grilha, sem maiores informações. Já a segunda, que foi a planta definitiva do prédio, foi encomendada, segundo o Diário da Sociedade (p. 18), *por intermédio dos Srs. Carmo Giffoni e Cia* e pagos com recursos da Sociedade, em 19 de dezembro de 1919, a quantia de 1$000:000 (um conto de réis) ao autor *J. Sachetti.* Segundo o jornal *A Tribuna*, a planta foi

encomendada em São Paulo e aguardada com todo entusiasmo pela comunidade vinculada ao projeto e, estando o terreno já comprado, somente aguardavam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos de construção do edifício.

> **PREDIO PARA COLLEGIO**
>
> Deve chegar, por estes dias, a planta do predio para collegio, que a Directoria da sociedade anonyma “Progresso de Uberabinha” mandou executar, em S. Paulo. Sabemos que tão logo esta planta chegue, os serviços serão iniciados. Os directores daquella sociedade empenham-se em levar a cabo o mais breve possível os trabalhos, pois conhecem bem a extraordinaria falta que o predio vem fazendo sentir em virtude do crescente numero de estudantes que de varias localidades afluem á nossa terra.
>
> O terreno está comprado e só esperam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos. (**A Tribuna, 14 setembro 1919**. Ano. I. n.º 02.)

Após quase 30 dias do anuncio da confecção da planta, ela chegou à Uberabinha, passando alguns dias em exibição nas vitrines da *Casa Americana*, famosa casa comercial da cidade (Cópia da planta em ANEXO VIII). O jornal *A Tribuna* comentou que a planta foi feita com todos os preceitos de *hygiene e da esthetica* exigidos para um prédio destinado exclusivamente à educação, ou seja, era o desejo de se trazer para Uberabinha o que se tinha de mais moderno em construções com fins educacionais, contando com um grande número de salas de aula e dormitórios para internato. Continha duas partes, a ala masculina e feminina, que apesar de interligadas, eram independentes entre si, contando cada uma com uma portaria separada sendo, uma entrada pela Praça D. Pedro II e a outra pela Rua Carijós.

Contudo, devido a grandiosidade da construção, foi divulgada a informação de que a Sociedade não teria mais dinheiro suficiente para construir todo o prédio em uma única arrancada, assim, fariam uma primeira parte, seguindo a planta de forma que, futuramente, poderiam terminar a construção conforme planejado.

VARIAS

Vimos exposta numa das vitrines da Casa Americana, a planta do collegio que se vae construir nesta cidade.

Trabalho do conhecido engenheiro architeto J. Saccheti, a planta está confeccionada debaixo de todos os preceitos de hygiene e da esthetica, applicados aos fins a que ella se destina.

O grande numero e a disposição das salas de aulas; a collocação e o arranjo dos dormitórios; emfim, a organisação geral de todo o edificio perfazem totalmente todo o conjunto de requisitos necessarios a um predio daquella categoria.

O predio compor-se-á de duas partes, que embora ligadas, são completamente independentes: secção masculina e secção feminina. Parece até, pela disposição, dois collegios, um com entrada pela praça D. Pedro II e o outro pela rua Carijós.

Penna é que os recursos da sociedade não sejam bastante sufficientes. Em todo caso diante da necessidade de um edificio daquella natureza e da grandeza da obra da S.A. "Progresso de Uberabinha", é de esperar que os srs. accionistas não se furtarão a nova chamadas. (**A Tribuna, 17 outubro 1919**. Ano I. n.º 06.)

As manobras políticas *Directoria* da Sociedade também deverão ser consideradas, como por exemplo, o fato da planta do prédio ter sido confeccionada em São Paulo e a sua exposição em uma casa comercial como fator de credibilidade da obra.

3.3 A Obra

Neste momento, todos os preparativos para o início da obra estavam alinhados, ou seja, os terrenos comprados, a planta aprovada e dinheiro em caixa.

A planta chegou à cidade em meados de outubro de 1919, assim, vamos considerar a data inicial da Construção, novembro de 1919, data em que foram compradas as primeiras pedras e pagos os primeiros "jornaleiros"[119], com base na planta de J. Sachetti[120].

[119] São trabalhadores contratados e pagos por jornadas de trabalho, por isso o nome de "jornaleiros".

[120] Encontrarmos registros, no Diário da Sociedade, de uma compra de pedras em 29 de novembro de 1919, mas não houve uma continuidade na aquisição de materiais durante o mês que se seguiu. Apenas a partir do mês de janeiro esse procedimento passou a ser contínuo.

Uma das primeiras tarefas da Sociedade, iniciando o momento da construção, estava em contratar um profissional que ficasse responsável pela execução da planta, ou seja, um profissional que regesse o andamento da obra.

> Tão logo quanto possivel, serão iniciados os trabalhos de construção do predio destinado a collegio, que a sociedade Progresso de Uberabinha vae construir.
>
> A obra será feita por administração, a cargo de pessoa competente, designada pela Directoria.
>
> À Camara Municipal foi dirigido um requerimento pedindo isenção de todos os impostos municipaes, assim como dos demais onus que recaiam sobre predios da cidade. (**A Tribuna, 02 novembro 1919**. Ano I. n.º 08.)

Outro fator importante a ser considerado foi o alinhamento da Sociedade com o poder público municipal. Com a planta em mãos, Carmo Giffoni, presidente da Sociedade, entrou com um requerimento pedindo à Câmara Municipal de Uberabinha a isenção de todos os impostos municipais e também o direito de explorar gratuitamente as Pedreiras[121] do município:

> "Expediente" Foi lido um requerimento do sr. Carmo GIffoni, presidente da sociedade "Progresso de Uberabinha" pedindo isenção de todos os impostos municipaes. Como sejam, água, luz (por frente illuminada) predial, e exgoto e pede mais o direito de suprir-se gratuitamente na fanda que a municipalidade possue, de pedras que vier precisar, para levar a termo o edifício que vae construir; este requerimento foi entregue a commissão de finanças e contas. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, 06 novembro 1919**. p. 91/frente.)

O requerimento foi submetido ao parecer da Comissão de Finanças da Câmara que, no dia 07 de novembro de 1919, ou seja, um dia após a apresentação do requerimento à Câmara e obtém parecer favorável. O relator foi o Vereador *José Nonato*. Aparentemente tudo apontava para a aprovação de uma lei em favor da Sociedade:

[121] Pedreiras eram locais onde se retiravam pedras para construções em geral.

> "Expediente" O vereador José Nonato apresentou, em nome da commissão de finanças o seguinte parecer que foi dado para ordem do dia de amanhã: A commissão de finanças e contas, a que foi presente um requerimento do Presidente da Sociedade e Progresso de Uberabinha, pedindo isenção de impostos municipaes, para o prédio que a referida sociedade pretende edificar nesta cidade, para funcionar um estabelecimento de instrucção, é de parecer que lhe seja concedida a isenção de todos os impostos municipaes, por dez annos, podendo, também suprir-se, gratuitamente, de pedras de que precisar para a mesma construcção, sendo as pedras retiradas da pedreira que a Câmara Municipal possue. Sala das commissoes, 07 de novembro de 1919. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, 07 de novembro 1919.** p. 92/frente e verso.)

Assim, no dia 10 de novembro de 1919, em sessão ordinária da Câmara, o Vereador *Dr. Leopoldo de Castro* apresentou o Projeto de Lei, assinado pela Comissão de Finanças e Contas da Câmara, ficando a promessa de votação na próxima sessão, que ocorreu em 12 de novembro de 1919, quando foi aprovado em primeira discussão e em 14 de novembro de 1919, em segunda discussão.

Com a certeza da aprovação do requerimento e encaminhamentos para também aprovação de uma Lei favorável à Sociedade, começaram os trabalhos preliminares da construção, trazendo as pedras necessárias para os alicerces e contratando os primeiros trabalhadores. Só nesta primeira arrancada, digamos entre novembro e dezembro de 1919, somente com o transporte de pedras e mão de obra de "jornaleiros" a Sociedade gastou 2:438$200 (dois contos, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos réis), fora os 13:000$000 (treze contos de réis) referentes a compra dos lotes e mais 1:300$000 (um conto e trezentos mil réis) gastos na compra das duas plantas. Assim, na primeira chamada de Capital, onde 53 sócios adentraram com a primeira parcela, somando um valor total de 16:000$000 (dezesseis contos de réis), dinheiro disponível em caixa foi quase superado. Desta maneira a Sociedade, num primeiro momento, resolve modificar o plano de construção, pois ficou visível que os recursos em caixa não seriam suficientes para executar a planta na integra, optando assim, pela construção inicial de uma parte do prédio de forma que, num outro momento, se assim fosse decidido, poderiam terminar a outra parte, não modificando o projeto inicial, *pois tudo ficará dentro dos moldes da planta geral*.

GYMNASIO DE UBERABINHA - VARIAS

> Estão em andamento os trabalhos preliminares da construcção do predio para collegio. As pedras necessarias os alicerces estão sendo trazidas para o local da edificação.
>
> Era intensão dos directores da sociedade construir um predio de accordo com a planta que mandaram fazer, e deixal-o completamente terminado, Porem, os seus recursos tanto não permitem.
>
> Será feita uma parte, e, mais tarde, se quizerem poderão concluir a grandiosa obra, pois tudo que se fizer ficará dentro dos moldes da planta geral. (**A Tribuna, 16 novembro 1919**. Ano I. n.º 10.)

Paralelamente na Câmara Municipal, o Projeto de Lei em favor da Sociedade continuou seguindo com prioridade e em 17 de novembro de 1919 foi aprovada a Lei e entregue a *Comissão de Redacção* da Câmara para apresentar a redação final, que deveria ser novamente aprovada pelos Vereadores. No dia 20 de novembro de 1919, o Vereador José Nonato, apresentou em nome da Comissão de Redação - nomeados neste dia os Srs. Antonio de Resende e Antonio Bernardes da Silva, *por faltarem os verdadeiros membros*[122] - a redação final da Lei em favor da Sociedade, sendo esta aprovada na sessão ordinária do dia 21 de novembro de 1919. Estavam nesta sessão, os vereadores: J. S. Rodrigues da Cunha, José Nonato Ribeiro, Antonio de Rezende, Antonio Bernardes da Silva, Carlos de Oliveira Marquez, João Marra da Silva e Dr. Leopoldo Crysostomo de Castro.

> approvadas as seguintes redacções finaes: da lei que isenta de impostos, por 15 annos, sobre o prédio destinado a uma casa de instrucção (Sancionada, lei nº 230, de 21 de novembro de 1919)
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 21 novembro 1919**. p. 21/verso.)

Foi então sancionada, em exatos 15 dias após apresentação do requerimento da Sociedade, apresentado pelo seu presidente, Sr. Carmo Giffoni, à Câmara Municipal de Uberabinha em 06 de novembro de 1919, a *Lei n.º 230 de 21 de novembro de 1919* que concedeu isenção de todos os impostos municipais ao prédio da Sociedade por 15 anos, somando ainda, a cessão pela Câmara Municipal, de sua Pedreira, fornecendo gratuitamente as pedras necessárias para a construção do edifício. Esta Lei foi publicada no periódico *A Tribuna* de 21 de Dezembro de 1919.

---

[122] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 20 novembro 1919**. p. 17/frente.

Lei n.º 230, de 21 de Novembro de 1919.

A Camara Municipal por seus vereadores decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica concedida insenção de impostos municipaes, por quinze annos, sobre o predio que a socidade "Progresso de Uberabinha" pretende construir nesta cidade, para um estabelecimento de instrucção.
Artigo 2º. A Camara Municipal fornecerá, de sua pedreira, as pedras necessarias para a construção do edificio.
Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer,, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

Paço da Camara Municipal de Uberabinha, em 21 de Novembro de 1919.

O Presidente da Camara e Agente Executivo Municipal.

J. S. Rodrigues da Cunha.

(**A Tribuna, 21 dezembro 1919**. Ano I. n.º 15.)

O *Gymnasio de Uberabinha*, de propriedade do *Professor mineiro Sr.* [Cel.] *Antônio Luiz da Silveira*, recebeu a visita do *Inspector Technico do Ensino da 14º Região,* Arthur Queiroga, que, por coincidência ou influência esteve visitando o estabelecimento e citou em seu relatório o futuro prédio em que deveria ser transferida as funções que, provisoriamente encontravam-se instaladas em casa alugada. Interessante notar que nesta ocasião, a Sociedade aparecia em segundo plano, como se prestasse um favor ao Ginásio, e não ao contrário. Talvez a intenção aqui fosse mesmo a de impressionar o referido inspetor.

GYMNASIO DE UBERABINHA

Por occasião de sua visita official a este estabelecimento, o Sr. Arthur Queiroga, D. D. Inspector Technico do Ensino da 14º Região, deixou o seguinte termo:

Em dias seguidos, visitei nesta cidade o instituto de educação – Gymnasio de Uberabinha – , dirigido pelo professor mineiro Sr. Antônio Luiz da Silveira.

Provisoriamente o estabelecimento funcciona em predios particulares, no centro da cidade, devendo ser opportunamente transferido para edificio proprio, cuja construcção deverá ser iniciada em breve, por conta de uma associação, com satisfação de todos os preceito de conforto e hygiene pedagogica.

[...]

Uberabinha, 6 de Novembro de 1919.

Arthur Queiroga, Inspector da 14º região.

(**A Tribuna, 16 novembro 1919**. Ano I. n.º 10.)

Muito bem relacionada, a Diretoria da Sociedade resolveu também pedir algum auxílio para a *Companhia Mogyana*, contratada para realizar alguns fretes de materiais de construção comprados pela Sociedade em outras regiões. Na ocasião, a Sociedade obteve 15% de desconto nos valores desses fretes.

Ainda neste mesmo mês de novembro, foi contratado o *Sr. Ernesto Giovanini*[123] para administrar os serviços da construção do prédio.

> A Companhia Mogyana, attendendo a um requerimento da Directoria da sociedade "Progresso de Uberabinha", concedeu um abatimento de 15% nos fretes do material destinado á construção do predio daquella assossiação.
>
> - Foi encarregado de administrar os serviços da mesma o sr. Ernesto Giovanini. (**A Tribuna, 23 novembro 1919**. Ano I. n.º 11.)

Com o (primeiro) administrador da obra contratado, foram abertas as primeiras *valletas* para os alicerces e assim, consolidavam definitivamente a construção do tão inspirador monumento.

> Já estão abertas as valletas para os alicerces do grande predio que a Sociedade Progresso de Uberabinha está construindo, na Praça D. Pedro II, para o Gymnasio de Uberabinha. (**A Tribuna, 14 dezembro 1919**. Ano I. n.º 14.)

Foi fato notar que na construção desta Escola, houve emprego de mão de obra infantil, comprovado no recorte do jornal *A Tribuna*, abaixo destacado. Nesta passagem, o periódico fez menção ao fato de que a falta de operários (adultos) na cidade, acabou por gerar um espaço para o emprego de mão de obra infantil, no caso, na construção civil. As crianças acabavam por substituir os adultos em várias etapas do trabalho braçal. O periódico foi categórico ao ressaltar que as crianças recebiam um ordenado semelhante aos dos operários adultos, diferentemente do que acontecia nas *grandes cidades industriaes*[124]. *A Tribuna* finalizou que, desta forma, as crianças adquiririam o *hábito e amor ao trabalho*, evitando atenções para atividades ilícitas, assim, quando adultos, se tornariam *optimos operários*. Logo, a escola não era para "todos", contudo, o

[123] No Diário da Sociedade consta apenas uma entrada em nome de *Ernesto Giovanini* na folha 20 deste documento. Giovanini teria recebido a quantia de 354$600 (trezentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos réis) em 13 de abril de 1920 por serviços prestados à Sociedade.
[124] **A Tribuna, 28 dezembro 1919**. Ano I. n.º 16.

conceito *educação* não se resumia ao ambiente escolar, conforme até então, reproduzíamos.

> Um dos aspectos intereressantes da falta de operarios nesta cidade é o desenvolvimento do trabalho das creanças. Ellas estão substituindo os adultos em multiplos trabalhos, recebendo ordenados até então só vistos por salariados operosos e deligentes. Não há neste facto o que se vê nas grandes cidades industriaes: a exploração da classe infantil por ser a que recebe menores ordenados. Não. Aqui ellas são pagas remuneradamente. Desta forma adquirirão habito e amor ao trabalho, dando, mais tarde, optimos operarios. (**A Tribuna, 28 dezembro 1919**. Ano I. n.º 16.)

Diversas dificuldades foram enfrentadas pela Sociedade durante a construção do Prédio. Não foi um processo mecânico e contínuo, mas uma ação que contou com inúmeros contratempos. Transtornos como a falta de materiais para construção como *cal* e madeira, que por fim, acabavam sendo trazidos de outras localidades, como por exemplo, de Ribeirão Preto-SP, o que aumentava em muito o valor comercial destes produtos. A falta de operários confiáveis (contínuos) e as obrigações a que se sujeitavam os empreiteiros, também influenciavam na periodicidade da construção e em comuns improvisos na habilidade dos empreiteiros.

> **Várias**
>
> Pelos preços por que andam os materiaes de constucção, nesta cidade, é impossível não cessar as edificações. Para não fallar em madeiras, que desde há muito têm vindo de longe, de Ribeirão Preto e outros logares, e que custam caríssimo, quem se anima fazer uma casa com tijolos custando cento e tantos mil réis o milheiro e a cal a seis mil e tanto o sacco?
>
> Não param aqui as difficuldades. Ellas são innumeras.
>
> A falta de operários e sua inconstância nos trabalhos, as obrigações a que empreiteiro e proprietário da obra estão sujeitos, a escassez de tudo, há de forçosamente, por um paradeiro ao progresso de nossa cidade.
>
> É necessário que se ponha em prática medidas enérgicas afim, se não de elliminar, pelo menos suavisar a influencia de todas estas cousas que tanto nos prejudicam.
>
> (**A Tribuna, 25 janeiro 1920**. Ano I. n.º 20.)

Assim, as habilidades dos empreiteiros contratados pela Sociedade eram fundamentais para sua permanência na empreitada. O segundo empreiteiro contratado pela Sociedade para assumir a obra foi o *Sr. Eduardo Boroni*. Boroni aparece no Diário da Sociedade como fornecedor de materiais diversos, o que nos levou a supor que ele tinha sido contratado de forma provisória. A primeira referência a ele no Diário da Sociedade foi de 23 de Julho 1920, por serviços de alumínio no valor de 2:100$000 (dois contos e cem mil réis).

Como a *Pedreira Municipal* não conseguia fornecer a quantidade de pedras suficientes para a construção em tempo hábil, a Sociedade resolveu importar tijolos das estações de *Sacramento* e *Deltas*, ambas fixadas ás margens do Rio Grande, entre Uberaba e a divisa do Estado de São Paulo, ambas, à mais ou menos 150km de Uberabinha. (ANEXO IX)

> A Sociedade Progresso de Uberabinha contractou com o sr. Eduardo Boroni, por unidade, a construcção do predio que a mesma está edificando para o Gymnasio, na Praça Pedro II.
> Para abreviar mais o andamento da referida obra, a mesma sociedade pretende importar tijolos das estações de Sacramento e Deltas, ambas na margem do Rio Grande.
> (**A Tribuna, 25 abril 1920**. Ano I. n.º 33.)

De acordo com os dados do Diário, Boroni foi logo substituído por outro profissional. Em seu lugar foi contratado o terceiro e último empreiteiro. O nome escolhido foi o do *constructor e empreiteiro* Hermenegildo Ribas[125]. Ribas foi contratado em meados de Agosto de 1920 para assumir a construção do prédio e assim permaneceu até o seu término. Seu ordenado foi relativamente alto, 600$000 (seiscentos mil réis) mensais, se comparado aos

[125] *Hermenegildo Ribas* foi construtor e empreiteiro reconhecido pela Câmara Municipal de Uberabinha. Além das construções particulares, Ribas prestava alguns serviços para a Câmara Municipal de Uberabinha, como por exemplo, a construção do prédio do Novo Fórum em 1922 (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 17 janeiro 1922**. p. 89/verso.). Ribas ainda, juntamente com outros construtores e empreiteiros, em janeiro de 1928, adentrou com um requerimento na Câmara Municipal de Uberabinha, solicitando a aprovação de uma lei que regulamentasse a profissão de *constructor e empreiteiro* na cidade, dificultando a entrada de forasteiros e "amadores" na concorrência desta atividade. No teor da lei, caso fosse aprovada, entre outras exigências que a Câmara deveria cobrar dos futuros construtores e empreiteiros licenciados, estava a cobrança de uma taxa de 500$000 (quinhentos mil réis), ou seja, meio conto de réis anuais. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 05 janeiro 1928**. p. 04/frente.)

demais custos da construção. Ribas também recebia da Sociedade alguns fretes que, ora bancava do próprio bolso, ora terceirizava.

3.4 Algumas Curiosidades Sobre a Construção

A construção do prédio, sob-responsabilidade da Sociedade, destinado ao funcionamento do *Gymnasio de Uberabinha*, iniciou-se, segundo o Diário da Sociedade, em 18 de junho de 1919 (p. 18) com a compra do primeiro terreno, adquirido do Sr. José Thomaz de Rezende pela quantia de 3:000$000 (três contos de réis) e encerrou-se em 20 de julho de 1921 (p. 81) com o pagamento da última folha de jornaleiros[126] :

13	Edifício do Gymnasio	
99	(a) Caixa	
	Pago folha pessoal jornaleiro encerrado hoje	87$500

Fonte: Diário da Sociedade, 20 Julho 1921, p. 81.

Todo o processo de construção do prédio ocorreu dentro deste período (18 de junho de 1919 à 20 de julho de 1921), ou seja, desde a compra do terreno, elaboração do projeto e planta da construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, ampliação do capital com novos sócios, empréstimos, até o momento da limpeza do prédio e aluguel do imóvel transcorreram 735 dias, ou seja, pouco mais de dois anos.

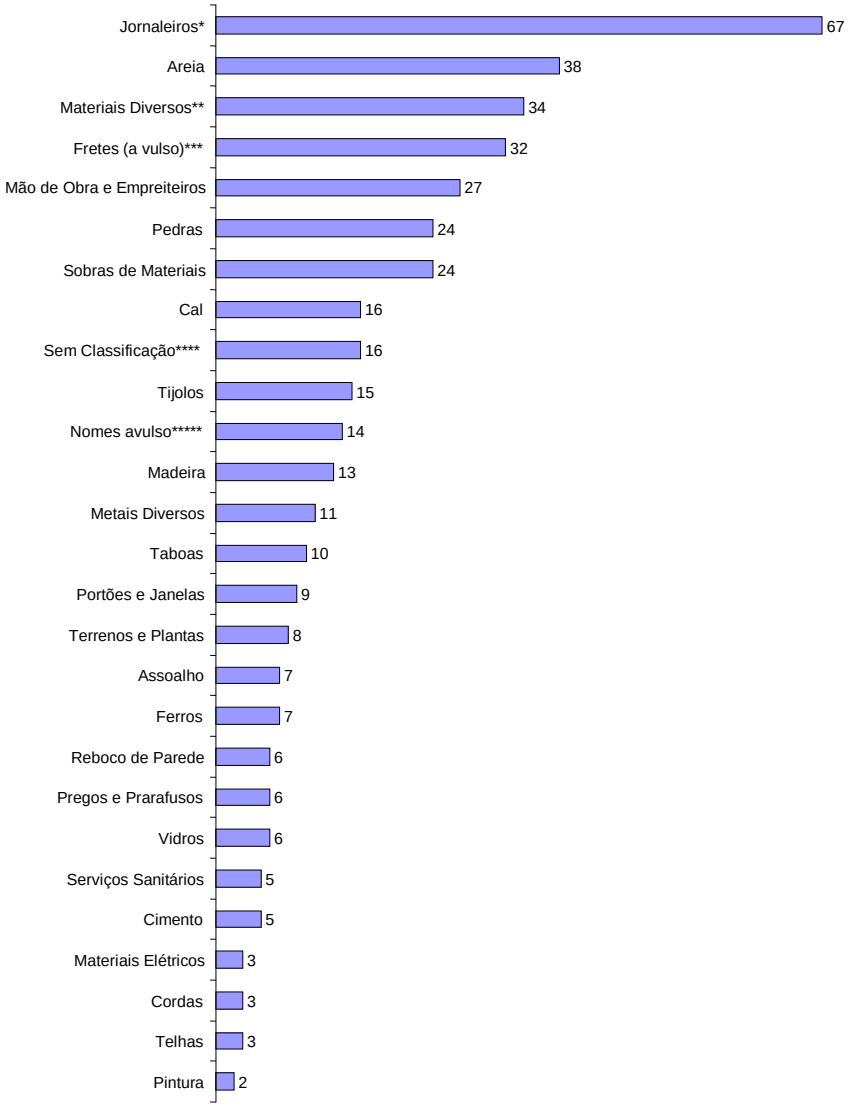
Escolhemos a compra dos terrenos como apontamento ao marco inicial da construção, contudo, as obras iniciaram em meados de novembro de 1919, quando já se consolidavam a compra do terreno, a planta do prédio e mão de obra efetivada, sendo que em 24 de novembro de 1919 pagou-se a primeira *folha* relativa aos primeiros jornaleiros (operários) da obra no valor de 76$000 (setenta e seis mil réis). Considerando o final do ano, a construção reinicia, seguindo em ritmo constante a partir de janeiro de 1920[127].

[126] Jornaleiros: Quem trabalha por jornada, por dia. (in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.)
[127] **Diário da Sociedade, 1º janeiro 1920**, p. 18.

Os lançamentos, no Diário da Sociedade, referentes à movimentação financeira com a construção do prédio totalizam 384 citações, ocupando 63 páginas sendo referenciadas entre as páginas 18 a 81 do mesmo Diário, num universo de 138 páginas, correspondendo 45,65% do total de lançamentos contidos neste documento[128].

No gráfico a seguir, apresentamos as 384 citações separadas em 27 grupos distintos onde, cada grupo representa um tipo de serviço prestado durante a construção deste prédio.

Gráfico 2: Número de vezes em que cada material é citado no Diário da Sociedade durante o período de construção do Prédio (1919 a 1921).



Fonte: Diário da Sociedade, p. 18-81.[129]

[128] Este fato demonstra que o período da construção do prédio foi também o período de maior mobilização, de maior conturbação e maior movimentação da história da Sociedade.

[129] *Operário contratado para trabalhar por jornada, por dia; **Materiais diversos não discriminados; ***Fretes contratados sem discriminação da carga. ****Não enquadrou em

Em pouco mais de um ano de construção, o prédio havia consumido um capital superior ao proposto no início do projeto de 90:000$000 (noventa contos de réis) - rateados entre os primeiros associados - chegando ao final do ano, segundo o balancete de 31 de dezembro de 1920[130] ao custo de 141:988$560 (Cento e quarenta e um contos, novecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta réis) e nos próximos sete meses, consumiria outros 90:000$000 (noventa contos de réis).

O valor total do prédio então, relatado no segundo *Balancete Geral da Sociedade* (ANEXO X), contido no Diário da Sociedade[131] e publicado no jornal *A Tribuna* em 31 de Agosto de 1921[132], foi de 235:796$000 (duzentos e trinta e cinco contos, setecentos e noventa e seis mil réis), superando em quase três vezes o valor previsto. Estes valores foram gastos da seguinte forma:

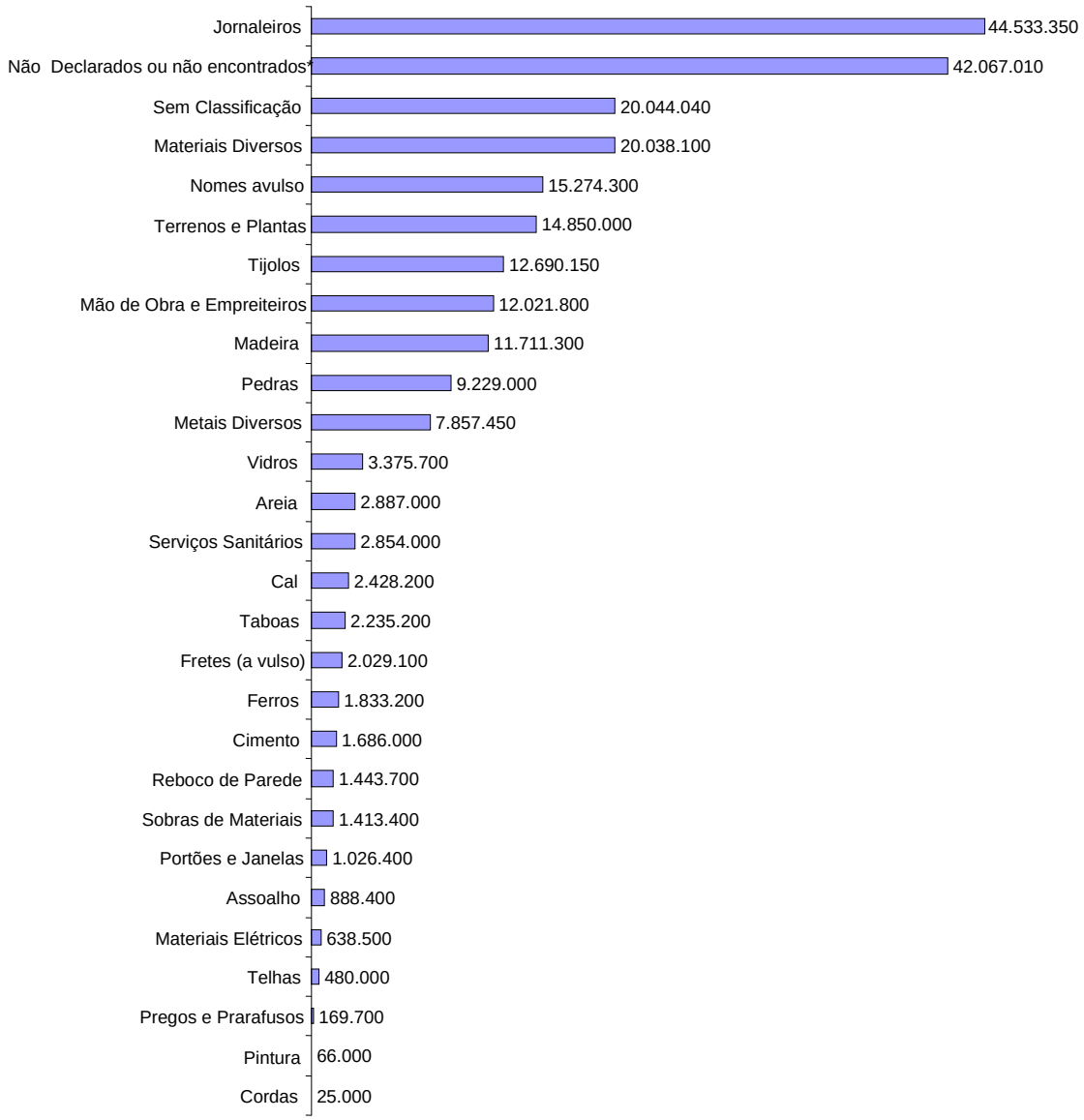
nenhuma categoria particular; *****Nomes de pessoas não enquadradas em nenhuma categoria particular. Para este gráfico, consideramos algumas citações que aparecem em mais de um grupo, aumentando de 384 para 411 citações.

[130] **Diário da Sociedade**, p. 39-43.

[131] **Diário da Sociedade**, p. 86-90.

[132] **A Tribuna, 07 setembro 1921**. Ano III. n.º 104.

Gráfico 3: Discriminação do capital desprendido na construção do prédio da Sociedade (1919 a 1921).



Fonte: Diário da Sociedade, p. 18-81.[133]

[133] O valor total encontrado no Diário da Sociedade, somando todos os lançamento com referência a construção do prédio foi de 193:728$990 (cento e noventa e três contos, setecentos e vinte e oito mil e novecentos e noventa réis), o valor total declarado no Balancete Geral foi de 235:796$000 (duzentos e trinta e cinco contos, setecentos e noventa e seis mil reis), sobrando então uma diferença de 42:067$.010 (quarenta e dois contos, sessenta e sete mil e dez réis). O livro caixa, ou Diário da Sociedade, é de interpretação técnico-contábil, assim, acreditamos que essa diferença pode ter ocorrido por alguns motivos: **1)** diferença na análise do documento; **2)** por alguma forma de financiamento ou empréstimos oriundos de outras fontes, como sócios mais ricos. Esta última, suspeita se baseia nos lançamentos referentes a conta "*a Contas Correntes*", como por exemplo os valores encontrados no Diário da Sociedade (p. 33) que referem-se "*a Conta Correntes*" em nome de Custódio da Costa Pereira, Carmo Giffoni, Carneiro e Irmãos, Melazo e Comp., Marciano de Ávila Júnior, Joaquim

Abaixo, segue um demonstrativo montado com as informações do Diário da Sociedade, sendo possível quantizar uma relação aproximada[134] da quantidade de material gasto na construção durante este período:

Quadro 8: Demonstrativo aproximado da quantidade de material gasto na construção do Prédio.

Demonstrativo aproximado[135] da quantidade de material desprendido na construção do Prédio do Gymnasio de Uberabinha pela Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha	
Tijolos	133.150 tijolos
Telhas	1500 telhas
Assoalho	1.020 metros de assoalho
Areia	960 carroças[136] e 8 vagões de Trem (vide *Mogyana*) de areia
Cal	893 sacos de cal
Pedras	496 carroças de pedras
Reboco de Parede	462 metros de reboco em paredes e muros
Ferros	108 barras de ferro, 800 ferros para portais, outros
Cimento	57 barricas[137] de cimento [uma barrica = uma vasilha de 200 a 250 litros]

Marques Povoa e Comp., onde encontramos um saldo de 46:597$610 (quarenta e seis contos, quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos e dez réis), valor bem próximo à diferença que encontramos. Não acredito, pela quantidade de pessoas envolvidas e pela complexidade deste documento, que houve algum erro intencional por parte dos *subscriptores.*

[134] Falamos em quantidade aproximada pois os dados contidos no Diário da Sociedade nem sempre são precisos, no sentido que nem sempre discriminam os serviços prestados ou a quantidade referente a cada serviço, ou seja, ora falam em *pagamento de 30 carroçadas de areia*, ora falam em *pagamento de carroçadas de areia e pedra* a alguém. Contudo, respeitando estas condições, conseguimos analisar e quantizar valores aproximados de cada um dos principais itens gastos durante a construção. Possibilitando uma ideia relativa de como teria ocorrido esse processo.

[135] Dados aproximados com base nas informações contidas no Diário da Sociedade (p. 18-81.) durante o período de construção do prédio.

[136] Provavelmente como referência ao transporte de tração animal (cavalo). Carroça, termo utilizado no próprio documento.

[137] Barrica: vasilha ou tonel de 200 a 250 litros para transportar ou guardar mercadorias, sobretudo, líquido. (in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.)

Metais Diversos	108 dúzias de chapas n.º 22, 542 Kg de chumbo, 50 metros de tubos condutores, alumínio, correntes, grelhas, esquadrilhas, outros
Fretes*	111 carretos ou fretes diversos contratado de terceiros sem discriminação do transportado
Jornaleiros	44:533$350 (quarenta e quatro contos quinhentos e trinta e três mil, trezentos e cinquentas réis) gastos com mão de obra operária. Não foi possível contabilizar o número e nem os nomes desses trabalhadores.
Madeira	66 carroças de madeira para andaime + madeiras diversas
Mão de Obra e Empreiteiros	Mão de obra especializada (dividida entre empreiteiros e terceiros contratados para serviços técnicos ou pontuais)
Materiais Diversos	Peneira, baluartes, ladrilhos, cedro, baldes, outros.
Materiais Elétricos	14 ventiladores, 01 motor elétrico, 01 bomba d'água
Cordas	8½ kg de corda
Taboas	62 dúzias de taboas e 5 dúzias de ripas
Sobras de Materiais	20 dúzias de taboas para andaime, arame velho, 407 reservatórios vazios, barrotes*** estragados, 8 carroças de pedras, 400 telhas velhas, madeiras diversas, tijolos velhos, vigas, portões velhos, outros
Portões e Janelas	10 jogos de portões, 14 dúzias de portões, 8 portas, 9 jogos de persianas, 3 portões
Terrenos e Plantas	06 Terrenos e 02 plantas
Pintura	Tintas e mão-de-obra de pintura
Vidros	Vidros diversos, 33 caixas de vidros, 150 vidros simples, 6 vidros para a porta da entrada
Serviços Sanitários	Serviços sanitários*, instalação hygienica*, *limpeza do Gymnásio*, outros
Pregos e Parafusos	Fechaduras, dobradiças, maços de pregos e parafusos
Nomes avulso	Alguns nomes lançados sem referência ao serviço prestado
Sem Classificação	Referências diversas não classificadas: estornos de lançamentos, saldos, créditos, transferências, etc.

Fonte: Diário da Sociedade, p. 18-81.

O Diário da Sociedade constitui hoje, na principal fonte de preservação da memória ou história deste grupo de pessoas. Nele, foram preservados todas as movimentações financeiras da Sociedade, cada valor gasto e todos os sócios e pessoas envolvidas durante a sua existência. Sócios inadimplentes e sócios que tiraram do próprio bolso, acreditando no sucesso deste empreendimento. Por se tratar de um Livro Caixa, também constitui em fonte

para uma possível História da Matemática ou da Contabilidade, pois, alguns termos não são mais utilizados e outros substituídos.

Assim foi possível, em posse deste valioso documento, comparar com outras fontes que também representaram relativa importância na preservação desta história, como por exemplo, os periódicos locais, nos dando maior confiabilidade na exposição, construção ou releitura deste fabuloso recorte historiográfico contido na História da cidade de Uberlândia e por que não, de Minas Gerais e Brasil.

Desta maneira, demonstramos agora, os principais nomes envolvidos no processo de construção deste prédio. Para isso, separamos os principais fornecedores de cada um dos 27 subgrupos classificados. Foi importante levar em consideração que alguns casos, conforme consta no Diário da Sociedade, algumas pessoas, como por exemplo, o próprio Gerente da Sociedade, Carmo Giffoni, não necessariamente forneciam o material, mas emprestavam algum dinheiro à Sociedade para que a mesma continuasse construindo sem intervalos, de forma que, quando a Sociedade tivesse saldo suficiente, pagasse ao indivíduo o valor “referente” ao empréstimo de forma que o verdadeiro fornecedor as vezes não aparecia. Assim exemplificamos Carmo Giffoni & Cia não vende tinta, mas comprou de um terceiro a tinta e forneceu a Sociedade, quando a sociedade teve dinheiro para ressarci-lo, foi então lançado *Pago por tinta a Carmo Giffoni*. Este processo não exclui a possibilidade de alguma espécie de terceirização e/ou superfaturamento dos serviços prestados à Sociedade.

Quadro 9: Construção do Prédio: Principais Fornecedores (1919 a 1921).

PRINCIPAIS FORNECEDORES	
Areia	Levindo Fonseca e Silva, João Martins Cardoso, Jeronymo Barbosa, Antônio Bernardes da Silva, João Machado de Castro, Francisco Appolinario, João Baptista da Fonseca, Maximiano Rodrigues Borges.
Assoalho	Jorge Suga, João Domingues.
Cal	Teixeira Costa & Cia, Marciano de Ávila, Custódio Pereira, Américo Zardo, Manoel Baptista.
Cimento	Américo Zardo, Antônio Rezende, Joaquim Marques Povoa & Cia.
Cordas	Francisco Jorge, Oscar Miranda.
Ferros	Melazo A. Campos, Carmo Giffoni e Cia, Americo Zardo & Cia, Jorge Suga.
Fretes*	João Batista da Fonseca, Antônio José, Antônio Simões, Levindo Fonseca, Hermengildo Ribas, Emilio Mari.
Jornaleiros	Mão de obra avulso.
Madeira	Melazo & Cia.
Mão de Obra e Empreiteiros	Ernesto Giovanini, Dr. Aristóteles Alvim, João Baptista da Fonseca, Hermengildo Ribas, Melazo & Cia, Antônio Michelli, José Lopes Netto, Antônio Henrique, Jorge Suga, João Baptista Coelho, João José da Silva.
Materiais Diversos	Armando Augusto, Joaquim Marques Povoa, Eduardo Borone, Carneiro e Irmãos, Melazo & Cia, Oscar Miranda, Michelle Zardo, Custódio Pereira, João Baptista, José Lopes Netto, Francisco Jorge, Giovanini A. Calábria, Hermenegildo Ribas, João Baptista Coelho, José Calixto.
Materiais Elétricos	Acfonsio de Lorenço Peixoto, João Jacintho Fernandes, Carmo Giffoni.
Metais Diversos	Rosette e Lobato, Américo Zardo, Joaquim Marques Povoa, João Baptista Coelho, Eduardo Borone, José Lopes Netto.
Nomes Avulso	Carmo Giffoni & Cia, Américo Zardo, Fonseca Rodrigues, Antônio Simão, Francisco Silva, Casa Povoa, Joaquim Marques Povoa, Antônio Rezende, Giovanini A. Calábria, Américo Zardo, Custódio Pereira.
Pedras	Trajano Pinto, Bellarmino F. Barbosa, Maximiano Rodrigues Borges, Antônio Domingos, José Candido do Carmo, Américo Zardo & Cia, Marciano Pimenta, Gionvanini A. Calábria, Manoel Baptista).
Pintura	Alfredo Attadine, Carmo Giffoni.
Portões e Janelas	João Salles, João Fonseca, José Lopes Netto.
Pregos e Parafusos	Antônio Calábria, Ângelo Naghactini, Carmo Giffoni, José Lopos.
Reboco de Parede	Francisco Rodrigues, Honorino Machado, João Alves de Oliveira, Emílio Mori, Américo Rodrigues.
Sem Classificação	Não tem referência nominal.
Serviços Sanitários	Rosette e Lobato.
Sobras de Materiais	José Nonato, Antônio Pietro, Antônio Ribeiro dos Santos, João Sabino, Levinda Fonseca, Affonso Clarimundo.
Taboas	Carmo Giffoni & Cia, Michelle A. Zardo, Indústrias Reunidas Sol Nascente.
Telhas	Américo Zardo.
Terrenos e Plantas	José Thomaz de Rezende, Joaquim Marques Povoa, Hyppolito Naves, Francisco Jorge, Dª Rita Machado, José Grilha, J. Sachette.
Tijolos	Estação Mogyana (Delta e Sacramento), Marciano de Ávila.
Vidros	Carmo Giffoni & Cia.

Fonte: Diário da Sociedade, p. 18-81.

Fato interessante de registrar foram alguns pagamentos realizados pela Sociedade como ajuda de custo por acidentes ocorridos durante a construção do prédio. Encontramos lançamentos no Diário da Sociedade, feito em 3 de junho de 1921, onde foram gastos com a compra de remédios para o tratamento de *Honorino* [Machado] *e Laranjeira*, comprados de *Macedo Marra & Fonseca*, 113$000 (cento e treze mil réis) e mais 101$400 (cento e um mil e quatrocentos réis) com despesas com os médicos Dr. Leopoldo e Dr. Batista[138]. Honorino Machado trabalhou no prédio prestando serviços de reboco quando foi surpreendido por uma queda aparentemente grave, o que despertou certa preocupação da Diretoria da Sociedade que lhe prestou alguns auxílios para sua melhora.

Alguns meses antes do término da construção, fomentam-se novas mobilizações por parte da Diretoria para conquistar algumas vantagens para a Sociedade. Vantagens no sentido de auxílios públicos para a conclusão do empreendimento.

Em meados do mês de março de 1921, a Diretoria da Sociedade enviou para a capital mineira, *Bello Horizonte*, o professor João Martins com a missão de conseguir do Governo Estadual algumas carteiras para o *Gymnasio* que a mesma construía por sua própria iniciativa e que ultrapassava os 200:000$000 (duzentos contos de réis). Na ocasião, o professor João Martins foi recebido pelo *Sr. Dr. Affonso Penna Junior*[139], *auxiliar do governo forte e honesto do Sr. Dr. Arthur Bernardes*[140]*,* que cedeu 150 carteiras para a Sociedade.

[138] **Diário da Sociedade, 03 junho 1921**, p. 68.
[139] Affonso Penna Júnior foi Secretário da Pasta do Interior no Governo de Artur Bernardes.
[140] Segundo SILVA (1983), Artur Bernardes foi Presidente do Estado de Minas Gerais no período de 1918 a 1922.

Sociedade Progresso de Uberabinha

A missão do sr. professor João Martins. C nosso Gymnasio.
Commissionado pela directoria da Sociedade Progresso de Uberabinha, foi a Bello Horizonte devidamente recommendado pelas pessoas de mais destaque desta cidade o talentoso professor João Martins, tendo occasião de expor ao exmo. sr. dr. Affonso Penna Junior, as pretenções da mesma sociedade ou que esta pretendia do governo o fornecimento, em qualquer caracter de algumas carteiras para o importante estabelecimento onde irá funcionar, futuramente um dos mais importantes estabelecimento de ensino desta zona.

Nestas condições teve, o sr. professor Martins, opportunidade de fazer ver ao exmo. sr. dr. Affonso Penna Junior, o esforço dos nossos homens, despendendo por iniciativa particular, mais de 200:000$000 com um predio para que nele funccione um estabelecimento de ensino superior nesta cidade.

Correspondendo a boa vontade do nosso povo e a nossa espectativa ao mesmo tempo, o patriotico mineiro cujas audições temos tantas vezes posto em destaque mais uma vez olhou para esta parte do Triangulo, onde gosa da maior admiração com as sympathias de sempre, prometendo fazer tudo quanto estivesse ao alcance do governo em favor do nosso estabelecimento pondo a nossa disposição 150 carteiras que são os moveis de que immediatamente carecemos.

Vai assim o sr. dr. Affonso Penna Junior, como um auxiliar do governo forte e honesto do sr. dr. Arthur Bernardes, fechando o periodo da sua proveitosa jestão assignalando novos beneficios a esta cidade e a este municipio onde tem os mais ardentes e sinceros admiradores.

Em conversa com o sr. professor João Martins tivemos occasião de ouvir lhe as mais justas referencias feitas ao illustre mineiro, a quem em boa hora sabia orientação do digno presidente de Minas entregou a pasta do interior. (**A Tribuna, 10 abril 1921**. Ano II. n.º 83.)

O custo desta viagem foi pago com o cheque n.º 3159 da Conta Corrente da Sociedade no *Banco de Crédito Real de Minas* Geraes em favor do professor João Martins em 24 de março de 1921 no valor total de 600$000 (seiscentos mil réis)[141].

Outro grande fato que demonstra a força e o envolvimento do grupo constituinte da Diretoria da Sociedade com o poder público local ocorreu com a apresentação e aprovação da *Lei Municipal n.º 348 de 04 de maio de 1921* que garantia a Sociedade um auxílio único de 11:000$000 (onze contos de réis), sendo esta Lei aprovada em menos de 03 (três) sessões (duas extraordinárias e uma ordinária) da Câmara Municipal compreendidas entre os dias 30 de abril de 1921 à 04 de maio de 1921, tempo recorde se considerarmos todos os tramites legais para aprovação de uma Lei municipal: apresentação por algum

[141] **Diário da Sociedade, 24 março 1921**. p. 49.

dos vereadores, discussão, parecer das Comissões de Orçamento, Redação e outra que convier, votação e aprovação em primeira e segunda discussão pelo plenário da Câmara e sanção pelo Agente Executivo.

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de Uberabinha do dia 30 de abril de 1921, compareceram, em número legal para iniciar a sessão, 06 (seis) vereadores (Antonio de Resende, José Nonato Ribeiro, Carlos de Oliveira Márquez, Sylvio Savastano, José Peppe, Dr. Leopoldo de Castro e Rodrigues da Cunha [Agente Executivo]). Destes, os quatro primeiros apresentaram em conjunto um requerimento convocando uma sessão extraordinária da Câmara para tratar *das medidas do alcance da Câmara Municipal no sentido de ser facilitado o prosseguimento dos trabalhos de construcção do Gymnasio de Uberabinha, prestes a paralisar-se por falta de meios pecuniários*[142].

O Requerimento foi aprovado e a sessão extraordinária da Câmara Municipal ocorreu em 30 de abril de 1921, apesar desta sessão estar prevista para o dia 29 de abril do mesmo ano. Neste dia, lido o requerimento, o vereador José Peppe apresentou o projeto de Lei oficialmente à Câmara Municipal e em seguida, sugeriu um *interstício legal para ser considerado para a ordem do dia de hoje, por se tratar-se de matéria urgente*[143].

Desta forma, foi aprovado o interstício entrando em primeira discussão, foi aprovado.

Passada a sessão ordinária do dia 02 de maio de 1921, a próxima sessão foi a do dia 04 de maio de 1921, extraordinária e compareceram os Srs. Vereadores Rodrigues da Cunha, José Nonato, Antonio de Resende, Carlos de Oliveira Márquez, Sylvio Savastano e José Peppe. Peppe apresentou novamente um requerimento (pedido) de *interstício legal* para entrar na ordem do dia a *redacção final* do referido projeto de lei, que foi aprovado. Desta forma, o Presidente da sessão, Rodrigues da Cunha, interrompeu a sessão por 15 (quinze minutos) que, ao ser reaberta pelo Vereador José Nonato foi lida a redação final do projeto de lei, que, desta vez, contava com as assinaturas dos Vereadores *Antonio de Resende, Carlos de Oliveira Márquez, José Nonato*

[142] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 30 abril 1921**. p. 20/verso.
[143] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 30 abril 1921**. p. 21/verso.

Ribeiro, Sylvio Mauro Savastano[144]*, José Peppe, Dr. Leopoldo de Castro*. Destes, os 03 (três) primeiros mais o Agente Executivo, Rodrigues da Cunha, eram integrantes da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*: os dois primeiros, Subgerente (vice-gerente) e Segundo-Secretário, respectivamente, o terceiro, sócio com capital e por último o próprio Agente Executivo, que integrava o Conselho de Administração. O Vereador José Nonato ainda pediu novo *interstício legal* para que fosse a mesma redação final, inserida na ordem do mesmo dia, que foi aprovada e sancionada.

Assim em apenas 02 (duas) sessões extraordinárias e em menos de 05 (cinco) dias, os Vereadores de Uberabinha aprovaram e sancionaram a *Lei n.º 348, de 04 de maio de 1921*[145] que subvencionou a construção do prédio em 11:000$000 (onze contos de réis).

Esta Lei foi publicada no jornal *A Tribuna* de 8 de maio de 1921 (Ano II. n.º 87.) com a seguinte redação:

> ***Câmara Municipal - Lei n. 348, de 04 de maio de 1921***
>
> A Camara Municipal, por seus vereadores, decreta, e eu sanciono a seguinte lei:
> **Artigo 1º** - Fica o sr. Agente Executivo autorisado a subscrever a quantia de 11:000$000 (onze contos de réis), a título de auxilio, para a conclusão do prédio destinado ao Gymnasio local, recebendo da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha, proprietária desse immovel, títulos ou acções nesse valor.
> **Artigo 2º** - O pagamento dessa importância será effectuado em 31 de Março de 1922, emittindo a Camara Municipal, desde já, uma ou mais letras para esse vencimento e a favor da referida Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha, correndo esse compromisso pela verba que lhe for consignada no orçamento para o exercício vindouro.
> **Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.
> Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se constem e declara.
> Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, em 4 de Maio de 1921.
> O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal.
> J. S. Rodrigues da Cunha

---

[144] Com a renúncia do cidadão João Marra da Silva, *Mauro Savastano* foi eleito vereador com 32 votos, sem contestação, em 04 de novembro de 1920, preenchendo a representação na Câmara Municipal de Uberabinha, referente ao Distrito de Santa Maria, tendo o procedimento cumprido todas as formalidades legais. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 04 novembro 1920. p. 58/verso e 59/frente**.)

[145] Esta mesma Lei consta no *Livro de Leis do Município de Uberabinha* com o título *Lei n. 249, de 4 de maio de 1921* (Arquivo Público Municipal de Uberlândia. **Livro de Leis do Município de Uberabinha, 1919-1922**. Camara Municipal de Uberabinha. Leis de n.º 221 a 267. 1919 a 1922. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, Minas Gerais, 1923.)

Com a Lei aprovada, a Câmara uberabinhense passou a fazer parte do Capital em Ampliação da Sociedade, com a respectiva cota de Capital de 11:000$000 (onze contos de réis), passando desde então, à maior acionista da Sociedade.

Como o pagamento dos 11:000$000 (onze contos de réis), só seria incluído no orçamento de 1922, ou seja, somente no próximo ano[146], a Câmara Municipal emitiu 02 (duas) *Letras à Receber* em favor da Sociedade, ou seja, dividiu este valor em duas *Notas Promissórias* que poderiam ser descontadas, junto à Câmara, na época proposta. Essas Notas Promissórias funcionavam como uma espécie de cheque pré-datado, onde a Sociedade poderia descontar na praça, com ou sem cobrança de juros, recebendo então o valor a vista, repassando ao novo portador, o direito de crédito junto ao emitente, no caso, da Câmara uberabinhense.

Figura 5: Modelo de Nota Promissória (1926).



Fonte: Notas Promissórias contraídas pela Câmara Municipal a serem pagas à Sociedade Progresso de Uberabinha com valores diferenstes. Fundo: Prefeitura Municipal – Poder Executivo. Série: Contabilidade. Sub-Série: Notas Promissórias. 1926, p. 25. (Arquivo Público Municipal)

Nesta ocasião, essas duas Notas foram descontadas pelos *Srs. Carneiro & Irmãos*[147]. A família Carneiro continha nomes na Diretoria, no Conselho de Administração e na relação dos sócios em geral da Sociedade.

[146] Confirmado pela aprovação do Orçamento da Câmara Municipal de Uberabinha no final do ano de 1921 com referência aos gastos municipais para o ano de 1922. (A CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 03 setembro 1921**, p. 52/frente.)
[147] **Diário da Sociedade, 31 Agosto 1921**. p. 89.

Entre junho e julho de 1921, o Gerente da Sociedade, Carmo Giffoni, requereu junto a Câmara Municipal o ligamento gratuito da instalação sanitária do Prédio à rede municipal de esgoto. A ligação sanitária do Prédio era obrigatória e regulada pelo *Regulamento Municipal de Esgotos Sanitários* aprovada em 10 de novembro de 1920 pela Câmara uberabinhense[148]. Segundo este regulamento, todos os prédios, casas, residências, comércios ou similares, onde existisse a rede de esgotos pública, estava obrigado a utilizar a rede pública de esgotos, sujeitando-se a cobrança de uma taxa única de 20$000 (vinte mil réis) pela ligação à rede pública de esgoto e uma mensalidade obrigatória que poderia variar entre 24$000 (vinte e quatro mil réis) à 72$000 (setenta e dois mil réis)[149]. Este projeto isentava do pagamento da mensalidade, entre outras, as repartições públicas, os estabelecimentos de caridade e de instrução. Também foi apresentado um projeto que isentava da taxa de ligação as residências que pertencesse a *pessoas pobres*[150].

Segundo o jornal *A Tribuna*, a Sociedade, representada pelo seu Gerente Carmo Giffoni, teve o pedido de isenção da taxa de ligação sanitária, feito à Câmara Municipal atendido, contrariando o contido no Diário da Sociedade que constou o pagamento a *Rozette & Lobato* de 60$000 (sessenta mil réis) referente a *serviços de installação sanitária*[151], ou que, provavelmente foram realizados somente na parte interna do prédio, cabendo a Câmara Municipal, realizar a ligação com a parte externa, ou seja, com a rua.

> **Câmara Municipal**
>
> Carmo Giffoni, gerente da Sociedade Progresso de Uberabinha, requerendo a ligação sanitária a rede Geral de esgotos do predio d'aquella Sociedade destinado ao Gymnasio local, sito a Praça D. Pedro II, de accordo com as disposições legaes em vigor.
> "como requer está esento de qualquer taxa".
> (**A Tribuna, 03 julho 1921**. Ano II. n.º 95.)

[148] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 10 novembro 1920**. p. 70/verso.
[149] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 04 novembro 1920**. p. 62/frente.
[150] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 08 janeiro 1921**. p. 76/verso.
[151] **Diário da Sociedade, 20 julho 1921**, p. 81.

Os auxílios dados para a Sociedade pela Câmara Municipal variaram entre isenções de taxas municipais, gratuidade na exploração da pedreira municipal e valores em dinheiro, ora representados por 02 (duas) notas promissórias.

Não foram suficientes as verbas para o término do prédio, sendo necessárias medidas não muito convencionais na história da Sociedade.

Então temos que a chamada prevista nas cláusulas 22 e 34 do Contrato da Sociedade, convidavam os sócios para entrarem com as parcelas referentes a 20% do capital proposto por cada um, a contar de 30 dias da publicação, sob pena de perderem as demais entradas em favor da Sociedade conforme cláusula 23 deste mesmo contrato. No jornal *A Tribuna*, foi publicada a segunda e terceira chamadas, respectivamente em 10 de julho de 1921 e 07 de setembro de 1921[152].

> **Sociedade Progresso de Uberabinha**
>
> De accordo as clausulas 22 e 34 do contracto social, são convidados os socios a entrar com a segunda quota de 20% sobre o capital respectivamente subscripto por cada um, isto dentro de 30 dias a contar da publicação deste, sob pena de perderem em benefício da sociedade as entradas já verificadas nos termos da clausula 23 do mesmo contracto.
> Uberabinha, 30 de junho de 1921.
> Clarimundo F. Carneiro
> Thesoureiro
>
> (**A Tribuna, 10 julho 1921**. Ano II. n.º 96.)

Outra forma de arrecadação aceita nesta reta final pelos diretores da Sociedade foi a tentativa de arrecadação de fundos em forma de donativos, ou seja, um pedido feito a comunidade uberabinhense de forma que cada um doasse alguma quantia para ajudar no término da obra iniciada.

No total, foram quatro grupos de doações recebidas pela Sociedade. O primeiro foi estimulado pelo então empreiteiro da obra, Hermenegildo Ribas em meados de junho e julho de 1921, conseguindo reunir 38 nomes dentre sócios e simpatizantes que doaram entre 10$ a 50$ (mil réis). O mais interessante foi que também continha nesta lista, além de nomes de influentes personagens como Tito Teixeira e José Peppe, fornecedores e prestadores de serviços que

[152] **A Tribuna, 07 setembro 1921**. Ano III. n.º 104.

atuavam diretamente na construção do prédio, a exemplo de Antônio Calábria, Ernesto Giovanini, Jorge Suga, Rossete & Lobato e família Melazo[153]. Na ocasião, arrecadaram 480$000 (quatrocentos e oitenta mil réis), suficiente para *aquisição de pedras para a construção de 1 escada da frente do Gymnasio*[154].

Obras do Gymnasio de Uberabinha:
***Nomes das pessoas que contribuíram com donativos na lista a cargo do sr. Hermenegildo Ribas*.**[155]

Alberto Carneiro 50$	Lívio Costa Pereira 10$
Affonso Carneiro 20$	Francisco Jorge 10$
Antônio Calábria 20$	Salvador Melazo 10$
Ernesto Giovanini 15$	Carmo Prudente 10$
José Lopes 15$	Victor Melazo 10$
Rossete & Lobato 20$	Antônio Henrique de Oliveira 10$
Osires Rodrigues da Cunha 20$	Tito Teixeira 10$
Antônio da Silveira 20$	José Peppe 10$
Jorge Suga 10$	João Martins 10$
Armando Augusto 10$	José Fonseca 10$
Emiliano Fajardo 10$	Alberto Micheli 10$
José Andrade Santos 10$	Acylino Lorena Peixoto 10$
Antônio Pereira de Rezende 10$	Alexandre Faria 10$
João Fonseca 10$	Eduardo Felício 10$
Manoel de Oliveira 10$	Joven 10$
Joaquim Fonseca 10$	Manoel Baptista 10$
Adolpho Fonseca e Silva 10$	Hermógenes Freitas 10$
José Cupertino 10$	Orosimbo Ribeiro 10$
Cícero Macedo Marra 10$	Dário da Costa 10$

Somma total Rs. 480$000.

Em 09 de julho de 1921, a Sociedade recebeu de Marciano de Ávila Júnior prestador de serviços da Sociedade e Clarimundo Carneiro, tesoureiro da mesma, 1.000 tijolos no valor declarado de 70$000 (setenta mil réis). Neste mesmo dia, também foi lançado no Diário da Sociedade, 950$000 (novecentos e cinquenta mil réis) referentes a doação de *diversos para construção*[do] *fosso*[156].

[153] Conforme QUADRO 9.
[154] **Diário da Sociedade, 02 julho 1921**, p. 78.
[155] **A Tribuna, 10 julho 1921**. Ano II. n.º 96.
[156] **Diário da Sociedade, 09 julho 1921**, p. 80.

Por fim, a Sociedade recebeu em 31 de Agosto de 1921, aniversário de Uberabinha, 1:500$000 (hum conto e quinhentos mil réis) oriundo de doadores diversos, para que fosse construído o forro do Edifício do Ginásio. Em 07 de setembro de 1921, foi divulgada a listagem dessas pessoas contendo 56 nomes dentre sócios, simpatizantes, fornecedores, prestadores de serviços, firmas, anônimos, Vereadores entre outros, somando um total de 1:020$000 (um conto e vinte mil réis) arrecadados.

Lista das pessoas que auxiliaram com donativos para a construção do forro do Edifício do Gymnasio, a saber:

José Theophilo Carneiro 50$	Alexandre de Andrade Villela 10$
Carneiro & Irmãos 50$	Jorge Saga 10$
Eduardo Marquez 20$	Irmão Mori 10$
José Villela Marquez 20$	Dário Luiz da Costa 10$
Daniel da Fonseca e Silva 20$	José Nonato Ribeiro 10$
Carmo Giffoni – Joaquim Fonseca 50$	Arlindo Teixeira 10$
Custódio da Costa Pereira 20$	J. Severiano Borges 10$
Marciano de Ávila Júnior 35$	Geraldino Carneiro 20$
Clarimundo F. Carneiro 35$	Joaquim Marques Povoa & C. 30$
C. O Marquez & C. 30$	Urias Rodrigues da Cunha 10$
Tito Teixeira Costa 20$	Alexandre Marquez 10$
Ernesto Rodrigues da Cunha 50$	José Fonseca 10$
Silvio Savastano 20$	Carmo Prudente 10$
José Gonçalves Dutra 20$	Dr. Abelardo Penna 10$
João de Souza Leão 20$	Francisco Jorge da Silva 10$
Um Anonymo 20$	Olívio Silva 10$
Macedo Marra & Fonseca João Marra20$	Eduardo Felice 10$
Vicente Ferreira Guimarães 20$	José Giffoni 10$
Francisca Augusta Teixeira 10$	Miguel Antônio 10$
Pedro Schwindt 20$	Ângelo Naghettini 10$
José Thomaz Rezende 20$	José dos Santos 10$
Salvador Melazo 20$	Lauriston Bino10$
Francisco Ramella 20$	Leôncio Chaves 10$
João Araújo Campos10$	João Fernandes 10$
Dr. Leopoldo de Castro 20$	Sebastião Ribeiro dos Santos 10$
Alexandre Faria 20$	Um X 5$
Bernardes de Souza 10$	Osório Jorge 5$
Constantino Rodrigues da Cunha 20$	Oscar Gomes Moreira 10$

Total:	**1:020$**
Lista já publicada para a construcção da escada:	**480$**
Somma Total dos donativos RS.	**1:500$**

Fonte: A Tribuna, 07 setembro 1921. Ano III. n.º 104.

3.5 O Manuscrito do Sr. Roberto Carneiro

Mesmo com os auxílios da Câmara Municipal e da comunidade de uma forma geral, considerando também, o esgotamento dos recursos pessoais dos sócios, não houve outra alternativa que se não, contrair um empréstimo junto ao *Banco de Crédito Real de Minas Geraes*. Para tal, iremos adentrar em uma fonte delicada, trata-se de um manuscrito. Este manuscrito foi de autoria do Sr. Roberto Carneiro, filho de Alberto Carneiro e Arthemia Chaves Carneiro e neto de José Theophilo Carneiro, o patriarca da família Carneiro e integrante do Conselho de Administração da Sociedade. Também era sobrinho de Clarimundo Carneiro, tesoureiro e integrante da Diretoria da Sociedade. Alguns documentos referentes a contabilidade da Sociedade foram guardados por Roberto Carneiro que, posteriormente, foram doados para ao Centro de Documentação em História (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica, que passou a ficar responsável pela preservação dos mesmos.

Neste manuscrito, de sete páginas, Roberto Carneiro fez um breve relato da história da criação do *Ginásio Mineiro de Uberlândia*, consequentemente, perpassando também, pela história da Sociedade. A importância deste relato, para este estudo, acontece em dois pontos relevantes. O primeiro, pelo fato do Sr. Roberto Carneiro ser neto de um dos sócios que integrou o Conselho de Administração da Sociedade. Este fato, nos fez considerar possível que, de uma forma ou de outra, o Sr. Roberto Carneiro tenha ouvido histórias, oralmente projetadas, sobre a construção do prédio e da Sociedade em si.

Em segundo, temos ainda o fato de que o Sr. Roberto Carneiro manteve a posse dos documentos gerais da Sociedade, conforme consta no Acervo Roberto Carneiro I e II, doados ao CDHIS no ano de 1995[157].

Considerando estes dois pontos, encontramos no manuscrito algumas citações de alguns fatos de grande importância na história da Sociedade, a principal delas foi a existência das atas do Conselho de Administração que, se encontradas, revelariam mais uma centena de páginas neste trabalho. Desta maneira, respeitando o processo historiográfico e os dois pontos acima

[157] RODRIGUES; BORGES, 1995.

relacionados, aproveitamos alguns trechos desta importante fonte documental materializada neste Manuscrito.

Até então, sabíamos que a Sociedade estava recorrendo ao Poder Público Municipal, por meio de intervenções da Câmara Municipal para obter alguma forma de recursos, sejam isenções, seja em dinheiro. Paralelo a isso, a Sociedade também buscava recursos através de campanhas a fim de arrecadar donativos para a Sociedade, mesmo assim:

> As obras do prédio ultrapassaram o custo previsto e foi necessária a contratação de empréstimos. Como garantia hipotecária, ficando como avalistas e credores hipotecários vários sócios entre os quais o Cel. José Theophilo Carneiro e seu filho José Adolpho. (Manuscrito do Sr. Roberto Carneiro)[158]

Na reunião do Conselho de Administração do dia 30 de agosto de 1921, segundo Roberto Carneiro, foi *exposta a situação de falta de recursos para a continuação da obra*, onde o *conselheiro e sócio Cel. José Theophilo Carneiro* pedindo a palavra, pronunciou um *parecer* onde demonstrava que não seria possível a *paralisação das obras*, sendo necessário *maiores sacrifícios com tanto que se leve a effeito o fim combinado pela sociedade*. Assim o mesmo sócio propôs que o Conselho em questão, *autorizasse a Directoria à promover a realização do empréstimo de cem contos de réis, dando-se como avalista sócios em número suficientes...*

> “tendo em seguida tomada a palavra o membro José Theophilo Carneiro que primeiramente fez ver não ser possível a paralização das obras, sendo o caso de se fazerem os maiores sacrifícios com tanto que se leve a effeito o fim combinado pela sociedade. Propos este membro que se autorizasse a Directoria à promover a realização do empréstimo de cem contos de réis, dando-se como avalista sócios em número suficientes...” (Ata do Conselho de Administração)[159]

[158] CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. S/D. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

[159] Esta ata foi citada em: CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. S/D. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia

No Diário da Sociedade, foi encontrado o lançamento deste empréstimo em 31 de Agosto de 1921, ou seja, um dia após a reunião do Conselho de Administração. O valor lançado foi de 104:330$600 (cento e quatro contos, trezentos e trinta mil e seiscentos réis), somado o empréstimo mais os juros correspondentes. Contudo, considerando que o primeiro aluguel recebido pela Sociedade referente ao prédio construído foi em agosto de 10 de agosto de 1921 e que não existiram lançamentos após esta data, de mão de obra, material de construção ou qualquer outro evento relativo a construção ou reforma do prédio, nos colocamos na posição de que o empréstimo foi realizado na intenção de quitar dividas ativas da Sociedade. Assim foi autorizado o pedido de empréstimo pelo Conselho de Administração da Sociedade e a Diretoria o fez, conforme descreve o próprio Roberto Carneiro:

> A proposta foi aprovada e o empréstimo obtido junto ao Banco de Crédito Real, mediante aval do proponente e de outros membros do conselho, mediante garantia, dos mesmos, pela hipoteca dos bens da Sociedade. Eles ficaram devendo ao banco e a Sociedade, a eles. (Manuscrito do Sr. Roberto Carneiro)[160]

Este empréstimo teve como avalista 33 nomes dentre sócios e simpatizantes. Cada um assumiu uma cota do valor, totalizando um total de 115:215$000 (cento e quinze contos, duzentos e quinze mil réis), quitado em 21 de março de 1923 com o último pagamento feito por Antônio Alves Pereira no valor restante de 215$000 (duzentos e quinze mil réis).

Quadro 10: Empréstimo Bancário: Avalistas da Sociedade (1925).

Empréstimo da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha	
Nome dos avalistas	**Valor** (em Contos de Réis)
José Resende dos Santos	3:800$000
João Severiano Rodrigues da Cunha	3:800$000
José Villela Marquez	3:800$000
Francisco Cotta Pacheco	3:800$000
Antônio de Rezende	3:800$000

[160] CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. S/D. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia

Agenor da Silva Pereira Bino	3:800$000
Antônio Evaristo Alves dos Santos	3:800$000
Aniceto Pereira	3:800$000
Vigilato Orozimbo Pereira	3:800$000
Epiphanio Alves Pereira	3:800$000
José dos Santos	3:800$000
Benjamim Alves dos Santos	3:800$000
Carmo Giffoni	3:800$000
Octávio Rodrigues da Cunha	3:800$000
Virgilio Rodrigues da Cunha	3:800$000
Constantino Rodrigues da Cunha	3:800$000
Dr. Ignácio S. Paes Leme	3:800$000
Clarimundo F. Carneiro	3:800$000
José Theophilo Carneiro	3:800$000
José Carneiro	3:800$000
Joaquim Marques Povoa	3:800$000
Adolpho da Fonseca Carneiro	3:800$000
Manoel Alves dos Santos	3:800$000
Ly Alves Pereira	3:800$000
Eugênio de Paula Silveira	3:800$000
Antônio Alves Pereira	3:215$000
Américo de Mendonça Ribeiro	3:000$000
Rivalino Alves dos Santos	3:000$000
Manoel Alves dos Santos, digo Pereira	3:000$000
Marciano d'Ávila Júnior	3:000$000
Oscar Machado	2:000$000
José Alves	2:000$000
Gil Alves dos Santos	1:000$000

Fonte: Extracto do Banco de Crédito Real de Minas Geraes. 22 abril 1925. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Mesmo quitando com o Banco, onde cada sócio individualmente era responsável por sua cota, ainda restava a Sociedade devolver este dinheiro a estes mesmos sócios, ou seja, cada sócio contraiu empréstimo junto ao banco. Cada sócio emprestou para a Sociedade o valor contraído com o Banco. Cada

sócio quitou seu empréstimo junto ao Banco. A Sociedade devia para os sócios.

O último balancete, que finalizou o período da construção, foi publicado no jornal *A Tribuna* em 07 de setembro de 1921, conforme transcrição abaixo, s*omma este balanço duzentos sessenta contos, quatrocentos noventa nove mil e trezentos trinta e dois reis (*260:499$332).[161]

Resumo do Balanço da "Sociedade Progresso de Uberabinha" encerrado em 31 de Agosto de 1921

ACTIVO			
Antônio Vieira Gonçalves	c/cap.		800$000
Amador de Oliveira Guimar	c/cap.		200$000
Agenor da Silva Pereira Bino	c/cap.		500$000
Alexandre de Oliveira Marquez	c/cap.		400$000
Arthur Rodrigues	c/cap.		1:600$000
Azarias Ignácio de Souza	c/cap.		1:860$000
Belchior Bradamante Toledo	c/cap.		100$000
Emerenciano Candido da Silva	c/cap.		1:200$000
José Grama	c/cap.		800$000
Francisco Ramella	c/cap.		160$000
José dos Santos	c/cap.		640$000
João Ribeiro Guimarães	c/cap.		160$000
João Rodrigues de Castro	c/cap.		400$000
João Naves de Ávila	c/cap.		120$000
Marciano Saturnino de Ávila	c/cap.		600$000
Mizac Rodrigues de Castro	c/cap.		240$000
Mário Guimarães Faria (Dr.)	c/cap.		800$000
Nestor Rezende	c/cap.		800$000
Nicolau Candelor	c/cap.		50$000
Oscar Gomes Moreira	c/cap.		300$000
Salvino José de Araújo	c/cap.		160$000
Tancredo Rodrigues da Cunha	c/cap.		400$000
Zacharias Jorge Gomes	c/cap.		80$000
Contas Correntes:			
Antônio Luiz da Silveira		666$666	
José Theophilo Carneiro		666$666	1:333$332
Letras a Receber:			
2 Promissórias emittidas pela Câmara Municipal			11:000$000
Edifício do Gymnasio			235:796$000
		Total:	260:499$332

PASSIVO			
Contas Correntes:			
Banco de Crédito Real de Minas Geraes		104:330$600	
Câmara Municipal		438$200	
Comp. Força e Luz de Uberabinha		697$200	105:466$000

[161] **Diário da Sociedade, 31 agosto 1921**. p. 90.

Letras Descontadas:			
2 Promissórias descontadas pelos srs. Carneiro & Irmãos			11:000$000
Obrigações a pagar:			
Firmada a José Theophilo Carneiro		14:000$000	
Idem a C.ª Força e Luz de Uberabinha		6:000$000	20:000$000
Aluguel do Edifício			1:333$332
Capital			90:000$000
Capital em ampliação			32:700$000
		Total:	260:499$332

Uberabinha, 31 de Agosto de 1921.
Carmo Prudente, Guarda Livros
Antônio de Rezende, Vice-Presidente em exercício
Clarimundo F. Carneiro, Thezoureiro

Fonte: A Tribuna, 07 setembro 1921. Ano III. n.º 104.

Nesta mesma edição, também foi publicada a versão completa do Balancete Geral da Sociedade (ANEXO X). Nele, podem ser observados com mais detalhes quantos e quem eram os sócios atuais e quais deles estavam em dia com suas respectivas cotas de capitais, quais os tipos de créditos e débitos a Sociedade herdou após construção, descrição do ativo e passivo e outras informações interessantes.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, sejam financeiras ou falta de mão de obra ou materiais, a Sociedade conseguiu terminar o prédio que passou a figurar dentre as mais belas construções da cidade de Uberabinha.

Figura 6: Edifício do Gymnasio de Uberabinha (1921).



Fonte: PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, 1922. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

Não faltaram elogios:

> Entre as construcções do ano passado figura a do Gynnasio de Uberabinha, o sumptuoso edifício concluído há pouco e que ficara na Praça D. Pedro 2º, perpetuando a tenacidade de alguns homens de boa vontade, que não mediram sacrifícios pessaes e pecuniários para tão grande emprehendimento cujo custo total eleva-se a mais de 200 contos, obtidos por acções, subscripção publica e por empréstimo. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 03 setembro 1921**. P. 42/verso.)

Com o prédio concluso, a Sociedade deixa de ser notícia nos periódicos locais, passando a figurar em apenas algumas chamadas esporádicas, sobretudo, de publicidade paga[162]. Porém foi fato perceber que a tônica do jornal *A Tribuna*, o mesmo que até agora tinha noticiado a Sociedade, fez uma transição para um novo assunto. Este novo assunto foi, se não, "o mesmo assunto", porém com um novo ator principal, o prédio do novo Fórum. Da mesma maneira, com interesses semelhantes, começa a "batalha" para mobilizar Uberabinha pela importância de se construir um novo prédio para o Fórum. É impossível não notar o mesmo pano de fundo, o mesmo cenário, as mesmas aspirações progressistas, os mesmos coadjuvantes, a mesma cidade e... Um novo ator principal, o prédio do novo Fórum.

> [...] São innumeros os bellos palacetes que se ostentam em nossas ruas e praças, alguns de valor superior a 100 contos; o Paço Municipal é elegante e distincto, com acommodações suficientes ás suas repartições; o edificio do Gymnasio, ainda em construcção, é amplo e magestoso na austeridade das suas linhas; o Grupo é confortável; o telegrapho é bem installado, de maneira que **o casebre do Forum, com as suas salas acachapadas anti-hygienicas, soalhos e forros esburacados, paredes a cahir, janellas e vidros sem fechar, telhado vergado sob o pezo dos annos, attesta ao visitante o desleixo da administração pública.** [nosso grifo] (**A Tribuna, 08 maio 1921**. Ano II. n.º 87)

Após pouco mais de dois anos de construção, o prédio da Sociedade foi terminado. Uberabinha tinha um prédio construído pela sua própria comunidade, que acreditava em seu potencial e que estava investindo e acreditando no desenvolvimento da sua cidade.

---

[162] Conforme consta no Diário da Sociedade (03 Setembro 1921, p. 91.), foram gastos pouco mais de 100$000 (cem mil réis) em publicidade com o periódico local, *Orgam de Publicação Semanal*, jornal *A Tribuna*.

Figura 7: Grande Hotel Central, Gymnasio de Uberabinha e Praça Pedro II – Praça ainda não construída. (1919).



Fonte: Praça Adolfo Fonseca, Grande Hotel e Ginásio Estadual. INVENTÁRIO da Coleção "João Quituba". Série: Fotografias. Uberlândia, 1989. Referência <JQ-0442>, p. 30. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Figura 8: Grande Hotel Central, Gymnasio de Uberabinha e Praça Pedro II – Praça já construída. (1950).



Fonte: SOUZA, Velso Carlos de. **Inventário da Coleção "Uberlândia"**. Série: Fotografias. *Praça Adolfo Fonseca, vê-se: o Colégio Estadual de Uberlândia, o Grande Hotel. Uberlândia, 1950.* Referência <Udi-284-1>, p. 12. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História.)

4. O PRÉDIO ESTÁ PRONTO!

O prédio ficou pronto em Agosto de 1921 e custou oficialmente 235:796$000 (duzentos e trinta e cinco contos e setecentos e noventa e seis mil réis) à Sociedade, ocupando uma área de 935m^2 dos 4.150m^2 da área total do terreno.

O prédio conseguiu imprimir grande parte do que se esperava desta edificação: situado na zona urbana, sem vizinhança, entorno arborizado e de frente a uma praça. As ruas no entorno do estabelecimento eram de pouco movimento e de menor risco de atropelamentos. Não havia perto do prédio, fábrica ou qualquer outra instalação que produza ruído ou fumaça. Terreno plano e de fácil escoamento da água, não apresentando riscos de erosão, conforme podemos observar no *relatório para equiparação do Gymnasio Mineiro de Uberabinha ao Collegio D. Pedro II*, de outubro de 1934, assinado pelo *Inspector Federal Dr. Heitor Augusto Montanday*:

ELUCIDÁRIO PARA A FICHA DE CLASSIFICAÇÃO:

I – SITUAÇÃO:

O edifício está situado na zona urbana. O prédio não tem visinhança. O terreno no centro do qual se levanta o instituto confina com propriedades arborisadas pertencentes e vários proprietários.

Reúne, portanto todas as condições de salubridade.

O Gymnasio levanta-se no ângulo de uma praça amplíssima.

A planta de locação n.º 4, annexa, deixa clara a perfeita situação do estabelecimento.

As ruas dos Carijós e Vigário Dantas, na planta assignaladas, são de pouco movimento. Não há perigo de atropelamentos. O terreno não apresenta accidentes bruscos.

Não há fábrica nem qualquer outra installação que produza ruído ou fumo, nas proximidades do instituto. Não há influência que desvie a attenção dos alumnos, taes como pregões de annuncios, casas de diversões, casas vizinhas, cujo interior seja devassado pelo estabelecimento.

O terreno é natural e permite fácil escoamento das águas. Não há revestimento, senão na área coberta. É sufficientemente plano e protegido contra erosões.

Área total do terreno – 4.030 m2.

Área occupada pelo edifício – 935 m2.

Área de recreio coberta – 209 m2.

Área livre de edificação – 2.886 m2.

Área para recreios descoberta – 2.500 m2.[...]

Fonte: RELATÓRIO para equiparação do Gymnasio Mineiro de Uberabinha ao Collegio Pedro II. 1934. Uberlândia, 1934. (Arquivo da Escola Estadual de Uberlândia)

Apesar de este relatório datar de 1934 e o período que estamos representando ser de meados de 1922, os relatos que destacamos dizem respeito a parte construída do edifício, que pouco ou nada sofreu de alteração durante este período[163]. Desta maneira, foi possível aproveitar esta fonte documental para relatar uma possível descrição do prédio. Este relatório foi o segundo emitido à *Superintendência* (de Educação Nacional) com objetivo de alcançar a equiparação ao Colégio Pedro II, contudo, foi o mais antigo que encontramos.

Desta maneira, o material utilizado na construção do prédio constituiu-se em paredes de tijolos, pedras e concreto; pisos de madeira e ladrilho; cobertura de madeira e telha francesa; a escada interna de madeira e as demais de tijolo e cimento.

O edifício teve a forma da letra “E” (conforme FIGURA 9), permitindo possíveis ampliações da área construída. Sua disposição lhe assegurava isolamento com os prédios vizinhos:

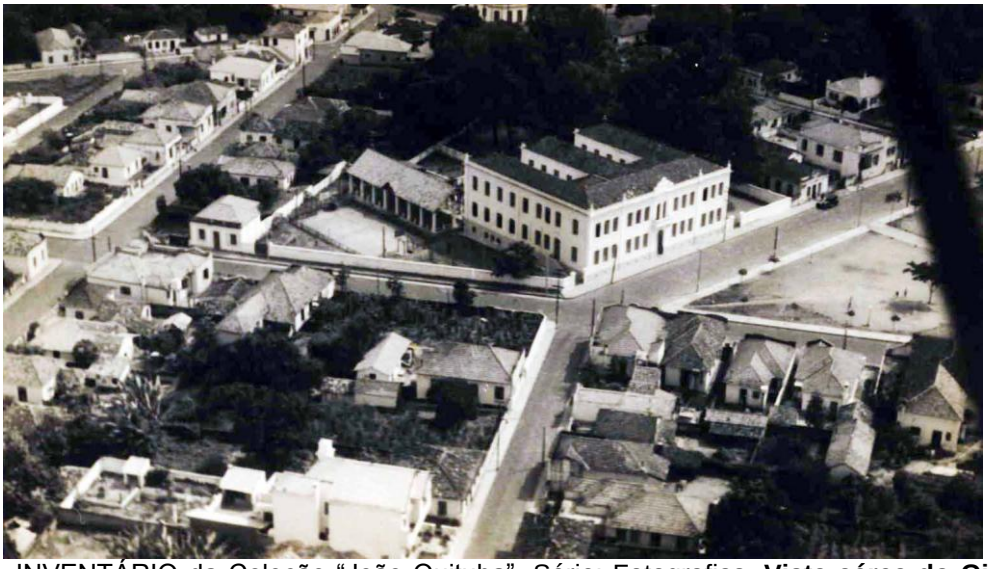
> **II – EDIFÍCIO:**
> [...]
> Material de construcção: paredes de tijollos, pedra e concreto; pisos: madeira e ladrilho, conforme o pavimento e o fim a que se destina cada sala. Cobertura de madeira e telha franceza. Escada interna de madeira. As demais de tijollo e cimento.
> [...]
> O edifício tem a forma geral de um “E”.
> A planta dá a orientação geographica da construcção. E mostra o seu completo isolamento dos prédios vizinnhos.
> A construcção permitte futuros accrescimos, [...]
>
> **IV – SALA DE AULA:**
> São em número de cinco as salas de aula, excepção feita da sala de projecções.
> [...]

Fonte: RELATÓRIO para equiparação do Gymnasio Mineiro de Uberabinha ao Collegio Pedro II. 1934. Uberlândia, 1934. (Arquivo da Escola Estadual de Uberlândia)

[163] Educ. e Filos. Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 119-144, jul./dez. 2009. Giseli Cristina do Vale Gatti, Geraldo Inácio Filho, Décio Gatti Júnior. **História de uma instituição escolar secundária e sua cultura material: O Ginásio Mineiro de Uberlândia (1920-1960)**

Nesta imagem é possível ver o formato da letra “E” de “E”ducação ou “E”scola, propositalmente impresso na arquitetura do edifício.

Figura 9: Imagem aérea do prédio do Gymnasio de Uberabinha em formato de letra “E” (s/d).



Fonte: INVENTÁRIO da Coleção “João Quituba”. Série: Fotografias. **Vista aérea do Ginásio Estadual.** s/d. Uberlândia, 1989. Referência <JQ-0420>, p. 29. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

O quadro abaixo, retirado do mesmo relatório, apresenta a descrição de cada uma das cinco salas de aulas disponibilizadas no interior do prédio conforme exigência da *Superintendência*, organismo de ação nacional no ensino brasileiro neste momento.

Quadro 11: Descrição das cinco salas de aula do novo Prédio (1934).

Sala	n. º de logares	Dimensões	Área m^2.	Área dos quadros negros	Área de Iluminação	Condições de acustica	Carteiras
n.º 1	30	6X6	36	1m^2,156	15m^2, 60	OPTIMAS	DUPLAS
n.º 2	42	9,7X6	58,2	1,733	22,88	“	“
n.º 3	32	6,3X6	37,8	1,156	15,60	“	“
n.º 4	32	6,3X6	37,8	1,733	15,60	“	“
n.º 5	30	6,3X5,3	33,39	1,156	15,60	“	“

Fonte: RELATÓRIO para equiparação do Gymnasio Mineiro de Uberabinha ao Collegio Pedro II. 1934. Uberlândia, 1934. (Arquivo da Escola Estadual de Uberlândia)

Com o prédio pronto, a Sociedade deveria pensar no destino do Palacete que, segundo o *Contracto Social*, poderia acontecer de duas maneiras: ou a própria Sociedade faria a administração do Colégio ou a Diretoria arrendaria para quem melhor ofertasse.

Como nenhum dos sócios manifestou, inicialmente, vocação para a administração de um Colégio, ainda somado ao objetivo primeiro da Sociedade, que era o de *construir um edifício ou edifícios necessários destinado a installação de um Collegio para os cursos primário e secundário*, não sendo objetivo (primário) administrar o empreendimento, resolveram alugar/arrendar o prédio.

Conforme esperado[164], o Professor Antônio Luiz da Silveira, proprietário do atual *Gymnasio de Uberabinha*, que funcionava em *local improvisado*, arrendou o prédio da Sociedade e transferiu a sua escola para o novo local[165].

O valor do aluguel variou, para ele, apenas do primeiro ao segundo ano, mantendo-se inalterado a partir de então. Antônio Luiz da Silveira pagou a quantia de 666$666 (seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e seis réis) mensais, entre agosto de 1921 a dezembro de 1921, sendo este valor aumentado para 1:000$000 (um conto de réis), de janeiro de 1922 à meados de 1926, quando desistiu de continuar o contrato com a Sociedade.

Em janeiro de 1922, estávamos exatamente na página 96, do total de 138, do Diário da Sociedade, transcorridos os 03 primeiros anos da história da Sociedade, restando-nos agora, 42 páginas para contar a história dos próximos 07 anos da Sociedade.

Foi neste momento que fizemos um novo recorte, nos reportando ao então protagonista, Carmo Giffoni[166].

---

[164] Esperado porque desde o início da constituição da Sociedade os jornais locais já apontavam o Professor Antônio Luiz da Silveira como possível arrendador e em outro momentos, vinculavam-no diretamente ao empreendimento, como se a Sociedade estivesse trabalhando exclusivamente para melhorar o seu próprio *Gymnásio*.

[165] Segundo GATTI (2001), o *Gymnasio de Uberabinha* funcionava em casa alugada, sendo o local improvisado e não suficiente para a manutenção do crescente número de alunos que matriculavam-se ano após ano.

[166] A partir de então, no Diário da Sociedade, não encontramos mais lançamentos ou referências diferentes do recebimento dos aluguéis e negociações com o *Banco de Crédito Real de Minas Geraes*, que forneceu o empréstimo a Sociedade, tendo como avalistas, sócios e não-sócios. Assim, nos exportamos para além das páginas desta importante fonte, espinha dorsal do nosso trabalho, e focamos em nosso protagonista, Sr. Carmo Giffoni. Tudo está entranhado e este novo foco revelará o que esteve por trás do ideal educacional progressista que movimentou a Sociedade.

4.1 Carmo Giffoni

Carmo Giffoni, segundo o historiador[167] Tito Teixeira[168], nasceu em 1º de julho de 1885[169] na comunidade de *Tortorella*, província de *Salerno* na região de *Campânia*, na *Itália*[170]. Mudou para o Brasil em companhia dos seus pais, que passaram a residir em Monte Alegre de Minas. Nesta cidade, Giffoni cresceu e educou-se, chegando a exercer o cargo de Chefe da Estação Telegráfica.

Figura 10: Carmo Giffoni (1926).



Fonte: Triangulo Mineiro, 11 julho 1926. Ano I. n.º 5.

Transferiu-se para Uberabinha casando-se com D. Maria Severiana de Castro Cunha, filha do Cel. Severiano Rodrigues da Cunha, rico e influente fazendeiro da cidade. Em 1910, sua esposa faleceu, deixando os filhos Vasco Giffoni, Irene Giffoni e Maria Giffoni, porém, com consentimento da família, Carmo Giffoni casou-se novamente, esposando a cunhada, D. Cornélia de Castro Cunha. Deste segundo casamento conceberam os filhos: Clarice Giffoni, Yole Giffoni, Cleonice Giffoni e Aparecida Giffoni.

---

[167] Considerá-lo memorialista seria diminuir a importância que este uberabinhense teve na preservação de fontes e textos sobre a história de Uberlândia que hoje, são utilizados, quase que obrigatoriamente, por todos, ou quase todos, nós pesquisadores que se metem na história desta cidade.

[168] TEIXEIRA, 1970, p. 120.

[169] Segundo o jornal *Triangulo Mineiro* de 11 de julho de 1926 (Ano I. n.º 5), Carmo Giffoni teria nascido na mesma data e local, só que no ano de 1884).

[170] Na ocasião, Tito Teixeira comenta que a cidade de Tortorella localiza-se na provícia italiana de Cosenza, porém, na divisão geográfica atual deste país, segue-se a citação conforme apresentada.

Figura 11: Fillhas de Carmo Giffoni (1921).



Fonte: A Tribuna, 03 abril 1921. Ano II. n.º 82.

Após o segundo casamento, Carmo Giffoni abriu uma selaria, que chegou a ser uma grande casa comercial. Admitiu-se como seu sócio o auxiliar Joaquim da Fonseca e Silva, mudando a razão social da firma para Carmo Giffoni & Comp., responsável por vendas em atacado em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Figura 12: Carmo Giffoni: Ford, o automóvel ideal (1919).



Fonte: A Notícia, 15 junho 1919. Ano I. n.º [rasurado].

Posteriormente, em meio ao segundo semestre de 1919, admitiu-se como sócio o Cel. Virgilio Rodrigues da Cunha, passando a firma denominar-se Cunha, Giffoni & Comp.[171] Ainda segundo Tito Teixeira, a gerência do estabelecimento ficava a cargo do sócio Joaquim Fonseca e Silva, conservando como auxiliares, os Srs. Galeano Torrano, Agesileu Pascoal Greco, Waldemar Carneiro e Carlos de Castro Monteiro.

Seguindo a linearidade proposta por Tito Teixeira, chegamos a ocasião da constituição da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, perpassando a construção do prédio, temos no ano de 1922, um prédio pronto e arrendado.

É neste ponto que queríamos chegar. Carmo Giffoni seguiu casado com uma das filhas do então Cel. Severiano Rodrigues da Cunha, pai do atual Agente Executivo João Severiano Rodrigues da Cunha, que se mantinha nesta posição desde 1912, logo, era seu cunhado.

Passou o ano de 1922, onde o *Gymnasio* estreou o seu novo prédio. A Sociedade não apresentou indícios de influência nos deveres do Prof. Antônio Luiz da Silveira, sendo a responsabilidade da Diretoria da Sociedade unicamente administrar o recebimento do aluguel.

Oportunidade única para os seus empreendedores, ano de eleição, Carmo Giffoni candidata-se e acaba eleito vereador juntamente com os Srs. Agenor da Silva Pereira Bino, Antônio de Rezende, Benjamim Monteiro, Custódio da Costa Pereira, Eduardo Marquez, Joaquim Marques Povoa, Benjamim Ribeiro Guimarães, Ignácio Pinheiro Paes Leme, Adolpho Fonseca e Silva e Abelardo Moreira dos Santos Penna.

[171] **A Tribuna, 14 setembro 1919**. Ano I. n.º ilegível.

Quadro 12: Resultado Geral da Eleições Municipais em Uberabinha (1922).

Vereadores	Partido	Votos
Para Vereadores Gerais		
Joaquim Marques Povoa*	Cocão	855
Adolpho Fonseca e Silva	Cocão	855
Custódio da Costa Pereira*	Cocão	851
Dr. Benjamim Monteiro*	Cocão	849
Carmo Giffoni*	Cocão	848
Dr. Ignácio P. Paes Leme**	Cóio	842
Antônio de Resende*	Cóio	841
Para Vereadores especiais do Distrito da cidade		
Dr. Abelardo M. dos Santos Penna	Cóio	847
Agenor da Silva P. Bino*	Cóio	842
Para Vereadores especiais do Distrito de Santa Maria		
Eduardo Martins Marquez*	Cocão	131
Benjamim Ribeiro Guimarães*	Cocão	131

* Sócio da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha.
** Simpatizante da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha.
Fonte: A Tribuna, 24 dezembro 1922. Ano IV. n.º 171.

Dos onze eleitos, nove eram sócios da Sociedade[172] sendo que, destes, cinco pertenciam à administração direta da Sociedade, integrando, ou a Diretoria ou o Conselho de Administração. O cargo de Vereador não era remunerado, com exceção do Agente Executivo que ganhava uma ajuda de custo anual correspondente a 6:000$000 (seis contos) anuais, equivalente a 500$000 (quinhentos mil réis) mensais.

A cerimônia de posse ocorreu no dia 1º de janeiro de 1923 na Câmara Municipal, tendo comparecido um grande número de pessoas. O Vereador mais votado, Adolpho Fonseca presidiu a cessão inicial e conduziu ao juramento, declarando empossados os eleitos. Findo este rito, o mesmo Vereador conduziu à eleição do presidente, sendo eleito, vencendo por sete

[172] **Diretoria:** Carmo Giffoni e Antônio de Rezende. **Conselho de Administração**: Agenor da Silva Pereira Bino, Benjamim Monteiro e Custódio da Costa Pereira. **Sócios:** Eduardo Marquez, Joaquim Marques Povoa, Benjamim Ribeiro Guimarães. **Indireto:** Ignácio Pinheiro Leme, apesar de não ser sócio, ele ajudou a Sociedade sendo um dos avalistas do empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Geraes.

votos a quatro, contra Abelardo Penna, o Cel. Eduardo Marquez. Chamado a assumir a posição de presidente da Câmara Municipal de Uberabinha, Eduardo Marquez, aclamado, conduz a eleição de vice-presidente, sendo eleito o nosso protagonista Carmo Giffoni, concorrendo contra Abelardo Penna e Paes Leme. Para secretário foi eleito Benjamim Monteiro e derrotado mais uma vez, o Sr. Paes Leme.

Por meio da comparação dos resultados (número de votos) das eleições que preencheram os nomes para composição das Comissões, identificamos uma possível aproximação entre os Vereadores, independente do partido ao qual estavam ligados. Encontramos três grupos distintos que nomeamos de "situação", "oposição" e "centro" [173].

Quadro 13: Vereadores: Situação, Oposição e Centro (1923).

Situação	Oposição	Centro
Adolpho Fonseca e Silva[174] Benjamim Monteiro Benjamim Ribeiro Guimarães Carmo Giffoni Custodio da Costa Pereira Eduardo Marquez	Abelardo Penna Ignácio Paes Leme Joaquim M. Povoa[175]	Agenor Bino Antonio de Rezende
		Total: 11 Vereadores

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 1º janeiro 1923**. p. 11/frente.

A definição do primeiro grupo se deu por apresentarem uma votação unificada em Candidatos que concorreram a algumas das vagas nas Comissões, ou seja, em todas as Comissões, foram apresentados candidatos deste grupo que fecharam votação entre si. Já o segundo grupo, apesar de apresentarem candidatos em todas as votações, não estavam unificados, apresentado as vezes dois nomes para o mesmo cargo. O terceiro grupo foi

[173] Comparação aproximada baseada no cenário político dentro do recorte proposto, concordamos em não ser uma divisão exata, mas aproximada dos interesses de cada Vereador segundo informações das Atas da Câmara Municipal. (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 1º janeiro 1923**. p. 11/frente.)

[174] Apesar de compor o grupo que chamamos de "situação", Fonseca e Silva chegou a votar nulo em algumas das votações, porém, teve o apoio deste grupo para se eleger.

[175] Apesar de não podermos afirmar com segurança sua posição neste quadro, Povoa apresentou indícios de apoiar este grupo.

assim definido por não apresentar união nem com a “situação”, nem com a “oposição”, votando livremente nos candidatos que cada um achou melhor, não apresentou união entre si e, apesar de concorrerem às Comissões, não conseguiram integrar nenhuma delas.

Foram então eleitas as Comissões, ficando assim compostas:

Quadro 14: Câmara Municipal de Uberabinha: Comissões Eleitas (1923).

Finanças e contas:	***Legislação e Justiça:***
Custódio da Costa Pereira	Dr. Abelardo Penna
Carmo Giffoni	Adolpho Fonseca e Silva
Dr. Benjamim Monteiro	Benjamim Ribeiro Guimarães
***Obras públicas e hygiene*:**	***Redacção e instrucção**:*
Adolpho Fonseca e Silva	Carmo Giffoni
Joaquim Marques Povoa	Dr. Paes Leme
Custódio da Costa Pereira	Dr. Benjamim Monteiro

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 1º janeiro 1923**. p. 11/frente.

Foi exatamente neste momento que, mais uma vez, entendemos a grandiosidade do empreendimento proposto pela *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* e, dentre todas as dificuldades, somamos ainda as diferenças partidárias que compuseram os interesses no interior da Sociedade e os conflitos que tiveram que ser enfrentados para consolidar o tão sonhado desejo de dotar Uberabinha com um edifício que representasse a condição de progresso que esta municipalidade desejava naquele momento, a habilidade política de Carmo Giffoni foi imprescindível. Nas palavras do Sr. Roberto Carneiro, u*niram-se independentemente de suas filiações políticas, para promoverem um notável empreendimento, de transcendente importância para a região*[176]*.*

Chamamos mais uma vez a atenção para a configuração destas Comissões. Todas elas foram integradas por membros da Sociedade. A principal delas, a de **Finanças e Contas**, foi integralmente preenchida pelos dirigentes da Sociedade e da “situação”. A Comissão de **Obras públicas e higiene** foi de interessante composição, Custódio Pereira, era da “situação” e

[176] CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. S/D. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

membro da Diretoria da Sociedade, Joaquim Marquez Povoa, apesar de ser sócio da Sociedade com capital significativo, apresentou-se no grupo da "oposição" e por fim, Adolpho Fonseca e Silva, que não era sócio da Sociedade, compunha o grupo da "situação". A Comissão de **Legislação e Justiça**, apesar de conter o nome de Benjamim Guimarães como sócio da Sociedade e componente da "situação", era coordenada pelo jurista Abelardo Penna, representante da esquerda partidária.

Chegamos enfim, à Comissão de **Redação e Instrução**, esta composta por pelo menos 02 membros da Sociedade. Benjamim Monteiro era do Conselho de Administração e Ignácio Paes Leme, apesar de não ser sócio e integrar o grupo da "oposição", era simpatizante da Sociedade, pois entrou com um capital de 3:800$000 (três contos e oitocentos mil réis), compondo o grupo de avalistas que contraíram um empréstimo de mais de 100:000$000 (cem contos de réis) junto ao *Banco de Crédito Real de Minas Geraes* para ajudar a Sociedade na construção do edifício. Veja que Carmo Giffoni conseguiu integrar pessoalmente duas das quatro Comissões, sendo a primeira, responsável pela aprovação de projetos baseados na fundamentação dos gastos públicos e a segunda, a Comissão de Redação e Instrução, responsável pela redação final dos projetos e responsável por sua apresentação para aprovação em plenário. Não por acaso, Carmo Giffoni ficou responsável também pela elaboração e manutenção de projetos e leis sobre educação do município de Uberabinha.

Definido as Comissões, o então Agente Executivo Eduardo Marquez pronunciou seu discurso, seguido pelo então representante da esquerda partidária, Sr. Abelardo Penna. Este último manifestou que, apesar das diferenças políticas, os vereadores eleitos estariam unidos em um ideal maior pelo progresso da cidade de Uberabinha. Seguiu-se a palavra o ex-Agente Executivo, J. S. Rodrigues da Cunha, ressaltando os principais fatos ocorridos durante os 10 anos em que manteve-se a frente da Câmara, destacando, sobretudo, *a reforma do matadouro, construcção do paço municipal, do grupo escolar, augmento dagua, rede de exgottos, concerto de estradas*[177]*.* Disse ainda que a cidade teve, durante este período, um aumento significativo nas

[177] **A Tribuna, 07 janeiro 1923**. Ano IV. n.º 173.

arrecadações municipais, saindo de 50 contos para 250 contos de réis na última gestão. Aproveitou ainda para defender que os impostos praticados na municipalidade são justos e coincidentes com a realidade do povo uberabinhense.

Por fim, o Vereador eleito, Benjamim Monteiro, apresentou uma moção de apoio aos governos Estaduais e Federais, sendo a mesma aprovada.

A primeira sessão ordinária da Câmara, de 01 de janeiro de 1923, foi encerrada e seguiram em passeata até a casa do novo Agente Executivo:

> **Camara Municipal**
>
> Effectuou-se segunda-feira ultima a sessão de posse da nova camara municipal, composta dos seguintes vereadores: Eduardo Marquez, Carmo Giffoni, Benjamim Monteiro, Custódio da Costa Pereira, Joaquim Marques Povoa, Benjamim Ribeiro Guimarães, Adolpho Fonseca e Silva, Agenor da Silva Pereira Bino, Antônio de Rezende, jdrs. Abelardo Moreira dos Santos Penna e Ignácio Pinheiro Paes Leme.
>
> Ao meio dia, mais ou menos, estando na casa todos os novos membros do governo municipal e grande numero de assistentes, assumiu a presidência o Sr. Adolpho Fonseca e Silva, que tem dirigido os trabalhos preparatórios na qualidade de vereador mais votado.
>
> Abrindo a sessão, declarou que o fim desta era a posse da nova camara e eleição do presidente, vice-presidente, secretário e commissões. Em seguida, prestou o juramento convidando também os seus pares a fazel-o. findo este acto, declarou empossada a camara e passou a recolher as cédulas para a eleição do presidente.
>
> O escrutínio deu o resultado de sete votos para o sr. Coronel Eduardo e quatro para o sr. dr. Abelardo Penna, sendo aquelle acclamado presidente e convidado a assumir a direção dos trabalhos.
>
> Quando o sr. coronel Marquez subiu o estrado da presidência uma salva prolongada de palmas rebcou no vasto salão.
>
> Annunciada a eleição de vice-presidente, e depois de recolhidas as cédulas, foi acclamado por maioria, o sr. Carmo Giffoni, obtendo também votos o sr. dr. Paes Leme e o sr. Abelardo Penna.
>
> Para secretário foi escolhido o sr. Benjamim Monteiro obtendo também votos o sr. dr. Paes Leme.
>
> As commissões ficaram assim constituídas:
>
> Finanças e contas: Custódio da Costa Pereira, Carmo Giffoni e dr. Benjamim Monteiro.
>
> Obras públicas: Adolpho Fonseca e Silva, Joaquim Marques Povoa e Custódio da Costa Pereira.
>
> Legislação e Justiça: dr. Abelardo Penna, Adolpho Fonseca e Silva e Benjamim Ribeiro Guimarães.
>
> Redacção e instrucção: Carmo Giffoni, dr. Paes Leme e dr. Benjamim Monteiro.
>
> Concluída a escolha das commissões, o sr. Eduardo Marquez pronunciou um discurso agradecendo a sua eleição para presidente da casa. Disse não vir expor um programma, mas apenas affirmar que o município de Uberabinha pode contar com todo o seu concurso em

> benefício do progresso e engrandecimento que caminham em marcha tão confortadora. Saberá proceder sem ódios e sem paixões no desempenho das funcções de que se acha investido, defendendo somente interesses que se encontram entregues à sua guarda. As últimas foram cobertas por muitas palmas e muitos apoiados.
>
> Seguiu-se-lhe na tribuna o sr. dr. Abelardo. O illustre edil, representante da minoria, veiu declarar, em nome dos seus companheiros, que os vereadores opposicionistas estão inteiramente dispostos a collaborar com a outra facção no progresso municipal, não guardando ressentimento da última refrega eleitoral em que se empenharam. Dentro da sala das deliberações, não são defensores de idéas partidárias, mas apenas defensores dos interesses do município. Podem os partidos continuar a lucta, mas só lhe darão o seu apoio e os seus esforços no terreno meramente político, separando, como deve ficar, dos actos administrativos. Faz referencias lisongeiras ao sr. presidente da camara e diz que a honradez e o critério do novo governador do município constituem garantia do bom êxito do período que se inicia. O discurso do dr. Abelardo Penna, de que damos um resumo muito incompleto, recebeu repetidos applausos.
>
> Falou depois o sr. dr. Rodrigues da Cunha, presidente da Camara que terminou o seu mandato. Começou lendo o discurso que pronunciou quando em 1912, fora eleito para o cargo. Nesse discurso, o illustre administrador enumera os serviços principais de que o município carecia então, taes como reforma do matadouro, construcção do paço municipal, do grupo escolar, augmento dagua, rede de exgottos, concerto de estradas, etc. Mostra, depois de terminar a leitura, como no período em que dirigiu o município, enfrentou resolutamente todos esses problemas, tendo hoje a satisfação de deixa-los todos resolvidos. Refere-se ao progresso que o município de Uberabinha tem tido citando o facto significativo de ser a renda, quando assumiu a presidência da camara, de 50 contos, estando esta hoje elevada a cercar de 250. Defende os impostos locaes da accusação, que se lhes faz, de exorbitantes, affirmando que, em cotejo com os de outras municipalidades, os nossos tributos, si não estão entre os mais módicos, também não se acham entre os mais graves, permanecendo, portanto, de accordo com a capacidade dos contribuintes.
>
> A exposição do dr. Rodrigues da Cunha, ouvida com interesse não só pela nova camara como pela numerosa assitencia, foi muito apreciada, sendo o orador, ao encerrar o seu discurso, muito ovacionado.
>
> O sr. vereador Bejamim Monteiro apresentou à camara uma moção de apoio aos governos do estado e do paiz, moção que foi deferida.
>
> Em seguida o sr. presidente encerrou os trabalhos, tendo sido acompanhado até sua residência pelos seus collegas e correligionários.
> (**A Tribuna, 07 janeiro 1923**. Ano IV. n.º 173.)

Carmo Giffoni estava eleito Vereador da cidade de Uberabinha para um mandato de 04 anos[178]. A nova composição da Câmara uberabinhense

[178] Adolpho Fonseca e Silva, presidente da Câmara em Exercício *declarou em acto continuo installado a Camara Municipal para o ano de 1923 a 1926*. (CÂMARA MUNICIPAL,

demonstrava-se disposta em apresentar resultados rápidos e em menos de 03 meses, apresentaram, discutiram e aprovaram exatas 10 (dez) Leis municipais. Dentre essas primeiras leis da nova Câmara, estão Leis que demandam, sobretudo, o *sargeteamento*, *abahulamento* e *colocação de parallelepipedos e meios-fios de pedra apparelhada* em algumas das principais avenidas; ampliação do *actual cemitério da cidade*; realizar pagamentos com relação a compromissos assumidos pela Câmara passada; uma interessante lei que garantiu que aqueles que pagavam menos de 12$000 (doze mil réis) anuais de *imposto predial* ficariam desobrigados a fazer a instalação de esgoto neste ano (1923), de autoria da "oposição", isentando-os também, das respectivas taxas; autorizando a construir, por concorrência pública, um mercado público municipal; incentivo as empresas de produção de açúcar e álcool a virem para Uberabinha, dando prêmios em dinheiro e isenção de impostos; prorrogando prazos para contribuintes municipais em atraso; autorizando aquisições de terrenos pela municipalidade; mandando realizar o recenseamento do município e também uma estatística de crianças entre 8 a 16 anos em idade escolar.

Em meados desses acontecimentos, Carmo Giffoni propoz redigir uma Lei educacional para Uberabinha. Esta Lei teria a função de regular completamente o ensino primário de Uberabinha e criar pelo menos mais sete escolas rurais e uma escola noturna.

Carmo Giffoni apresenta a idéia logo na segunda sessão ordinária da Câmara, ou seja, no dia 02 de janeiro de 1923, onde o *senhor presidente convidou os senhores vereadores a apresentarem projectos, pareceres, moções, etc*[179]

Adolpho Fonseca e Silva e Carmo Giffoni apresentaram uma indicação defendendo a necessidade de um *Programa de Ensino Municipal* para Uberabinha, considerando a educação como base do desenvolvimento e que Uberabinha não correspondia a esta prerrogativa.

Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 1º janeiro 1923.** p. 09/frente.)

[179] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 02 janeiro 1923**. p. 12/verso.

> Pelo sr. vereador Adolpho Fonseca e Silva, foi lido a seguinte Indicação: Considerando que a instrucção é a base do desenvolvimento de um povo. Considerando que as escolas existentes no Municipio são insuffcientes para ministrar o ensino a todos os que desejam. Considerando que é de muita conveniencia o Municipio ter um programma de ensino proprio e praticavel. Requeremos a nomeação de uma commissão de tres membros para sindicar quaes as zonas do Municipio que precisam de escolas ficando também o sr. presidente da Camara autorisado a contractar com um profissional o programma de ensino Municipal.
>
> Uberabinha, 2 de Janeiro de 1923
>
> Carmo Giffoni
> Adolpho Fonseca e Silva
>
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 02 janeiro 1923**. p. 13/frente.)

Nos dias seguintes até a aprovação final da *Lei 278*, ocorreram diversos conflitos políticos dentro da Câmara. Em um destes conflitos, estavam de um lado, Carmo Giffoni e Custódio Pereira e do outro Abelardo Penna e Ignácio Paes Leme. Temos nas Atas da Câmara uberabinhense que, quando um deles apresentava algum projeto, logo era contestado pelo o outro grupo. Ora Penna e Leme apresentavam um projeto beneficiando empresas de cana-de-açúcar e álcool que viessem a se instalar na cidade, Giffoni e Custódio barravam na Comissão de Finanças. Ora Giffoni e Custódio apresentavam um projeto de subsídio para um professor, eram contestados por Penna e Leme. Ora estes apresentavam também um projeto de aumento de salário para o administrador de Matadouro Público, eram novamente barrados por Giffoni e Custódio.

Os dois grupos também sugeriram emendas nos projetos um do outro e esta diferença política acabou refletindo também na imprensa local.

O projeto que Carmo Giffoni propõe defender com intenção de regulamentar a educação em Uberabinha, gerou expectativas e polêmicas que foram registradas no jornal *A Tribuna*.

O jornal demonstrou que, apesar de ser a educação um dos mais importantes temas da atualidade, o perímetro urbano de Uberabinha estava em acordo com as atuais necessidades educacionais. Isso porque se encontrava neste perímetro, o Grupo Escolar, Ginásio e os Colégios Amor as Letras e Nossa Senha da Conceição entre outras de *menor concorrência*, sendo todas elas *bem frequentadas*.

Apontou a reportagem que o problema estava concentrado nas zonas rurais da cidade, pois era na zona rural que se encontrava a grande e crescente população analfabeta. Destacou ainda que os 03 distritos - Santa Maria, Martinópolis e Rio das Pedras – mantinham escolas estaduais sustentadas pela subvenção da Câmara Municipal.

Criticou que a condição financeira do município impedia uma ação efetiva contra o analfabetismo que, mesmo contando com a boa vontade dos políticos locais, não mais conseguiriam do que amenizar um pouco esta realidade.

O jornal demonstrou-se preocupado com a matéria e pediu que as duas correntes partidárias presentes na Câmara fossem capazes de caminharem juntas, livres dos interesses pessoais, para aprovação ou não deste projeto que vai, segundo o periódico, de encontro com as necessidades da população rural, *a simples desanalphabetização da infância, a quem serão amanhã confiados os destinos do município.* O periódico não aceitava a idéia de considerar o analfabetismo dentro do perímetro urbano da cidade.

INSTRUCÇÃO MUNICIPAL

Ao que estamos informados, o sr. vereador Carmo Giffoni apresentará, na próxima reunião da Camara Municipal, convocada extraordinariamente, um projecto de lei creando diversas escolas municipaes e remodelando completamente o ensino primário no município.

Desnecessários se tornam os louvores a essa idéia, cuja execução revelará o patriótico empenho dos poderes públicos municipaes na solução de um dos mais importantes problemas que preocupam actualmente o espírito dos nossos estadistas e sociólogos.

A manutenção do grupo escolar, funccionando este anno com dez classes e uma verdadeira plethora de alumnos; do curso primário do gymnasio, dos collegios Amor as Letras e Nossa Senhora da Conceição, todos animadoramente freqüentados, contando-se ainda outras escolas de pequena concorrência, prova que o ensino primário urbano vae felizmente caminhando num desenvolvimento que não forma contraste com as nossas condições de prosperidade material. Nos centros ruraes do município, porém, o analphabetismo caminha assustadoramente desafiando a acção dos poderes públicos.

Em Santa Maria, Martinópolis e Rio das Pedras, o governo estadoal mantém ae letras públicas e a camara tem subvencionado algumas escolas particulares creadas em outros pontos.

Essas medidas, entretanto, produzindo embora resultados de certa utilidade, não são sufficientes para as necessidades do município: a ignorância de grande parte da população escolar de zonas importantes continua a impressionar os nossos administradores, desejosos de dar a esse mal, sinão um remédio de effeito radicaes – o

> que, nas nossas condições financeiras, seria impossível – ao menos um combate que consiga diminuir o seu nefasto alastramento pelos núcleos de população que se vão formando e desenvolvendo.
>
> Reflectindo sobre taes factos, o sr. Carmo Giffoni, que é dos mesmbros mais esforçados do poder legislativo municipal, deliberou confeccionar o projecto de que tratamos e que será apresentado à camara Visando um fim superior, é de esperar que os srs. vereadores estudem com attenção as medidas nelle condensadas, dando-lhe, si porventura for disso susceptível, os substitutivos e as emendas reclamadas.
>
> É sabido que o poder legislativo está constituído de duas correntes partidárias, cujas paixões políticas, infelizmente, transpõem as vezes os limites que lhe são determinados insinuando-se insolitamente nas medidas de mero caracter administrativo. É um mal de que não escapam os nossos homens mais puros e de melhores intenções para com a causa pública. A política, como e geralmente praticada em nosso paiz, tem desgraçadamente desses illogismos, onde não raro se asphyxiam as mais solidas esperanças e naufragam os mais bellos talentos e o mais são patriotismo.
>
> Não temos com estas considerações, abstractamente feitas, o intuito de censura a nenhuma das correntes políticas da camara sobre attitudes porventura assumidas em quaesquer incidentes da vida municipal. Preoccupa-nos agora, exclusivamente, a iniciativa do sr. vice presidente da municipalidade. Seja ou não acceitável o seu projeto, constitue elle indiscutivelmente um assumpto de alto interesse municipal e de palpitante actualidade. Merece por isso o devotamento dos srs. vereadores, que deverão, approvando-o como for a plenário ou reformulando-o convenientemente, solucionar uma questão de alcance moral e intellectual para as populações ruraes, que reclamam razoavelmente dos poderes públicos o que se não lhes pode negar: a simples desanalphabetização da infância, a quem serão amanhã confiados os destinos do município.
>
> É no sentido de appellar para que a camara vote uma lei isenta de interesses pessoaes e de motivos partidários que traçamos estas linhas. Aos nossos edis não faltarão por certo os sentimentos de patriotismo para comprehender as responsabilidades de que estão investidos fazendo parte de uma corporação política dividida em duas correntes que se degladiam na conquista do maior prestígio popular.
>
> O problema exige o sacrifício de quaesquer outros interesses e o maior cuidado dos srs. legisladores. **(A Tribuna, 25 fevereiro 1923**. Ano IV. n.º 180.)

Apesar de todos os entraves, numa quarta-feira, 07 de Março de 1923, em sessão extraordinária da Câmara o projeto chegou a sua redação final e foi transformado na *Lei n.º 278*, de mesma data. Esta Lei autorizava a criação de sete escolas rurais; fixava um salário mensal aos professores municipais; subsidiava escolas particulares; exigia concurso “público” para preenchimento da vaga de professor municipal; recriava a figura do *Inspector Escolar*, responsável pela fiscalização e controle geral da educação no município; criava

prêmios em dinheiro para os melhores professores de cada ano; enfim, Carmo Giffoni fez uma tentativa de reorganização da educação municipal com a aprovação desta Lei, e de fato ela foi bem sugerida, vejamos alguns pontos interessantes.

Nos artigos 1, 2 e 3, Giffoni criava sete escolas rurais e definia um número mínimo de alunos para cada uma delas funcionar, responsabilizando os pais ou os proprietários de terras sobre a não frequência desses alunos e ainda, obrigando-os a dirigirem-se a outras zonas quando em sua localidade não tivesse mais escolas. A intenção foi gerar o interesse de manter as escolas funcionando para que não precisassem se descolar para outros lugares.

Do artigo 4 ao 7, definia o horário das aulas, o ano letivo e os feriados, perímetro urbano escolar e multa para os pais que não matricularem seus filhos. Do artigo 8 ao 11, criava e deliberava sobre o Inspetor Escolar. Do artigo 12 ao 16, regulamentava a profissão do professor municipal, sua forma de contratação e deveres. No artigo 12, teve a fixação do salário de professor municipal em 150$000 (cento e cinquenta mil réis) mensais. Foi um valor relativamente compensatório. Carmo Giffoni acreditava na valorização do profissional educador e incentiva não só os profissionais da rede municipal, quanto também das redes estaduais e particulares, oferecendo um prêmio anual de valores ainda mais satisfatórios, chegando a quase 1:500$000 (um conto e quinhentos) o total das premiações, expressos nos artigos 17 a 19. Os artigos 20 e 21 garantiam o direito da licença do professor e regulamentava este processo. Os artigos 22 e 23 regulamentavam os exames escolares e as notas mínimas exigidas em cada exame.

Do artigo 24 ao 26, determinava as matérias obrigatórias e proibia os castigos físicos, injúrias e ameaças entre professores e alunos, adotando o método prático e instrutivo e condenando o método de decoração e soletração. Entre os artigos 27 e 32, definia a matricula e o registro em livro próprio, padronizando a forma de inserção das informações no mesmo. Os artigos 33 ao 40, garantia o ingresso gratuito de alunos pobres no ensino secundário nas escolas subvencionadas pela municipalidade, definindo as regras para a permanência desses alunos assim como também as regras para que a escola se mantivessem subvencionadas. Definia as escolas que seriam subvencionadas, incluindo o Ginásio que funcionava no prédio construído pela

Sociedade e determinava as regras para que outras escolas particulares tivessem acesso a subvenção municipal.

Os artigos 41 ao 44, orientava a forma de constituição da banca examinadora, suas atribuições e direitos. Do artigo 45 ao 47, criava a caixa escolar e autorizava um empréstimo inicial para aplicar a Lei e os artigos 48 e 49 foram resoluções legais.

A lei completa pode ser observada no ANEXO XI.

Segundo VIEIRA (2006) esta Lei ainda contribuiu para ampla reforma do processo educacional municipal:

> [...] construída e consolidada pela influência de um anseio de modernidade reformadora, por meio de embates e debates travados no seio da sociedade uberabinhense expressos nos discursos da imprensa e nas discussões que originaram o corpo da legislação educacional. (VIEIRA, 2006, p. 09.)

Essa Lei expressava na verdade, um desejo pessoal de Carmo Giffoni, visto que não encontramos nenhum artigo ou fonte que comprovasse qualquer tipo de movimento “social” ou de “classe” que reivindicasse qualquer mudança na estrutura da legislação educacional do município, somamos ainda, a resistência do próprio jornal *A Tribuna* em relatar tal iniciativa. Carmo Giffoni fez esta Lei por sua conta e risco, por sua visão ou por qualquer outro motivo pessoal.

O periódico continuou defendendo a posição de que esta Lei vinha para resolver os problemas da educação na zona rural e não aceitava que a educação na zona urbana também mereceria ser revista. Finalizou agradecendo aos Vereadores que souberam separar os interesses pessoais dos interesses coletivos:

Instrucção primaria

Conforme opportunamente noticiamos, foi apresentado à camara municipal, pelo sr. vereador Carmo Giffoni, e por aquella assembléa approvado com algumas emendas, um projecto de reforma de ensino publico primario.

A nova lei é bastante extensa e contém a regulamentação geral das escolas do município determinando-lhes o programma e o horário. Dá ao presidente da camara a faculdade de crear escolas nas zonas ruraes, desde que sejam requeridas pelos interessados e verificada a existência de prédio e de determinado número de creanças. Estabelece o concurso para o provimento das cadeiras municipais, de que só estão isentos, com relação à prova de capacidade intellectual, os diplomados pelas escolas normaes do Estado. Fixa em 150$000 mensaes os vencimentos dos professores, creando-lhes também uma serie de prêmios. Crea o logar de inspector escolar, a quem incumbe, por ordem do agente executivo, superintender a instrucção no município. Subvenciona escolas, offerece prêmios aos professores particulares e estadoaes e toma innumeras outras providências.

Nas condições de atrazo em que infelizmente se encontram as nossas zonas ruraes, o projecto approvado pelo legislativo, si não é uma medida que possa definitivamente resolver o problema, parece-nos todavia uma providencia opportuna e de alcance immediato para o momento.

Foi portanto, um bello gesto que a camara teve agora cogitando desse importante assumpto e resolvendo-o com presteza, sem interesses de partidarismo e com evidente comprehensão dos seus árduos deveres. (**A Tribuna, 11 março 1923**. Ano IV. n.º 182.)

Podemos afirmar que Carmo Giffoni foi um dos maiores investidores da Educação uberabinhense em sua época, mantendo iniciativas que interferiram direta e decisivamente no progresso educacional da cidade, deixando um legado que até hoje é reconhecido. Distinguiu-se dos grandes nomes da Educação em Uberabinha, não por ser um empresário da educação ou mesmo um profissional da educação, mas por ser um executor, uma pessoa que acreditou e realizou mudanças no teor educacional desta cidade, dotando a cidade não só com um grande Prédio para o Ginásio local de quase 300:000$000 (trezentos contos de réis), maior que a receita anual de Uberabinha até então, mas também por contribuir com sua intervenção na legislação municipal, transformando diretamente a realidade educacional de todo o município.

Carmo Giffoni não viu a educação como um negócio lucrativo e nem se arriscou professor, fatos comprovados em sua história. Mas foi um homem que acreditou que a educação era algo sério e que deveria receber as devidas atenções e investimentos necessários a sua mínima existência.

O prédio do Ginásio foi mais que um grande marco progressista nesta cidade. Ele representou um padrão a ser seguido, em todos os sentidos.

4.1.2 Carmo Giffoni: Segunda Parte

Parece-nos fato que Carmo Giffoni tenha se tornado Vereador quase que exclusivamente por um desejo pessoal relacionado à Educação. Percorridas as atas da Câmara Municipal, de janeiro de 1923 a 1926, período em que Carmo Giffoni deveria exercer seu mandato. Notamos que ele não teve nenhuma outra grande participação nas atividades da Câmara Municipal. Sua trajetória política pareceu motivada “exclusivamente” para satisfazer uma vocação pessoal com a educação, considerando que ele foi o idealizador da Sociedade.

Na tabela a seguir, quantizamos toda a trajetória política de Carmo Giffoni como Vereador de Uberabinha. Veja que ele não ultrapassou 23% de presença nas Sessões da Câmara Municipal no período correspondido ao seu mandato, ou seja, dos 48 meses de mandato, Carmo Giffoni não exerceu mais do que 11 meses no total.

Quadro 15: Presença do Vereador Carmo Giffoni nas Sessões da Câmara Municipal de Uberabinha (1923 a 1926).

	1923	**1924**	**1925**	**1926**
Janeiro	x	x	x	Faltou
Fevereiro	x	x	Faltou	Faltou
Março	x	x	Faltou	Faltou
Abril	x	Faltou	Justifica Ausência	Justifica Ausência
Maio	x	Faltou		Faltou
Junho	Faltou	Justifica Ausência	Renuncia à vice-presidência	Faltou
Julho	Faltou	Faltou	Justifica Ausência	Justifica Ausência
Agosto	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou
Setembro	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou
Outubro	Faltou	Faltou	Faltou	Faltou
Novembro	x	Faltou	Faltou	Faltou
Dezembro	x	Faltou	Faltou	**Fim do mandato**

Legenda: x = pelo menos uma presença em alguma Sessão do mês.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Actas da Câmara Municipal de Uberabinha. Janeiro 1923 à Dezembro 1926.**

O processo de aprovação da *Lei 278 de 07 de março de 1923*, que regulamentava a educação em Uberabinha durou de Janeiro a Março de 1923. Carmo Giffoni ainda ficou mais dois meses atuando como Vereador, faltando cinco meses consecutivos sem *causa justificada*, retornando em novembro de 1923 e ficando até março de 1924, faltando todo o resto do ano.

No dia 02 de julho de 1924, Carmo Giffoni apresentou sua primeira justificativa à Câmara Municipal, comunicando por meio de telegrama, suas ausências e, aproveitando da oportunidade, Abelardo Penna, da “oposição”, protocolou, sete dias depois, um projeto de lei visando modificações na Lei 278. Este projeto recebeu o nome de *Projeto n.º 4* e acabou tendo parecer positivo da Comissão de Legislação e Justiça composta desta vez pelos Vereadores Adolpho Fonseca e Silva, Custodio da Costa Pereira e Benjamim Monteiro, da “situação”.

Em 28 de julho de 1924, a Comissão de Redação composta pelos Vereadores Custódio Pereira e pelos nomeados Benjamim Monteiro e o próprio Abelardo Penna apresentam a redação final do projeto n.º 4 sendo *approvadas as Redacções finaes dos Projectos nº 4 e 5 e mandados a "sanção"*[180].

O projeto n.º 4 transformou-se na *Lei n.º 317 de 28 de julho de 1924* (Anexo XII). Entre outras coisas, a lei aumentava a frequência de visita do Inspetor Escolar nas escolas do município para uma periodicidade mensal; aumentou o salário do Inspetor Escolar de 250$000 para 300$000 (trezentos mil réis); extinguiu os prêmios anuais dados como incentivo aos professores; aumentou de 150$000 para 200$000 (duzentos mil réis) o salário mensal dos professores municipais; deixou de subvencionar obrigatoriamente os Colégios Amor às Letras e Nossa Senhora da Conceição, mas manteve a obrigatoriedade do subsídio ao Ginásio "da Sociedade"; subvencionou as escolas rurais estaduais com 50$000 (cinquenta mil réis) mensais; dentre outras medidas mais.

A Lei 317 fez uma adaptação na Lei 278 para que ela ficasse mais eficiente e apesar de retirar a premiação anual para os melhores professores, aumentou o salário dos mesmos, assim como também aumentou o ordenado do Inspetor Escolar, que, ao meu entender, tinha uma função um tanto quanto sobrecarregada.

Em 02 de janeiro de 1925, foram eleitas novas composições para as comissões, desta vez, Carmo Giffoni ficou apenas com a Comissão de Finanças e Contas[181]. Passado este primeiro mês, Giffoni ausentou-se novamente, só apresentando justificativa em abril deste mesmo ano. Em 02 de julho 1925, por meio de um telegrama enviado ao presidente da Câmara, Carmo Giffoni renunciou à Vice-Presidência da casa alegando problemas de saúde.

[180] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 28 julho 1923**. p. 85/frente.
[181] CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 02 janeiro 1925**. p. 53/verso.

> Exmo sr. Presidente da Camara Municipal de Uberabinha. Precisando continuar nesta capital para tratamento de minha saude, venho com o presente renunciar a vice presidencia dessa illustre Camara, que venho occupando por benevolencia dos meus collegas. Saude e fraternidade.
> Bello Horizonte, 9 de Junho de 1925.
> Carmo Giffoni.
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 02 julho 1925**, p. 89/frente.)

Mais uma vez, apresentou nova justificativa no mês de julho, que se manteve válida por quase nove meses, até abril de 1926, apresentando nova justificativa e a última em julho de 1926.

Interessante notar que a Câmara uberabinhense manteve Carmo Giffoni no cargo de Vereador durante tanto tempo de ausência. Mesmo contrariando os dispositivos do *Código Municipal de Posturas*:

> **Art. 19** – Perdem o lugar para o qual forem elleitos os vereadores:
> a) que se mudarem para fora do município;
> b) que perderem os direitos de cidadãos brasileiros;
> c) que forem condemnados por cimes infamantes ou de fallencia fraudulenta;
> d) que acceitarem cargos incompativeis, remunerados pelo governo estadoal ou federal;
> e) que faltarem a duas reunioes ordinarias consecutivas sem participação.[182]

Carmo Giffoni enquadrava-se em pelo menos dois dos cinco incisos que poderiam cessar o seu mandato, uma vez que estava residindo em Belo Horizonte e faltando por vários meses consecutivos. Nem mesmo os seus adversários políticos ousaram retirá-lo do mandato. Talvez, a ausência de menos um vereador fosse mais interessante do que arriscar substituí-lo.

Um recorte do jornal *A Tribuna* relata a visita de Carmo Giffoni a Uberabinha em março de 1926 afirmando que ele morava em Belo Horizonte e mantinha residência lá. Ora, nem mesmo o periódico contestou a condição de Vereador deste cidadão, apesar de que a própria citação possa já ser uma denúncia.

---

[182] **CÓDIGO Municipal de Posturas. Uberabinha, 1913**. Uberlândia, 1913. In: *Estatutos e Leis. Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha.* Estado de Minas Gerais. 1913. Uberaba: Typographia Livraria Século XX. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

> CARMO GIFFONI – Acha-se nesta cidade o nosso distincto e prestimoso amigo sr. Carmo Giffoni, chefe da firma Giffoni, Fonseca & Cia. desta praça e de outras firmas commerciaes de Bello Horizonte.
>
> O illustre uberabinhense que se hospeda em casa de seu parente Ozires Rodrigues da Cunha, tem sido constantemente visitado pelos seus parentes e amigos desta cidade onde é geralmente muito conceituado e gosa de estima não vulgar.
>
> A's visitas que durante a sua estadia nesta cidade recebe o illustre amigo juntamos as nossas com effusivos votos de boas vindas.
>
> De Bello Horizonte regressou o jovem commerciante Vasco Giffoni.
>
> (**A Tribuna, 11 março 1926**. Ano VIII. n.º 322.)

Carmo Giffoni, mesmo presente na cidade, não participava das sessões da Câmara Municipal, pelo menos não oficialmente e também não renunciou ao cargo de Vereador. Assim, pelas fontes que temos, concluímos que, a pretensão de Carmo Giffoni pela educação, tenha sido o principal motivo pelo qual ele tenha se envolvido diretamente na política uberabinhense[183].

Giffoni ainda foi parabenizado pela passagem do seu aniversário pelo jornal Triangulo Mineiro, mesmo não morando em Uberabinha, que destacou algumas de suas principais atividades, dentre elas, a iniciativa da Santa Casa de Misericórdia.

[183] Não foi nossa intenção pesquisar a vida de Carmo Giffoni fora de Uberabinha, mas em uma rápida busca na internet, encontramos ainda mais indícios em defesa da tese que levantamos. Verificamos que existiu um Grupo Escolar, em Belo Horizonte, que ganhou o nome de Carmo Giffoni pelo *Decreto n.º 10.539 de 07 de junho de 1967*. Mais tarde, pelo *Decreto n.º 16.585 de 24 de setembro de 1974*, este mesmo Grupo Escolar foi ampliado pela desocupação de uma área correspondente a 7.057 m² de propriedade da *Imobiliária Carmo Giffoni*. Hoje, o Grupo Escolar tornou-se a Escola Estadual Carmo Giffoni - Rua Colar, 85 – Bairro Itaipu - Belo Horizonte - MG - CEP: 30692-020. Carmo Giffoni residiu em Belo Horizonte até a sua morte em 19 de março de 1944, segundo TEIXEIRA (1970, Vol. II, p. 121.).

CARMO GIFFONI

Uberabinha não pode esquecer aquelles que lhe são prestimosos amigos ainda que aqui não residam.

O honrado nome de Carmo Giffoni está intimamente ligado ao progresso desta terra, que seria ingratidão olvidarem-se os benefícios que dispensou a Uberabinha.

E agora, que occorre a ephemeride do seu natalício, o "Triangulo Mineiro" sentes-e jubiloso em relembrar o justo merecimento daquele cidadão que sempre foi um dos sustentáculos do nosso progresso por muitos annos.

Nascido em 1º de Julho de 1884 em Tortorella (Itália) veio para o Brasil com a edade de três annos, com seus progenitores Sr. Francisco Giffoni e sua Exma. esposa.

Aqui cresceu, educou-se, constituiu família e exerceu a mais proveitosa actividade para si e para a sociedade.

Tem o seu nome ligado a todos os emprehendimenttos de vulto nesta cidade, entre os quaes citaremos a Santa Casa de Misericordia da qual foi provedor e thesoureiro, em cujas funcções demonstrou sempre o seu amor á caridade, havendo, por occasião da grippe (1918), com o sacrifício da própria vida, com amigos dedicados, prestando relevantes serviços á nossa população abatida pelo horrível flagelo.

Um dos iniciadores, cooperou grandemente para a fundação do Gymnasio de Uberabinha, que hoje proporciona á nossa mocidade a instrucção.

Vice-presidente da nossa Camara, prestou muitos serviços á nossa cidade e município, quando na falta do sr. Presidente, assumia a direcção do nosso governo municipal. Operoso vereador, só deixou de prestar o seu valioso concurso á nossa camara, quando se transferiu para Bello Horizonte, onde, no commercio e na sociedade, representa figura de destaque.

Chefe da conceituada casa Giffoni, Fonseca & Cia., desta praça e vereador á nossa camara, Carmo Giffoni está vinculado a esta terra que elle ama com sinceridade.

<Triangulo Mineiro> presta, satisfeito, esta singela homenagem ao nosso prezado e distincto amigo e faz sinceros votos para que os múltiplos annos de sua preciosa existência defluam com muita felicidade. (**Triangulo Mineiro, 11 julho 1926**. Ano I. n.º 5.)

4.2 Retornando ao Prédio

Com a chegada de Carmo Giffoni a cidade no início do ano de 1926, último ano de seu mandado como Vereador, encontramos a transição do prédio da Sociedade que sai da Direção do Cel. e Professor Antônio Luiz da Silveira para a Direção do Professor José Avelino. Mas antes, vamos retornar um pouco e relatar um fato curioso ocorrido com Antônio Luiz da Silveira, no final do ano de 1924, enquanto diretor do Ginásio e arrendatário do prédio da

Sociedade. Este fato esteve relacionado com a criação da *Escola Normal* em Uberabinha.

No artigo de VIEIRA; CARVALHO (2002) é apresentado um estudo minucioso da imprensa local em Uberabinha na intenção de relatar os primórdios da Escola Normal nesta cidade. Discorre o artigo a importância da imprensa na preservação desta memória fazendo um paralelo entre Escola Normal e sua importância no imaginário progressista desta cidade. Num primeiro momento, temos registrado nas páginas do *semanário local*, uma exaltação sobre qualquer atividade que julgavam possível relacionar a alguma modalidade de progresso, inclusive a possibilidade de existir na cidade uma Escola Normal e suas qualidades.

> "Escola Normal
> Para provar-se que a Escola Normal de Uberabinha é um estabelecimento destinado a preencher uma grande deficiência basta attentar no facto de que quase todas as senhorinhas deste e de outros municípios do triângulo e Goyaz vão buscar o seu diploma em Campanha, neste Estado.
> São tres dias enfadonho de viagem.
> São dispendios que sacrificam a economia de qualquer chefe de família sem se falar no empecilho em que se vêem outros tantos que desejam educar as suas filhas e cujas posses não permitem.
> A Escola Normal de Uberabinha vem dotar a nossa região de um phenomeno economico, ao mesmo tempo que de um factor instructivo da primeira ordem.
> Ella servirá a dois Estados, tal é o nosso entreposto minas-goyano. Ella facilitará dentro de
> quatro annos, a manutenção de muitas mocinhas pobres e estudiosas que existem nesta cidade e em outras que nos circundam.
> Com o novo regulamento da instrucção tornou-se urgente a creação de escolas equiparadas para que o contracto entre os professores diplomados e o governo não seja apenas uma formalidade.
> O Governo tem, pois todo interesse em criar escolas que nos possam fornecer professores cujos diplomas os habilitem a prestar serviços à nossa instrucção.
> Tomando conhecimento da pretenção do nosso município querendo conquistar para o centro em que fica a equiparação de seu estabelecimento de ensino superior, o eminente patrício Dr. Fernando de Mello Vianna, vem demonstrar mais uma vez a sua argúcia administrativa e a compreensão dos mais vivos problemas administrativos"
> **(A Tribuna. 22 fevereiro 1925**. Ano VII. n.º. 280.)

Visto esse contexto, Luiz Antônio da Silveira entrou com um pedido muito particular de auxílio à Câmara uberabinhense para conseguir instalar a Escola Normal na cidade. Porém, ao contrário do discurso de progresso, tão comuns quando pensamos na educação, sobretudo, em Uberabinha, vimos um discurso desesperado e quase desesperançoso onde o diretor do Ginásio tenta dar um último suspiro antes de fechar as portas.

Neste pedido, localizado em meio as Atas da Câmara Municipal de Uberabinha, Silveira agradeceu o subsídio que o Ginásio de Uberabinha recebia desde o ano de 1915 (2:000$000 – dois contos de réis) até aquele momento, 1924, porém colocou que, devido ao Ginásio ter mudado para um prédio maior, maiores também ficaram suas obrigações, onde somente o aluguel, lhe eram cobrados 12:000$000 (doze contos de réis) anuais. E que para manter o Ginásio, ao grau mínimo esperado, comprovado pelos altos níveis de aprovação que os alunos estavam tendo nas Escolas Superiores de Medicina, Direito, Engenharia, etc., ele estaria fazendo um esforço desproporcional.

Mesmo considerando bons resultados intelectuais, o curso do Ginásio estaria incompleto porque não apresentava aparelhagem suficiente para algumas matérias como, por exemplo*: Physica, Chimica e Historia Natural*. Argumentou que, apesar de ser sua a obrigação esse aparelhamento, todos sabiam que o Ginásio, diferente dos grandes centros, não tinha a frequência que se esperava. Essa falta de frequência foi exemplificada pelas turmas do terceiro e quarto ano do Ginásio, que tinham um e dois alunos respectivamente de modo que, cada aluno pagava 30$000 (trinta mil réis) por 05 aulas, ou seja, cada aluno pagava 6$000 (seis mil réis) por cada aula, e numa classe com dois alunos, o Ginásio recebia 12$000 (doze mil réis) onde, somente o custo, de cada professor, era de 100$000 (cem mil réis), chamando a atenção de um antigo professor e agora Vereador, Dr. Abelardo Penna. Demonstrou assim que todo o lucro que recebia acabava por ficar no cumprimento da própria manutenção do Ginásio.

Fez ainda a denúncia de que alguns estabelecimentos, aparentemente de Uberabinha, não cumpriam todas as matérias a fim de economizarem professores e que ele não faria isso considerando um compromisso moral consigo mesmo.

Silveira colocou a sua intenção de abrir anexo ao Ginásio, conjuntamente, o *Instituto Comercial* (espécie de escola técnica) e a *Escola Normal*, relatando que estes investimentos estariam muito além da sua realidade, mas que, tendo a indicação do Estado mineiro para o primeiro, necessitaria do apoio da municipalidade para a implantação da Escola Normal. Este apoio seria dado com o aumento de 2:000$000 para 6:000$000 (seis contos de réis) anuais do atual subsídio praticado.

Conforme colocamos, a intenção do diretor do Ginásio não foi a preocupação real com uma nova modalidade de progresso relacionada a implantação da Escola Normal em Uberabinha, mas uma possibilidade de se manter "vivo". Uma vez que, mesmo com toda a sua experiência frente ao Ginásio, contados os quase 10 anos a frente do estabelecimento, ele não estava conseguindo manter o empreendimento viável e sua única alternativa era arriscar ampliar o serviços prestados, uma vez que, conforme o artigo que citamos acima do jornal *A Tribuna* existia uma demanda para estas duas frentes.

> **Um officio do Cel. Antonio Silveira, director do Gynasio de Uberabinha, assim concebido:**
>
> "Illmº e Exmº srs. Presidente e vereadores da Camara Municipal de Uberabinha.
> Desde 1915, data da fundação do Gynasio de Uberabinha, este estabelecimento de ensino gosa da subvenção de 2:000$000 annuaes, que a illustrissima Camara se digna incluir no seu orçamento. Não tem o Gynasio desmerecido tal favor, em virtude dos resultados obtidos de anno para anno, numa progressão sempre cescente, pois que, então curto espaço de tempo, sem fallar nos alunnoss que daqui saem habilitados para a vida pratica do commercio, da Industria e da Lavoura, tem conseguido os mais lisongeiros resultados dos exames finaes de habilitação para o ingresso às Escolas superiores, de Medicina, Direito, Engenharia, Pharmacia e Odontologia. Para falarmos só dos conhecidos, fiseram todo o seu curso neste Gynasio e frequentaram ou frequentam Escolas Superiores os allunos: Jeronmo de Campos Curado Fleury, Oswaldo Vieira, Alcides Junqueira, Ubirajara Rocha, Renato Baracchini, Sidney de Avila, Laerte Vieira Gonçalves, Wagner Serra, Saul de Oliveira Carvalho, Gercino de Avila, Aecio Villela de Andrade, Orestes Rocha, Antonio Ribeiro Soares, Haroldo Villela de Andrade, Carlos Hrigueney Filho, etc. Quantos esforços expendi para obter estes resultados, só Deus o sabe e eu. Nos primeiros tempos muito luctei com a deficiencia de installação e, agora, se, mercê de installação própria, maior regularidade tenho imprimido aos trabalhos escolares, também a responsabilidade material e maior, pois que, como todos os srs. sabem, só de aluguel do predio pago 12:000$000 por annos quantia que, para o nosso meio, e de vulto. Sem ter lido, até hoje,

resultados pecuniarios apreciaveis, pois occasições há em que, com dificuldade, posso cobrir as despesas, no entando, os resultados de ordem intellectual animam-me a dar novo impulso a este estabelecimento de ensino, mettendo hombros a novos emprehendimentos, tendenles a ampliar a esphera de acção a outros ramos de instrucção, para que todas as classes possam gosar dos beneficios della. Mesmo no curso Gymnasial, grande deficiencia se nota no apparelhamento necessario para o ensino de certas materias taes como: Physica, Chimica, Historia Natural. Os programmas modernos obrigam os alunnos ao estudo pratico de taes material e, consequentemente, ao manuseio e conhecimento dos instrumentos de Physica, ao conhecimento dos corpos e as reacções chimicas, e , bem assim, ao estudo documentado da História. Natural. Torna-se, para isso, necessario a acquisição, para já e sem tardança, dos respectivos gabinetes e museu; cousas que custam, como os srs. sabem, alguns contos de reis. Poderá alguem argumentar que taes cousas, como pertences do Gymnasio, devem ser adquiridos por mim; eu assim faria, se a frequerncia e consequentemente a renda o permitissem, mas, é preciso lembrarmo-nos que este Gymnasio, longe dos grandes centros de população, não tem a frequencia que era para desejar. Para exemplificar o que fica dito e o que é bem conhecido por um dos srs. vereadores, Dr. Abelardo Penna, que já foi professor neste Gymnasio, materias há, no terceiro e quarto anno gymnasial, em que a frequencia durante o anno, é de dois e as vezes até de um alunno. (História Universil, Latim, Geometria, e Inglez, por exemplo) o alunno externo paga 30$000 por mez para estudar cinco materiais, pagando por conseguinte, por cada uma 6$000, e, nas aulas frequentadas por dois alunnos pagando ao Gynasio 12$000, eu pago ao professor 100$000 de modo que, com o lucro de uns, pago o deficit de outros, e é para aqui que eu tenho canalisado os lucros provaveis. Tenho feito esse sacrificio porque dei a este estabelecimento de ensino a designação de “Gymnasio” que na ethica de instrucção quer dizer – Instituto onde se estudam todas as materias do curso secundario, o que não acontece a alguns estabelecimentos de ensino conhecidos pela designação de “Collegio Tal”, em que os directores ensinam as materias a seu bell talante, eliminando os que entendesse, para pouparem professor quando a frequencia não compensa. Como disse acima, vou crear, neste Gymnasio, a Escola Normal, equiparada, e, bem assim, o Instituto Commercial. Da equiparação da primeira, tenho, sr. Presidente da Camara, promessa formal do Exmo sr. Presidente do Estado. O Instituto Commercial comecará a funccionar conscumitantemente com as aulas do Gymnasio, em Fevereiro proximo vindouro. Todos estes emprehendimentos são muito superiores aos meus recursos financeiros, por isso, venho por este meio, a presença da Exmº Camara, para que depois de cada um de seus dignos membros ponderar todas as razões que deixo expostas e aquilatar em seu espirito as vatagens da instrucção neste triplice aspecto e as vantagens. Não só, intellectuaes e moraes, mas também materiaes, que daqui decorrem para a nossa cidade, se dignasse accordar com os dames, para que todos, conjuctamente, elevasse, em votação final, a subvenção, que até esta data tem sido de 2:000$000 para 6:000$000, para que assim o

> Gymnasio possa honrar por deante, digo possa levar por diante tão grande tentarmem. Confiando no alto criterio do sr. Presidente e de cada um dos srs. vereadores da Camara, subscrevo-me com a mais alta consideração.
> Uberabinha, 12 de Novembro de 1924.
> Antonio Luiz da Silveira, director do Gymnasio de Uberabinha"
> As commissões de Legislação e Justiça e de Finanças.
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão extraordinaria realisada no dia 21 novembro 1924**. p. 3/verso a 5/verso.)

Assim, a Escola Normal em Uberabinha nasceu junto com o Instituto Comercial em uma tentativa desesperada do diretor do Ginásio de Uberabinha de não fechar as portas. O discurso de progresso incorporado ao surgimento da Escola Normal em Uberabinha foi tão somente consequente, ou seja, não foi esse discurso o motivador de tal empreendimento.

O pedido do Antônio Luiz da Silveira foi tramitado na Câmara e transformado na *Lei 321 de 29 de novembro de 1924*, abaixo apresentada:

Lei n. 321, de 29 de Novembro de 1924.

O povo do municipio de Uberabinha, por seus vereadores, decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1—Fica concedido ao "Gymnasio de Uberabinha", no exercicio de 1925, para auxiliar a acquisição do material necessario á installação do gabinete de chimica e physica e da Escola Normal daquelle estabelecimento de ensino, a quantia de 6:000$000 (seis contos de réis).

§ unico—O auxilio concedido por esta lei não invalida o pagamento da verba constante da lei orçamentaria.

Art. 2—Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

Paço da Camara Municipal de Uberabinha, 29 de Novembro de 1924.

O Presidente da Camara,

Eduardo Marquez

Com relação a Sociedade, não teve nenhum acontecimento registrado no Diário da Sociedade no período correspondente a 1923 a 1926, a não ser os registros dos aluguéis recebidos, que eram lançados não linearmente, ou seja, lançamentos que registravam os pagamentos de três aluguéis, ora de um aluguel ora de seis alugueis acumulados, etc.

Ocorreu um novo balanço financeiro em agosto de 1925 que somou um total de 271:235$300 (duzentos e setenta e um contos, duzentos e trinta e cinco mil e trezentos réis)[184]. Este balanço foi feito para a mudança de "inquilino", pois, em 1926 o prédio foi arrendado para outro investidor.

Da página 91 em diante, ou seja, do Balancete apresentado em 31 de agosto de 1921, ou melhor, ao iniciar o aluguel do edifício, o Diário da Sociedade mudou de mãos e passou para uma outra pessoa, que ficou responsável pelos lançamentos daí por diante, não sabemos exatamente qual sócio assumiu esta função, porém a caligrafia é bem diferente dos primeiros lançamentos. Também ficamos com a impressão de que essas informações foram registradas posteriormente, ou seja, não foram registradas em tempo real, por exemplo, todos os lançamentos do ano de 1924 ocuparam não mais do que 02 folhas, sendo os alugueis de todo o ano registrado em apenas um lançamento constando o valor total[185]. Também ocorreram algumas confusões de datas como lançamentos adiantados com datas superiores a sequência estabelecida[186].

A maneira com que esses dados foram inseridos no documento e o conteúdo destes dados nos remete a considerar que não houve mais movimentação da Sociedade, a não ser o recebimento dos alugueis e pagamentos das parcelas das dívidas levantadas durante a construção, e mais, o prédio após alugado deixou de ser responsabilidade da Sociedade e as suas atividades restringiram-se apenas ao papel de proprietária do imóvel. Este fato também foi reforçado porque as informações aparecem como se transcritas ou rascunhadas, o que é bem diferente dos lançamentos de quando a Sociedade se apresentou durante a construção do prédio. Somamos ainda que nos periódicos, não encontramos mais referencias a Sociedade[187], com exceção de anúncios pagos de propaganda do Ginásio.

[184] **Diário da Sociedade**, p. 118-120.
[185] **Diário da Sociedade**, p. 106.
[186] Exemplos no **Diário da Sociedade** (p. 105 e p. 123.).
[187] Sabemos que o *Conselho de Administração* tinha um livro de atas, mas não conseguimos localizar este livro, assim, as análises que fazemos conferem com a documentação que levantamos até então.

Estas ocorrências reforçam o fato de que Carmo Giffoni estava mesmo na frente ideológica da Sociedade, pois após arrendar o prédio, Carmo Giffoni concentrou seus esforços na vereança e em seguida, muda-se de Uberabinha. Neste período, a Sociedade praticamente não apresentou ações.

4.2.1 Antônio Luiz da Silveira (1921 a 1926)

Coronel Antônio Luiz da Silveira, *ex-subdirector da Escola de Pharmacia de Ouro Fino*[188], foi professor e proprietário do Ginásio de Uberabinha que funcionava em Uberabinha desde 1915. . Este estabelecimento funcionava em uma casa alugada e preparava os alunos para prestarem exames educacionais, sobretudo, no Ginásio de Ribeirão Preto, equiparado ao Colégio Pedro II. No segundo semestre de 1921, com o término do prédio construído pela Sociedade, Silveira transferiu seu empreendimento para o novo local na intenção de desenvolver seu Colégio. Neste momento, o Ginásio passou a fazer propagandas pagas nos periódicos locais e provavelmente em jornais de outras localidades, na intenção de atrair uma quantidade de alunos suficientes para manter e progredir o “novo” Ginásio.

Neste primeiro anuncio, Antônio Luiz da Silveira noticia a *Escola de Commercio*, anexa ao Gymnasio de Uberabinha. Veja que o curso é oferecido em três anos, conforme divisão das matérias lecionadas. Dentre os cursos estavam os de *Contabilidade, Dactylographia* e *Thachygraphia*:

[188] **A Notícia, 02 fevereiro 1919**. Ano I. n.º 28.

Figura 13: *Escola de Commercio* – Propaganda 1922.



Fonte: A Tribuna, 22 janeiro 1922. Ano III. n.º 123.

Neste próximo anúncio Antônio Luiz da Silveira fez a propaganda do *Gymnasio de Uberabinha*. Constando a foto do prédio, destaca-se o regime de internato, semi-internato e externato para alunos de ambos os sexos para a *instrucção primária e secundária*. O mais interessante deste anuncio é notar a importância da questão da higiene relativa ao prédio do Gymnasio.

Figura 14: Gymnasio de Uberabinha – Propaganda 1923.



Fonte: A Tribuna, 11 fevereiro 1923. Ano IV. n.º 178.

Abaixo, a mesma propaganda, porém revezou-se a fotografia. Pelos enfoques deste anuncio, era provável que ele fosse publicado em periódicos de outras localidades, sobretudo, em localidades com ligação com a ferrovia da *Mogyana*[189].

Figura 15: Gymnasio de Uberabinha – Propaganda 1924.



Fonte: A Tribuna, 28 setembro 1924. Ano VI. n.º 262.

As dificuldades enfrentadas pelo diretor foram inúmeras e, sem bastar a concorrência com as escolas do perímetro urbano, o Ginásio de Uberabinha ainda sofreu com a concorrência externa, conforme observamos na ilustração abaixo:

[189] Ver ANEXO IX.

Figura 16: Gymnasio Diocesano Sagrado Coração de Jesus – Uberaba-MG, 1922.



Fonte: A Tribuna, 24 dezembro 1922. Ano IV. n.º 171.

Contudo, este empreendimento sofreu com uma constante instabilidade financeira e passado o ano de 1923 e ao final do ano de 1924, o seu diretor entra com um pedido na Câmara Municipal pedindo o aumento do seu subsídio de 2:000$000 para 6:000$000 (seis contos de réis). A intenção deste professor foi diferenciar as ofertas de vagas no Ginásio, ampliando os cursos oferecidos. Na oportunidade, o professor optou por instalar em anexo ao Ginásio, ou seja, no mesmo prédio, o Instituto Comercial, que seria hoje, parecido com os cursos técnicos e a Escola Normal, responsável pela formação do profissional professor.

A Câmara atendeu ao pedido do professor e lhe ofereceu além do subsídio anual de 2:000$000 (dois contos de réis) mais um segundo de 6:000$000 (seis contos de réis). Este subsídio foi concedido para o exercício do ano de 1925, por meio da aprovação da *Lei n.º 321 de 29 de novembro de 1924*.

Antônio Luiz da Silveira realmente abre os cursos pretendidos na esperança de viabilizar o empreendimento. Nota-se o desespero e a esperança presentes nas frases desta nova propaganda. A forma com que foi apresentado nos remete a imaginar que o público dele foi por demais, exigente. O anúncio deu uma ênfase demonstrando a equiparação da Escola Normal, anexa ao Ginásio, ao centro de ensino oficial do Estado, e assim, após dois anos funcionando em novo local, começou a declinar.

Figura 17: Gymnasio de Uberabinha – Com a propaganda Escola Normal (1925).



Fonte: A Tribuna, 04 janeiro 1925. Ano VII. n.º 273.

Contudo, a iniciativa de trazer o Instituto Comercial e a Escola Normal para Uberabinha mexeu mais uma vez com a mentalidade progressista do seu "povo" e os jornais locais não poderiam fazer diferente ao relaciona-lo ao progresso da cidade.

> **Diversões**
> O Gymnasio de Uberabinha commemorou o centenário com uma festa encantadora realizada à noite no Theatro S. Pedro, que se encontrou com uma enchente tão completa que numerosos covalheiros que chegaram á porta desistiram de entrar pela impossibilidade absoluta de encontrar accomodação.
> A´s 20 horas, levantou-se o panno depois da *União Operária* executar uma bella peça musical. O palco estava circulado de alumnas caprichosamente uniformisadas, tendo um laço de fita, com as cores nacionais, a tiracollo.
> No centro do grupo, o alumno Vasco Giffoni usou da palavra lendo um esplendido discurso sobre a data. [...]
> Todos os amadores saíram-se galhardamente, provocando enthusiasticos applausos, a que juntamos os nossos aos agradecermos á directoria do Gymnasio o convite com que fomos distinguidos. (**A Tribuna, 24 setembro 1922**. Ano VI. n.º 158.)

No final do ano de 1925, o Ginásio chegou ao seu pior momento e o Professor Antônio Luiz da Silveira vê-se obrigado a deixar o empreendimento, rompendo o contrato com a Sociedade e, o subsídio que recebeu da Câmara Municipal de Uberabinha, para equipar seu estabelecimento, acabou sendo redirecionado para o pagamento de sua dívida para com a própria Sociedade. A Sociedade recebeu de Luiz da Silveira uma Nota Promissória[190] no valor total 8:000$000 (oito contos de réis)[191] em desfavor da Câmara uberabinhense e mais 2:500$000 (dois contos de réis) em dinheiro do próprio Silveira, tudo em janeiro de 1926 [192], encerrando assim, seu momento à frente deste estabelecimento.

Levantamos algumas dúvidas antes de continuarmos adiante: Se o *Gymnasio de Uberabinha* foi um empreendimento de razão social pertencente ao então Cel. Professor Antônio Luiz da Silveira, então por que, após o rompimento do contrato com a Sociedade, a nova escola que se instalou no mesmo prédio, continuou apresentando-se com o mesmo nome, *Gymnasio de Uberabinha*? Ora, José Avelino tinha sido proprietário do Colégio Mineiro e atualmente era professor nos Colégios São José e Bandeira. Nada mais natural que algum desses nomes lhe acompanhasse. Mas foi fato que esta escola, sob nova direção, continuou com o mesmo nome. O que foi feito de Antônio Luiz da Silveira? Se ele instalou outra escola, por que desistiu do nome do seu tradicional *Gymnasio de Uberabinha*? Se a nova escola, que se instalou no prédio da Sociedade, carregava consigo outra história, anterior a este momento, passaria a substituir a história da instituição “Ginásio” em lugar do Ginásio do Professor Silveira? Quando falamos da história do Ginásio hoje, de qual história estamos nos referindo? Temos igualmente, que considerar que houve ainda um terceiro e último diretor.

Enfim, o professor Antônio Luiz da Silveira mudou-se para Cravinhos[193], onde abriu o *Gymnasio Municipal de Cravinhos* e Uberabinha tenta escrever uma nova história para o *Gymnasio de Uberabinh*a*:*

---

[190] Esse modelo de Nota Promissória a que referimos pode ser comparado a um cheque pré-datado emitido pela Câmara Municipal em favor do Diretor, que, utilizou este crédito para pagar dívidas com a Sociedade.
[191] Soma dos subsídios de dois e seis contos de réis.
[192] **Diário da Sociedade, 12 janeiro 1926**, p. 124.
[193] **A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.

> Gymnasio de Uberabinha.
> "Há quinze annos, quando aqui trabalhavamos ao lado de Bernardo Cupertino, o saudoso fundador do 'Progresso', escreviamos sobre José Avelino e seu Collegio Mineiro, hoje, Gymnasio de Uberabinha".
> (**A Tribuna. 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. n.º 319.)

4.2.2 José Avelino (1926 a 1927)

José Avelino nasceu na cidade de Uberaba e foi fundador do *Collegio Mineiro*[194]. Há um divergência entre Pedro Pezzuti (1922, p. 39) e Jerônimo Arantes (2003, p. 70) entre a data exata de sua fundação, variando respectivamente entre 1908 e 1909.

Figura 18: José Avelino (1926).


Professor JOSÉ AVELINO
que vem de reorganizar o Gymnasio de Uberabinha e é seu actual director


JOSÉ AVELINO

Fonte: **A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. n.º 319.
A Tribuna, 13 janeiro 1926. Ano XI. n.º 316. (respectivamente)

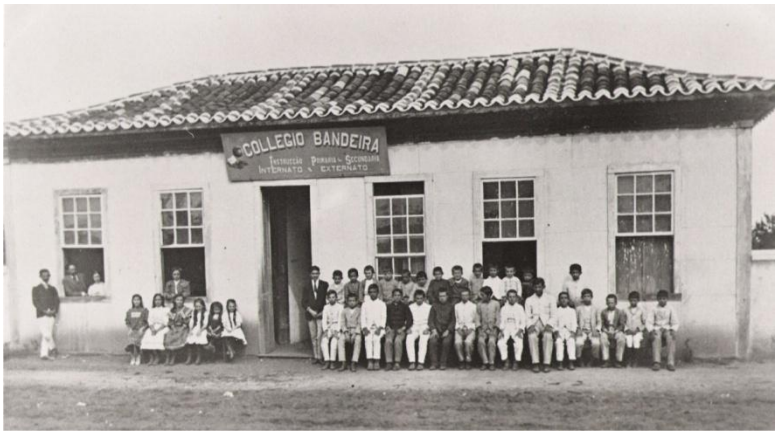
Nos registros da Câmara Municipal, o *Collegio Mineiro* apareceu pela primeira vez na *Lei n.º 134 de 04 de outubro de 1911*, que dispôs sobre o orçamento do município para o exercício de 1912, substituindo o *Collegio Bandeira*[195], e pela última vez na *Lei n.º 153 de 24 de setembro de 1913* que também dispôs sobre o orçamento do município, mas para o exercício de 1914.

[194] **A Tribuna, 09 fevereiro 1926.** Ano VIII. Nº 319. / ARANTES, 2003, p. 70.
[195] O Colégio Bandeira, segundo reportagem do jornal *A Tribuna* de 09 de fevereiro de 1926 (Ano VIII. n.º 319.), foi fundado por Felix Bandeira, Constâncio Gomes, José Avelino entre outros *quando outros ramos de actividade acenavam, enganadouramente, a José Avelino e o excellente educador cedia como hoje lhe cedem, a outrem, o colégio que elle próprio fundara nesta cidade com Felix Bandeira, Constâncio Gomes e outros*.

Essas Leis garantiram subsídios ao *Collegio Mineiro* que variaram de 500$000 (quinhentos mil réis) em 1912 à 1:000$000 (um conto de réis) em 1914.

Tudo indicou que José Avelino não prosseguiu com seu *Collegio Mineiro*, porém, permaneceu como Professor no *Collegio São José*, sob direção da irmã franciscana Maria Gonzaga e no Colégio Bandeira, ao qual ele próprio era diretor há dois anos[196]. Trabalhavam no Colégio Bandeira mais dois Professores, o padre André e o Constancio Gomes, *cujo trato não se pode comparar sem se lembrar uma dama bem educada e com alguma illustração*[197].

Figura 19: Collegio Bandeira (1890/1910).



Fonte: SOUZA, Velso Carlos de. **Inventário da Coleção "Uberlândia"**. Série: Fotografias. *Pequeno grupo de pessoas posam para foto na Praça da Independência*, Uberabinha, 1890/1910. Uberlândia. Referência <Udi-163>, p. 01. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História.)

Com indicações de que o Ginásio *se conservaria fechado*[198], José Avelino foi convidado a assumir o *Gymnasio de Uberabinha*[199]*,* herdando um empreendimento falido e com a missão de mantê-lo funcionando.

[196] **A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.
[197] **A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.
[198] [...] c*om a retirada para Cravinhos, do venerando educador Antônio Luis da Silveira.* (**A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.)
[199] Imaginamos que José Avelino foi convidado a assumir o Ginásio devido ao grande apoio que recebeu, principalmente da Câmara uberabinhense e também a maneira como ele passou a conduzir o Ginásio, expresso nas propagandas aparentemente rígidas divulgadas nos periódicos, bem diferente do primeiro diretor.

> **JOSÉ AVELINO**
> Acaba de assumir a direcção do Gymnasio de Uberabinha o professor José Avelino.
> Filho de Uberaba e conhecido em toda esta região, não precisamos tecer commentarios em redor do nome do professor José Avelino para dizermos que o Gymnasio de Uberabinha tem à sua frente um optmo e competente educador merecendo, por isto o amparo de todos nós.
> (**A Tribuna, 13 janeiro 1926**. Ano IX. n.º 316.)

A Sociedade, proprietária do prédio, reduziu o aluguel em 50% com referencia ao que era cobrado do primeiro diretor, passando a cobrar 500$000 (quinhentos mil réis) mensais de José Avelino. Aqui inicia-se o fim da Sociedade. Considerando o ponto de vista da Sociedade como empreendimento, o aluguel de 1:000$000 (um conto de réis), era sua única fonte de renda e ainda sim era insuficiente para pagar a dívida de mais de cem contos de réis que ela mantinha e ao reduzir o aluguel, a perspectiva de quitação deste débito ficava cada vez menor. Porém, neste momento, foi melhor decisão do que manter o prédio fechado. Por outro lado, a redução do aluguel por parte da Sociedade possibilitava uma economia maior para o novo diretor, projetando alguma esperança de sucesso no empreendimento.

Assim, o novo diretor, mais rígido, organizou algumas mudanças no funcionamento do Ginásio, fez algumas reformas e mandou pintar a parte interna do prédio.

> Em companhia do infatigável representante desta zona, deputado Camillo Chaves, percorremos então todas as dependências do Gymnasio, hoje completamente reformadas, oleadas e pintadas de novo.
> José Avelino, senhor da profissão em que sempre se distinguiu, fez passar por uma completa reforma o prédio do estabelecimento que vae dirigir. (**A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.)

José Avelino chegou ao comando do Ginásio e num primeiro momento, não preocupou em formatar uma propaganda simpática para atrair *alumnos*. Resolveu apenas por publicar em forma de Edital a chamada para matrícula, como se todos estivessem apenas esperando o momento para matricular-se.

> A Pedido. Gymnasio de Uberabinha. Faço público para conhecimento aos interessados; que , de acordo com o art. 83 do Regimento do Ensino, estarão abertas do dia 28 do corrente mez as matrículas no Curso Fundamental e Escola Normal annexas a esse Gymnásio.
> O requerimento de matrícula dirigido ao Director da Escola poderá ser assignado pelo Candidato ou por outrem independente de procuração.
> **São condições para matrícula no Curso Fundamental** (Art. 7º. do Regimento);
> **a)** – idade de 12 annos completo no mínimo, e além disso, no caso de homens, 15 annos completos, no máximo, por certidão textual do registro civil ou por meio de justificação procurada perante os Juizes de Direito, ou municipal à vista de certidão passada pelo official do Registro Civil do Districto do nascimento de não haver sido lavrado o termo nos livros respectivos;
> **b)** certificado de approveitação no quarto anno do Curso Primário;
> **c)** Attestado de vacinação contra a varíola de não sofrer moléstia contagiosa e não ter defeito physico incompatível com o magistério;
> **d)** Pagamento de taxa de 10$000 para Caixa Escolar que será installada no estabelecimento.
> **São condições para a matrícula da Escola Normal;**
> **a)** idade de 14 annos completos no mínimo para meninas, e no máximo para homens, juntando ao requerimento os documentos a que se referem as letras c e d do Reg. já referido.
> São isentos do pagamento da taxa, os notoriamente pobres, qualidade essa que será attestada pelo Juiz de Direito da Comarca. Gymnasio de Uberabinha, 1 de Fevereiro de 1926.
> José Avelino. Director
> **(A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. Nº 319.)

Porém registramos o fator “concorrência” que o estabelecimento do Professor Avelino estava sujeito. Aqui, outro Instituto Comercial (Escola Técnica) que também funcionava na cidade.

> **Instituto Commercial**
> Desde o dia 5 de abril, funcciona nesta cidade, á rua Felisberto Carrijo, no prédio onde se acha estabelecido o Collegio São José, esse estabelecimento de ensino commercial, dirigido pelo hábil guarda-livros sr. Rodolpho Gomes Corrêa.
> O instituto tem como professores o sr. Rodolpho Corrêa, e as professoras Orosima Santos e Maria Aurora de Jesus. É filiado ao Instituto Álvares Penteado do Rio de Janeiro e conta já um grande numero de alumnos.
> (**A Tribuna, 12 abril 1926**. Ano VIII. n.º 326.)

Orientado, José Avelino entrou com um pedido na Câmara Municipal que foi apreciado na *segunda sessão da segunda reunião da Camara Municipal de Uberabinha, realisada no dia 8 de Abril de 1926*. Este projeto foi apresentado à Câmara pelos Vereadores Odilon José Ferreira, Adolpho Fonseca e Silva, Custodio da Costa Pereira.

Foi então aprovado e transformado na *Lei n.º 362 de 13 de abril de 1926*. Esta Lei garantiu à José Avelino, uma verba recorde na história de Uberabinha até então, com relação a educação. Avelino teria direito a 19:500$000 (dezenove contos e quinhentos mil réis) para investir exclusivamente em seu novo empreendimento, divididos da seguinte forma: 13:500$000 (treze contos e quinhentos mil réis) só para pagamento do corpo docente e mais 6:000$000 (seis contos de reis) para instalação imediata do *Gabinete de Physica e Chimica*. E o mais interessante, foi dado o crédito no mesmo ano da aprovação desta Lei, ou seja, Avelino recebeu este valor durante o seu primeiro ano a frente do Ginásio, 1926.

> **Lei n.º 362 de 13 de abril de 1926**
> A Camara Municipal de Uberabinha, por seus vereadores, decretou e eu sancciono a seguinte lei: **Art. 1 -** Fica creado o auxilio á Escola Normal desta cidade, da quantia de treze contos e quinhentos mil réis (13:500$000) durante este anno, destinado ao pagamento de seu corpo docente. **Art. 2 -** É autorisado o auxilio de seis contos de réis (6:000$000) para o pagamento do Gabinete de Physica e Chimica da Escola Normal local, o qual será de propriedade da Camara Municipal. **Art. 3 -** É o sr. Agente Executivo autorisado a effectuar os pagamentos constantes da presente lei por conta da verba Obras Públicas. **Art. 4 -** Revogam-se as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.
> Paço da Camara Municipal de Uberabinha, 13 de Abril de 1926.
> O Presidente da Câmara, Eduardo Marquez.
>
> **Fonte:** Arquivo Público Municipal de Uberlândia. **Livro de Leis do Município de Uberabinha, 1926**. Câmara Municipal de Uberabinha. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, Minas Gerais, 1926.

A importância em registrar esta Lei foi para entendermos como se deu a chegada do Professor José Avelino ao Ginásio, visto que ele não teria capital suficiente para começar um empreendimento deste porte, considerando o apoio que ele recebeu para assumir o Ginásio e confirmando a inviabilidade do negócio pelo antigo diretor.

Assim, o novo Ginásio iniciou suas atividades em janeiro de 1926, oferecendo quatro cursos distintos, foram eles o Grupo Escolar, o Curso Ginasial, o Curso Normal e a Escola de Comércio João Pinheiro, conforme podemos notar na propaganda divulgada no jornal *Triangulo Mineiro*[200] em 13 de junho de 1926 (Ano I. n.º 1).

Figura 20: José Avelino – Anúncio do Gymnasio sem Equiparação (1926).



Fonte: Triangulo Mineiro,13 junho 1926. Ano I. n.º 1.

Todo esse movimento em torno do Ginásio gerava expectativas e elogios ao educador José Avelino, que foi citado como modernizador e um profissional de grande inteligência e de sólido preparo, conduzindo o Ginásio com *rigorosa ordem* e *asseio excessivo*:

[200] O jornal *Triangulo Mineiro* começou a circular em Uberabinha em 13 de junho de 1926. Seu proprietário e diretor foi o Sr. Odilon J. Ferreira, com circulação semanal publicado aos domingos.

Uma figura de educador moderno

José Avelino, - o Juca Avelino – como, na intimidade, lhe chamam, está dando feição moderna ao Gymnasio de Uberabinha.
Tive a grande ventura de presenciar o gráu de desenvolvimento que ha naquelle vasto Palácio do Espírito, onde o methodo de ensino é o mais invejável possível.
Com um numero accentuado de alumnos, servidos de mestres aprumados e competentes, o Gymnasio de Uberabinha está talhado a um grande sucesso, podendo ser, desde logo, considerado o mais movimentado e excellente do Triangulo.
É porque o Juca Avelino, a par de uma intelligencia robusta e solido preparo, conhecedor da nobre profissão, sabe levar o seu Collegio de maneira efficiente, dotando Uberabinha de um invejável progresso no ensino.
A rigorosa ordem, o asseio excessivo, a situação local, tudo isso faz o Gymnasio de Uberabinha credor dos applausos públicos e digno do refúgio daquelles que desejam dotar os seus filhos de uma educação modelar.
Se na visita por mim feita ao Gymnasio o prof. José Avelino me solicitasse por escripto, de todo coração, de toda consciência, da-las-ia, tal qual, deixei acima gravadas nesta <arenga> insulsa.
F.C.
(**A Tribuna, 12 abril 1926**. Ano VIII. n.º 326.)

O Ginásio comandado pelo Professor Avelino funcionou a todo vapor e em 21 de abril de 1926, organizou em conjunto com o Grupo Escolar, onde se achava diretor o Professor Francisco Mello Franco, uma festa pública em homenagem ao *martyr-político* Tiradentes. Relatamos este fato para registrar o momento de Avelino a frente do estabelecimento, como ele foi imaginando este espaço e como ele foi trabalhando pelo Ginásio. O desfile foi uma forma de confronto entre o Ginásio do Professor Avelino com a comunidade em que ele estava inserido, de forma que ele pôde acompanhar o grau de aceitação que estava tendo ou não com as decisões que eram tomadas a frente do Ginásio.

21 de Abril
Sob a iniciativa do Gymnasio de Uberabinha e Grupo Escolar Bueno Brandão, realisou-se uma imponente festa cívica, em homenagem à data 21 de abril, que assignala, o sacrifício do maior martyr-político a nossa história-patria há registrado.
Foi uma festa solemne, tendo o povo de Uberabinha emprestado o seu concurso e solidariedade e esses grandes espíritos, que são José Avelino e Francisco Mello Franco, respectivamente directores do Gymnasio e do Grupo desta cidade.
(**A Tribuna, 25 abril 1926**. Ano VIII. n.º 328.)

A tentativa foi fazer uma breve história da presença de Avelino no comando do Ginásio, dentro do recorte proposto, assim, achamos importante registrar os recortes dos periódicos que encontramos com alguma referência a sua presença nesta condição. Mesmo porque, poderá auxiliar outras pesquisas que venham recorrer de fontes sobre este mesmo período. Então continuamos a demonstrar que Avelino manteve uma linha mais enérgica na direção deste estabelecimento, mantendo uma comunicação menos simpática e mais "séria", digamos assim, com seu público.

Diferente de Antônio Luis da Silveira[201], José Avelino se via pressionado, pois, ao mesmo tempo em que estava em uma posição de destaque, também estava obrigado a produzir resultados. Assim, o total apoio da Câmara Municipal, da Sociedade, da elite da cidade, da comunidade de um modo geral, conduzia suas atividades e forçava-o a manter-se cada vez mais rígido.

> **Communicações**
> Gymnasio de Uberabinha e Escola Normal Annexa
> Previno aos srs. paes de alumnos que, de accordo com o Reg. do Ensino do Estado, somente haverá férias no Curso Fundamental e no Normal, de 15 a 30 do corrente mez de junho.
> Aproveito a opportunidade e aviso que será cobrada a mensalidade dos alumnos que se matricularem no dito mez de junho no Grupo Escolar Affonso Arinos, annexo à Escola normal.
> José Avelino
> Director
> (**A Tribuna, 06 junho 1926**. Ano VIII. n.º 334.)

Dentre todas as ações do professor Avelino, talvez a de maior relevância tenha sido o seu esforço em equiparar a Escola Normal anexa ao Ginásio de Uberabinha aos estabelecimentos oficiais do Estado[202]. Não conseguimos saber quem esteve por trás de José Avelino, ou melhor, se ele era realmente dono do Ginásio ou se ele estava trabalhando ou era sócio de mais alguém. No diário da Sociedade não encontramos nenhum lançamento diferente dos

[201] Antônio Luiz da Silveira não sofreu o mesmo tipo de pressão, uma vez que o estabelecimento era dele, ou seja, ele era dono do Ginásio e resolveu alugar o prédio, diferente do José Avelino, que foi convidado a assumir a posição.

[202] A história da Escola Normal em Uberabinha pode ser consultada em:
VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Escola Normal e Imprensa: Uberabinha (1919-1927)**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Memória da Educação Brasileira, 2002, Natal-RN. Anais, 2002.
VIEIRA, Flávio César Freitas. **Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923-1927)**. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2003, Uberlândia. ANAIS ELETRÔNICOS, 2003.

aluguéis recebidos, assim, não pudemos relacionar a Sociedade diretamente à administração do empreendimento, em nenhum momento. Mas o importante foi que José Avelino esforçou para cumprir algumas metas e conseguiu. A Escola Normal sob seu comando equiparou-se, na forma da Lei, à Escola Normal Modelo oficial do Estado, passando a adotar seu programa e suas exigências.

Figura 21: José Avelino – Anúncio do Gymnasio com Equiparação (1926).



TRIANGULO MINEIRO

Gymnasio de Uberabinha

—E—

CURSO NORMAL

Fiscalisados pelo governo

:—: Director JOSE' AVELINO :—:

GRUPO ESCOLAR, de accordo com o programma dos grupos estadoaes, com 4 professoras.

CURSO GYMNASIAL, de accordo com o programma de ensino do Collegio D. Pedro II.

ESCOLANORMAL, equiparada á Escola Normal Modelo de Bello Hortzonte, com identico progr.

ESCOLA DE COMMERCIO JOÃO PINHEIRO, de accordo com a "Alvares Penteado", de São Paulo.

UBERABINHA — ESTADO DE MINAS

Fonte: Triangulo Mineiro, 24 outubro 1926. Ano I. n.º 20.

Seu esforço resultou no *Decreto n.º 7.349 de 03 de setembro de 1926*, que concedeu a *Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha as regalias de equiparação à Escola Normal Modelo*.

Decrecto n.º 7.349 de 03 de setembro de 1926

Concede à escola Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha as regalias de equiparação á Escola Normal Modelo.

O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da atribuição que lhe confere o art. 57, n. 1, da Constituição do Estado e de conformidade com o regulamento que baixou com o decreto n. 6.831 de 20 de março de 1925, resolve conceder á Escola Normal Annexa ao Gymnasio de Uberaibnha as regalias de equiparação á Escola Normal Modelo da Capital.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 03 de setembro de 1926.

Fernando Mello Vianna.
Sandoval Soares Azevedo.

Fonte: COLLECÇÃO das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: 1926. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

Um dia após o Decreto ser baixado e encontrando-se o Professor José Avelino ainda em Belo Horizonte, capital mineira, foi recebida a notícia da equiparação em Uberabinha por meio da publicação do jornal *A Tribuna*, que demonstrou a equiparação como mais uma afirmação do progresso da cidade, elogiando o então Presidente do Estado, Dr. Mello Viana. A comunicação oficial foi realizada por um telegrama do Dr. Mello Viana ao Cel. Eduardo Marquez, que era Presidente da Camara e Agente Executivo naquele momento. Também foi enviado um telegrama para o Ginásio, relatando a grandiosa notícia. Tal fato foi recebido com grande entusiasmo pelos professores que *resolveram no mesmo instante suspender as suas aulas em signal de regosijo.*

Escola Normal

A última hora, tivemos a grata noticia de haver sido equiparada aos estabelecimentos officiaes congêneres, a nossa Escola Normal, sob a proficiente direcção do conhecido educador prof. José Avelino.

É mais uma affirmação do progresso desta terra, mais um acto de alto descortino praticado pelo benemérito governo do Dr. Mello Vianna.

Do facto, tão auspicioso para o nosso ensino secundário, recebeu communicação official do Exmo. Snr. Presidente do Estado, o sr. cel. Eduardo Marquez, Presidente da Camara, em telegramma de hontem datado.

O professor José Avelino, regressará, no dia 8, de Bello Horizonte, para onde tinha ido afim de tratar desse reconhecimento perante o governo do Estado. E os seus amigos prepararam-lhe festiva recepção.

Outro telegrama trazendo tão auspiciosa noticia chegou a sede do Gymnasio ao meio dia, em ponto, e os professores resolveram no mesmo instante suspender as suas aulas em signal de regosijo.

(**Triangulo Mineiro, 05 setembro 1926**. Ano I. n.º 13.)

Foi então composta uma Comissão, integrada por políticos, amigos e professores, para preparar uma *festiva recepção* ao professor José Avelino que ainda se encontrava em Belo Horizonte.

José Avelino chegou no dia 08 de setembro de 1926, quarta-feira, na Estação Ferroviária de Uberabinha (Mogyana) e foi recepcionado por um grande número de pessoas dentre amigos e curiosos, atraídos pelos panfletos distribuídos pela cidade.

Dali, José Avelino seguiu de *automóvel*, partindo com "todos" os presentes, para o Gymnasio, onde havia sido preparado uma grande festa. Ao chegar no edifício, José Avelino deparou-se com uma formação de alunos que o aplaudiram ao som de foguetes e da Banda de Música que apresentou algumas marchas. Após cumprimentar os *alumnos*, Avelino foi conduzido em companhia da Comissão, para o salão nobre do Gymnasio, onde ouviu o discurso de uma das alunas da Escola Normal deste estabelecimento. Seguindo pelo discurso o professor *dr. Luiz Santos*, que falou em nome dos Professores e da Comissão, agradecendo o professor José Avelino e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para esta equiparação.

Deu continuidade o discurso do *sr. Francisco Saldanha Linhares* que proferiu mais um conjunto de elogios e foi sucedido enfim, pelo professor José Avelino que, *visívelmente fatigado pela prolongada viagem*, agradeceu a recepção preparada e ergueu vivas a alguns nomes que julgou importante, dentre eles, Arthur Bernardes (Presidente do Estado mineiro), Mello Vianna, Eduardo Marquez (Agente Executivo de Uberabinha) e ao próprio professor Antônio Luiz da Silveira, ex-diretor do Gymnasio[203]. Ouviu-se o Hino Nacional brasileiro cantado em côro pelos alunos.

Após os discursos seguiram para vistoria das salas de aula do Ginásio, que tinham sido enfeitadas *com folhagens de palmeiras e flores variadas* e escritas frases de elogios nos respectivos quadros negros. Finalizaram-se no *Salão de Refeições*, onde foram servidos doces e bebidas.

[203] Com este ato, José Avelino reconheceu a origem do *Gymnasio de Uberabinha* e oficializou, sobretudo, Luiz Antônio da Silveira como fundador deste estabelecimento.

ESCOLA NORMAL DE UBERABINHA

AS FESTAS DE REGOSIJO PELA SUA EQUIPARAÇÃO – IMPONENTE RECEPÇÃO FEITA AO PROFESSOR JOSÉ AVELINO

Em nossa passada edição, mal pudemos noticiar, rapidamente, a equiparação da nossa escola normal, annexa ao Gymnasio de Uberabinha, aos estabelecimentos congêneres do Estado. Agora, podemos detalhadamente occupar-nos do assumpto, que tão grande regosijo tem despertado, e com muita razão, em todas as espheras sociaes.

Logo que a notícia se espalhou pela cidade, innumeras felicitações foram sendo apresentadas ao corpo docente do Gymnasio e ao cel. Eduardo Marquez, digno presidente da camara municipal que tanto se esforçara para dotar esta cidade de tão proveitoso melhoramento. Immediatamente os amigos do professor José Avelino trataram de organizar uma grande commissão no intuito de promover-lhe festiva recepção, na sua volta de Bello Horizonte, onde estava para ultimar os trabalhos para o definitivo reconhecimento da Escola perante o governo do Estado. Essa commissão foi constituída pelas seguintes pessoas: cel. Eduardo Marquez, dr. Duarte Pimentel Ulhoa, Adolpho Fonseca e Silva, Franklin Jardim, Alberto da Costa Mattos, Francisco Cotta Pacheco, dr. Armante Carneiro, dr. A. Santa Cecília, dr. Vieira Maldonado, Clarimundo Carneiro, Custódio da Costa Pereira, professor dr. Luiz Rocha e Silva, professor Christiano Castro, Constantino Rodrigues da Cunha, Alexandre Guimarães, Raymundo Martins, Joaquim Marques Povoa, dr. Benjamim Monteiro, professor Santos Silva, José Thomaz de Rezende, professor João Martins, professor Luiz Santos.

As professoras do Gymnasio encarregaram-se da ornamentação do prédio, que apresentava as suas salas artisticamente engalanadas, com folhagens de palmeiras e flores variadas. A sala de aulas da Escola Normal, sobretudo, destacava-se pela profusão de rosas que se espalhavam pelas carteiras das alumnas. No quadro negro estava escripto o seguinte verso de Horácio: <Aequm mihi animum ipseparabo>. Como referencia à data da independência nacional, em que chegou o illustre professor, lia-se, mais abaixo, a seguinte phrase: <Enquanto o Brasil inteiro festeja a data da sua independência, nós todos saudamos, com a equiparação desta escola, o feliz advento da nossa independência intellectual>.

Havendo sido distribuídos boletins, profusamente, pela cidade, ao chegar o trem, na quarta-feira passada, a estação estava repleta de amigos e admiradores do estimado viajante, que o acolheram por entre vivias ao seu nome. Dalli seguiram todos, em automóveis, para a sede do Gymnasio.

A entrada do sumptuoso palacete estavam formados, em alas os alumnos e alumnas de todos os cursos que alli funccionam. Ao chegar o seu director, todos os estudantes prorromperam numa prolongada salva de palmas, emquanto a banda de musica local executava uma enthusiastica marcha e foguetes fendiam os ares. Depois de abraçar todos os seus alumnos, o professor José Avelino foi conduzido, pela commissão de festejos, para o salão nobre do Gymnasio. Alli, em nome das suas collegas da escola normal recentemente equiparada, saudou-o a senhorita Natallina Jardim, em eloqüente e brilhante discurso, cujas phrases revelavam o grande contentamento de que todas se achavam

possuídas, por aquelle facto auspicioso para cujo êxito tanto collaborara a inteligência privilegiada e a inexcedível actividade do homenageado.

Depois deste esplendido discurso, a gentil senhorita Maria José Fonseca, que estava ao lado da distincta oradora, entregou-lhe lindo ramalhete de flores naturaes.

Em nome do corpo docente do Gymnasio e de toda a commissão de festejos, fallou, em seguida, o professor dr. Luiz Santos, que, apresentando os cumprimentos de boas vindas ao professor José Avelino, congratulou-se com o mesmo pela valliosissima Victória que todos alli condignamente solemnisavam, tornando extensivas as suas congratulações aos membros da camara municipal e a todos quantos haviam collaborado, directa ou indirectamente, para o feliz resultado de tão nobilitante campanha. Fez ainda o orador uma sympathica referencia ás palavras da oradora que o precedera, quando esta mencionou as responsabilidades futuras que as aguardavam, desde que constituiriam, ellas, a primeira turma de professoras que dalli sahiriam, diplomadas, para o difficil ministério da educação infantil.

Falou ainda o sr. Francisco Saldanha Linhares, que, em phrases enthusiasticas, se congratulou com o director do Gymnasio por aquella memorável consquista de tão grande alcance para o futuro de Uberabainha.

Falou então o professor José Avelino. Este achava-se visívelmente fatigado pela prolongada viagem e por muitas noites de vigília, quando elle tratou de remover os últimos obstáculos que ainda se oppunham á realização desse elevado desiderato.

Mesmo assim, o eminente educador proferiu magistral allocução em que patenteou o seu profundo agradecimento por aquela carinhosa recepção. Terminou elle erguendo vivas ao dr. Arthur Bernardes, dr. Mello Vianna, dr. Sandoval Azevedo, cel. Eduardo Marquez, prof. Antônio Luiz da Silveira, professor Mello Franco, dr. Tancredo Martins, dr. Lúcio Santos, dr. Antônio Amaro da Costa, Claudiano Lopes, á imprensa, etc., emquanto do seio da enorme assistência era também erguido um viva ao nome do professor José Avelino.

Todos esses discursos foram ruidosamente applaudidos, tendo as alumnas, em côro, cantado o hymno nacional.

Depois de visitarem as diversas salas de aula, onde estiveram admirando a sua artística ornamentação, as pessoas presentes encaminharam-se para o salão de refeições do Gymnasio, onde lhes foi servida farta mesa de finos doces e bebidas.

Conversando, particularmente com o professor José Avelino, elle se mostrou satisfeitíssimo com o resultado de sua viagem. Fez, então, referências especiaes ao professor Francisco de Mello Franco, que foi o fiscal da Escola Normal por parte do governo mineiro, ao dr. Tancredo Martins, ao director da Instrucção Pública, que muito se interessaram pela equiparação alcançada.

Em signal de gratidão por este facto, seguiu para Uberaba, afim de alli cumprimentar o dr. Mello Vianna, uma commissão de alumnos da Escola, sob direcção dos professores dr. Luiz Santos e d. Olga Moura e Silva, seguindo também, na mesma commissão, a professora de piano d. Hermengarda Santos. As alumnas que a constituíam eram as seguintes: Natalina Jardim, Hermínia Pereira, Maria José Fonseca, Davina Stellita Moreira, Iracema Junqueira, Celina Junqueira, Ostelina Sá.

> É o seguinte decreto que, sob o n. 7.349, concede á Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha as regalias de equiparação á Escola Normal Modelo.
>
> < O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da attribuição que lhe confere o art. 57, n. 1, da Constituição do Estado e de conformidade com o regulamento que baixou com o decreto n. 5.831, de 20 de março de 1925, resolve conceder á Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha as regalias de equiparação á Escola Normal Modelo da Capitl.
>
> Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes em Bello Horizonte, 03 de setembro de 1926.
>
> FERNANDO MELLO VIANNA.
>
> Sandoval Soares Azevedo>.
>
> (**Triangulo Mineiro, 12 setembro 1926**. Ano I. n.º 14.)

Um segundo fato marcante da presença do professor José Avelino na direção do Ginásio foi trazer para Uberabinha uma banca examinadora oficial, que em pouco tempo passou a ser de caráter permanente. Até então, Uberabinha não tinha uma banca examinadora oficial. Esta banca foi concedida por um órgão do Governo ao serem verificadas determinadas exigências e foi responsável pela aprovação ou não dos alunos submetidos aos exames coordenados por esta equipe. Desta forma, os alunos que estudavam na cidade, especialmente os alunos do Ginásio de Uberabinha, tinham que se deslocar até outras cidades para prestarem os exames oficiais e assim prosseguirem seus estudos nas séries conseguintes. Esse deslocamento gerava um custo a mais para os pais e exigia um tempo extra aos professores para acompanhar esses alunos.

José Avelino conseguiu trazer para Uberabinha, com certa exclusividade para os alunos do seu empreendimento, uma banca examinadora de caráter oficial e assim, mais uma vez, recebeu os elogios da imprensa e dos munícipes.

GYMNASIO DE UBERABINHA

Bancas examinadoras

> Nosso presado amigo Prof. José Avelino, competente e esforçado director do Gymnasio de Uberabinha, acaba de conseguir bancas examinadoras para o importante estabelecimento que dirige com a proficiência que lhe é peculiar.
>
> O Dr. Rocha Vaz, illustre Director do Departamento Geral do Ensino, que concedeu essa valiosa regalia ao Gymnasio local, presta a esta cidade inestimável serviço. Todos os alumnos que estudaram no Gymnasio poderão prestar exames em Março, aqui mesmo.
>
> Esta medida, do mais significativo alcance para Uberabinha, é mais um grande serviço que nos presta José Avelino, dedicado e enérgico pioneiro da instrucção neste município, a quem este povo já deve muitos e valiosos serviços. E equiparação da nossa Escola Normal e agora a obtenção das bancas são dois benefícios que vêm por em destaque a boa vontade do zeloso professor cuja actuação é bem a prova de sua capacidade profissional e do seu real patriotismo.
>
> Congratulamo-nos com o povo uberabinhense por mais este brilhante acontecimento que trará para o nosso Gymnasio nova era de prosperidade.
>
> (**Triangulo Mineiro, 19 dezembro 1926**. Ano I. n.º 28.)

Segundo o Diário da Sociedade[204], Avelino ficou na Direção do Ginásio até meados de junho de 1927[205], quando recebeu pela última vez, da Câmara Municipal, uma parcela mensal referente um subsídio para a Escola Normal Não encontramos nos jornais e nem em outros documentos aos quais tivemos acesso, os motivos que fizeram José Avelino abandonar a sua posição junto ao Ginásio. Porém, é fato que o ano de 1927, foi um ano de conturbações políticas e muitos conflitos ocorreram na cidade de Uberabinha com relação a manutenção dos grupos políticos locais e regionais[206]. Foi também neste ano que o então Deputado Camilo Chaves, após uma intensa disputa interna, conseguiu a indicação do Partido Republicano Mineiro (R.P.M.) para preencher a vaga de Senador do Estado mineiro e acaba eleito[207].

[204] **Diário da Sociedade, 02 junho 1927**, p. 130.
[205] O subsídio que José Avelino recebia da Câmara Municipal foi pago em parcelas mensais até o mês de junho e 1927, quando José Avelino deixa a Direção do Ginásio. (**A Tribuna, 15 dezembro 1927**. Ano X. n.º 394.)
[206] **A Tribuna, 20 março 1927**. Ano IX. n.º 362.
[207] **A Tribuna, 20 março 1927**. Ano IX. n.º 362.

Neste contexto, foi possível imaginar que, José Avelino, com seu gênero audaz, tenha perdido apoio político e assim, não tenha conseguido manter-se confortavelmente no cargo. Porém não foi possível afirmar com certeza, pois não encontramos indicações claras deste fato, mas podemos indagar outras dificuldades como: o alto custo de manutenção do Ginásio; propostas melhores para outra atividade[208]; desentendimento com a Sociedade[209]; problemas de saúde; desgosto ou depressão; ou tudo isso junto ou nenhuma delas. Enfim, não sabemos ao certo o que motivou José Avelino a abandonar a direção do Ginásio. E temos ainda que o fato de que o jornal *A Tribuna* deixou de registrar os acontecimentos referentes ao Ginásio, sobretudo, a partir de 1927, reforçando a ideia da perda de apoio político ou congênere. Considerando que *A Tribuna* foi o periódico que mais encontramos exemplares e não existindo outras fontes correlacionadas, não foi possível identificar o real motivo de sua desistência, mesmo com os apontamentos levantados da sua perca de apoio político.

Em seu lugar, “apareceu” o professor José Ignácio de Souza.

Para constar: José Avelino mudou para Araguari, onde passou a trabalhar como jornalista imaginamos que para o jornal *O Araguary*. Segundo reportagem do jornal *A Tribuna,* de 20 de outubro de 1929. Por demonstrar um tom muito crítico e polêmico, José Avelino acabou sendo assassinado no dia 12 de outubro de 1929. Segundo o mesmo periódico, o jornalista e educador Juca Avelino, teria sido assassinado devido a *uns artigos trocados com vehemencia entre os protagonistas*, ou seja, morreu por fomentar uma discussão nos jornais daquele município que de alguma forma, veio a desagradar aquele(s) que optou(ram) por findar sua vida.

[208] Conforme José Avelino já tinha aceitado propostas para largar o seu antigo *Collegio Mineiro*. (**A Tribuna, 09 fevereiro 1926**. Ano VIII. n.º 319.)
[209] No Diário da Sociedade não aparentou atrasos nos pagamentos dos aluguéis.

José Avelino

Na noite do 12 do fluente, na cidade de Araguary, deste Estado, conforme foi noticiado por toda a imprensa do Triangulo, foi assassinado o jornalista José Avelino, em virtude de uma desintelligencia havida entre a pessoa do extincto e os dirigentes do "O Araguary".

É corrente que esse triste acontecimento, foi levado a effeito, ali, fazendo surpreza a todos que conheciam o inditoso jornalista, por caus de uns artigos trocados com vehemencia entre os protagonistas, dias antes do alludido acontecimento.

A morte de Juca Avelino, com oera conhecido entre nós, causou no espírito de todos quantos privavam com elle, uma magua profunda.

Como homem de imprensa foi um polemista de fôlego e como educador um espírito que muito contribuiu pela educação dessa nova geração mineira.

Enlutados, desta columnas levamos á esposa, filhos e amigos do fallecido os nossos profundos pêsames.

(**A Tribuna, 20 outubro 1929**. Ano XI. n.º 467.)

4.2.3 José Ignácio de Souza (1927 – 1928)

Não vamos confundir José Ignácio de Souza, educador, com outro personagem, Ignácio Pinheiro Paes Lemes, que foi vereador e arquiteto em Uberabinha

José Ignácio de Souza foi o terceiro e último diretor desta primeira fase do *Gymnasio de Uberabinha*. Foi durante o seu comando que a Sociedade começou as negociações com o Estado de Minas Gerais para instalação de um estabelecimento oficial (estadual) em Uberabinha. Segundo TEIXEIRA (1970, Vol. 2, p. 300.), José Ignácio de Souza nasceu em 1º de janeiro de 1876, na cidade de Coqueiral, sudoeste de Minas Gerais. Diplomou-se *Pharmaceutico* pela Escola de Farmácia de Ouro Preto em 1898, onde, segundo VIEIRA; CARVALHO; MARCUSSO (2009, p. 11.), mudou-se para a cidade de Mariana, a cerca de 10 km de Ouro Preto, onde abriu uma farmácia. Em 1910, tornou-se secretário e diretor do Grupo Escolar de Mariana. Foi eleito Vereador de Mariana e fazia atendimentos médicos gratuitos para os alunos deste Grupo, tendo bastante repercussão na impressa local, sobretudo no jornal *O Germinal*[210].

[210] VIEIRA; CARVALHO; MARCUSSO, 2009, p. 11.

José Ignácio de Souza, então Diretor do Grupo de Mariana, teria sido transferido para a cidade de Campo Belo-MG e de lá para Ituiutaba-MG, assumindo, segundo TEIXEIRA (1970, Vol. II, p. 302.), no dia 15 de junho de 1919, a direção do Grupo Escolar desta cidade. Para Uberabinha, foi transferido em 1927, ainda segundo Teixeira, para assumir a Direção do Grupo Escolar desta cidade. Na intenção de ampliar suas atividades, adquiriu de José Avelino, o Ginásio de Uberabinha, passando a residir neste mesmo prédio.

Em todos os casos, a Sociedade não alterou o valor do aluguel, continuando prevalecer os mesmos 500$000 (quinhentos mil réis) mensais, sendo o primeiro pagamento registrado no Diário da Sociedade em Agosto de 1927[211] e o último em Setembro de 1928[212].

Os cursos oferecidos pelo Ginásio, sob a nova direção, continuaram os mesmos: o curso ginasial, a Escola Normal, um Grupo Escolar[213] e a Escola de Comercio[214], ficando ainda, a promessa da instalação da *Linha de Tiro*, uma espécie de alistamento militar.

Figura 22: José Ignácio de Souza – Anuncio Gymnasio (1928).



Gymnasio de

Uberabinha

INTERNA, SIMI-INTERNATO E EXTERNATO PARA AMBOS OS SEXOS

Este estabelecimento de ensino completamente remodelado e servido por escolhido corpo docente, offerece amplas garantias de exito ao estudante, maximé agora com as bancas officiaes, tendo annexo os seguintes cursos:

ESCOLA NORMAL, equiparada a Escola Normal modelo de Bello Horizonte

CURSO de preparatorios ou parcellados para quem já tenha, pelo menos, um exame;

GRUPO ESCOLAR caprichosamente montado e obediente ao programma official do Estado;

ESCOLA DE COMMERCIO, a filiar-se á Escola A. Penteado;

Linha de Tiro no proximo anno.

Permante vigilancia e boa disciplina dos alumnos de cuja educação e bons modos cuida, com carinho e desvelo, a directoria do Gymnasio, incutindo-lhes preceitos de hygiene, ordem e asseio.

Alimentação abundante e sadia.

Matricula, em janeiro, para o curso primario e, em fevereiro, para os outros cursos.

Director, pharmaceutico e professor,

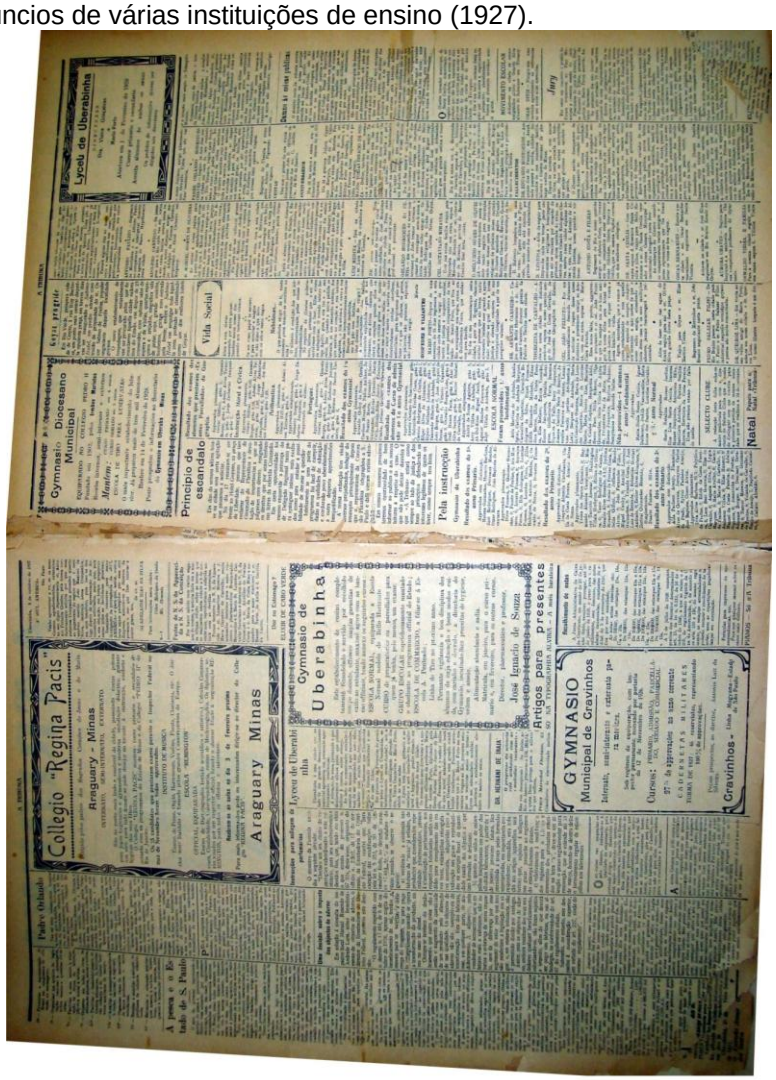
José Ignacio de Souza

Fonte: A Tribuna, 1º janeiro 1928. Ano X. n.º 396.

[211] **Diário da Sociedade, 1º agosto 1927**, p. 130.
[212] **Diário da Sociedade, 18 Setembro 1928**, p. 135.
[213] Segundo publicação do jornal *Triângulo Mineiro* de 28 de Novembro de 1926 (Ano I. n.º 25) este Grupo Escolar, anexo ao Ginásio de Uberabinha era denominado *Grupo Escolar Affonso Arinos*. Mesma referência encontrada no jornal *A Tribuna* de 06 de junho de 1926 (Anno VIII. n.º 334).
[214] Segundo a propaganda deste estabelecimento publicada no jornal *Triângulo Mineiro* de 13 de Junho de 1926 (Ano I. n.º 01) esta Escola de Comercio, anexa ao Ginásio de Uberabinha era denominada *Escola de Comercio João Pinheiro*, sendo ainda, filiada a Escola *Alvares Penteado de São Paulo.*

José Ignácio enfrentou muita concorrência. Esta probabilidade foi observada quando abrimos o jornal *A Tribuna*, ao qual temos registradas as propagandas do *Gymnasio de Uberabinha* no período que retratamos, notamos que em uma única página, concentraram-se nada menos que 05 anúncios de estabelecimentos de ensino: *Collegio "Regina Pacis"*, de Araguari; *Gymnasio Municipal de Cravinhos*, de propriedade do ex-diretor do *Gymnasio de Uberabinha*, Antônio Luis da Silveira; *Gymnasio Diocesano Municipal*, dos irmãos Maristas de Uberaba; *Lyceu de Uberabinha,* de propriedade dos Professores Mario Porto e Dr. Vieira Gonçalves; e o próprio *Gymnasio de Uberabinha*, sob direção de José Ignácio de Souza.

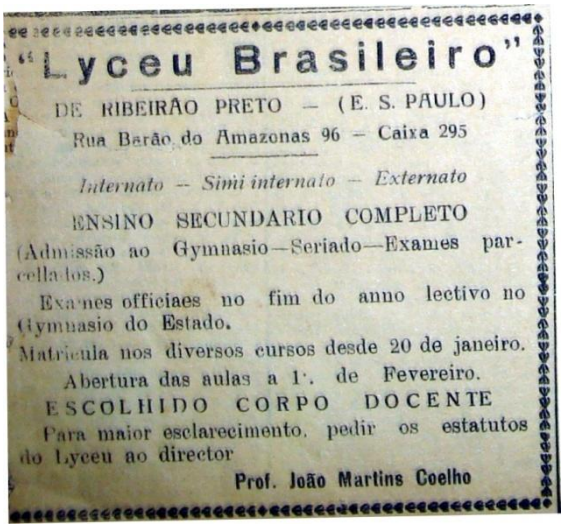
Figura 23: Anúncios de várias instituições de ensino (1927).



Fonte: A Tribuna, 25 dezembro 1927. Ano X. n.º 395.

Poderíamos ainda, considerar outras edições deste mesmo periódico, em que encontramos diversos anúncios que também faziam propagandas de estabelecimentos de ensino:

Figura 24: Lyceu Brasileiro - Ribeirão Preto-SP (1928).


"Lyceu Brasileiro"
DE RIBEIRÃO PRETO — (E. S. PAULO)
Rua Barão do Amazonas 96 — Caixa 295
Internato — Simi internato — Externato
ENSINO SECUNDARIO COMPLETO
(Admissão ao Gymnasio—Seriado—Exames parcellados.)
Exames officiaes no fim do anno lectivo no Gymnasio do Estado.
Matricula nos diversos cursos desde 20 de janeiro.
Abertura das aulas a 1º. de Fevereiro.
ESCOLHIDO CORPO DOCENTE
Para maior esclarecimento, pedir os estatutos do Lyceu ao director
Prof. João Martins Coelho

Fonte: A Tribuna, 08 janeiro 1928. Ano X. n.º 397.

Enfim, foram diversas as dificuldades enfrentadas pelos três diretores. Foram inúmeras escolas particulares que concorreram entre si assim como o desinteresse da Diretoria da Sociedade em assumir o empreendimento, considerando ainda que seus sócios atuavam em diversos ramos de atividades, acumulando lucros muito superiores ao imaginado mercado educacional[215].

Diferente de José Avelino, que manteve as propagandas do Ginásio de Uberabinha no jornal *Triangulo Mineiro*, José Ignácio retorna para o *A Tribuna* por meio de propagandas pagas, contudo, não encontramos mais as numerosas citações sobre o Ginásio, a não ser pequenas referências, como por exemplo, o pequeno relato da inauguração do retrato a óleo, no salão nobre do Ginásio de Uberabinha, de *s. exa. o exmo. sr. dr. Antônio Carlos*, Presidente do Estado de Minas Gerais.

[215] Por exemplo, o próprio Carmo Giffoni, que mantinha a firma Giffoni, Fonseca & Cia, reconhecida casa comercial.

> **Gymnasio de Uberabinha**
> Segundo estamos informados vae ser inaugurado no salão nobre dessa casa de ensino o retrato a óleo de s. exa. o exmo. sr. dr. Antônio Carlos. É uma homenagem essa de grande significação, pois, s. exa. foi, quando moço, também professor.
> (**A Tribuna, 07 outubro 1927**. Ano X. n.º 386.)

Mesmo assim, o anúncio somente foi considerado pelo fato da promessa da visita do Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos, à Uberabinha, que acabou ocorrendo nos dias 08 e 09 de outubro de 1927, sábado e domingo respectivamente. Nesta ocasião, Antônio Carlos, recepcionado na *Estação da Mogyana* em Uberabinha, pelas autoridades locais, visitou vários pontos desta cidade, finalizando com um banquete oferecido no Paço Municipal, onde estiveram presentes, o *Presidente Antônio Carlos, á sua esquerda: dr. Duarte Pimentel de Ulhoa, juiz de direito,* ***senador Camillo Chaves****, commandante Lery dos Santos; á sua direita: dr. Octávio R. da Cunha, presidente da Camara,* ***dr. Djalma Pinheiro Chagas****, sr. Adolpho Fonseca, cel. Oscar Paschoal. Seguiam-se depois os convivas: dr. Antônio Santa Cecília, dr. Abílio Machado, dr. Francisco B. de Oliveria, dr. Gama Júnior, cel. Jorge Dawls, dr. Aprígio Ribeiro, Pintor Reis Júnior,* ***dr. Mario Porto****, dr. José Maria dos Reis, Custódio da Costa Pereira, dr. Victorino Sêmola, major Arthur Sabino, dr. José Mendonça, pelo Prata e <Cidade do Prata>. Alexandre de Oliveria Marquez, Xito Borges, Uberaba, Gentil Meirelles, pela Mogyana, cel. Belchior Godoy, pelo <Araguary>, Joaquim Gasparino, orador, Clarimundo Carneiro, pela C. Força e Luz, Antônio Costa, Industrial, Joaquim Marques Povoa, commerciante, Galliano Torrano, Misael R. de Castro, Agenor Paes, Tobias Ignácio de Souza, dr. José Câmera, dr. Euclydes Vieira, cel. Octaviano Miranda, cel. Arlindo Teixeira, senador Jacques Montandon, Affonso Paulino, cel. Tancredo França, cel. Marciano Santos, dr. Olavo Ribeiro, dr. Mário Guimarães, dr. Leopoldo de Castro, Vadico Rezende, Lauro Teixeira, Luiz Rocha, prof. Pedro Nery, José Thomaz Rezende, dr. Eduardo Barros, Lívio C. Pereira, Avenir Gomes, cap. Olívio Silva, Racine Villela, dr. Wolney, dr. Washington Bueno,* ***José Theophilo Cardoso***[216]*, dr. Pelopidas Fonseca, dr. Fernando Alexandre Villela, cel. Eduardo Marquez, Pio*

[216] Procuramos por José Theophilo **Carneiro**, assim não sabemos se José Theophilo **Cardoso** foi um erro de digitação ou seria uma pessoa diferente da que procuramos, contundo nenhum outro momento da história de Uberabinha, na imprensa, encontramos o referido Cardoso.

Alves Barbosa, dr. Armante Carneiro, Cláudio Silveira, cel. Antonio Alves Pereira, Edmundo Levy, José Carneiro[217]*, Joaquim Carneiro, Joaquim Fonseca e Silva, Gil Sapucaia, dr. Nicodemos Macedo, cel. Segismundo Novaes,* ***José Ignácio de Souza****, Aurelino C. Mattos, Castor Amaral, pelo Fructal, Jeronymo Ribeiro*[218].

Sendo os destaques acima em negrito, os coadjuvantes da próxima fase da Sociedade.

Após a visita de Antônio Carlos, Presidente de Minas, a Uberabinha, em novembro do mesmo ano, aprovou-se de um novo subsídio para manutenção da Escola Normal anexa ao *Gymnasio de Uberabinha,* incorporada à Lei Orçamentária que dispunha sobre as *despezas da Câmara Municipal de Uberabinha, para o exercício financeiro de 1928*, aprovada na quinta sessão da reunião extraordinária do dia 25 de novembro de 1927, sobre a presidência do *Sr. Dr. Octavio Rodrigues da Cunha:*

> Artº 4º Fica mantida a subvenção de 25:000$000 á Escola normal, annexa ao Gymnasia de Uberabinha, ficando a Câmara com direito a vinte lugares para alunnos pobres.
> Artº 5º Fica consignado a fundo escolar o porcentagem de 10%, retirada da receita, depois de deduzido o serviço de divida municipal, de accordo com a lei estadual nº 989, de 20 de setembro de 1927.
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão extraordinária realizada no dia 25 novembro 1927**. p. 74/frente)

A Câmara uberabinhense superou o então valor de 19:500$000 (dezenove contos e quinhentos mil réis) batendo novo recorde, alcançando os 25:000$000 (vinte e cinco contos de réis), valor mais alto gasto com uma só instituição educacional em Uberabinha até então. Este fato torna ainda mais complexo o *por que* José Avelino teria deixado o Ginásio.

Este subsídio não apresentou uma explicação "lógica" ou comum, mas nos possibilitou expedir alguns apontamentos: **a)** o Ginásio nunca foi um negócio viável e todas as experiências comprovaram esta hipótese, uma vez que ele nunca conseguiu se manter com recursos financeiros próprios, mesmo tendo a frente, profissionais qualificados e com reconhecida experiência; **b)** talvez a municipalidade "acreditasse" na importância da Escola Normal, seja

[217] Segundo TEIXEIRA (1970, Vol. II, p. 322.), José Carneiro era filho de José Theophilo Carneiro.
[218] **A Tribuna, 18 outubro 1927**. Ano X. n.º 387.

pela motivação do progresso, seja por fomentar qualquer tipo concorrência ou comparação com as demais cidades, entre elas Uberaba e Araguari[219]; **c)** podemos arriscar ainda um possível capricho especial com a Escola Normal anexa ao Ginásio pelo envolvimento político dos sócios da Sociedade, proprietária do referido edifício, uma vez que o valor de 25 contos de réis poderia muito bem ser disseminado entre as demais iniciativas educacionais do município; **d)** podemos também supor que foi um estímulo originado pela recente visita do Presidente do Estado mineiro, Dr. Antônio Carlos à Uberabinha somando com a instalação, no município de Uberaba, de uma *Escola de Pharmacia*[220]. Se assim for, a doação desta verba para Escola Normal de Uberabinha, apresentar-se-ia como uma forma de chamar a atenção para a instalação em Uberabinha de uma nova modalidade educacional de responsabilidade Estadual. Seria uma espécie de contrapartida, ou seja, o município, apesar de investir tamanho valor na Escola Normal, não era nela o seu interesse, pois estaria abrindo mão da Escola Normal em favor da *Escola de Pharmacia*[221] ou da *Universidade de Minas Geraes*[222] ou outra modalidade possível.

[219] Neste período, 1927 e 1928, encontramos diversos anúncios, publicados no jornal *A Tribuna*, de estabelecimentos de ensino com sede nestas duas cidades, entre eles o *Collegio Regina Pacis*, de Araguari e o *Gymnasio Diocesano Municipal*, de Uberaba.

[220] *Entre 1927 e 1928, a cidade vivia uma efervescência de inaugurações, ampliações, fusões de indústrias e outros acontecimentos. Nessa época, surgiram: a Escola de Farmácia e Odontologia, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba e o Liceu de Artes e Ofícios.* [**UBERABA e o Poder Legislativo - de 1837 aos dias atuais**. Uberaba, 17 agosto 2009. Disponível em: < http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/ 2009/08/uberaba-e-o-poder-legislativo-de-1837.html>. Acessado em: 13 fevereiro 2010. (Arquivo Público de Uberaba)]

[221] Antônio Carlos, antes de chegar a Uberabinha, passou também em Araxá e Uberaba, que também disputaram a atenção do Presidente de Minas Gerais (**A Tribuna, 18 outubro 1927**. Ano X. n.º 387.)

[222] A Universidade de Minas Gerais, hoje, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi criada pela *Lei n.º 956 de 07 de setembro de 1927* pelo então Presidente de Minas *Dr. Antônio Carlos*. (MACHADO, Celso Cordeiro. **Mendes Pimentel e a fundação da primeira Universidade do Estado de Minas Gerais**. In: Instituto dos Advogados de Minas Gerais - Revista. Disponível em <http://www.iamg.org.br/>.)

> **Discurso lido aos vereadores em sessão pelas *Eximas. Senhorinhas Dalila Fonseca e Silva e Marcilieta Andrade, respectivamente professora e alunna do Gymnasio de Uberabinha*:**
>
> Á cultura sólida é à ampla visão do grande descendente dos Andradas, herdeiro de tradições gloriosas que ainda cresceu de perspectiva ao registro das nossas benemerências, surgiu a idéia luminosa da criação da Universidade de Minas Gerais, que representa sem dúvida, o maior impulso que se poderá dar neste instante ao ensino superior do Estado.
>
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 08 setembro 1927**. p. 31/frente.)

e) não podemos descartar a possibilidade de "desvio" desses valores e, se assim for, este valor desproporcional não estaria relacionado nem com a educação e nem com o progresso local, mas sim, com a facilidade de escoamento do dinheiro do município via esta oportunidade; **f)** pelo fato da *Lei Estadual n.º 989, de 20 de setembro de 1927*, em seu *art. 1º, letra b*, que sujeitava em favor da manutenção do Fundo Escolar[223] *dez por cento (10%) sobre a arrecadação annual da receita dos municípios, deduzindo desta, para os effeitos da porcentagem, a quota destinada ao serviço de divida municipa*[224], ter sido aprovada quase que na mesma data da aprovação da Lei Orçamentária do município para o exercício do ano de 1928, 25 de novembro de 1927, poder-se-ia pensar na concentração desta verba como um propósito (ou oportunidade) de adaptação do município à recente Lei Estadual e assim, adaptar qualquer outro discurso a partir de então, incluindo, a frase: "Nós vamos investir na educação porque acreditamos nela como facilitadora do progresso... etc..." [225]

José Ignácio, segundo consta no Diário da Sociedade, ficou no comando do Ginásio de Uberabinha até setembro de 1928, quando foi registrado o último aluguel[226]. Porém, imaginamos que ele tenha ficado até meados de dezembro ou janeiro, cumprindo assim, o final do ano letivo, quando *foi obrigado a*

---

[223] O fundo escolar estava previsto no *art. 117, n.º 3,* da Constituição do Estado de 1891, contudo, no corpo da *Lei 989 de 20 de setembro de 1927*, aparece como sendo o *art. 120* e não *art. 117*, porém este é um erro de digitação, pois o *art. 120* diz respeito a intervenção do Estados nos municípios em caso de calamidades públicas. Para tal, consideramos todas as alterações realizadas até sua revogação total pela Constituição Mineira de 30 de julho de 1935.
[224] *Lei Estadual n.º 989 de 20 de setembro de 1927*, em seu *art. 1º, letra b*,
[225] Frase ilustrativa, sem referência.
[226] **Diário da Sociedade, 18 setembro 1928**. p. 134.

abandonar o prédio onde estavam instaladas suas dependências[227]. Após deixar as instalações do Ginásio, fundou em Uberabinha, o *Instituto Brasil Central*, onde manteve uma *Escola Normal* e a *Escola Técnica de Comercio* em anexo. Morreu em 24 de maio de 1953 nesta mesma cidade.

[227] TEIXEIRA, 1970. Vol. II. p. 302.

5. O FIM DA SOCIEDADE (1928 A 1929)

A sorte da Sociedade esteve implicitamente relacionada ao sucesso do empreendimento. Carmo Giffoni, protagonista da Sociedade, não era mais Vereador e não tentou a reeleição, estando, em 1928, residindo definitivamente em *Bello Horizonte*[228]. Assim, a Sociedade ficou sem Carmo Giffoni, sua principal liderança, de forma que não houve mais nenhuma outra iniciativa, da Sociedade, para com qualquer outra atividade, na ausência de Giffoni. De 1921, com o término da construção do prédio do Ginásio, quando em 1923, Carmo Giffoni se distrai como o Vereador de Uberabinha, seja quando após 1926 quando instala-se definitivamente em Belo Horizonte, deixando órfã a sua tão sonhada conquista, não houveram outras iniciativas da Sociedade.

Encontrava-se a Sociedade, em 1928, com uma dívida de quase 100:000$000 (cem contos de réis)[229] e considerando uma renda com o aluguel de 6:000$000 (seis contos de réis) anuais como única fonte de renda da Sociedade, os sócios achavam-se em uma situação muito desconfortável.

Segundo o Contrato da Sociedade, documento que regeu a Sociedade, deveria o Vice-Gerente, Antônio de Rezende, assumir o comando da Diretoria da Sociedade. Segundo Teixeira (1970, vol 2, p. 63), Antônio de Rezende foi um importante industrial e também Vereador de Uberabinha, eleito para o mesmo mandato que Carmo Giffoni, sendo Antônio de Rezende pertencente a uma facção política diferente de Carmo Giffoni, porém o fato de Antônio Rezende assumir a Diretoria não influenciou no fim da Sociedade, uma vez que todas as expectativas foram depositadas na proposta do primeiro diretor, ou seja, acreditavam no sucesso de Antônio Luiz da Silveira. Com a abdicação de Antônio Luiz da Silveira, sobretudo, pelas dificuldades financeiras, quebrou-se o elo de estabilidade na perspectiva temporal no imaginário deste projeto, sendo a transmissão de responsabilidade para o Professor José Avelino, uma tentativa de atar a confiança no já falido *Gymnasio de Uberabinha*, onde até então, não se cogitava o abandono da causa.

---

[228] Conforme referenciado em nota de *Falecimento* de seu irmão, José Giffoni publicado no jornal *A Tribuna* de 06 de outubro de 1928 (Ano X. n.º 428.).

[229] Segundo *Balancete Geral* registrado no Diário da Sociedade (18 setembro 1928, p. 138.)

José Avelino recebeu a oportunidade de dirigir o esperançoso Ginásio e conseguiu nesta posição, alcançar dois grandes fatos: a equiparação da Escola Normal à *Escola Normal Modelo* instalada na capital mineira Belo Horizonte e a formação de uma *Banca Examinadora* em Uberabinha, que, em pouco tempo, passou a ser permanente. Essa Banca tinha a função oficial de aplicação de exames aos alunos, neste caso, do estabelecimento em questão, cessando as constantes viagens a outras cidades onde existiam estas bancas, como exemplo, viajem a Ribeirão Preto-SP.

Porém, por motivos desconhecidos, José Avelino abandona a Direção do Ginásio na metade do ano de 1927, passando o comando para um forasteiro que acabava de chegar em Uberabinha, José Ignácio de Souza.

José Ignácio assumiu o Ginásio em uma situação, que, por um lado aparentava conforto, mas que por outro, estava condenado. Ele teria que provar o sucesso do empreendimento em pouco menos de seis meses... Mas isso não aconteceu.

5.1 O Fim da Sociedade e o Destino do Prédio

Apenas dois meses após José Ignácio tomar frente ao Ginásio, ocorreu a visita do então Presidente do Estado de Minas Gerais, *dr. Antônio Carlos*[230]e sua comitiva oficial formada por cerca de 15 pessoas[231], ao Triângulo Mineiro,

[230] Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena-MG em 05 de setembro de 1870 e morreu no Rio de Janeiro-DF em 02 de janeiro de 1946. *Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1891) dedicando-se desde cedo à vida política. Promotor Público em Ubá; Juiz Municipal da Comarca de Palma; Advogado em Juiz de Fora veio a dirigir o Município; Professor de Direito Comercial na Academia de Comércio de Juiz de Fora. Em 1902 assumiu o cargo de Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais onde permaneceu por 04 anos conjuntamente exerceu em 1905 e 1906 o de Prefeito de Belo Horizonte. Em 1907 foi eleito Senador ao Congresso Mineiro fazendo sempre parte da Comissão de Finanças sendo sempre Relator do Orçamento da Fazenda. Catedrático de Finanças na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Elegeu-se em 1926, Presidente do Estado de Minas Gerais. Organizou e chefiou a Aliança Liberal na qualidade de Presidente da Assembléia Nacional substituiu em 1936 o Presidente da República durante quinze dias. Com a mudança do regime retirou-se da política em 1937*. (Ministério da Fazenda. **Ministros de Estado da Fazenda: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada**. Dispnível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/rep018.asp. Acessado em: 23 de novembro de 2009.)

[231] Segundo consta no telegrama recebido pelo então Agente Executivo de Uberabinha e transcrito nas Atas da Câmara Municipal: *"Dr. Octavio Rodrigues da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Uberabinha. Presidente Antonio Carlos Agradece offerecimento*

tendo no roteiro, a cidade de Uberabinha, visitada nos dias 08 e 09 de outubro de 1927. Este fato acabou provocando o *Fim da Sociedade*.

Desconsiderando todos os demais interesses políticos conflitados na visita do Presidente de Minas à Uberabinha e consagrando apenas os fatos que interessam a esta pesquisa[232], ponderamos que a visita do Presidente do Estado mineiro à Uberabinha ocorria justamente a exatos um mês da aprovação da *Lei n.º 956 de 07 de setembro de 1927*, criando a *Universidade de Minas Geares*. Este fato foi provavelmente repercutido em todo Estado mineiro, mas em Uberabinha, cidade em questão, especulou-se para criar aqui a tal Universidade, que podemos demonstrar ao citarmos mais uma parte do discurso lido aos vereadores em sessão pelas *Eximas. Senhorinhas Dalila Fonseca e Silva e Marcilieta Andrade, respectivamente professora e alunna do Gymnasio de Uberabinha*:

> Ao festejarmos a data da nossa emancipação política, o Gymmasio de Uberabinha não deve prescindir de homenagear o eminente chefe do governo do Estado, cujo primeiro aniversário de administração transcorre hoje. E, constando a finalidade de sua acção presidencial, é justo que nesta casa, erguida na zona sertaneja como templo de instrucção, seja salientada a criação da universidade como benefício ultimamente para nossa cultura e para nossa grandeza moral.
> (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 08 setembro 1927**. p. 32/frente.)

Desta forma, Antônio Carlos chegou a Uberabinha com a pressão de ceder ao município um estabelecimento de ensino superior aos moldes da Universidade recém-criada na capital mineira[233].

---

hospitalidade da Câmara e que a comitiva será de quinze (15) pessoas. Saudações. Mario de Lima" (CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 27 setembro 1927**, p. 39.)

[232] É neste ponto que apresentam as maiores falhas historiográficas com relação a produção em História da Educação: a eleição de temas superiores a outros. Note que recortamos tendencialmente um tema relacionado com a educação, pois é o interesse desta pesquisa, porém, temos que deixar claro que não foi (somente) a educação, a motivação da visita do referido Presidente, diversos outros interesses estavam em discussão, uns, com certeza, maiores e mais "importantes", no momento, que o próprio tema que nos propomos relatar. Não confundam o recorte que fizemos como uma verdade discursiva com relação ao idealismo progressistas e educacional na cidade de Uberabinha. Como defendemos, a educação faz parte de um emaranhado de interesses, ela compõe este conjunto, ela não é o todo.

[233] Aqui levantamos mais duas questões: **a)** assemelha-se, no Brasil, a criação das Universidades à criação dos Grupos Escolares? Digo, se tinha o Grupo Escolar, a intenção de centralizar/organizar as propostas educacionais dispersas onde, sobretudo, pela coordenação de salas seriadas e manutenção da figura do Diretor, não seria então as Universidades uma tentativa semelhante às diversas Unidades de Cursos Superiores, de um modo geral, que se encontravam dispersas? **b)** Mais uma vez, aparece aqui, o sentimento de grandeza que a

Antônio Carlos, quando chegou a Uberabinha, já tinha passado em Araxá-MG e Uberaba-MG, que também pressionavam por seus interesses.

> Araxá s. exa. recebeu as maiores homenagens. Uberaba dá, em festas retumbantes, a melhor prova de que, verdadeiramente, estima o illustre dirigente do nosso Estado. Uberabinha enfeita-se e movimenta-se para demonstrar ao seu grande amigo, [...] o quanto estima o actual dirigente de Minas. (**A Tribuna, 07 outubro 1927**. Ano X. n.º 386.)

Uberabinha entrou neste conflito. O simples fato de Antônio Carlos visitar Uberabinha, não garantia a cidade nenhum benefício. Foi preciso destacar-se entre as demais cidades em questão e ainda contentar com favorecimentos que pudessem ser dados a outrem e não a Uberabinha.

Em Uberabinha, Antônio Carlos e sua comitiva, após visitar alguns pontos da cidade, como *Edifício da Empreza Força e Luz de Uberabinha*, a *Sede do Grêmio Feminino*, a *residência do Sr. Adolpho Fonseca*, a *Comp. Industrial Triângulo Mineiro*, *Câmara Municipal*, *Fórum*, *Grupo Escolar*[234]*,* foi ao edifício do *Gymnasio de Uberabinha* conhecer o estabelecimento, onde era inaugurado, em seu *Salão Nobre*, um retrato a óleo do Presidente mineiro, de autoria do pintor Joaquim Gasparino. Em seguida, toda a comitiva foi recepcionada em um banquete no Paço Municipal. Dentre inúmeros nomes, participaram o Professor José Ignácio de Souza, diretor do Ginásio, José Theophilo[235], que vamos considerá-lo representante da Sociedade[236], o Professor Mario Porto, recém-nomeado *Inspector Escolar Municipal* pelo

---

cidade promovia, pois não se faziam mais que quatro anos da inauguração da Escola Normal em Uberabinha, que tinha sido tão exaltada, já abriam mão dela por uma unidade educacional com status acreditado maior. Esse movimento também foi demonstrado em outras áreas, e não pode ser confundido com uma exclusividade da educação ou com um ideal educacional, pois este movimento esteve muito mais ligado ao sentimento progressista da cidade, de se querer sempre o melhor, em todas as áreas, mas aqui, apresentando-se, coincidentemente, por um objeto educacional, mas que no fundo não passa de um oportunismo. (Lembrando que somente colhemos pistas, nas fontes documentais em questão, relacionadas aos interesses desta pesquisa, contudo, conforme defendemos, não é conveniente considerar os fatos aqui apresentados como único viés da visita do Presidente Antônio Carlos, pois este foi, dentre os diversos fatos, um recorte que intencionalmente escolhemos para relatar.)

[234] **A Tribuna, 18 outubro 1927**. Ano X. n.º 387.

[235] Que acreditamos ser José Theophilo Carneiro, caso não fosse, pouco ou nada implicaria na proposta histórica apresentada, já que comprovadamente estavam na reunião Clarimundo Carneiro e José Carneiro, respectivamente seus filhos.

[236] Apesar de bem provável que ele nem tivesse cogitado na Sociedade naquele momento, mas a relevância dele para nós, neste momento, se faz com sua ligação na Sociedade, sócio e integrante do Conselho de Administração.

próprio Antônio Carlos, em julho de 1927[237], Dr. Djalma Pinheiro Chagas, Secretário de Agricultura de Minas Gerais, e Camillo Chaves, Senador por Minas Gerais.[238]

Peço atenção a estes nomes.

> **NO GYMNASIO E ESCOLA NORMAL**
> Pelo corpo docente e alumnos, foram as 6 horas alli recebidos os mesmos visitantes do Fórum e Grupo Escolar. No salão de honra, foi saudado o dr. Antônio Carlos pelo sr. José Ignácio de Souza, director do Gymnasio e Escola Normal, o qual pediu a s. exa. permissão de inaugurar alli a sua efígie, optimo trabalho do consagrado pintor Joaquim Gasparino. Agradecendo, o dr. Antônio Carlos apertou fraternalmente num grande abraço o corpo docente do Gymnasio e Escola Normal e, visivelmente bem impressionado, deu os cumprimentos a Joaquim Gasparino pelo seu trabalho, por ventura o mais feliz que deve ao seu pincel privillegiado. Percorrido todo o vasto e magestoso edifício, todos se retiraram, ás 7 da noite.
> (**A Tribuna, 18 outubro 1927**. Ano X. n.º 387.)

Foi nesta ocasião, que José Theophilo Carneiro aproximou-se de Djalma Pinheiro Chagas[239], passando a estreitar-lhes um laço de amizade. José Theophilo passou então, a trocar correspondências com Pinheiro Chagas.

Também em 1927, provavelmente por força da visita de Antônio Carlos ao Triângulo Mineiro, inaugurou-se, em Uberaba, a *Escola de Pharmacia*, o que gerou ciúmes à cidade de Uberabinha.

Entrando no ano de 1928, José Ignácio de Souza começou a receber, em parcelas, o subsídio de 25 contos de réis oferecidos pela Câmara uberabinhense em favor da *Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha*, sob o pretexto de demonstrar ao Estado que a cidade estava apta a receber uma grande instituição de Ensino Oficial do Estado, assim, como já haviam criado a Universidade de Minas Gerais em Belo Horizonte e a *Escola de Pharmacia* em Uberaba, só restavam lutar pelo *Gymnasio Official*.

---

[237] ***Mario Porto****: Entre as justas nomeações que a alta visão administrativa do actual governo vem fazendo neste município, é justo reconhecer a significação da que acaba de se verificar com o acto que investe o nosso illustre companheiro sr. dr. Mário Porto, no cargo de inspector escolar municipal.* [...] (**A Tribuna, 31 julho 1927**. Ano IX. n.º 378.)

[238] **A Tribuna, 18 outubro 1927**. Ano X. n.º 387.

[239] Não foi possível afirmar se José Theophilo Carneiro já conhecia Djalma Pinheiro Chagas, mas passamos a considerar este momento como motivação para uma [maior] aproximação entre os dois.

Iniciou-se a negociação com o Estado mineiro para trazer à Uberabinha um Ginásio Oficial, ou seja, um estabelecimento de ensino secundário que fosse mantido pelo Estado mineiro e que fosse comparado ao Ginásio Oficial ou Modelo da capital mineira.

Esta negociação começou a ser feita por José Theophilo Carneiro, sócio integrante do Conselho de Administração da Sociedade, que, correspondendo com Pinheiro Chagas, fazia a ligação entre Uberabinha e o Governo de Minas. Pinheiro Chagas intermediava os pedidos de Theophilo Carneiro ao então Presidente de Minas Antônio Carlos.

Na primeira correspondência endereçada à capital mineira, Theophilo Carneiro pediu que fosse criado *um Gymnasio Official em Uberabinha,* e em resposta, Pinheiro Chagas prometeu avaliar *essa legitima aspiração do povo do Triangulo Mineiro.*

Estado de Minas Geraes[240]
Gabinete do Secretário da Agricultura
[Papel timbrado]

Bello Horizonte, 5 de março de 1928.

Prezado amigo e compadre José Theophilo

Cordiaes saudações.

Accusando o recebimento de suas cartas de 13 e 15 de fevereiro p. findo, venho em primeiro logar agradecer, sensibilisado, a sua gentileza, offerecendo-me a sua casa quando se apresentar a opportunidade de poder eu fazer uso das águas do Paraíso.

Quanto à creação de um Gymnasio Official em Uberabinha, tenho o prazer de levar ao seu conhecimento que vou me interessar sinceramente para que seja satisfeita essa legitima aspiração do povo do Triangulo Mineiro.

Com apreço e particular estima, sou

amº attº.

DIJALMA PINHEIRO CHAGAS
(secretário de agricultura do governo Antonio Carlos)

[240] **Acusa recebimento de sua carta do dia 13 e 25/02, interessando pela aspiração de criar um "Gymnasio Official" em Uberabinha, 05 março 1928**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro II. Série: Correspondências Recebidas. Referência <017>. Uberabinha, 1928. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Traçado o caminho, encarregaram o recém Senador de Minas Gerais[241], Camillo Chaves[242], da grandiosa missão de garantir a Uberabinha, o seu Ginásio Oficial. Camillo Chaves viaja para a capital mineira, no início de agosto de 1928, com a prioridade de concretizar este anseio.

> **Senador Camillo Chaves** – Viajou para Bello Horizonte o senador Camillo Chaves, nosso illustre representante no Senado Mineiro e político de alto prestigio no Triangulo Mineiro.
> Ao bota-fora do illustre parlamentar compareceu crescido numero de amigos correligionários e admiradores.
> (**A Tribuna, 05 agosto 1928**. Ano X. n.º 423.)

Mal chegou à Belo Horizonte, capital mineira, Camillo Chaves submeteu ao Senado de Minas o projeto que criaria o *Gymnasio Official* em Uberabinha, rendendo-o muitos elogios:

> **UM GYMNASIO OFFICIAL EM UBERABINHA**
>
> A acção do senador Camillo Chaves
>
> Entre as figuras parlamentares que se destacam no Congresso de Minas, encontra-se, pela sua actuação, pelo descortino com que há encarado vários problemas, entre estes o ferro carril, o senador Camillo Chaves, representante desta circumscripção.
>
> A sua maneira calma e ponderada de estudar os assumptos; a elegância das suas exposições, o acerto do seu raciocínio, fizeram com que os seus projectos sempre fossem acatados pelos colegas com a reverencia e consideração que merecem.
>
> **Agora vem o illustre triangulino de submetter ao Senado Mineiro o projecto que manda instituir em nossa terra um dos Gymnasios do Estado.**
>
> Como se sabe é pensamento do governo diffundir, de modo efficaz, a instrucção primaria e secundaria; e, o senador Camillo Chaves, indo ao encontro da idéia governamental, procurando localizar nesta cidade, centro de uma população regional elevadíssima e ponto de intercepção de três Estados, presta á zona mineiro-goyana, senão mattogrossense também, um desses inestimáveis serviços filhos de uma observação ponderada e patriótica.

---

[241] O poder legislativo em Minas Gerais era denominado Congresso Mineiro, dividido em Câmara dos Deputados e Senado mineiro, hoje, foi extinto o Senado Mineiro e manteve apenas a Câmara dos Deputados chamada de Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **(Constituição do Estado de Minas Gerais de 25 de junho de 1891 – Seção I – Do poder Legislativo – Capítulo I – Disposições Gerais – Art. 9º - *Parágrafo único: O Congresso compõe-se de duas Câmaras: a dos Deputados e a dos Senadores ou Senado.)***

[242] Segundo TEIXEIRA (1970, Vol 2, p. 112-113), Camillo Chaves, nascido em 28 de julho de 1884, em um povoado denominado Campo Belo do Prata, em Campina Verde, Minas Gerais, findou seu mandato como Deputado Estadual e foi eleito Senador em 1927, conseguindo trazer, em outubro deste mesmo ano, o então Presidente de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos, em visita ao Triangulo Mineiro.

> O facto que se vem de assignalar com profundo regosijo em todo o rincão triangulino, demonstra o grande amor desse representante mineiro pela sua circumscripção, evidenciando ainda o cabal desempenho que procura dar ao mandato que lhe outorgam os seus coestadoanos.
>
> Desde o inicio dos seus trabalhos parlamentares os quaes teve a ventura de ver amparados com carinho, por todos os collegas, que o operoso senador vem estudando os problemas mais transendentaes e tem procurado collocar a sua circumscripção em seu verdadeiro logar, junto aos demais do Estado.
>
> Mas, parece-nos, em nenhuma iniciativa sobrepujou o illustre parlamentar a que vem de submetter á apreciação do Senado Estadoal, e que estamos certos, terá a melhor aprovação, por ser um pensamento que esposa, em si, ao programa do governo de s. exa. o sr. dr. Antônio Carlos. [sua excelência o senhor doutor]
>
> Felicitamos o povo do Triangulo pelo auspicioso acontecimento e ao congratularmo-nos com o nosso illustre amigo e conterrâneo pelo seu feito, **aqui deixamos a gratidão sincera de todo um povo ávido pelos estabelecimentos de ensino como o que será installado em nossa terra.** [grifo nosso]
>
> (**A Tribuna, 14 agosto 1928**. Ano X, n.º 424)

Prevendo a situação, Mario de Magalhães Porto, que seria o primeiro *reitor* (diretor) do *Gymnasio* em sua próxima fase, não perdeu tempo e embarcou para a capital brasileira, Rio de Janeiro[243], acumulando os cargos de *Inspector Municipal de Ensino*[244], Promotor de Justiça e Diretor do Lyceu de Uberabinha[245].

Bem relacionado politicamente, Mario Porto ainda prometeu viajar do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, onde apresentaria uma *these ao Congresso dos membros da Sociedade de Educação* que estariam ali reunidos. Ato pensado, pois com a presença de Camilo Chaves na Capital mineira, sabia que era possível, a qualquer momento, a criação do Ginásio Oficial em Uberabinha.

---

[243] O Rio de Janeiro-RJ foi capital do Brasil até 21 de abril de 1960, quando foi inaugurada a nova capital brasileira: Brasília, Distrito Federal.

[244] Segndo **A Tribuna, 31 julho 1927** (Ano IX. n.º 378.)

[245] Publicado no *Imparcial* do Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1927 e republicado no *A Tribuna* de Uberabinha-MG: *Encontra-se no Rio há alguns dias o dr. Mário Porto, Promotor de Justiça na bella cidade de Uberabinha, no Triangulo Mineiro, e que já foi dos nossos mais atilados companheiro de trabalhos. Director, além disso, do "Lyceu de Uberabinha" e publicista de relevo, pedimos-lhe que nos désse conta de alguns aspectos daquella zona tão prospera do nosso grande Estado Central. [...]* (**A Tribuna, 23 setembro 1928**. Ano X. n.º 427.)

Figura 25: Professor Mario de Magalhães Porto (s/d).



Fonte: INVENTÁRIO da Coleção "João Quituba". Série: Fotografias. **Praça D. Pedro II, hoje Adolfo Fonseca**. Uberabinha, s/d. Uberlândia, 1989. Referência <JQ-1404>, p. 59. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Assim, Mario Porto traçava suas metas de forma bem objetiva e planejada, diminuindo o fator "acaso" em suas ambições[246].

> Dr. Mário Porto – Para o Rio de Janeiro viajou o sr. dr. Mário Porto, integro promotor de justiça desta comarca e director do Lyceu de Uberabinha.
> O illustre e talentoso educador da capital da República irá a Bello Horizonte apresentar uma these ao Congresso dos membros da Sociedade de Educação que ali estará reunido brevemente.
> Ao ilustre itinerante desejamos feliz viagem e breve regresso.
> (**A Tribuna, 26 agosto 1928**. Ano X. n.º 425.)

No Rio, procurou publicizar sua estadia na cidade, procurando o jornal *Imparcial*, que registrou a sua presença nesta capital. No decorrer da entrevista, Mario Porto deixava transparecer o seu interesse com *a creação de um Gymnasio official* em Uberabinha, demonstrando conhecimentos relacionados a questões educacionais uberabinhenses:

[246] Observe sempre as datas das citações, pois tivemos o cuidado de respeitar a ordem cronológica dos fatos. Esta cronologia é importante neste tipo de historiografia, pois evita "montagens" de documentos para forjar determinadas hipóteses. Porém nos exige muita atenção e cuidado, pois qualquer detalhe deixado para trás, pode comprometer o entendimento ou amarração dos fatos. Mário Porto não se tornou reitor do *Gymnasio Mineiro de Uberabinha* por simples acaso.

Pela Instrucção

Uma entrevista do dr. Mário Porto apreciada por um diário carioca
Sob o títuto – Alguns aspectos do Brasil Central – publicou o <Imparcial> do Rio do dia 28 de agosto o seguinte:

[...]
- E possue a sua cidade [Uberabinha] muitos estabelecimentos de ensino?
- Perfeitamente. Conta com um Gymnasio e Escola Normal, de propriedade particular, porém, bastante freqüentados, vários collegios e escolas para ambos os sexos, e o Grupo Escolar [Bueno Brandão], cuja matricula, este anno, chegou a mil cento e quarenta e tantos alumnos. Foi tal a frequencia que o governo creou um novo grupo escolar e, para sanar difficuldades do momento, alugou prédio amplo, que, provisoriamente comporia o excesso de alumnos. Emquanto isso acontece na cidade, as varias escolas ruraes, distribuídas pelo município, estão cheias de alumnos. Como vê, os poderes públicos se interessam vivamente pelo ensino, em Uberabinha, como todo o Estado. Saliento ainda o facto que vae encher de grande satisfação os habitantes do Triangulo: a creação de um Gymnasio official, naquella cidade. O sr. senador Camillo Chaves, figura política que tem trabalhado pela zona, já apresentou no Senado Estadoal o prejecto que autoriza ao executivo essa creação.
[...]
(**A Tribuna, 23 setembro 1928**. Ano X. n.º 427.)

Camilo Chaves, em Belo Horizonte, empenhou-se na aprovação da *Lei n.º 1.052 de 28 de setembro de 1928*. Esta Lei autorizava o Governo do Estado de Minas Gerais a fundar e instalar estabelecimentos de instrução secundária nas cidades de *Uberabinha, Muzambinho, Paraisopolis* e também transformava em internato e externato o *Gymnasio de Theophilo Ottoni*.

Considerando a cidade de Uberabinha, a Lei garantia a criação de um estabelecimento de ensino secundário aos moldes do *Gymnasio Mineiro de Barbacena*, devendo seguir o seu regime.

Ainda garantia que somente após *posto á disposição do governo* ***o prédio*** *para esse fim construído naquella cidade* se daria a instalação deste estabelecimento em Uberabinha. Comprovando que existiu uma prévia negociação vinculando o prédio da Sociedade à instalação deste estabelecimento.

No *Art. 3* desta mesma Lei, apareceu algo que nos chamou a atenção e um dado que deve ser considerado. O Estado mineiro estava autorizado a despender a quantia de até 200:000$000 (duzentos contos de réis), valor aproximado do custo total do prédio da Sociedade, suficiente para quitar todas as suas dívidas e ainda, ratear entre os sócios, uma pequena diferença. Guardamos para mais adiante como se deu este procedimento.

Lei n.º 1.052 de 28 de setembro de 1928

Autoriza o governo a fundar e installar estabelecimentos de instrucção secundária nas cidades de Uberabinha e Muzambinho; transforma em internato e externato o actual externato do gymnasio de Theophilo Ottoni, e contém outras disposições.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sancciono a seguinte lei:
Art. 1.º Fica o governo do Estado auctorizado a fundar e installar, na cidade de Uberabinha, um estabelecimento de instrucção secundária, filiado ao Internato do Gymnasio Mineiro de Barbacena, organizado nos moldes e de accordo com o programma deste.
Art. 2.º O provimento de todos os logares será feito de accordo com a legislação em vigor e sua installação se effectivará depois que tiver sido posto á disposição do governo o prédio para esse fim construído naquella cidade.
Art. 3.º Fica o governo auctorizado a abrir o créidito até a importância de duzentos contos de réis (200:000$000) para a compra, si necessário, e installações no referido prédio.
Art. 4.º Fica transformado em internato e externato o actual externato do gymnasio de Theophilo Ottoni.
Art. 5.º Fica o governo autorizado a despender duzentos contos de réis (200:000$000), pelo saldo orçamentário, do exercício de 1928, com as obras de adaptação e installações necessárias, no prédio existente, para funccionamento do internato.
Art. 6.º A inauguração do internato se verificará depois de concluídas as obras referidas no artigo anterior, e nessa occasião poderá o governo abrir o crédito necessário ás demais despesas com pessoal docente e administrativo, material escolar e quaesquer outras que forem precisas.
Art 7.º O internato do gymnasio de Theophilo Ottoni será modelado pelo de Barbacena e se regerá pelo regulamento e regimento deste.
Art. 8.º Fica egualmente o governo auctorizado a fundar e installar na cidade de Paraisopolis um estabelecimento de ensino secundário de que trata o art. 1.º desta lei.
Art. 9.º Para esse fim o governo despenderá até a quantia de 200:000$000.
Art. 10. Fica o governo auctorizado a crear mais uma cadeira de francez e uma de inglez para o Externato do Gymnasio Mineiro da Capital, no regulameto que está auctorizado a expedir para esse estabelecimento.
Art. 11.º Para effeito de officialização o governo entrará em entendimento com a municipalidade de Muzambinho, afim de lhe ser transferido o Lyceu Municipal daquella cidade, sem ônus para o Estado,

> contando-se, para o mesmo effeito, o tempo de fiscalização prévia a que está submettido.
> Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrário.
> Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente com onella se contém.
> Os Secretários de Estado dos Negócios do Interior e o das Finanças a façam imprimir, publicar e correr.
> Dada no Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 28 de setembro de 1928.
>
> Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
> Francisco Luiz da Silva Campos
> Theophilo Ribeiro
>
> Selada e publicada nesta Secretaria do Interior, em 28 de setembro de 1928. – O director, Arthur Eugênio Furtado.

Aprovada a Lei, ficou garantida a instalação de um *Gymnasio Mineiro*, de caráter oficial, em Uberabinha, aos moldes do *Gymnasio Mineiro de Barbacena*, dependendo para isso, somente da indicação do Prédio "prometido". O preenchimento das vagas passaria ao condicionamento da legislação estadual.

Importante notar que a notícia que relatou a instalação de um *Gymnasio* oficial em Uberabinha não caracterizou um grande entusiasmo, transparecendo ser um acontecimento natural para a cidade. Foi como se este fato fosse ocorrer naturalmente, mais cedo ou mais tarde.

O máximo que fizeram foram elogios ao Senador Estadual Camillo Chaves e ao Governo do Estado.

Muito mais ênfase foi dada pelo mesmo jornal na notícia abaixo do recorte do *Gymnasio* com referência ao cinema que se inaugurava na cidade: ***O nosso Progresso*** - *Uberabinha possue o maior e o melhor cinema de Minas*[247].

[247] *Quando em consecutivas edicções, reiteramos ao público o nosso prazer pela maneira porque progredimos, quem não conhece a nossa cidade póde pensar que exageramos. Entretanto, se em nenhuma dessas vezes nos separamos da verdade e do bom senso hoje podemos asseverar que possuímos o melhor e maior cinema do Estado. Inaugura-se-á no dia 10 do corrente, nesta cidade, o Cinema Avenida de propriedade do sr. Joaquim Marques Povoa, [...] que agora vem empregar no bello e solido edifício do Cinema Avenida centenas de contos, dotando a nossa terra com essa admirável edificação em um dos pontos mais centraes da cidade. O prédio do Cinema Avenida solidamente edificado [...] possue 16 ms. De frente por 44 de fundo e tem 10 de altura. È todo construído de alvenaria de pedra, terra e cimento, sendo as paredes 60 centímetros de largura. A sua logação é para 1400 pessoas e foi todo decorado [...] que equivale dizer que se equipara aos de São Paulo e Rio [...]. A ventilação é perfeita [...].*

Gymnasio de Uberabinha

> Está finalmente, sanccionada a lei n.º 1052 de 28 de setembro p. p. que dota esta cidade de um gymnasio nos moldes e filiado ao Gymnasio Mineiro de Barbacena.
>
> O provimento de todos os logares será feito de accordo com a legislação em vigor e a sua installação se effectivará depois que tiver sido posto a disposição do governo o prédio, para esse fim, nesta cidade.
>
> Não obstante o governo se acha autorizado, pela lei que creou o Gymnasio desta cidade, a abrir o crédito de 200:000$000 afim installar o mesmo.
>
> Felizmente Uberabinha já possue prédio destinado ao seu Gymasio e o governo vae encontrar da parte da Sociedade Progresso de Uberabinha, proprietária do referido prédio, a mais ampla boa vontade.
>
> Cumpre agora encarar o relevante serviço que vem prestar á nossa zona o estabelecimento de instrucção criado nesta cidade pela operosidade do senador Camillo Chaves e do actual governo, pois foi esse nosso representante quem na alta Camara Estadoal apresentou a medida de tanta relevância não só para o Triangulo como para Goyaz.
> (**A Tribuna, 06 outubro 1928**. Ano X. n.º 428.)

Tendo Camillo Chaves, conseguido a aprovação da Lei que garantia à Uberabinha o seu *Gymnasio Mineir*o, bastava então, resolver a questão do prédio para sessão ao estado.

O prédio cogitado na negociação para vinda do *Gymnasio Mineiro* foi mesmo o prédio da *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, a única edificação uberabinhense, até este momento, que mantinha o maior conjunto de características exigidas pelo Estado mineiro para o fim que lhe era proposto.

Desta forma, sabendo da aprovação da Lei, que garantia a vinda do Ginásio Oficial para a Uberabinha, trataram de reunir à Sociedade em Assembleia para deliberarem sobre fatos relevantes de interesse de todos os sócios. Nesta Assembleia traçariam o *Fim da Sociedade*.

Da sua inauguração dará esta folha desenvolvida reportagem. (**A Tribuna, 06 outubro 1928**. Ano X. n.º 428.)

> **Sociedade Progresso de Uberabinha**
> (Convocação)
> A Directoria da Sociedade Progresso de Uberabinha convida a todos os associados para uma reunião em Assembléia no dia 7 de Outubro próximo, ás 13h horas, no salão do Paço Municipal, para o fim de tomar a mesma Assembléa conhecimento de factos relevantes que se relacionam com a existência e fins da Sociedade.
> Uberabinha, 30 de Setembro de 1928.
> A Directoria
> (**A Tribuna, 06 outubro 1928**. Ano X. n.º 428.)

Aconteceu então, no dia 07 de outubro de 1928, domingo, às 13h, no edifício da Câmara Municipal de Uberabinha, conhecido *Paço Municipal,* a última Assembleia da Sociedade.

Como Carmo Giffoni não encontrava-se mais em Uberabinha, a presidência da Assembleia foi assumida pelo Vice-Gerente e sócio Sr. Antônio Rezende, que passou a exercer os deveres de Gerente, cargo máximo na hierarquia administrativa da Sociedade.

Aberta a sessão, foi dito pelo presidente os motivos pelos quais foi a Assembleia tinha sido convocada. Pedindo a palavra o sócio Benjamim Monteiro, demonstrou a importância de se aprovar a deliberação da Diretoria, considerando que o principal objetivo da Sociedade era dotar a cidade de um estabelecimento de ensino que viesse corresponder às necessidades da cidade e região, não tendo a Sociedade, objetivo de angariar lucros deste investimento. Assim, com a notícia da criação do Ginásio Oficial em Uberabinha, ficava atingido o *Fim da Sociedade*. Desta forma, o sócio indicou que, se aprovada a proposta de venda do prédio ao Estado mineiro e aceitando os credores, receber valores incompletos da Sociedade, ficariam assim, liquidados os débitos da Sociedade e os sócios exonerados de qualquer responsabilidade. Benjamim Monteiro propôs que fosse aprovada a venda do prédio ao Estado e o pagamento dos credores, d*e quem* [a Sociedade] *receberá plena e geral quitações.*

Pediu ainda, Benjamim Monteiro, que ficasse autorizada a Diretoria a comunicar o Presidente do Estado de Minas Gerais da deliberação desta Assembleia, agradecendo-o pela aprovação da Lei que criou o Ginásio Oficial em Uberabinha e da mesma forma, comunicar o Senador Camillo Chaves, *representante do projeto convertido em lei.*

A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade dos sócios presentes. A *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* estava chegando ao seu fim.

Acta da Assemblea dos sócios da Sociedade Progresso de Uberabinha.[248]

> Aos sete dias do mez de Outubro do anno de mil novecentos e vinte e oito, no edifício da Câmara Municipal desta cidade, de treze (13) horas, reuniu-se a Assembléia Geral da Sociedade Progresso de Uberabinha, sob a presidência do Sr. Antônio de Rezende, sub-gerente em exercício de gerente, presente também os demais membros da Directoria. Aberta a Assembléia à hora marcada na convocação achando-se presentes os sócios em número legal, pelo Sr. Presidente da Assembléia foi dito que convocava esta reunião para submeter à discussão e approvação e deliberação pela Directoria para conhecimento da Assembléia. Lida por mim a dita acta, pediu a palavra o sócio Benjamim Monteiro e disse que a deliberação da Directoria merecia a approvação da Assembléia. O fim da Sociedade foi dotar esta cidade com um estabelecimento de ensino que viesse satisfazer as necessidades crescentes da cidade e toda esta zona. Nunca teve a Sociedade por fim auferir lucros pecuniaris. Com a notícia alviçareira[249] da creação de um Gymnasio Official, ficou atingido o fim da Sociedade, e com a proposta de compra do prédio pelo estado, e pagamento imcompleto aceito pelos credores, ficam liquidados os débitos da mesma e exonerados os sócios de qualquer responsabilidade. Assim, propunha: _ a) fosse approvada a deliberação da Directoria, tomada em sua última reunião, ficando a mesma autorizada a promover a venda do prédio ao Estado, pagando os credores sociais, de quem receberá plena e geral quitações; _ b) ficasse a Directoria autorizada a dar desta deliberação conhecimento ao Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado, congratulando-se com o mesmo pela sanção da lei que creou aqui um Gymnasio Official; _ c) ficasse ainda a Directoria autorizada a dar conhecimento desta deliberação ao Exm. Sr. Senador Camillo Chaves, representante do projeto convertido em lei já sancionada, congratulando-se com o mesmo senador pela parte que tornou em acto que tão grandes benefícios vem trazer a toda esta zona e principalmente ao município de Uberabinha. Continuando em discussão e não havendo mais quem quizesse fallar, foi pelo Presidente posta em votação toda a matéria da proposta do socio Benjamim

[248] **ACTA da Assemblea dos sócios da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1928**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

[249] Alviçareira: *Alvissareiro*: adj. Que anuncia boas novas; que dá ou promete alvíssaras. / Auspicioso, promissor. (in: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.)

> Monteiro, sendo tudo approvado pela unanimidade dos sócios. Como nada mais houvia a tratar, mandou o Presidente lavrar esta acta, que vae por mim, também escripta e assignada, assignando-os também os demais socios presentes. Eu, Carlos de Oliveira Marquez, [segundo] secretário, a escrevi e assigno. Uberabinha, 07 de Outubro de 1928.
>
> Carlos de Oliveira Marquez
> Antônio de Rezende
> Clarimundo F. Carneiro
> Virgílio Rodrigues da Cunha
> Américo Mendes dos Santos
> José Villela Marques
> Manoel da Silva Oliveira
> Custódio da Costa Pereira
> Antônio Custódio Pereira
> Benjamim Monteiro
> Alexandre Ribeiro Guimarães
> Oscar Machado
> José Nonato Ribeiro
> Marciano de Ávila Júnior
> José Theophlio Carneiro
> José Carneiro
> Octávio Rodrigues da Cunha
> Eduardo Felice
> Urias Rodrigues da Cunha
> Joaquim Marques Povoa
> Amador de Oliveira Guimarães
> Daniel da Fonseca e Silva
> Constantino Rodrigues da Cunha
> Benjamim Ribeiro Guimarães
> Alfredo Rodrigues da Cunha
> Osiris Rodrigues da Cunha
> Olímpio de Freitas Costas
> Benjamim Alves dos Santos
> Eduardo Marques Cia
> Eduardo Martins Marques
> Américo Zardo
> João Bernardes da Silva
> Ayres Ribeiro Guimarães
> Gil Alves dos Santos

Com a Assembleia realizada, José Ignácio de Souza, Diretor do Ginásio de Uberabinha, estava com os dias contados. Tratou então de organizar seu destino, preparando em um novo local a continuidade do seu empreendimento educacional[250]. Por outro lado, Camillo Chaves teve a irmã nomeada professora do trabalho no Grupo Escolar “Bueno Brandão”.

[250] Segundo TEIXEIRA (1970, Vol. 2, p. 302.), José Ignácio teria transferido a Escola Normal para a Rua Marechal Deodoro esquina com Vigário Dantas, passando a oferecer também, *cursos inferiores*.

> **Pela Instrucção**
>
> A senhorita Aurora Chaves, digníssima irmã do dr. Camillo Chaves, que vinha exercendo o cargo de professora no gymnasio local, foi nomeada professora de trabalho do grupo escolar desta cidade.
> (**A Tribuna, 06 outubro 1928**. Ano X. n.º 428.)

O Senador Camillo Chaves estava em alta, pois defendia diversos interesses da cidade e região, como exemplo a concessão de direito para estradas de ferro, porém, optamos por destacar, somente fatos relacionados ao Ginásio Mineiro oficial para Uberabinha. Assim, o Senador Camillo Chaves, após quase três meses na Capital mineira, Belo Horizonte, retorna à Uberabinha e mais uma vez foi recebido, juntamente com sua família, pelas autoridades e empresários locais. Dentre eles, destacamos mais uma vez, o Professor Mario Porto.

> **Senador Camillo Chaves** – Regressou de Bello Horizonte com sua exma. Família o dr. Camillo Chaves, senador estadoal.
> Ao encontro de s. exa. e exma. Sra. D. Damartina Chaves, foram à gare da Mogyana vários amigos desta cidade entre os quaes pudemos notar: cel Marcos de Freitas, por si e como representante do cel. Antônio Alves, Aniceto Pereira e outros, Lanriston Bino, juiz de paz, capitalista Antônio Costa, industrial Clarimundo Carneiro, gerente da Empreza Força e Luz, dr. Rosenvaldo Bernardes, Américo Zardo, industrial; Tito Teixeira Costa, gerente da Empreza Telephonica, Cícero Alvin, proprietário, dr. Mário Porto, director do Lyceu, dr. Antônio Vieira Gonçalves, director do Lyceu; Washington Bernardes, odonthologico; cel. Arlindo Teixeira, chefe da Casa Teixeira Costa, José Monteiro da Silva, industrial, Arlando Carneiro, tenente Álvaro de Moraes, delegado especial desta comarca, dr. Homero de Carvalho, juiz municipal, Agenor Paes, Fernando Terra, e outras pessoas cujos nomes não nos occorrem.
> (**A Tribuna, 21 outubro 1928**. Ano X. n.º 429.)

José Theophilo Carneiro, de posse da decisão da Assembleia da Sociedade, continua corresponder-se com Pinheiro Chagas, Secretário de Agricultura de Minas, pedindo, na carta datada de 23 de dezembro de 1928, que Chagas intercedesse junto ao Presidente do Estado na intenção de agilizar a instalação do Ginásio Oficial em Uberabinha, uma vez que o prédio da Sociedade encontrava-se à disposição do Estado mineiro.

Estado de Minas Geraes, Gabinete do Secretário da Agricultura[251]
[Papel timbrado]

Bello Horizonte, 5 de Janeiro de 1929.

Prezado amigo José Theophilo

Affectuosas saudações.

Confirmando o telegramma que lhe enviei há dias, venho renovar-lhe os sinceros pezamos pela irreparável perda que acaba de soffrer com a morte de sua digna companheira.

Quanto ao pedido de sua carta de 23 de dezembro findo, tenho a satisfação de lhe communicar que intercederei com maior boa vontade junto ao Sr. Presidente para que seja feita com a brevidade possível a instalação do Gymnasio n'essa adeantada cidade, adquirindo-se desde já o prédio onde o mesmo vae funccionar.

Com a particular estima de sempre, sou o

amº attº.
DIJALMA PINHEIRO CHAGAS

Theophilo Carneiro foi insistente em seus pedidos e no dia 06 de janeiro de 1929, um dia após receber a resposta acima, enviava outra carta ao seu amigo Pinheiro Chagas solicitando procedimentos sobre a concessão de estradas de ferro e considerando o que nos interessa nesta pesquisa, Theophilo Carneiro pediu informações de como proceder para realizar a transmissão de propriedade do edifício da Sociedade para o Estado.

Pinheiro Chagas respondeu que a escritura poderia ser passada na própria cidade de Uberabinha e que outras doações ao Estado também mantiveram o registro na localidade, não necessitando deslocamento até a capital mineira.

[251] **Sinceros pêsames pela perda de sua companheira, informa que brevemente irá ser instalado o Gymnasio nesta cidade, precisando, para tanto da aquisição de um prédio para este fim. 05 janeiro 1929**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro II. Série: Correspondências Recebidas. Referência <024>. Uberabinha, 1929. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

Estado de Minas Geraes, Gabinete do Secretário da Agricultura[252]
[Papel timbrado]

Bello Horizonte, 10 de Janeiro de 1929

Prezado amigo José Theophilo

Affectuosos cumprimentos.

Accusando o recebimento de sua carta de 6 d'este, tenho o prazer de levar ao seu conhecimento que vae ser publicada dentro em breve a regulamentação da lei 1.001 de 27 de Setembro de 1927 sobre a concessão de estradas de ferro.

Quanto á installação do Gymnasio, a escriptura de compra do prédio poderá ser passada ahi mesmo, praxe essa que tem sido seguida em casos análogos.

Com particular estima, subscrevo-me

amº attº.

DIJALMA PINHEIRO CHAGAS

A insistência de Theophilo Carneiro favoreceu maior agilidade na tramitação desta questão.

A Diretoria da Sociedade tratou de realizar a transferência do imóvel, que media 4.150m^2, ao Estado de Minas Gerais, representado pelo seu consultor jurídico Dr. Fernando Martins. A Escritura foi lavrada pelo 1º Tabelião de Belo Horizonte, Dr. Plínio de Mendonça e registrada no Cartório do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia (Uberabinha), no *livro 3-"M" às fls. 166* sob o número de ordem 8.464, na data de 25 de janeiro de 1929. O oficial responsável foi Avenir Gomes dos Santos. O valor da venda foi de 65:000$000 (sessenta e cinco contos de réis) e teve como condição do contrato, a renúncia, por parte dos vendedores credores, de qualquer valor a receber contra a Sociedade, dando *plena e geral quitação* à Sociedade e ao Estado mineiro, autorizando assim, a baixa na respectiva inscrição. Por fim, o imóvel foi matriculado no *livro 02 do 2º registro sob n.º 83.011*.

[252] **Comunica que vai ser publicada a lei 1.001 de 27/09/27 sobre a concessão de estradas de ferro, quanto à instalação do Gymnasio, a escritura de compra do prédio poderá ser passada em Uberabinha. 10 janeiro 1929**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro II. Série: Correspondências Recebidas. Referência <025>. Uberabinha, 1929. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

República Federativa do Brasil Estado de Minas Gerais
1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia-MG
Certidão

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em seu Cartório, os livros destinados às transcrições das transmissões imobiliárias, a seu cargo e reponsabilidade, no livro 3-"**M**" às fls. **166**, encontrou a transcrição do teor seguinte: NÚMERO DE ORDEM: **8.464**. DATA: 25 de Janeiro de 1929. CIRCUSCRIÇÃO: Uberabinha. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Praça D. Pedro II. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Um prédio situado á Praça D. Pedro II, constituído de um Gynásio com todas as suas instalações e acessórios, e bem assim o respectivo terreno, aforado, conforme cartas de aforamentos de 1881 [0181] a 1886 [0186][253], dividido por seus diferentes lados, com a referida praça, com a rua Carijós, com Carmo Urbano [Turbiano], Minat Neves, Leonor Maria da Silva, Antônio Domingos Calábria, Laudelino Guerra e Maria F. Guerra e José Carneiro, com a área de 4.150 metros quadrados. Uberabinha, 25 de Janeiro de 1929. O oficial: (a) Avenir Gomes dos Santos. NOME E DOMICILIO DO ADQUIRENTE: O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, representado pelo Dr. Fernando Martins, Consultor Jurídico. NOME E DOMICILIO DO TRANSMITENTE: SOCIEDADE PROGRESSO DE UBERABINHA, desta praça. TÍTULO: Compra e venda. FORMA DO TÍTULO E TABELIÃO QUE O FEZ: Escritura lavrada pelo 1º tabelião de Belo Horizonte, Dr. Plínio de Mendonça. VALOR DO CONTRATO: Rs. 65:000$000 (sessenta e cinco contos de réis). CONDIÇÕES DO CONTRATO: Os vendedores [sócios da Sociedade] dão á Sociedade Progresso de Uberabinha, e ao Estado de Minas, plena e geral quitação e autorisava a baixa na respectiva inscrição, na forma da Lei. AVERBAÇÕES: Imóvel matriculado sob n.º 83.011, livro 02, do 2º Registro. Nada mais, O referido é verdade, dou fé. Uberlândia, 12 de maio de 2009.

Marcio Ribeiro Pereira - Registrador

(original em ANEXO XIII)

Realizada a Assembleia da Sociedade e formalizada a venda do prédio ao Estado de Minas Gerais, faltava um último passo para que a Sociedade fosse, enfim, liquidada: o consentimento do Presidente do Estado mineiro ao contrato firmado.

Em Uberabinha, esperava-se, com ansiedade, a instalação do Ginásio oficial ainda no ano de 1929, sendo que, estando o prédio da Sociedade, comprado pelo Estado mineiro, não havia mais o que esperar.

[253] Conforme Cartas de Aforamento (**CARTAS de Aforamento, 1919**. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia).

No mesmo trecho, a Escola Normal, que funcionava sob a Direção de José Ignácio de Souza no prédio da Sociedade, foi transferido para um outro prédio adaptado, sob o comando do mesmo Diretor. Ressaltou também a importância do Senador Camillo Chaves na defesa desta causa e demonstrou os benefícios que este novo estabelecimento traria para a cidade e região.

> **Gymnasio de Uberabinha**
>
> Estamos informando que o governo pretende, ainda este anno, installar aqui o Gymnasio de Uberabinha, nos moldes do Gymnasio Official, de Minas.
>
> Para isso já foi adquirido o prédio que funccciona, actualmente a Escola Normal, passando a mesma para outro edifício que será adaptado.
>
> Esse acontecimento assignala um serviço relevante prestado ao nosso município e a nossa região, no qual tomou parte activa o sendor Camillo Chaves.
>
> O povo desta cidade e de outras visinhas aguarda presuroso que se installe esse estabelecimento, que incontestavelmente nos trará um optimo concurso.
>
> (**A Tribuna, 03 fevereiro 1929**. Ano XI. n.º 436.)

Assim, no dia 30 de janeiro de 1929, na capital mineira, *Bello Horizonte*, contando com todos os procedimentos legais formalizados e em cumprimento ao disposto na *Lei 1.052 de 28 de setembro de 1928,* Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Presidente do Estado de Minas Gerais, baixou o *Decreto n.º 8.958* que criou, exclusivamente, o *Gymnasio Mineiro de Uberabinha*, liquidando de vez com a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*.

O Decreto definia que o *Gymnasio Mineiro de Uberabinha* ficaria organizado aos moldes do *Gymnasio Mineiro de Barbacena*, sendo o período de matrícula autorizado no período de 1º a 20 de março de cada ano, iniciando as aulas em 1º de abril. Deu ainda, poder a Francisco Campos, Secretário do Interior, para fiscalizar o Ginásio, podendo, além disso, contratar os professores necessários.

Decreto Executivo Estadual n.º 8.958 de 30 de janeiro de 1929[254]

Crêa o Gymnasio Mineiro de Uberabinha

> O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da attribuição que lhe confere o art. 57 da Constituição, e dando execução á lei n. 1.052, de 28 de setembro de 1928, resolve:
> Artigo único. Fica creado na cidade de Uberabinha, um estabelecimento de instrucção secundária, organizado nos moldes e de accordo com o programma do Internato do Gymnasio Mineiro de Barbacena.
> § 1.º A matrícula no novo Gymnasio verificar-se-á no período de 1.º a 20 de março, installando-se as aulas a 1.º de abril, como dispõe o regulamento em vigor.
> § 2.º Fica o Secretário do Interior auctorizado a contractar os respectivos professores e a prover sobre o seu funccionamento, podendo expedir instrucções que se tornem necessárias.
> O Secretário de Estado dos Negócios do Interior assim o tenha entendido e faça executar.
> Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 30 de janeiro de 1929.
> Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
> Francisco Luiz da Silva Campos

Pensamos, indagamos e confusos, repassamos: teve a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*, um fim? Cessaram as citações, encerrou-se a contabilidade, fechou-se o Diário da Sociedade, acabaram-se os créditos, promulgaram-se as Leis, dissiparam-se os sócios... Continuaram os sonhos... na materialização máxima daquele momento, eternizada naquele instante. Ficou o prédio. Sobrevive a S*ociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*.

> *[...] a creação de um Gymnasio nos moldes do Gymnasio de Barbacena, de incalculaveis beneficios não só para esta cidade como para todo a zona do Triangulo e Goyaz.* [discurso do vereador Dr. Abelardo Pena quando da mudança do nome da Praça da Liberdade para Praça Antônio Carlos] *(*CÂMARA MUNICIPAL, Uberabinha, Minas Gerais. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 12 de julho de 1929**. p. 15/frente)

[254] SILVA, 1954, p. 04.

Figura 26: O Gymnasio de Uberabinha (1921).



Fonte: Ginásio Mineiro de Uberabinha, atual Escola Estadual de 1º e 2º graus de Uberlândia. Inventário do Acervo "Professor Jerônimo Arantes". p. 29. Referência <AE JA00028-95>. Uberabinha, 1921. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

Mario Porto foi indicado o primeiro diretor do *Gymnasio Mineiro de Uberabinha* ainda em 1929.

Figura 27: Hoje, Escola Estadual de Uberlândia (2010).



Fonte: GUILHERME, Willian Douglas. **Hoje, Escola Estadual de Uberlândia**. 19 maio 2010. 1 álbum (2 fot.): color.; 8,06 x 6,04 cm.

6. CONSIDERAÇOES FINAIS

Trabalhando com elementos da História da Educação entrelaçados a elementos da História Local, este trabalho apresentou a proposta de análise de fontes documentais, sobretudo, reconsiderando a posição da História da Educação na historiografia aqui debatida.

Foi por meio desta análise que adentramos às fontes, possibilitando, talvez, enxergar dados que muitas vezes não foram explícitos. A negação de informações também revelou fatos. A utilização das fontes ditadas como primárias ganhou destaque dentro deste trabalho, mas também demonstrou que, isoladas, são frágeis. O cruzamento dessas fontes, entre si e com o acervo bibliográfico, foi necessário para tecer contribuições concretas ao estudo.

Quebrar paradigmas, datas e preconceitos, não é fácil, pois nos remete a uma provável exposição. Uma provocação que nos ofertam amigos, mas também inimigos. Não foi nossa finalidade importunar ou criar desafetos, mas foi apenas a intenção de me situar no vazio que nos encontrávamos. Esta Dissertação é também um desabafo, um diálogo, uma tentativa de compreender questões que desnorteavam-nos. Estes debates não ocorreram por acaso.

O tema é provocativo, quem foi ou o que é a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*? Por que escolhemos este tema? Qual a sua ligação com a questão educacional em Uberabinha? O que tem de relevância neste tema? Foram diversas as inquietações que surgiram durante a dissertação e impossíveis de ignorar.

Percebemos então, a responsabilidade ética que o Historiador tem ao designar fatos, ao elaborar relatórios, textos ou pareceres. Temos o poder de matar pessoas, mas também de eternizá-las. Somos Deuses? Que poder é esse? Como lidar com ele? Como decidir quem vive e quem “morre”? Foi difícil, mas concluímos que pior é, quando ignoramos esta responsabilidade, e simplesmente, repetimos, copiamos, paradigmatizamos sobre realidades que inocentemente “criamos”.

Não temos condições de falar de tudo, mas temos condições de dizer que não temos condições de falar de tudo.

A *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* demonstrou sua importância na relação progressista da cidade, mas demonstrou também, como muitas coisas que, aparentemente nos pareciam confortáveis, não ocorreram "bem assim". Vimos que a *Escola Normal annexa ao Gymnasio de Uberabinha*, insistida como marco do progresso educacional desta cidade, não foi nada além de uma tentativa desesperada de não falência do então diretor deste estabelecimento, Professor Antônio Luis da Silveira, que via nesta modalidade, uma ampliação esperançosa das suas atividades. Vimos como o discurso de progresso, desfocou este sentido, deslocando-se a frente da realidade, contribuindo na perpetuação de uma realidade dessemelhante aos fatos si.

Para o Historiador, trabalhar com a História Local é acreditar e duvidar de tudo. É, ao mesmo tempo, não deixar e deixar passar detalhes. É colocar em prática, ao extremo, tudo que tem e tudo que sabe.

A Sociedade mostrou para nós como os paradigmas são difíceis de serem quebrados e fáceis de serem perpetuados. A data de 1912, como data de instalação do Ginásio de Uberabinha sob a direção de Antônio Luis da Silveira nunca tinha sido confrontada, mas sim, reproduzida por praticamente toda a bibliografia produzida, academicamente ou não, desde 1970. Teixeira[255] definiu e assim foi perpetuado. Não duvidamos, mas quisemos ir além, descobrimos que não só a data de 1912 estaria equivocada, sendo o correto, 1915, mas que outras informações, como o caso da datação do Colégio São José, nesta mesma bibliografia também estariam equivocadas. Apreciando estes cuidados, construímos a nossa proposta de análise, que, ao mesmo tempo, nos guiou e confortou.

A Sociedade foi motivada pelo protagonista Carmo Giffoni, importante empresário da cidade, no início de 1919 e fundada legalmente em setembro do mesmo ano. O Ginásio, construído pela Sociedade entre 1919 e 1921, passou por três diretores. Luis Antônio da Silveira foi o primeiro, transferindo seu Ginásio para dentro das instalações da Sociedade. Aumentaram as despesas. Pesou o custo dos professores, do aluguel e mesmo com subsídios da Câmara

[255] TEIXEIRA, 1970, Vol. I. p. 96.

Municipal de Uberabinha, Silveira não conseguiu manter o empreendimento financeiramente.

Quando corria a notícia do fechamento do Ginásio, trataram de indicar um novo diretor, desta vez, José Avelino, ex-proprietário do extinto Colégio Mineiro. José Avelino conseguiu oficializar a Escola Normal, anexa ao Ginásio, por meio de sua equiparação a Escola Modelo oficial de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais e também consegui trazer para Uberabinha uma banca examinadora oficial quando, por motivos desconhecidos, cedeu o Ginásio para o recém chegado à Uberabinha, José Ignácio de Souza. Este último, não teve chance de demonstrar sua habilidade na direção do empreendimento, pois em menos de três meses nesta posição, ou seja, em outubro de 1927, Antônio Carlos, Presidente do Estado de Minas Gerais, visita a Uberabinha, juntamente com sua comitiva. Os membros desta comitiva fecharam diversos acordos com influentes nomes de Uberabinha, dentre eles, José Theophilo Carneiro e o Secretário de Agricultura do Estado, Dr. Djalma Pinheiro Chagas, que definiram o destino da Sociedade e dos seus bens.

Desta forma, Theophilo Carneiro correspondeu com Pinheiro Chagas sobre a possibilidade da instalação do Ginásio oficial em Uberabinha e confiaram ao Senador Camillo Chaves esta missão. Em outubro de 1928, foi aprovada a Lei que garantiu a instalação do Ginásio oficial em Uberabinha. Realizados os procedimentos legais, no dia 30 de janeiro de 1929, no *Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte,* foi baixado o *Decreto 8.958* criando definitivamente o *Gymnasio Mineiro de Uberabinha* e liquidando de vez com a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIUB. **História da ACIUB**. Disponível em: <http://www.aciub.com.br/?arq =historia>. Acessado em: 03 fevereiro 2010.

ACTA da Assemblea dos sócios da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1928. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos.** Florianópolis:UFSC, 1998. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/ framerefer.php>. Acessado em: 18 novembro 2009.

AMADO, Janaína. **História e região: reconhecendo e construindo espaços**. In: SILVA, Marco Antônio da. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 12-13.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos Sonhos Meus: memória histórica de Uberlândia**. EDUFU. 2003. p. 70.

ARAUJO, José Carlos Souza Araujo; RODRIGUES, Andréia Cristina Rezende Rodrigues. **O otimismo pedagógico e o discurso educacional na imprensa uberlandense: O Jornal A Tribuna.** In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2003, Uberlândia, MG. Anais. Uberlândia: UFU, 2003. Vol. 1. p. 328-347.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica**. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.) G*rupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas/SP: Mercado de Letras, p. 233-257. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **A propósito de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões**. Revista História & Perspectivas, Uberlândia: EDUFU, n° 20/21, 1999, p. 117-128.

BARBOSA, Lucas. **Arrendamento de estádio para Bretas está em fase final**. Correio de Uberlândia. Uberlândia, 06 julho 2009. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/pdf/jornal.php?data=06/07/2009>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2010.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Tempo: interações necessárias.** Vária História. Belo Horizonte, UFMG. Vol. 22. n.º 36: p. 460-476, Jul/Dez, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação**. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR; Décio. (Org.). *Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia/Campinas: EDUFU/Autores Associados, 2002, Vol. I. p. 151-174.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 1980.

BOAKARI, Manfredo.Educação e dependência. São Paulo, Difel. 1980. *apud* GONCALVES NET; CARVALHO; ARAUJO, 2002, p. 71.

BOSI, Antônio de Pádua. **Estatutos da Liga Operária de Uberabinha - Minas Gerais (1911)**. História em Revista (UFPel), UFPEL, Pelotas, Vol. 8, p. 183-196, 2002.

BOSI, Antônio de Pádua. **História e Historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha**. Tempo da Ciência (UNIOESTE), Vol. 12, p. 17-34, 2005.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: A estrada de ferro e a cidade de Ipameri (Início do Século XX).** 2005. 115f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005

BUFFA, Ster. **História e filosofia das instituições escolares**. In: SOUZA , José Carlos Araujo; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). *Novos Temas em História da Educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. 1 ed. Campinas-SP/Uberlândia-MG: Autores Associados/EDUFU, 2002. p. 26.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil.** Campinas, SP: [s.n] 1971.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. Coleção Repensando a História.

CAPRI, Roberto. **O município de Uberabinha: Minas - Physico, econômico, administrativo e suas riquezas naturaes e agrícolas.** São Paulo, Capri, Andrade & C. editores, 1916.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim . **Considerações sobre História Regional**. 2007 (artigo). Disponível em: <http://www.saberes.edu.br/arquivos/texto _aldieris.pdf>. Acessado em: 22 outubro 2009.

CARDIN, Eric Gustavo; BOSI, Antônio de Pádua. **A Reforma Urbana em São Pedro de Uberabinha/MG**. In: *XI Encontro Anual de Iniciação Científica*, 2002, Maringá. XI EAIC, 2002

CARNEIRO, Roberto. **Artigo sobre o Ginásio Mineiro de Uberlândia**. CHDIS - Centro de Documentação e Pesquisa em História. Coleção Roberto Carneiro II. Série: Documentos Diversos. Referência 042. Manuscrito. s/d. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. s/d.

CARTAS de Aforamento, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

CARVALHO, Carlos Henrique de. **A História Local e Regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais**. Cadernos de História da Educação. EDUFU. Uberlândia. Vol. 06, p. 51-69, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção do professor Honório Guimarães: Uberabinha-MG (1905-1922)**. 2ª ed. Ampliada e revisada. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique. **Educação e imprensa: o pensamento educacional do professor Honório Guimarães (Uberabinha-MG, 1905-1920)**. 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. ***A formação das almas:*** **o imaginário da República no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. **A configuração do Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto Republicano (Uberabinha-MG: 1911-1929)**. Dissertação (Mestrado). 2002. 133f.. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

CESSÃO de direito hypothecario, 1926. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Escrituras diversas. Assunto: Cessão de direito hipotecário. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

CÓDIGO Municipal de Posturas: Uberabinha, 1913. Uberlândia, 1913. In: *Estatutos e Leis. Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha.* Estado de Minas Gerais. 1913. Uberaba: Typographia Livraria Século XX. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

COMPANHIA MOGYANA. **Planta Geral das Linhas**. 1922. In: BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: A estrada de ferro e a cidade de Ipameri (Início do Século XX)*. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005. p. 39.

CONTRACTO Social da Sociedade Progresso de Uberabinha, 1919. Inventário: Coleção Jerônimo Arantes. Pasta temática n.º 33. Uberlândia, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

CORRESPONDÊNCIAS família Carneiro, 1928. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Correspondências. Uberabinha. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira de. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes: Uberlândia, 1900-1950**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2001.

DETALHE da fachada do antigo Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, hoje escola estadual Bueno Brandão, 1914. Coleção Jerônimo Arantes. Referência <AE JA00999-95>. Uberabinha, 1919. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

DIÁRIO da Sociedade, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Livros da Sociedade Progresso de Uberabinha (1919) p. 93. Referencia <002>. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal - Uma Releitura**. 6. ed. Atual. São Paulo: Summus, 1986.

DOSWORTRH, Henrique. **Cem anos de Ensino Secundário no Brasil: 1826 – 1926**. Rio de Janeiro, 1968.

EXTRACTO do Banco de Crédito Real de Minas Geraes. 22 abril 1925. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa.** 3ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. **História e Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929 - 1950).** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

GATTI JÚNIOR, Décio. ; INÁCIO FILHO, Geraldo. ; ARAUJO, José Carlos Souza. ; GONÇALVES NETO, Wenceslau. . Fabricando Interpretações: primeiros passos rumo à construção da História Educacional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Boletim do CDHIS, Uberlândia/MG, v. 9, n. 17, p. 2-3, 1996.

GHANTOUS, Daniella Soraya Resende Araújo. **Gymnasio Mineiro de Uberlandia: o processo de disciplinarização escolar (1937-1945).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 236p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro**. Cadernos de História da Educação (UFU), Uberlândia-MG, Vol. I, n.º 1, 2002. p. 133-139.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. ARAÚJO, José Carlos Souza. INÁCIO FILHO, Geraldo. GATTI JÚNIOR, Décio. **Educação e Imprensa: Análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX.** Revista de Educação Pública, CUIABÁ, MT, Vol. 06, n. 10, p. 123-162, 1999.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX**. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JR., Décio. (Org.). *Novos temas em História da Educação Brasileira*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia: UDUFU, 2002, p. 197-225.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de ; ARAUJO, José Carlos Souza . **Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950)**. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). *Novos Temas em História da Educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. 1ª ed. Campinas-SP / Uberlândia-MG: Autores Associados. EDUFU, 2002, p. 67-89.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Pulsões culturais no início do século XX: grêmios literários, conferências, teatro e música em Uberabinha, MG, 1908-1920**. In: SCHELBAUER, Analete; ARAUJO, José Carlos Souza. (Org.). *História da educação pela imprensa*. Campinas, SP: Alinea, 2007, p. 107-128.

GRÊMIO Literário Recreativo Feminino. *Revista Ilustração Mineira: Literatura,Critica Commercio e Lavoura*. Uberabinha, 1926, p. 20. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

GUILHERME, Willian Douglas. **O Progresso e a Cidade de Uberabinha-MG: Evidências Oficiais – 1888 a 1922.** Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia. 2007 (Monografia). Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2677801/o-ideal-de-progresso-e-a-cidade-de-uberabinhamg-evidencias-oficiais-1888-a-1922>.

GUILHERME, Willian Douglas; GONÇALVES NETO, Wenceslau. CARVALHO, Carlos Henrique de. **Educação e Progresso: Evidências Oficiais em Uberabinha de 1911**. In: *Cadernos de História.* Uberlândia, MG, Vol.I, n.º14, p. 09-20. Set. 2005 / Set. 2006, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A influência paulista na formação econômica e social Triângulo Mineiro**. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; SILVA, Vitorino Alves da. **Passado dinâmico e futuro de desafios**. Gazeta Mercantil, Uberlândia, p. 2. 30 agosto 2001.

INVENTÁRIO da Coleção "João Quituba". Série: Fotografias. *Ginásio de Uberabinha, Praça de República, hoje Tubal Vilela. Reitor Antônio Silveira.* Uberabinha, 1919. Uberlândia, 1989. 129p. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia)

KOLATA, Gina. **Gripe: a história da pandemia de 1918**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 382p.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. **Práticas Educativas no Período Republicano, Uberlândia 1915 a 2005: uma Experiência de Diálogo entre História da Educação e Museu**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Trabalhos Completos. Goiânia, 2006. Vol. 1. p. 01-10.

LIVRO de Leis do Município de Uberabinha, 1919-1922. Camara Municipal de Uberabinha. Leis de n.º 221 a 267. 1919 a 1922. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, Minas Gerais, 1923. (Arquivo Públio Municipal de Uberlândia)

LIVRO de Leis do Município de Uberabinha, 1926. Câmara Municipal de Uberabinha. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, Minas Gerais, 1926. (Arquivo Públio Municipal de Uberlândia)

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Novos trilhos, outras trilhas....** In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. (Org.). *Uberlândia Revisitada - memória, Cultura e Sociedade*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 109-139.

MACHADO, Celso Cordeiro. **Mendes Pimentel e a fundação da primeira Universidade do Estado de Minas Gerais**. In: Instituto dos Advogados de Minas Gerais - Revista. Disponível em <http://www.iamg.org.br/>

MAGALHÃES, Justino. **Modernidade, Políticas e Saberes Escolares: Ciclos de Modernização do Brasil**. Universidade Federal de Uberlândia, Seminário apresentado. 16 a 19 de Setembro de 2009. Uberlândia. Minas Gerais. Brasil. 2009. In: Magalhães, Justino. *Duvida teórica*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <justinomagalhaes@ie.ul.pt> em 1º Novembro 2009.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **Os primórdios da imprensa no Brasil** (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLAND, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador - a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MARQUES, Rodrigo Prado. **Sociedades limitadas no Brasil**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1ª ed. 2006.

MARTINS, Cristiane Nascimento. **A educação como irradiação do progresso: genealogias e sua expressão na Primeira República em Uberabinha, MG.** 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2006.

MATOS, Ana Paula de. **Os símbolos e a simbologia religiosa: o papel da Igreja Católica**. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Maringá. 2009. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. I, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br /gtreligiao/pub.html>. Acessado em: 22 dezembro 2009.

MENDES, Viviane Santana. **História e Memória: a Escola Estadual de Uberlândia (1912/1929)**, 2000. 88p. Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1919.

MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais:** 1926. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1929**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

MINAS GERAIS. Constituição (1891). **Constituição do Estado de Minas Gerais:** promulgada em 15 de junho de 1891.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatistica Geral. **Esboço da divisão municipal vigentes em 1º de setembro de 1920 e cartogramma da respectiva densidade demographica**. [Bello Horizonte], 1920. 01 Mapa. Escala 1:3000000. Imprensa Official de Minas.1920. CÉSAR, José Ximenes (Cartógrafo).

MINISTÉRIO da Fazenda. **Ministros de Estado da Fazenda: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/ institucional/ministros/rep018.asp> Acessado em: 23 novembro 2009.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. **Uberlândia: 1985**. Câmara Municipal de Uberlândia. Uberlândia, 45p., 1985.

NOTAS Promissórias contraídas pela Câmara Municipal a serem pagas à Sociedade Progresso de Uberabinha com valores diferenstes. Fundo: Prefeitura Municipal – Poder Executivo. Série: Contabilidade. Sub-Série: Notas Promissórias. 1926, p. 25. (Arquivo Público Municipal)

NUNES, Ylana Carolina Marques. **Trabalho e Educação em Uberabinha: construção de uma ordem social (1891-1906)**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, VIII, 2004, João Pessoa-PB. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anas8/trabalhos.htm >. Acessado em: 17 janeiro 2010.

PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. Uberabinha, 1922. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

PREFEITURA Municipal de Uberlândia. **Tombamento prédio Escola Estadual de Uberlândia**. Secretaria Municipal de Cultura. 2004. *Processo Administrativo 007/2004*. 70f. Folha 06. (p. 06.) Requerido em: 26 fevereiro 2010. (Secretaria Municipal de Administração, Seção de Protocolo.)

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **A Praça Tubal Vilela e seu entorno: efêmeras criações urbanas**. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade. Uberlânda*. EDUFU, 2008, p. 179-119.

RELATÓRIO para equiparação do Gymnasio Mineiro de Uberabinha ao Collegio Pedro II. 1934. Uberlândia, 1934. (Arquivo da Escola Estadual de Uberlândia)

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional: Minas Gerais, 1888-1928**. 2008. 256f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 79.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **República(s) Imaginada(s)**. (resenha). Revista Aulas - História Cultural em Multimidia, v. 02, p. 01-08, 2006.

ROCHA e SILVA, Luiz Antonio. **História da Construção do Prédio do Colégio Estadual de Uberlândia (Museu) feita pela "Sociedade para o Progresso de Uberabinha"**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Ano 12, n.º 25, 2º Semestre/99. Uberlândia, 10-13, 1999.

ROCHA, Juliana. **Pandemia de gripe de 1918**. INVIVO. História. s/d. Disponível em <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7>. Internet, 2009. Acessado em: 25 junho 2009.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva; BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **Elementos fundamentais na construção da memória histórica: O Historiador e o arquivo.** Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa em História - UFU, Uberlândia-MG, Vol. 13, 1995.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço, simbolismo e religião: resenha do Simpósio Temático**. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. Maringá. 2009. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá (PR) v. I, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acessado em: 22 dezembro 2009.

SANTOS, Regma Maria dos. **Práticas Culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1897 1950)**. Historia & Perspectivas (UFU), Vol. I. p. 207-226, 2009.

SCHMIDT, Leide Mara. LUPORINI, Teresa Jussara. LIMA, Madalena Margarida Mergen. RIBAS, Mariná Holzmann. **Políticas educacionais, história e memória: a utilização de fontes primárias no processo de**

investigação. In: V Jornada do HISTEDBR, 2005, Sorocaba. Anais.... Sorocaba : HISTEDBR, 2005.

SILVA, Eurico. **Escorço histórico: Colégio Estadual**. Uberlândia, 1954. (Arquivo da Escola Estadual de Uberlândia)

SILVA, Hélio. **Artur Bernardes: o segundo 05 de julho, 1922-1926**. São Paulo. Grupo de Comunicações Três. 1983.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Estruturação interna e a construção dos signos de modernidade da Cidade Jardim**. In: BRITO, Diogo de Souza; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes. (Org.). *Uberlândia revisitada: memória, cultura e sociedade*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 141-179.

SOUZA, Velso Carlos de. **Inventário da Coleção "Uberlândia"**. Série: Fotografias. *Pequeno grupo de pessoas posam para foto na Praça da Independência*, Uberabinha, 1890/1910. Uberlândia. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História)

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da Criação do Município de Uberlândia**. Uberlândia Gráfica. 1ª ed. Vol. I. Uberlândia. 1970.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História da Criação do Município de Uberlândia**. Uberlândia Gráfica. 1ª ed. Vol. II. Uberlândia. 1970.

UBERABA e o Poder Legislativo - de 1837 aos dias atuais. Uberaba, 17 agosto 2009. Disponível em: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2009/08/uberaba-e-o-poder-legislativo-de-1837.html>. Acessado em: 13 fevereiro 2010. (Arquivo Público de Uberaba)

VAGO, Tarcísio Mauro; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica**. In: FARIA FILHO; Luciano Mendes de; PEIXOTO, Anamaria Casasanta. (Org.). *Lições de Minas - 70 anos da Secretaria de Educação*. 1ª ed. Belo Horizonte (MG): Governo de Minas Gerais, 2000, Vol. I, p. 32-47.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Constituição e desenvolvimento da profissão do professor municipal: Uberabinha/Uberlândia (1892-1930)**. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação: *A Educação e seus Sujeitos na História*, 2006, Goiânia-GO. ANAIS. Vol. Único, 2006.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Escola Normal, Imprensa e Câmara Municipal de Uberabinha (1923-1927)**. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2003, Uberlândia. ANAIS ELETRÔNICOS, 2003.

VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Escola Normal e Imprensa: Uberabinha (1919-1927)**. In: II Congresso Brasileiro de

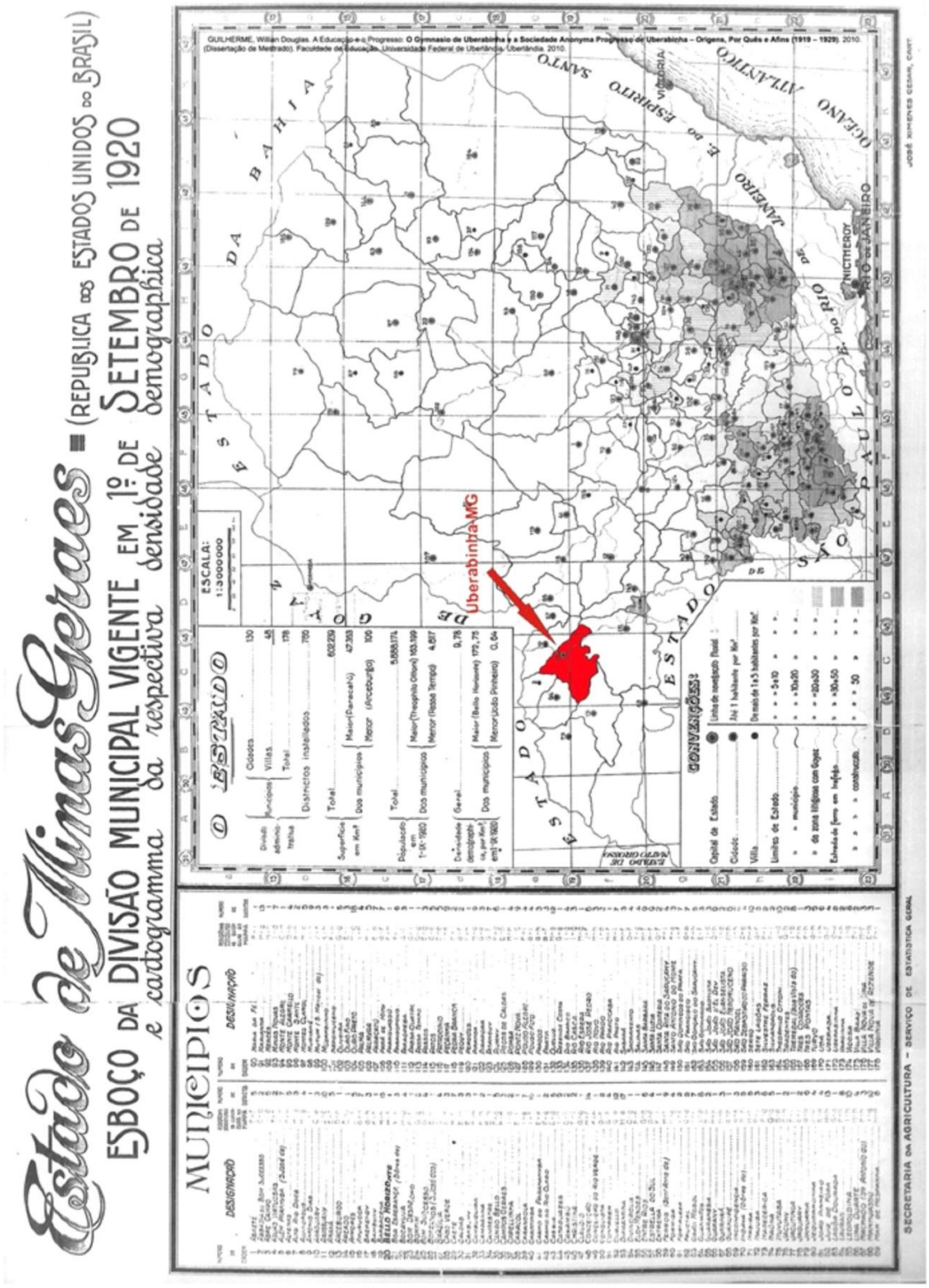
História da Educação*: História e Memória da Educação Brasileira*, 2002, Natal-RN. Anais, 2002.

VIEIRA, Flávio César Freitas; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Escolarização em Uberabinha nos anos vinte**. CEPPG Revista (Catalão), Catalão-GO, Vol. VI, n.º 10, p. 28-42, 2004.

VIEIRA, Lívia Carolina; CARVALHO, Rosana Areal de; MARCUSSO, Marcus Fernandes. **Jornal O Germinal : Um olhar sobre as iniciativas de promoção da educação pública e primária em mariana (1901-1930)**. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2009, Campinas. Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2009.

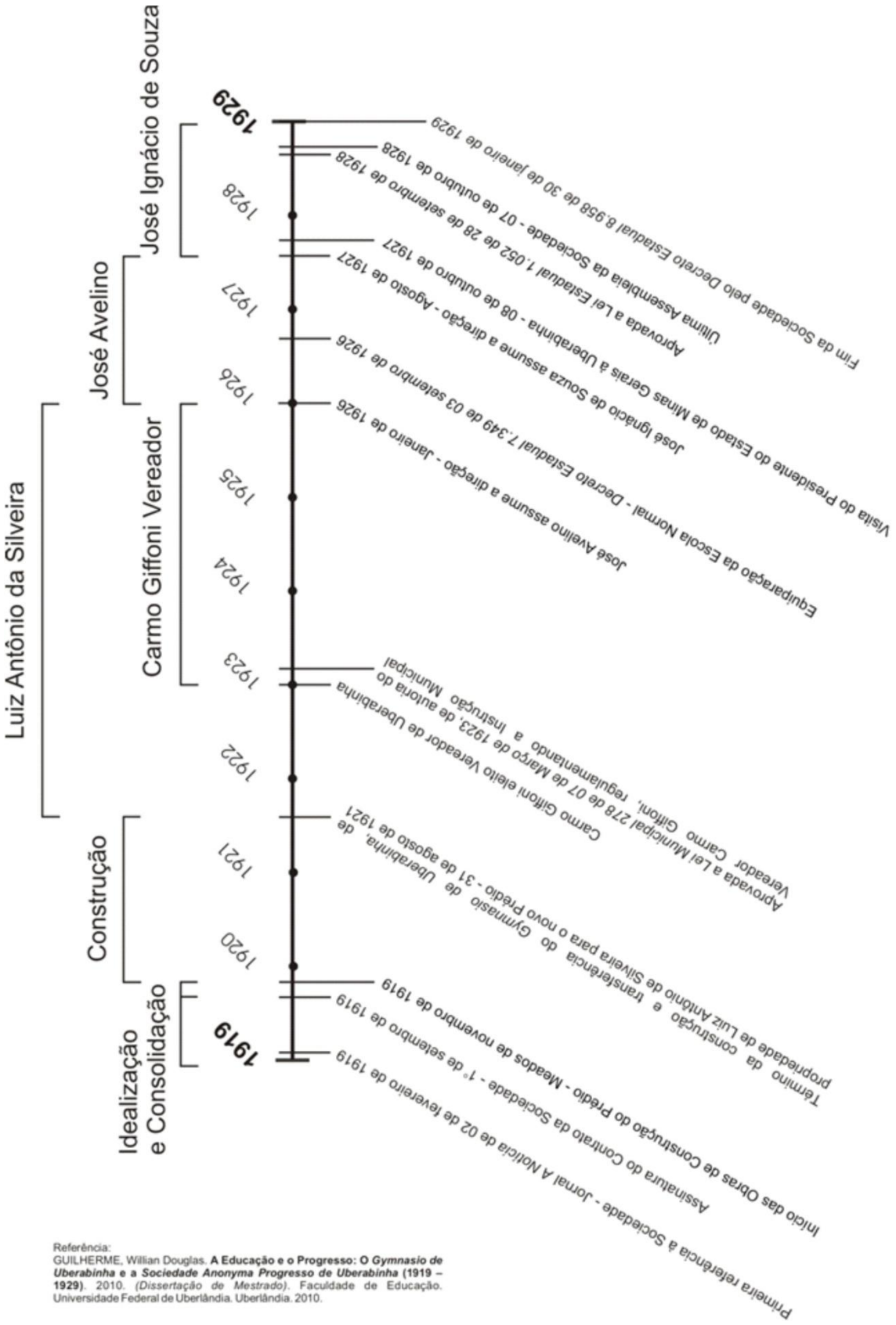
8. ANEXOS

ANEXO I - Esboço da Divisão Municipal Vigentes em 1º de Setembro de 1920 e Cartogramma da Respectiva Densidade Demographica.[256]



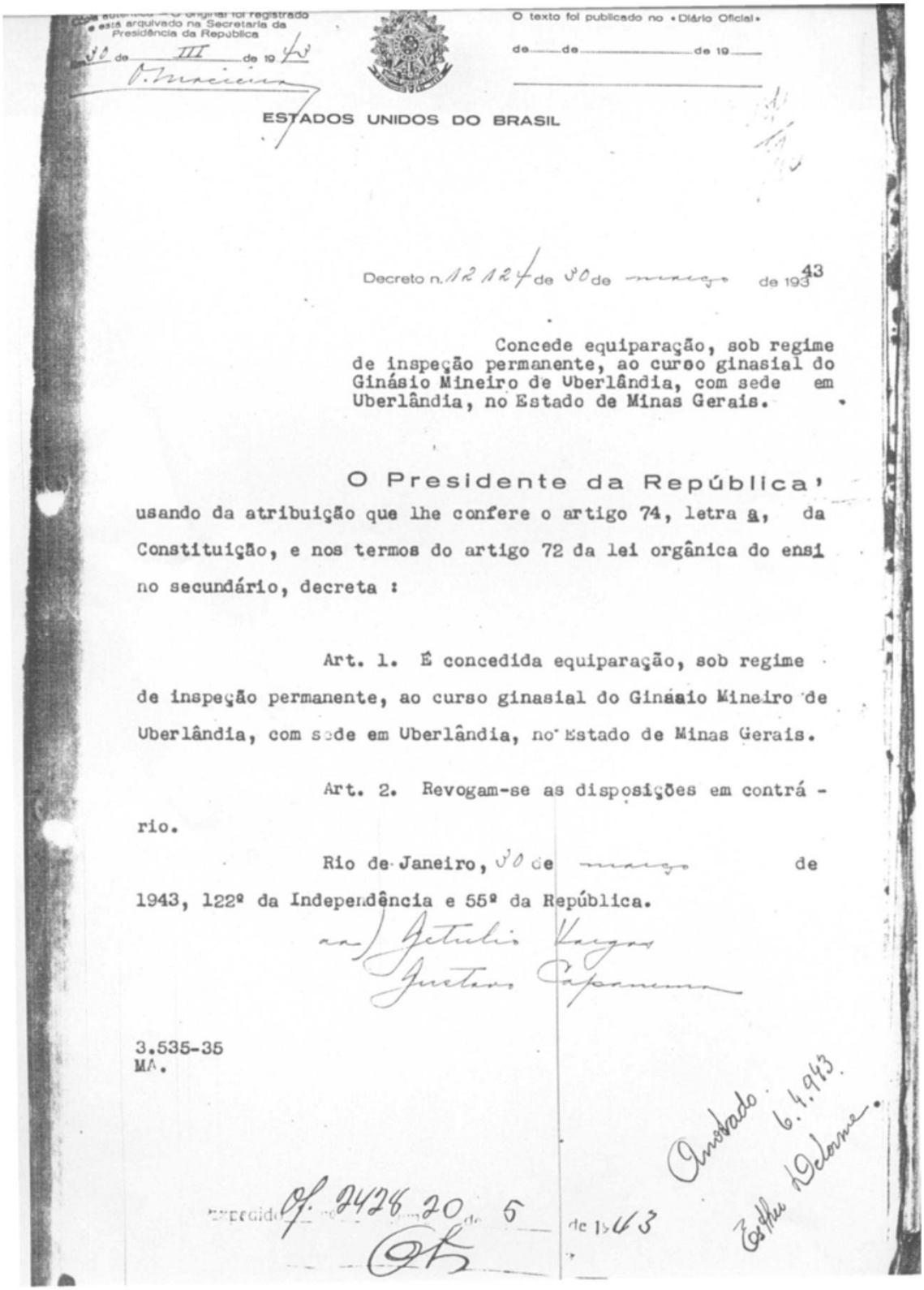
[256] MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatistica Geral. **Esboço da divisão municipal vigentes em 1º de setembro de 1920 e cartogramma da respectiva densidade demographica**. [Bello Horizonte], 1920. 01 Mapa. Escala 1:3000000. Imprensa Official de Minas.1920. CÉSAR, José Ximenes (Cartógrafo).

ANEXO II – Linha Temporal da Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919 a 1929).



Referência:
GUILHERME, Willian Douglas. **A Educação e o Progresso: O *Gymnasio de Uberabinha* e a *Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha* (1919 – 1929)**. 2010. *(Dissertação de Mestrado)*. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010.

ANEXO III – Decreto do Executivo Federal n.º 12.124 de 30 de março de 1943.[257]



O original foi registrado e está arquivado na Secretaria da Presidência da República
30 de III de 1943

O texto foi publicado no «Diário Oficial»
de de de 19

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Decreto n. 12.124 de 30 de março de 1943

Concede equiparação, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginasial do Ginásio Mineiro de Uberlândia, com sede em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição, e nos termos do artigo 72 da lei orgânica do ensino secundário, decreta:

Art. 1. É concedida equiparação, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginasial do Ginásio Mineiro de Uberlândia, com sede em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

Getulio Vargas
Gustavo Capanema

3.535-35
MA.

Anotado 6.4.943
Esther Delorme

Especial Of. 2426 20 5 de 1943

ANEXO IV - Mapa Parcial de Uberabinha em 1915.[258]



[258] **Cidade de Uberabinha**, 1915**.** Câmara Municipal de Uberabinha, 1915. 1 mapa. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

ANEXO V – Decreto Legislativo Federal n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 – Regula a constituição de sociedades por quotas de responsabilidade limitada.[259]

DECRETO N. 3.708 — DE 10 DE JANEIRO DE 1919

Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanccciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Além das sociedades a que se referem os arts. 295, 311, 315 e 317 do Codigo Commercial, poderão constituir-se sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.

Art. 2.º O titulo constitutivo regular-se-ha pelas disposições dos arts. 300 a 302 e seus numeros do Codigo Commercial, devendo estipular ser limitada a responsabilidade dos socios á importancia total do capital social.

Art. 3.º As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, adoptarão uma firma ou denominação particular.

§ 1.º A firma, quando não individualize todos os socios, deve conter o nome ou firma de um delles, devendo a denominação, quando possivel, dar a conhecer o objectivo da sociedade.

§ 2.º A firma ou denominação sòcial deve ser sempre seguida da palavra — limitada. Omittida esta declaração, serão havidos como solidaria e illimitadamente responsaveis os socios gerentes e os que fizerem uso da firma social.

Art. 4.º Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada não haverá socios de industria.

Art. 5.º Para todos os effeitos, serão havidas como quotas distinctas a quota primitiva de um socio e as que posteriormente adquirir.

Art. 6.º Devem exercer em commum os direitos respectivos os co-proprietarios da quota indivisa, que designarão entre si um que os represente no exercicio dos direitos de socio. Na falta desse representante, os actos praticados pela sociedade em relação a qualquer dos co-proprietarios produzem effeitos contra todos, inclusive quanto aos herdeiros dos socios. Os co-proprietarios da quota indivisa respondem solidariamente pelas prestações que faltarem para completar o pagamento da mesma quota.

Art. 7.º Em qualquer caso do art. 289 do Codigo Commercial poderão os outros socios preferir a exclusão do socio remisso. Sendo impossivel cobrar amigavelmente do socio, seus herdeiros ou successores a somma devida pelas suas quotas ou preferindo a sua exclusão, poderão os outros socios tomar a si as quotas annulladas ou transferil-as a estranhos, pagando ao proprietario primitivo as entradas por elle realizadas, deduzindo os juros da móra e mais prestações estabelecidas no contracto e as despezas.

Art. 8.º E' licito ás sociedades a que se refere esta lei adquirir quotas liberadas, desde que o façam com fundos disponiveis e sem offensa do capital estipulado no contracto. A acquisição dar-se-ha por accôrdo dos socios, ou verificada a exclusão de algum socio remisso, mantendo-se intacto o capital durante o prazo da sociedade.

[259] **COLLECÇÃO das leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1919.

Art. 9.° Em caso de fallencia, todos os socios respondem solidariamente pela parte que faltar para preencher o pagamento das quotas não inteiramente liberadas.

Assim, tambem, serão obrigados os socios a repôr os dividendos e valores recebidos, as quantias retiradas, a qualquer titulo, ainda que autorizadas pelo contracto, uma vez verificado que taes lucros, valores ou quantias foram distribuidos com prejuizos do capital realizado.

Art. 10. Os socios gerentes ou que derem o nome á firma não respondem pessoalmente pelas obrigações contrahidas em nome da sociedade, mas respondem para com esta e para com terceiros solidaria e illimitadamente pelo excesso de mandato e pelos actos praticados com violação do contracto ou da lei.

Art. 11. Cabe acção de perdas e damnos, sem prejuizo da responsabilidade criminal, contra o socio que usar indevidamente da firma social ou que della abusar.

Art. 12. Os socios gerentes poderão ser dispensados de caução pelo contracto social.

Art. 13. O uso da firma cabe aos socios gerentes; si, porém, for omisso o contracto, todos os socios della poderão usar. E' licito aos gerentes delegar o uso da firma sómente quando o contracto não contiver clausula que se opponha a essa delegação. Tal delegação, contra disposição do contracto, dá ao socio que a fizer pessoalmente a responsabilidade das obrigações contrahidas pelo substituto, sem que possa reclamar da sociedade mais do que a sua parte das vantagens auferidas do negocio.

Art. 14. As sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, responderão pelos compromissos assumidos pelos gerentes, ainda que sem o uso da firma social, si forem taes compromissos contrahidos em seu nome ou proveito, nos limites dos poderes da gerencia.

Art. 15. Assiste aos socios que divergirem da alteração do contracto social a faculdade de se retirarem da sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do ultimo balanço approvado. Ficam, porém, obrigados ás prestações correspondentes ás quotas respectivas, na parte em que essas prestações forem necessarias para pagamento das obrigações contrahidas, até á data do registro definitivo da modificação do estatuto social.

Art. 16. As deliberações dos socios, quando infringentes do contracto social ou da lei, dão responsabilidade illimitada áquelles que expressamente hajam ajustado taes deliberações contra os preceitos contractuaes ou legaes.

Art. 17. A nullidade do contracto social não exonera os socios das prestações correspondentes ás suas quotas, na parte em que suas prestações forem necessarias para cumprimento das obrigações contrahidas.

Art. 18. Serão observadas quanto ás sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e na parte applicavel, as disposições da lei das sociedades anonymas.

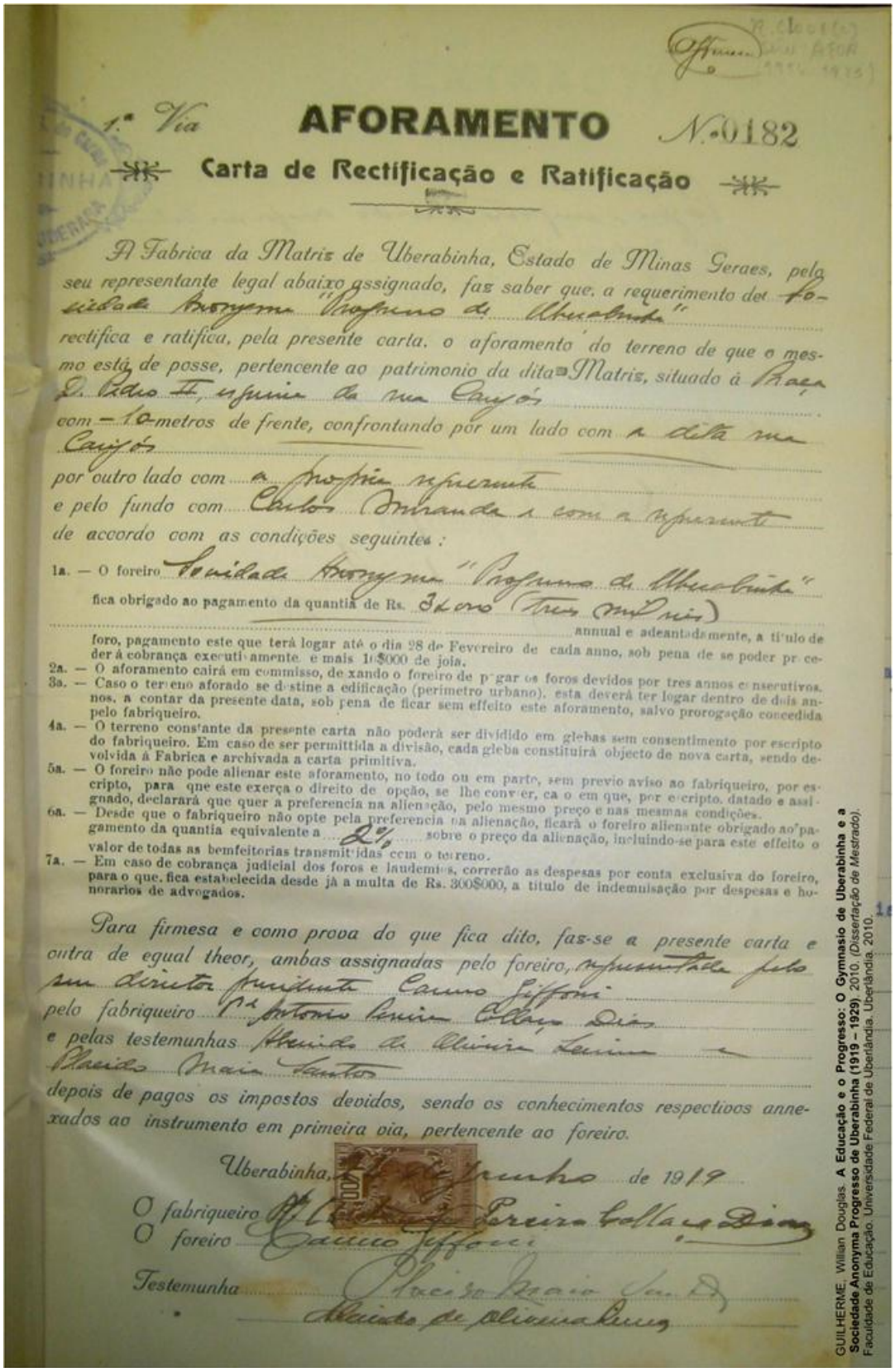
Art. 19. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1919, 98° da Independencia e 31° da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

Antonio de Padua Salles.

ANEXO VI – Carta de Aforamento Original (n.º 0182).[260]



1ª Via

AFORAMENTO N.º 0182

Carta de Rectificação e Ratificação

A Fabrica da Matriz de Uberabinha, Estado de Minas Geraes, pela seu representante legal abaixo assignado, faz saber que, a requerimento da Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha" rectifica e ratifica, pela presente carta, o aforamento do terreno de que o mesmo está de posse, pertencente ao patrimonio da dita Matriz, situado à Praça D. Pedro II, esquina da rua Cayrós com 10 metros de frente, confrontando por um lado com a dita rua Cayrós por outro lado com a propria requerente e pelo fundo com Carlos Miranda e com a requerente de accordo com as condições seguintes:

1a. — O foreiro Sociedade Anonyma "Progresso de Uberabinha" fica obrigado ao pagamento da quantia de Rs. 3$000 (tres mil réis) annual e adeantadamente, a titulo de foro, pagamento este que terá logar até o dia 28 de Fevereiro de cada anno, sob pena de se poder proceder á cobrança executivamente e mais 10$000 de joia.

2a. — O aforamento cairá em commisso, deixando o foreiro de pagar os foros devidos por tres annos consecutivos.

3a. — Caso o terreno aforado se destine a edificação (perimetro urbano), esta deverá ter logar dentro de dois annos, a contar da presente data, sob pena de ficar sem effeito este aforamento, salvo prorogação concedida pelo fabriqueiro.

4a. — O terreno constante da presente carta não poderá ser dividido em glebas sem consentimento por escripto do fabriqueiro. Em caso de ser permittida a divisão, cada gleba constituirá objecto de nova carta, sendo devolvida á Fabrica e archivada a carta primitiva.

5a. — O foreiro não pode alienar este aforamento, no todo ou em parte, sem previo aviso ao fabriqueiro, por escripto, para que este exerça o direito de opção, se lhe convier, caso em que, por escripto, datado e assignado, declarará que quer a preferencia na alienação, pelo mesmo preço e nas mesmas condições.

6a. — Desde que o fabriqueiro não opte pela preferencia na alienação, ficará o foreiro alienante obrigado ao pagamento da quantia equivalente a 2% sobre o preço da alienação, incluindo-se para este effeito o valor de todas as bemfeitorias transmittidas com o terreno.

7a. — Em caso de cobrança judicial dos foros e laudemios, correrão as despesas por conta exclusiva do foreiro, para o que fica estabelecida desde já a multa de Rs. 300$000, a titulo de indemnisação por despesas e honorarios de advogados.

Para firmeza e como prova do que fica dito, faz-se a presente carta e outra de egual theor, ambas assignadas pelo foreiro, representado pelo seu diretor presidente Carmo Jeffoni pelo fabriqueiro Pe Antonio Pereira Bellas Dias e pelas testemunhas Placido Maia Santos e Placido Maia Santos depois de pagos os impostos devidos, sendo os conhecimentos respectivos annexados ao instrumento em primeira via, pertencente ao foreiro.

Uberabinha, 1º de Junho de 1919

O fabriqueiro Pe Antonio Pereira Bellas Dias

O foreiro Carmo Jeffoni

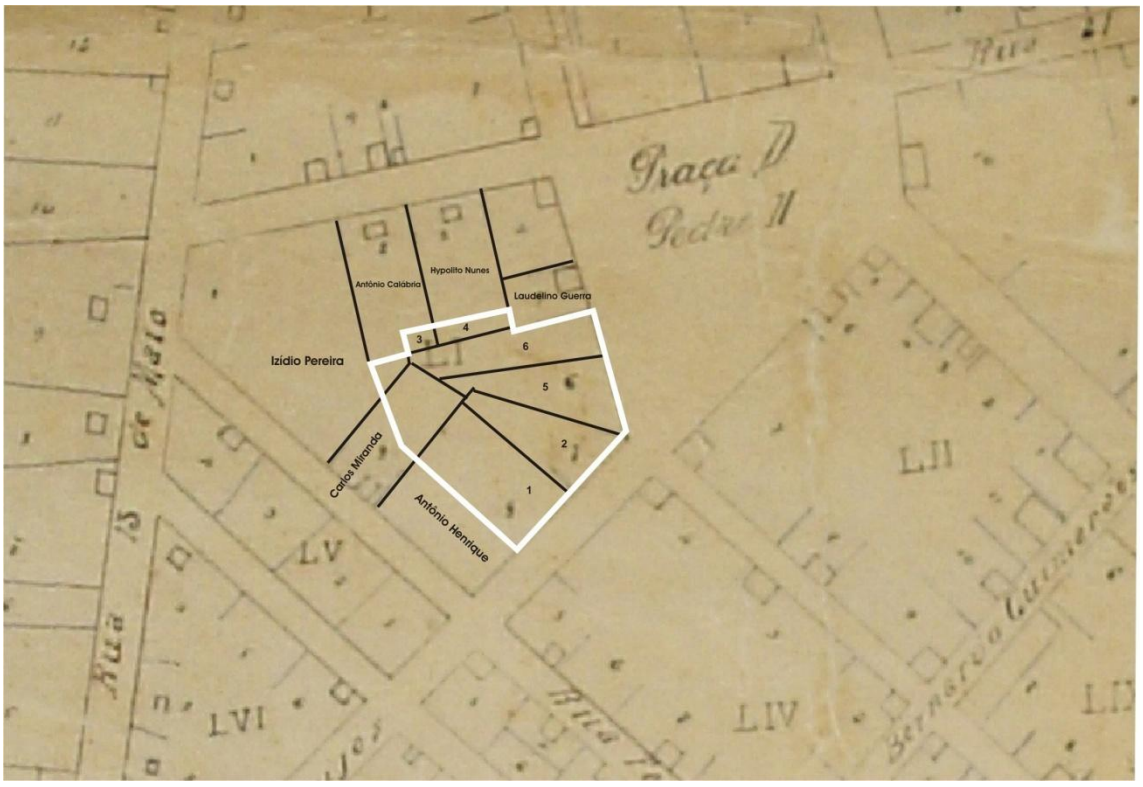
Testemunha Placido Maia Santos

Placido de Oliveira Lima

GUILHERME, Willian Douglas. **A Educação e o Progresso: O Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919 – 1929)**. 2010. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2010.

[260] **CARTAS de Aforamento**, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Aforamento (1916-1923). p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia).

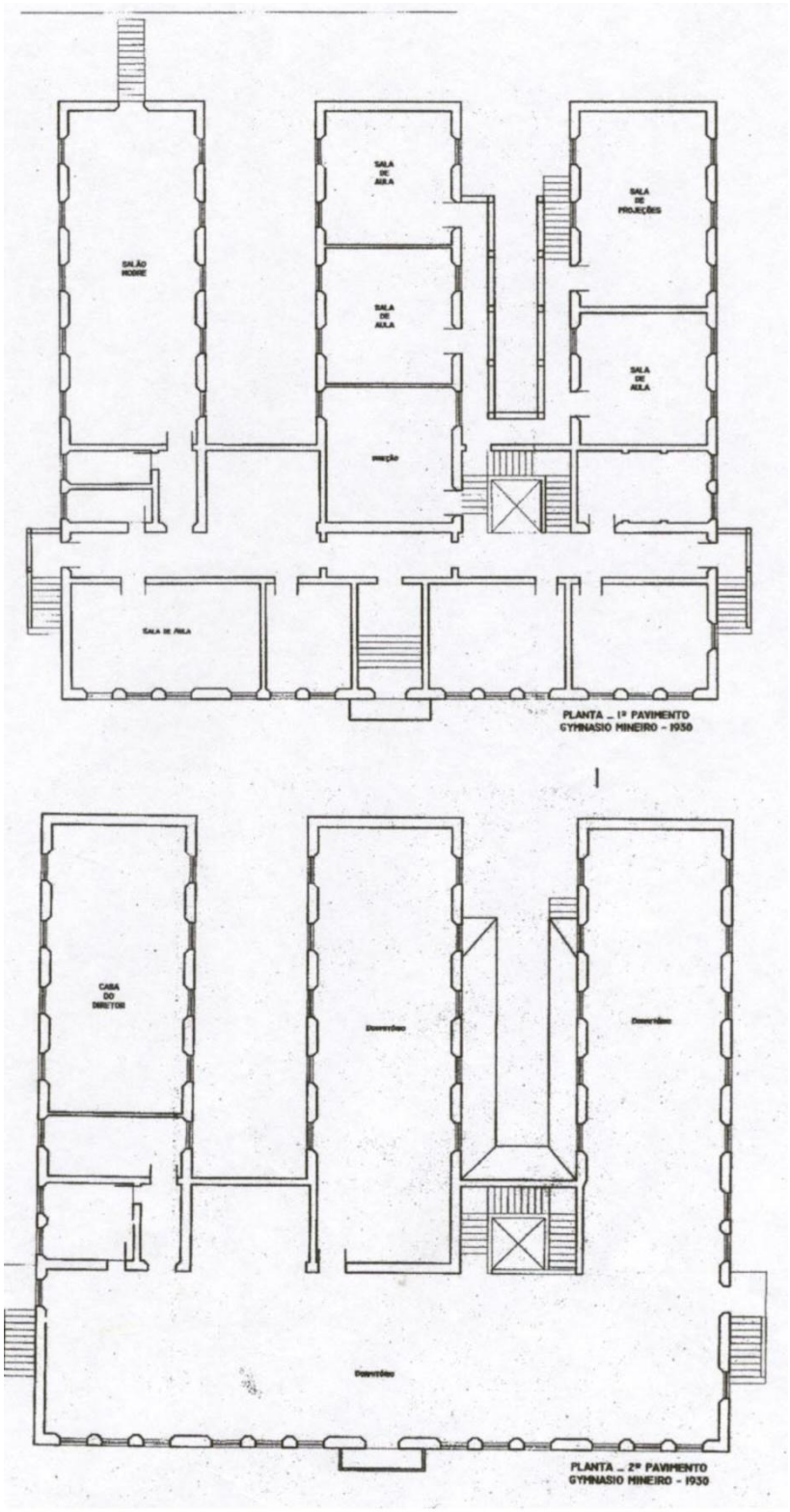
ANEXO VII – Divisão aproximada dos Terrenos adquiridos pela Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha.



Observações:
a) Comparar com o ANEXO V.
b) Os dados desta divisão (contornos em cor preto) não são exatos e apenas sugerem uma possível aproximação com referência aos dados contidos nas seis Cartas de Aforamento[261] pertencentes a Sociedade.
c) O contorno de cor branca coincide com o tamanho real da área pertencente à Sociedade.
d) o fundo utilizado é refere-se ao mesmo mapa apresentado no ANEXO V[262].

[261] **CARTAS de Aforamento**, 1919. Inventário: Coleção Roberto Carneiro I. Série: Aforamento (1916-1923). p. 87. (CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História, Universidade Federal de Uberlândia).
[262] **Cidade de Uberabinha**, 1915**.** Câmara Municipal de Uberabinha, 1915. 1 mapa. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia)

ANEXO VIII – Planta do 1º e 2º Pavimento do *Gymnasio Mineiro de Uberlândia* (1930).[263]



[263] PREFEITURA Municipal de Uberlândia. **Tombamento prédio Escola Estadual de Uberlândia**. Secretaria Municipal de Cultura. 2004. *Processo Administrativo 007/2004*. 70f. Folha 06. (p. 06.) Requerido em: 26 fevereiro 2010. (Secretaria Municipal de Administração, Seção de Protocolo.)

ANEXO IX - Planta Geral das Linhas da Companhia Mogyana.[264]



[264] COMPANHIA MOGYANA. **Planta Geral das Linhas**. 1922. In: BRANDÃO, Hilma Aparecida. *Memórias de um tempo perdido: A estrada de ferro e a cidade de Ipameri (Início do Século XX)*. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2005. p. 39.

ANEXO X - Balancete Geral da Sociedade Progresso de Uberabinha encerrado em 31 de Agosto de 1921.[265]

				SALDOS	
TÍTULOS	**C/ CAP.**	**DÉBITO**	**CRÉDITO**	**DEVEDOR**	**CREDOR**
Américo Mendes dos Santos	“	500$000	500$000		
Affonso Carneiro	“	1:000$000	1:000$000		
Alfredo Rodrigues da Cunha	“	500$000	500$000		
Alexandre Ribeiro Guimarães	“	1:000$000	1:000$000		
Antônio Felix Arantes	“	200$000	200$000		
Antônio Custódio Pereira	“	400$000	400$000		
Antônio de Rezende	“	4:000$000	4:000$000		
Antônio Vieira Gonçalves	“	1:000$000	200$000	800$000	
Antônio Peixoto	“	200$000	200$000		
Antônio Costa	“	400$000	400$000		
Antônio Santa Cecília (Dr.)	“	200$000	200$000		
Alexandre Marquez	“	1:000$000	1:000$000		
Américo Zardo	“	1:000$000	1:000$000		
Amador de Oliveira Guimarães	“	200$000		200$000	
Agenor da Silva Pereira Bino	“	2:500$000	2:000$000	500$000	
Ayres Ribeiro Guimarães	“	1:000$000	1:000$000		
Alexandre de Oliveira Marquez	“	400$000		400$000	
Arthur Rodrigues	“	2:000$000	400$000	1:600$000	
Anisio Theodoro de Oliveira	“	200$000	200$000		
Azarias Ignácio de Souza	“	8:600$000	6:740$000	1:860$000	
Abrahão Metran	“	200$000	200$000		
Adolpho Carneiro & C.	“	1:000$000	1:000$000		
Benjamim Monteiro	“	400$000	400$000		
Benjamim Guimarães	“	2:000$000	2:000$000		
Benjamim Alves dos Santos	“	2:000$000	2:000$000		
Belchior Bradamante Toledo	“	200$000	100$000	100$000	
Clarimundo F. Carneiro	“	2:600$000	2:600$000		
Constantino Rodrigues da Cunha	“	5:000$000	5:000$000		
Câmara Municipal	“	11:000$000	11:000$000		
Carmo Giffoni	“	3:000$000	3:000$000		
Carlos de Oliveira Marquez	“	2:000$000	2:000$000		
Custódio da Costa Pereira	“	1:500$000	1:500$000		
Daniel da Fonseca e Silva	“	1:000$000	1:000$000		
Ernesto Rodrigues da Cunha	“	2:000$000	2:000$000		
Eduardo Felice	“	600$000	600$000		
Eduardo Marquez & C.	“	1:000$000	1:000$000		
Eduardo Martins Marquez	“	1:000$000	1:000$000		

[265] **A Tribuna, 07 setembro 1921**. Ano III. n.º 104.

Emerenciano Candido da Silva	“	2:000$000	800$000	1:200$000	
Francisco Ramella	“	400$000	240$000	160$000	
Fernandino Rodrigues da Cunha	“	1:000$000	1:000$000		
Firmino Antônio Grama	“	300$000	300$000		
Gil Alves dos Santos	“	1:000$000	1:000$000		
Israel Marra da Fonseca	“	200$000	200$000		
Irmãos Teixeira	“	200$000	200$000		
José Theophilo Carneiro	“	5:000$000	5:000$000		
José Carneiro	“	2:600$000	2:600$000		
José Monteiro da Silva	“	200$000	200$000		
José Villela Marquez	“	5:000$000	5:000$000		
José Nonato Ribeiro	“	1:000$000	1:000$000		
José Grama	“	1:000$000	200$000	800$000	
José da Costa Carvalho	“	400$000	400$000		
José dos Santos	“	800$000	160$000	640$000	
José Giffoni	“	300$000	300$000		
João Rodrigues Borges	“	500$000	500$000		
João Bernardes de Souza	“	600$000	600$000		
João Ribeiro Guimarães	“	400$000	240$000	160$000	
João Rodrigues de Castro	“	1:000$000	600$000	400$000	
João Bernardes da Silva	“	1:000$000	1:000$000		
João Naves de Ávila	“	600$000	480$000	120$000	
João Abrahão & Filho	“	200$000	200$000		
João Rodrigues da Silva	“	200$000	200$000		
Joaquim Marques Povoa	“	6:000$000	6:000$000		
J. S. Rodrigues da Cunha	“	1:000$000	1:000$000		
Lamartine Moreira	“	200$000	200$000		
Manoel da Silva Oliveira	“	400$000	400$000		
Marciano de Ávila Júnior	“	1:800$000	1:800$000		
Marciano Saturnino de Ávila	“	1:000$000	400$000	600$000	
Mizne Rodrigues de Castro	“	600$000	360$000	240$000	
Mário Guimarães Faria (Dr.)	“	1:000$000	200$000	800$000	
Nestor Rezende	“	1:000$000	200$000	800$000	
Nicolau Candelor	“	100$000	50$000	50$000	
Oscar Gomes Moreira	“	500$000	200$000	300$000	
Osires Rodrigues da Cunha	“	1:200$000	1:200$000		
Octávio Rodrigues da Cunha	“	1:000$000	1:000$000		
Oscar Machado	“	2:000$000	2:000$000		
Olympio de Freitas	“	5:000$000	5:000$000		
Odilon José Ferreira	“	200$000	200$000		
Oscar Miranda	“	200$000	200$000		
Pio Alves Barboza	“	200$000	200$000		
Philomena Teixeira (D.)	“	200$000	200$000		
Pedro Schwindt	“	200$000	200$000		
Ronan Rodrigues da Cunha	“	500$000	500$000		
Severiano Rodrigues da Cunha	“	1:000$000	1:000$000		

Severiano Rodrigues Borges	“	1:000$000	1:000$000		
Salvino José de Araújo	“	400$000	240$000	160$000	
Setrake Naccache	“	100$000	100$000		
Salvador Melazo	“	200$000	200$000		
Tancredo Rodrigues da Cunha	“	400$000		400$000	
Tobias Junqueira	“	1:000$000	1:000$000		
Urias Rodrigues da Cunha	“	1:000$000	1:000$000		
Virgílio Gomes Moreira	“	500$000	500$000		
Virgílio Rodrigues da Cunha	“	3:000$000	3:000$000		
Wenceslau Gomes da Costa	“	200$000	200$000		
Zacharias Jorge Gomes	“	400$000	320$000	80$000	
Zeferino Rodrigues de Rezende	“	500$000	500$000		

Despezas Geraes		4:542$000		4:542$000	
Juros e Descontos		6:431$740	10$050	6:421$690	
Commissões		1:000$000		1:000$000	
Letras a Receber		11:000$000		11:000$000	
Edifício do Gymnasio		227:414$360	2:082$050	225:332$310	
Donativos			1:500$000		1:500$000
Aluguel do Edifício			1:333$332		1:333$332
Contas Correntes		120:930$348	225:063$016	1:333$332	105:466$000
Obrigações a Pagar			20:000$000		20:000$000
Letras Descontadas			11:000$000		11:000$000
Capital			90:000$000		90:000$000
Capital em Ampliação			32:700$000		32:700$000
Caixa		147:904$450	147:904$450		
Totais:		641:922$898	641:922$898	261:999$332	261:999$332

ANEXO XI - Lei Municipal n.º 278 de 07 de Março de 1923 – Regulamento Municipal da Educação.[266]

Lei n.º 278, de 07 de Março de 1923

A Camara Municipal de Uberabinha, por seus vereadores decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1 - Ficam Creadas sete (7) escolas ruraes de ensino primario e elementar neste município, mantidas pela Camara Municipal, nos núcleos de população que offerecem, gratuitamente, o prédio para o seu funccionamento.

§ 1 - Alem das escolas ruraes de que trata o artigo anterior, fica igualmente creada uma escola noturna, na sede do município, para o sexo masculino, recebendo sómente alumnos maiores de 16 annos.

§ 2 - O Agente Executivo poderá fundar outras escolas ruraes onde existir população escolar mínima de cincoenta creanças e haja offerta de prédio para seu funcionamento.

§ 3 - A cessão de que trata o art. 1 não importa em doação, sendo o prédio restituído ao seu proprietário desde que a Camara suppima ou transfira a escola.

Art. 2 - Para que as escolas sejam mantidas é necessário que apresentem no mínimo, 30 alumnos matriculados e freqüência mensal de 20, considerando-se alumnos freqüentes os que comparecerem no mínimo a 15 lições durante o mez.

Art. 3 - As escolas que não tiverem a freqüência do artigo anterior serão transferidas para outra zona, ficando os paes responsáveis pela transferência, lançados por 2 annos, nas penalidades do art. 6.

Art. 4 - O anno lectivo será de 1 de fevereiro a 30 de Novembro, funccionando as aulas todos os dias úteis das 11 às 15 horas.

§ 1 - Quando a escola tiver mais de 50 alumnos matriculados e media de freqüência de 40 poderá ser desdobrada em duas aulas, sendo uma das 7 às 10 e outra das 12 às 16 horas.

§ 2 - Serão observados todos os feriados Nacionaes, Estadoaes, Municipaes e aquelles em que por qualquer circustancia especial o Presidente da Camara suspender o expediente.

Art. 5 - Serão admittidas nas escolas primarias ruraes todas as creanças de um e outro sexo, limitada a idade de 8 a 16 annos para o masculino e de 8 a 12 para feminino.

---

[266] CAMARA Municipal de Uberabinha. **Livro de Leis do Município de Uberabinha**, 1919-1926. Uberabinha: Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia). p. 10-18.

Art. 6 - O perímetro escolar terá um raio de três kilometros, sendo obrigatória a freqüência para todas as creanças que residirem dentro desses limites, sendo lançados em 50$000, a titulo de indemnisação escolar annualmente, os paes que, recusarem a obrigatoriedade escolar de seus filhos.

§ 1 - A taxa do art. 6 será cobrada englobadamente com os demais impostos do contribuinte, não lhe sendo permittido pagar os outros impostos sem satisfazel-a.

§ 2 - Quando o pae rebelde fôr sem recursos, não sendo contribuinte nem offerecendo garantias para o pagamento da taxa será avisado o fazendeiro de quem fôr colono, para que providencie na ordem de freqüência escolar de seus filhos, ficando responsável pela penalidade de seu colono, caso não lhe faça obedecer ao preceito legal.

Art. 7 - A localisação das escolas fica ao critério do Agente Executivo, fundado nos requerimentos, offertas e indicações dos interessados e do Inspector Municipal.

Art. 8 - Para auxiliar a fiscalização das escolas Municipaes, fica creado o lugar de Inspector Municipal do Ensino, nomeado livremente pelo Agente Executivo, devendo ser pessôa de sua confiança e de reconhecida competencia pedagógica.

Art. 9 - Ao Inspector Escolar compete:

a) Visitar todos os estabelecimentos escolares, municipaes, ou subvencionados pela Camara, quer urbanos quer ruraes, de 60 em 60 dias;

b) Dar attestados de exercícios aos professores Municipaes;

c) Informar requerimento dos mesmos;

d) Apresentar alvitres ao Presidente da Camara no sentido de desenvolver o ensino;

e) Propôr a creação, suppressão e transferência de escolas;

f) Entender-se pessoalmente com os habitantes dos nucleos ruraes a respeito da instrucção;

g) Propôr ao Presidente da Camara, nomeação, remoção ou demissão de professores;

h) Apresentar semestralmente ao Presidente da Camara um relatorio de todo o movimento escolar do município, no qual fallará reservadamente sobre a competencia e dedicação de todos os professores sujeitos à sua fiscalisação;

i) Examinar os predios que forem offerecidos à Camara para funccionamento de escolas;

j) Verificar se os professores estão executando regularmente o programma e horários annexos a esta lei;

k) Visar o livro de escripturação das escolas;

l) Dar instrucções aos professores;

m) Assistir ao funccionamento das aulas, indicando aos professores as modificações necessárias no methodo por elles seguidos;

n) Dar algumas aulas quando verificar que o professor não comprehendeu bem o programma;

o) Lavrar termo das visitas que realisar, mencionando-lhe dia, nome do professor, numero de alumnos presentes e as instrucções que der;

p) Visar a copia desses termos, que deverá, pelo professor ser remettido ao Presidente da Camara, no fim do mez em que se der a visita;

q) Presidir os concursos que se realisarem para provimento dos lugares de professores;

r) Executar e fazer executar todas as ordens que sobre matéria de instrucção forem emanadas do Presidente da Camara.

Art. 10 - Por qualquer falta dos deveres prescriptos no artigo anterior, o Inspector Escolar será admoestado; reincidindo, multado na quantia de 50$000 a 200$000 e na terceira vez exonerado.

Art. 11 - O Inspector escolar terá os vencimentos de 250$000 mensaes, applicando-se-lhe também as disposições relativas a licenças que nesta lei se referem aos professores.

Art. 12 - Os professores Municiapes são funccionarios nomeados e admitidos livremente pelo Presidente da Camara.

§ 1 - Têm preferência para esse cargo:

1 - Os diplomados pelas escolas normaes do Estado.

2 - Os professores particulares que se sujeitarem ás exigências do artigo subsequente.

Art. 13 - Para nomeação de professor são exigidos os seguintes predicados:

a) Ser brasileiro nato ou naturalisado;

b) Idade mínima de 20 annos para os homens e 18 para as mulheres;

c) Não soffrer de moléstia repulsiva ou contagiosa;

d) Prestar exame de que trata o artigo que se segue.

Art. 14 - Para nomeação de professor municipal, na hypothese do candidato não ser normalista, submetter-se ha este a um exame perante uma commissão composta de duas pessôas idoneas nomeadas pelo Presidente da Camara e presidida pelo Inspector Escolar.

§ 1 - Esse exame terá lugar no edifício da Camara Municipal, em dia e hora designados pelo Agente Executivo, e será publico, dando-se delle conhecimento aos interessados por edital affixado no lugar próprio e publicado pela imprensa.

§ 2 - Do resultado do exame a commissão lavará uma acta concluindo pela approvação ou reprovação do candidato.

§ 3 - Essa acta será também publicada em resumo por edital e pela imprensa, mencionando-se nome dos candidatos approvados e o numero de reprovados.

Art. 15 - São deveres do professor municipal:

1 - Procurar desenvolver a actividade dos alumnos, incutindo-lhes pela palavra e pelo exemplo sentimentos de patriotismo e amor à causa, dever e do bem;

2 - Não praticar nenhum acto contrario à moral ou aos bons costumes;

3 - Não deixar de dar aula sem motivo justificado perante o Presidente da Camara;

4 - Executar o programma e horário officiaes;

5 - Entender-se pessoalmente com os habitantes do lugar onde funcciona sua escolar afim de que esta tenha freqüência regular;

6 - Comparecer no prédio escolar pelo menos 15 minutos antes da hora designada para início dos trabalhos;

7 - Não empregar os alumnos em misteres differentes dos deveres escolares;

8 - Velar pela conservação do prédio escolar, do mobiliário e dos livros que lhe forem confiados;

9 - Fazer com regularidade a escripta dos livros;

10 - Remetter mensalmente ao Presidente da Camara, um boletim do movimento da sua escola, em que se mencionarão o numero de alumnos matriculados e de freqüentes, dias lectivos, suas faltas de exercício e o numero de visitas officiaes. Esse boletim deve ser visado pelo Inspector;

12 - Executar as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente da Camara.

Art. 16 - Tanto os professores como o Inspector tomarão posse perante o Presidente da Camara, dentro de 30 dias contados do acto da sua nomeação.

§ único - Excedido esse praso, o Presidente da Camara fará nomeação de outro candidato, approvado no mesmo concurso, se houver, ou abrirá novo concurso em hypothese diferente.

Art. 17 - Aos professores municipaes poderá o Presidente da Câmara conceder os seguintes premios, conferidos em virtude de sua competencia, assiduidade, devotamento ao ensino, freqüência e aproveitamento de sua escola:

1.º - 800$000 ao professor classificado em 1.º lugar;

2.º - 500$000 ao professor classificado em 2.º lugar;

3.º - 200$000 ao professor classificado em 3.º lugar;

§ 1 - Para ter direito a qualquer dos premios do artigo anterior, é necessario que a escola tenha tido freqüência media de 20 alumnos e approvação em exame de ¾ dos mesmos.

Art. 18. - Os premios ficam limitados a um de cada valor por anno, podendo o mesmo professor ser premiado em annos seguidos, caso o seu mérito se evidencie sempre sobre os demais.

Art. 19 - Ficam arbitrados em 1:800$000 annuaes os vencimentos dos professores municipaes, pagos mensalmente.

Art. 20 - Aos professores poderá o Presidente da Camara

conceder licença de 60 dias no maximo.

§ 1 - As licenças serão para o tratamento de saúde e nogocios. No primeiro caso, o funccionario perceberá a metade dos vencimentos e no segundo caso, perderá todos elles.

§ 2 - As licenças para tratamento de saúde, só poderão ser concedidas mediante attestado medico.

§ 3 - O professor que não reassumir as suas funcções quando findar a licença em cujo goso estiver, fica sujeito às penas do art. 10, à juízo do Presidente da Camara. Iguaes penas ser-lhe-hão, impostas nas demais faltas que commetter.

Art. 21 - Havendo conveniência para o ensino, poderá o Presidente da Camara nomear professores substitutos, quando os effectivos estiverem em licença.

§ 1 - Os professores substitutos terão a metade dos vencimentos quando o licenciado estiver em tratamento de saude ou totalidade quando a licença tiver sido concedida para tratar de negócios. Os professores substitutos estão dispensados de concurso.

Art. 22 - No último mez do anno lectivo o Inspector designará o dia para exames de cada uma das escolas, devendo estes se realizarem de 1.º a 31 de Dezembro.

§ 1 - Esses exames serão procedidos perante uma banca presidida pelo Inspector e composta de mais duas pessoas idoneas nomeadas pelo Agente Executivo.

§ 2 - A designação dos dias de exames e das respectivas commissões deverá ser publicada com antecedência por editaes e imprensa.

§ 3 - Os exames deverão ser públicos, convidando-se para assistil-os os membros da Camara, autoridades escolares do Estado, as famílias dos alumnos e pessoas gradas do lugar.

§ 4 - As notas de exame serão: 3 a 5 simplesmente; 6 a 9 plenamente e 10 distincção. O alumno que não obtiver a media 5 será reprovado.

Art. 23 - Dos exames lavrar-se-á uma acta, em livro próprio, devidamente assignada pela commissão, e na qual se mencionem os nomes dos alumnos approvados e respectivas notas, bem como o numero dos reprovados.

§ único - Dessa acta deverá ser remettida copia authenticada ao Presidente da Camara.

Art. 24 - As escolas municipaes terão o horário e o programma annexo a esta Lei, e do seu curso fazem parte as seguintes matérias, divididas em três annos: leitura, escripta, Língua Pátria, arithmetica, educação moral e cívica, geographiam história do Brasil, noções de agricultura e educação physica.

Art. 25 - No ensino de leitura e demais materiais deverão ser adoptados os methodos instructivos e práticos e comdemnado o systhema de soletração e decoração.

§ único - São expressamente prohibidos os castigos physicos, as

injurias e ameaças entre professores e alumnos.

Art. 26 - Os livros a serem usados serão indicados no principio de cada anno lectivo pelo Presidente da Camara.

Art. 27 - As escolas municipaes funccionarão em departamento cedidos pelos habitantes do lugar, até que a Camara possa construir prédio próprio e serão transferidas para outra zona, sempre que o Governo Estadoal crear cadeiras no mesmo lugar.

Art. 28 - As escolas municipaes estão sujeitas à fiscalisação das autoridades estadoaes e os snrs. [senhores] professores, deverão observar todas as instrucções que lhes forem ministradas por taes autoridades.

Art. 29 - A matricula nas escolas municipaes será feita em qualquer época do anno, em livro próprio, aberto, numerado e rubricado pelo Inspector Escolar, com o "visto" do Presidente da Camara, e terá as seguintes columnas: numero – nome do alumno – idade – filiação – residência – data da matricula – anno do curso – observações.

§ único - Serão eliminados:

1º. - Os que concluírem o curso;

2º. - Os que attingirem ao maximo da idade escolar;

3º. - Os que tiverem moléstias repulsivas ou contagiosas, contrahidas depois de matriculados.

Art. 30 - Alem do livro de matricula, as escolas deverão ter mais os seguintes: ponto diário – termos de visitas - e um diccionario da língua portugueza.

Art. 31 - Tanto os livros do artigo anterior como os didacticos para alumnos pobres, quadro negro, giz, talha com torneira e demais material escolar serão fornecidos pela Camara, por ordem especial do Agente Executivo, à requisição dos professores, visada pelo Inspector, devendo taes requisições ficar registradas na Camara Municipal.

Art. 32 - Os livros de escripturação das escolas, uma vez encerrados e todo material escolar, no caso de suppressão do ensino, deverão ser remettidos à Camara.

Art. 33 - Os alumnos pobres, que concluírem o curso com distincção nas escolas de instrucção primária, poderão ser admittidos, gratuitamente, por mais quatro annos, nos estabelecimentos de ensino secundário, subvencionados pela municipalidade, observando-se a ordem chronologica de seus exames.

Art. 34 - Fica o Agente Executivo autorisado a subvencionar os seguintes estabelecimentos escolares desta cidade:

a) Gymnasio de Uberabinha, com a quantia de 2:000$000, ficando a Camara com direito a 10 lugares, no curso secundário, para alumnos pobres;

b) Collegio N. S. da Conceição, com a quantia de 1:400$000, tendo a Camara direito a 2 lugares no curso secundário e 10 no primario para creanças pobres;

c) Collegio Amor às Letras, com a importância de 1:200$000, tendo a municipalidade direito a 12 lugares no curso primario, para alumnos pobres.

Art. 35 - As matriculas nos estabelecimentos subvencionados pela municipalidade deverão ser feitas mediante guia do Agente Executivo, observando-se sempre que uma mesma família não tenha mais de dous [dois] filhos percebendo esse auxilio, afim de que o favor seja alcançado por maior numero de necessitados.

Art. 36 - Os estabelecimentos subvencionados pela municipalidade deverão fornecer ao Presidente da Camara, trimestralmente, em boletim dos alumnos que estiverem recebendo instrucção por conta da Camara, com dados sobre aproveitamento, freqüência, falhas, comportamento, etc.

Art. 37 - Os alumnos matriculados nas escolas subvencionadas pela Camara, no curso primario, serão examinados annualmente, como os das escolas municipaes, pela commissão examinadora da Camara, perdendo o direito à subvenção a escola que não der uma quota de 2/3 de alumnos freqüentes, julgados habilitados.

§ único - Os exames dos alumnos do curso secundário beneficiados pela municipalidade, deverão ser assistidos pelo Agente Executivo ou por pessoa por elle designada.

Art. 38 - Os auxílios e subvenções constantes desta lei, só serão pagos em seguida à verificação da approvação dos alumnos, de accôrdo com o artigo 37.

Art. 39 - Todas as escolas particulares Urbanas, que seguirem a presente Lei, terão direito aos mesmo favores dispensados ao Collegio Amor às Letras, de accôrdo com a letra C do art. 34.

Art. 40 - As escolas particulares Ruraes, que adoptarem esta Lei, terão igualmente direito ao auxilio annual de 1:000$000, ficando a Camara com oito lugares nessas escolas, para matricula de creanças pobres.

§ único - As escolas de que trata o artigo anterior que receberem por conta da municipalidade 16 alumnos, terão subvenção dobrada, se provarem freqüência e aproveitamento dos mesmo, de accôrdo com o art. 37.

Art. 41 - Sempre que seja possível, o Agente Executivo assistirá aos exames escolares, do município, por si ou por delegação a algum Membro da Camara.

Art. 42 - O Agente Executivo promoverá junto ao Governo do Estado a obtenção de favores e premios a que fizerem jus as escolas municipaes ou particulares, subvencionadas, de accôrdo com o Regulamento Estadoal de ensino em vigôr.

Art. 43 - As escolas estadoaes isoladas poderão concorrer aos premios creados pelo artigo 17 desta Lei, devendo neste caso, o professor officiar ao Presidente da Camara para

assistir aos exames, e sujeitar-se às exigências desta lei.

Art. 44 - A Commissão examinadora, nomeada de accôrdo com o artigo 22 §1, será remunerada em seus dias de trabalho na proporção do que vencem os professores municipaes, e terá conducção fornecida pela Camara.

Art. 45 - Fica creada uma Caixa Escolar Municipal nos moldes das estadoaes, para auxilio à instrucção das creanças desvalidas, sob a presidência do Agente Executivo.

Art. 46 - A taxa de indeminisação escolar, lançada como penalidade aos infractores do artigo 6 desta lei, reverterá em beneficio da Caixa Escolar Municipal.

Art. 47 - Fica o Agente Executivo autorisado a abrir créditos necessários para fazer face as despezas desta Lei, até a quantia de Rs. 25:000$000 (vinte e cinco contos de réis), uma vez que a verba própria seja insufficiente.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 49 - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

Paço da Camara Municipal de Uberabinha, 7 de Março de 1923.

O Presidente da Camara,
Eduardo Marquez

ANEXO XII – Lei n.º 317 de 28 de julho de 1924.[267]

Lei n. 317. de 28 de Julho de 1924.

A Camara Municipal de Uberabinha, por seus vereadores decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1—Fica alterada a lei 278, de 7 de Março de 1923 pela seguinte fórma:

1—No § 2 do art. 1 substituam-se as palavras — cincoenta creanças, por—trinta creanças;

2—No art. 3 supprimam-se as palavras: por 2 annos;

3—Na letra a do art. 9 substituam-se as palavras: de 60 em 60 dias, por: de 30 em 30 dias;

4—No art. 11 onde diz: 250$000, substitua-se por: 300$000;

5—Supprimam se os arts. 17 e seu § 1 e o art. 18;

6—No artigo 19 onde diz: 1:800$000, substitua-se por: 2:400$000;

7—No § 1 do art. 19 substitua-se a palavra—annuaes—por —mensaes;

8—Ao § unico do art. 29 accrescente-se o seguinte inciso: 4—os insubordinados;

9—Supprimam-se as letras b e c do art. 34 e accrescente-se ao mesmo o seguinte paragrapho; § unico: Fica o Agente Executivo autorisado a subvencionar com 1:200$000 annuaes os estabelecimentos de ensino primario urbano, dirigidos por professores idoneos e que tenham, pelo menos 30 alumnos matriculados, com frequencia mensal de 20, ficando a Municipalidade com direito a 12 lugares para alumnos pobres;

10—No art. 36 substitua-se a palavra: trimestralmente, por: mensalmente;

11—No art. 37, depois da palavra—Camara, accrescente-a: com audiencia previa do Inspector Escolar Municipal e onde diz: 3/4, substitua-se por 2/3;

12—Supprima-se o art. 39;

13—Supprima-se a materia do art. 43 e substitua-se por: As escolas estadoaes isoladas receberão uma subvenção mensal de 50$000;

§ 1—Para receberem a subvenção acima deverão preencher as condições estabelecidas no art. 2 da lei 278, ficando o professor obrigado a remetter ao Presidente e Agente Executivo, não só o boletim de matricula como mensalmente o boletim de frequencia; sujeitando-se a fiscalisação por parte do Agente Executivo e Inspector Escolar Municipal.

§ 2—O pagamento da subvenção será feito ante o attestado do Inspector Escolar e visto do Agente Executivo;

---

267 267 CAMARA Municipal de Uberabinha. **Livro de Leis do Município de Uberabinha**, 1919-1926. Uberabinha: Officinas Typographicas da Livraria Kosmos. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia). p. 73-74.

14—Ficam alternadas as numerações dos artigos 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, respectivamente para 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 2—Fica o senhor Presidente e Agente Executivo autorisado a revisão da lei 278, fazendo nella as alterações ordenadas por esta lei, mandando publical-a e imprimil-a em avulsos.

Art. 3—Revogam se as disposições em contrario.

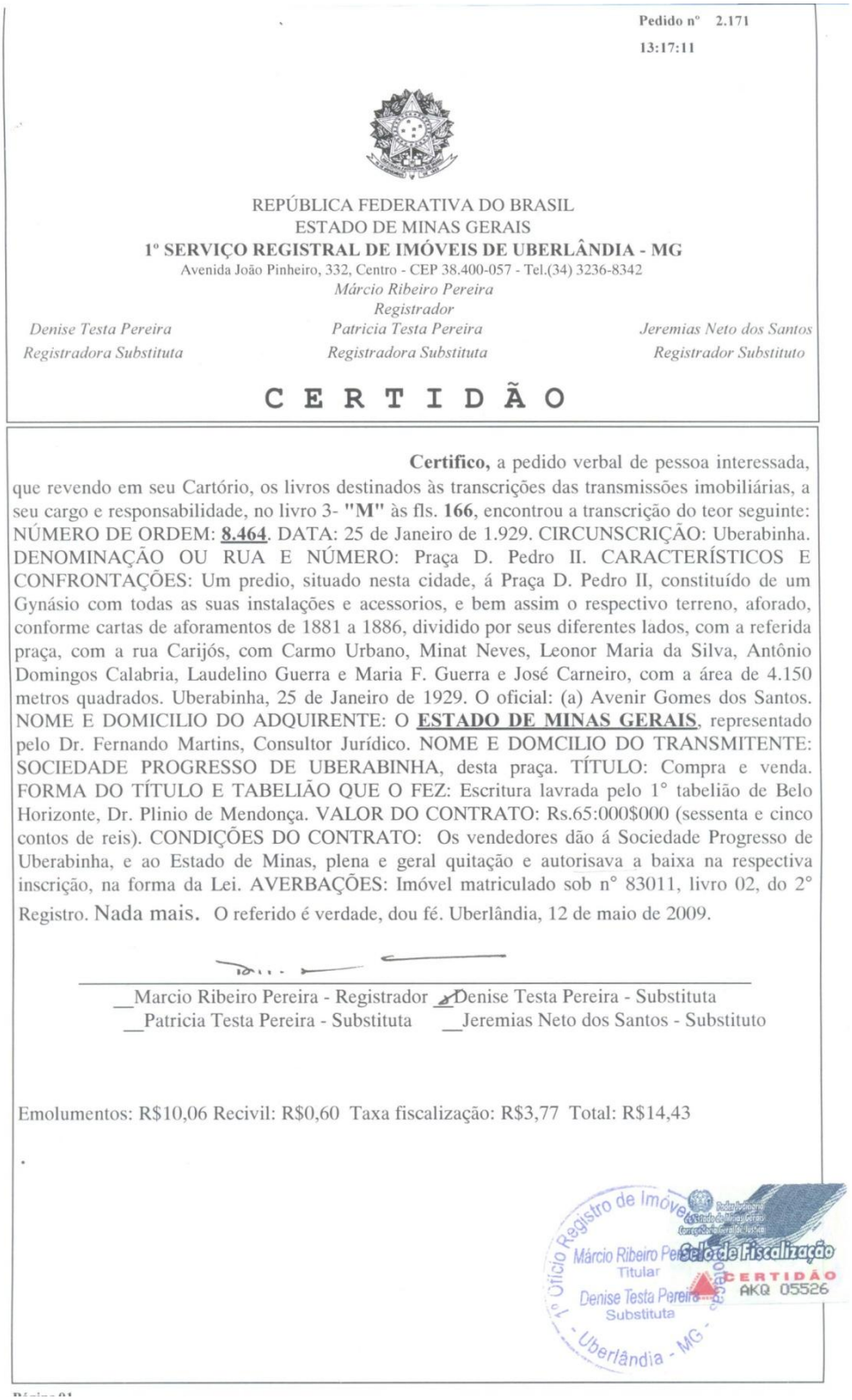
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

Paço da Camara Municipal de Uberabinha, 28 de Julho de 1924.

O Presidente da Camara,

Eduardo Marquez

ANEXO XIII – Certidão do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia – Imóvel que pertencia à Sociedade.[268]



Pedido nº 2.171
13:17:11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
1º SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS DE UBERLÂNDIA - MG
Avenida João Pinheiro, 332, Centro - CEP 38.400-057 - Tel.(34) 3236-8342

Márcio Ribeiro Pereira
Registrador

Denise Testa Pereira — *Registradora Substituta*
Patricia Testa Pereira — *Registradora Substituta*
Jeremias Neto dos Santos — *Registrador Substituto*

C E R T I D Ã O

Certifico, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em seu Cartório, os livros destinados às transcrições das transmissões imobiliárias, a seu cargo e responsabilidade, no livro 3- **"M"** às fls. **166**, encontrou a transcrição do teor seguinte: NÚMERO DE ORDEM: **8.464**. DATA: 25 de Janeiro de 1.929. CIRCUNSCRIÇÃO: Uberabinha. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO: Praça D. Pedro II. CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: Um predio, situado nesta cidade, á Praça D. Pedro II, constituído de um Gynásio com todas as suas instalações e acessorios, e bem assim o respectivo terreno, aforado, conforme cartas de aforamentos de 1881 a 1886, dividido por seus diferentes lados, com a referida praça, com a rua Carijós, com Carmo Urbano, Minat Neves, Leonor Maria da Silva, Antônio Domingos Calabria, Laudelino Guerra e Maria F. Guerra e José Carneiro, com a área de 4.150 metros quadrados. Uberabinha, 25 de Janeiro de 1929. O oficial: (a) Avenir Gomes dos Santos. NOME E DOMICILIO DO ADQUIRENTE: O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, representado pelo Dr. Fernando Martins, Consultor Jurídico. NOME E DOMCILIO DO TRANSMITENTE: SOCIEDADE PROGRESSO DE UBERABINHA, desta praça. TÍTULO: Compra e venda. FORMA DO TÍTULO E TABELIÃO QUE O FEZ: Escritura lavrada pelo 1° tabelião de Belo Horizonte, Dr. Plinio de Mendonça. VALOR DO CONTRATO: Rs.65:000$000 (sessenta e cinco contos de reis). CONDIÇÕES DO CONTRATO: Os vendedores dão á Sociedade Progresso de Uberabinha, e ao Estado de Minas, plena e geral quitação e autorisava a baixa na respectiva inscrição, na forma da Lei. AVERBAÇÕES: Imóvel matriculado sob n° 83011, livro 02, do 2° Registro. Nada mais. O referido é verdade, dou fé. Uberlândia, 12 de maio de 2009.

__Marcio Ribeiro Pereira - Registrador __Denise Testa Pereira - Substituta
__Patricia Testa Pereira - Substituta __Jeremias Neto dos Santos - Substituto

Emolumentos: R$10,06 Recivil: R$0,60 Taxa fiscalização: R$3,77 Total: R$14,43

Ofício Registro de Imóveis
Márcio Ribeiro Pereira
Titular
Denise Testa Pereira
Substituta
Uberlândia - MG
Selo de Fiscalização
CERTIDÃO
AKQ 05526

[268] Cartório 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia. (Cartório de Imóveis)

9. APÊNDICE

APÊNDICE I – Sugestões bibliográficas a respeito da História do Município de Uberlândia-MG.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia**. Uberlândia (MG): EDUFU-Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma Urbana e Luta de Classes: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004.

CAPRI, Roberto. **O município de Uberabinha/Minas**. 1ª ed., São Paulo, Capri, Andrades & C. Editores, 1916.

CASTRO, Ana Paula Cantelli. **Organização e disputas pelo espaço urbano. Uberabinha/MG (1890-1930)**, 2003. 115p. Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888 – 1929).** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Franca. 2009.

FREITAS, Eliane Martins de. **Memórias de uma "Odisséia": Tito Lívio (Teixeira) e a construção da memória histórica sobre a "Revolução de Trinta" em Uberlândia – MG**. 1999. 168p. Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

GUILHERME, Willian Douglas. **O Progresso e a Cidade de Uberabinha-MG: Evidências Oficiais – 1888 a 1922.** Uberlândia, MG. Universidade Federal de Uberlândia. 2007 (Monografia). Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2677801/o-ideal-de-progresso-e-a-cidade-de-uberabinhamg-evidencias-oficiais-1888-a-1922>.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memória de si, História dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961**. 2004. (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2004.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. 2002. (Dissertação Mestrado). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861).** Uberlândia: EDUFU, 2005.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves. **História de Uberlândia.** Uberlândia (MG): Grafy Editora, 1998.

PEZZUTI, Pedro. **Municipio de Uberabinha: historia, administração, finanças, economia.** Uberabinha (MG): Officinas Typographicas da Livraria Kosmos, 1922.

SILVA, Antonio Pereira da. **As Histórias de Uberlândia.** Uberlândia (MG): Edição do Autor, vol. I [s.d.], vol. II-2002 e vol. III-2003.

TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro nos oitocentos (séculos XVIII e XIX).** Uberaba (MG): Intergraff Editora, 2001.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.** Uberlândia (MG): Uberlândia Gráfica Editora, Vol. I e Vol. II, 1970.